

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARY ANGÉLICA COSTA TOURINHO

**AS NORMALISTAS NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX
EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas.

São Luís

2008

MARY ANGÉLICA COSTA TOURINHO

**AS NORMALISTAS NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX
EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Diomar das Graças Motta

São Luís

2008

Tourinho, Mary Angélica

As normalistas nas duas primeiras décadas do Século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas / Mary Angélica Tourinho. – São Luís, 2008.

188 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, 2008.

1. Educação. 2. Normalistas. I. Título.

CDU 337.8(812.1)

MARY ANGÉLICA COSTA TOURINHO

**AS NORMALISTAS NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX
EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em / / 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Diomar das Graças Motta - Orientadora
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Guimarães Correia
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas
Universidade Federal de Sergipe

*A Washington Júnior, Artur e Ciro, co-
autores de todos os meus projetos.*

A meu pai, José Almeida Costa, "Seu Zezinho" (In memoriam) que me ensinou, com o seu exemplo, o quanto a serenidade, a alegria e a fé na vida, mesmo no confronto com as maiores adversidades, nos torna forte.

À minha mãe, o meu anjo, que noite e dia pede por mim a Nosso Senhor.

*Ainda que o gesto me doa,
não encolho a mão: avanço
levando um ramo de sol.
Mesmo enrolada de pó,
dentro da noite mais fria,
a vida que vai comigo
é fogo:
que está sempre aceso*

Zilda Maria dos Santos

Professora Normalista

AGRADECIMENTOS

A Deus força poderosa que nos ajuda a tudo enfrentar ou aceitar.

À minha grande e maravilhosa família que nunca descuida de mim. Minhas irmãs: Emilia Maria, Ana Cláudia, Ana Clara, Maria Gorete, Amparo e Zezé (professora normalista). E meus irmãos: Custódio, Carlos Sérgio George e José Filho.

À Dona Amélia e o Senhor Washington (in memoriam), para mim vocês são como pais que eu sempre posso contar.

Aos meus cunhados e cunhadas, queridos(as) e bons(as) amigos(as): Isidoro, Josana, Erika, Sandro, Cláudia, Avelino, Úrsula, Josete, Márcia e Andréia.

Às minhas tias normalistas Eliane, Concita, Mariazinha, Esmeralda e Zilda (in memoriam), fontes de inspiração para esse trabalho.

À Maria Ribamar de Alves Souza (Mariazinha), pela atenta e dedicada pesquisa.

À D. Raimunda, pessoa fundamental na minha recuperação.

A Jorge Man Petit e Janilson Santos, irmãos do coração.

Às minhas queridas amigas Maria da Glória, Antônia Mota, Denize e Rosana pelo apoio e carinho dispensados em todos os momentos.

Ao Mestrado de Educação pela confiança e pela oportunidade de realizar esse projeto profissional e pessoal através do seu programa e de todos os seus professores.

Um agradecimento especial à minha orientadora Diomar das Graças Motta, pela disponibilidade, bom humor e atenta orientação.

À Josuedna, Gisele e Julinho, pela sempre cordial disponibilidade.

À minha querida sétima turma. Só pessoas de muita sorte podem ter o privilégio de conviver com tanta gente especial.

Um agradecimento diferenciado e necessário à Maria José, Nilma, Teresa, Alberes, Rosenverck, Natanael e Josenildo, companheiros mais próximos de jornada.

Ao Colégio GEOALPHA por ser um importante esteio nas horas de grandes dificuldades.

Aos funcionários e funcionárias do Arquivo Público do Estado do Maranhão e da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, pelo atendimento e disponibilidade no serviço que desempenham.

A Márcia Gardênia pela atenciosa revisão do texto.

Ao Sebastião Wilkson pela normalização.

Por fim, às muitas pessoas que de alguma forma possibilitaram a conclusão desse projeto, um grande obrigada.

RESUMO

O presente trabalho inscreve-se na temática que se movimenta entre a história da educação e as relações de gênero; procura acompanhar atuações de alunas e egressas da Escola Normal do Maranhão, na transição do século XIX para o XX, tomando como ponto de partida as idéias, principalmente referente às mulheres, que compõem o ideário nacional do período. Estes referenciais identificam-se com a república e transformações sócio – culturais e vão sendo disseminadas em todo território nacional; através de intelectuais - como Teixeira Mendes, Coelho Neto, Barbosa de Godóis, Silvio Romero, Artur Azevedo – que produziram e reinterpretaram obras e correntes teóricas que integravam o contexto material e relacional desse período. Parte-se do pressuposto de que a Escola Normal, através da ação cotidiana de suas alunas e egressas, tornou-se um importante veículo de reinterpretação das idéias do novo na construção de uma sociedade modelar, em que o sexo feminino aparecia como sustentáculo fundamental na afirmação de referenciais sociais considerados adequados para o período. Portanto, o trabalho sustenta-se no método de análise do discurso, que procura apontar a diferença entre o dito no discurso, e o lido pelas mulheres, nesse contexto, conforme nos aponta Chartier (2001), entendendo essa leitura como particular e aliada às práticas cotidianas especificadas, como “subversões”, na perspectiva de Certeau (2002). Para a representação do panorama local, que serviu de campo de vivência relacional e profissional, também se buscou referência no que Certeau (2002) denomina de “bricolagem”, como forma de montar um crítico “mosaico”, através do qual conseguimos vislumbrar a dinamicidade e multiplicidade comportamental, sócio-cultural, de mulheres normalistas no Maranhão daquele período.

Palavras-chave: História da Educação. Normalista. Maranhão. Subversão. Cotidiano.

ABSTRACT

The present work is enrolled in the thematic one that it is put into motion enters the history of the education and the relations of sort; It looks for to follow the performance of pupils that who studied at Normal School of the Maranhão, in the transition of century XIX for the XX, taking as starting point the ideas and theories that compose the national ideal in the related period; it analyzes as the idea of the “new”, identified with the republic and the innumerable transformations, occurred in the economic and sociocultural area, they go being spread in all domestic territory; it observes as in just restored Brazilian republic, some intellectuals, between which - Teixeira Mendes, Coelho Neto, Barbosa de Godóis, Silvio Romero, Arthur Azevedo - “ they more go interpreting adjusted workmanships and theoretical chains to its material and regarding context. Part of the estimated one of that the Normal School through the daily action of its pupils, became an important vehicle of reinterpretation of these ideas and the construction of a shape society, where the feminine sex appeared as support basic in the affirmation of adjusted considered social references for the period. Therefore, the research is supported in the method of analysis of the speech, that it looks to point the difference enters the said one in the speech, and the read one for the women, in this context, as in it points Chartier, I understand this particular, allied reading to them to practical daily the specific ones, as “subversions”, in the perspective of Certeau. For the theoretical representation of the local panorama, that served of field of relational and professional experience, also reference in what searched Certeau calls of “bricolagem”, as form to mount a critical “mosaic”, through which if it can glimpse the dinamicidade and manning multiplicity, sociocultural, of formalists women in the Maranhão of the period.

Keywords: History of Education. Formalist. Maranhão. Subversion. Daily.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REPRESENTAÇÕES REPUBLICANAS E EDUCAÇÃO FEMININA	23
1.1 Representações republicanas	23
1.2 Educar as mulheres para o bem público	37
2 A ESCOLA NORMAL: uma trajetória breve	49
2.1 Em busca de uma identidade	53
2.2 Entre as regulamentações da lei e o cotidiano	67
3 NORMALISTAS PELO MARANHÃO	97
3.1 A Normalista em evidência na imprensa	97
3.2 Insubordinações Estudantis: entre sussurros e travessuras	106
3.3 Exercendo diversas atividades letradas	125
3.4 Cotidianos profissionais	142
CONCLUSÃO	160
REFERÊNCIAS	165
ANEXO	178

INTRODUÇÃO

Diferentes sujeitos emergem cotidianamente na cena social e buscam fazer-se perceber, pelas inúmeras possibilidades de visibilidade da contemporaneidade. Por conta disso, as narrativas globalizantes, construtoras de uma representação tradicional de ocidentalidade, masculinidade, feminilidade, beleza, militância, etc, passaram a ser interrogadas. Elas não contemplavam mais a diversidade de indivíduos que faziam parte da sociedade e que apesar de citados, apareciam como uma concessão do texto ou como uma massa uniforme que atravessava os acontecimentos considerados relevantes, geralmente em momentos de tensão social. Indivíduos envoltos em uma teia discursiva que os identificava de forma generalizante, fazendo com que muitas vezes não se reconhecessem enquanto pessoa, grupo, comunidade ou categoria. Pesquisadores(as), identificados(as) com essa parcela “diversa” da sociedade, indicaram novas possibilidades de abordagens, que envolviam esses(as) sujeitos(as), descortinando representações que lhes davam feições universalizantes, apresentando-os de forma mais identitária, o que permitiu também o acesso, à novas maneiras de se entender a construção do conhecimento:

Tiveram como preocupação abrir trilhas renovadoras desimpedidas de cadeias sistêmicas e de explicações causais, criar possibilidades de articulação e inter – relação, recuperar diferentes verdades e sensações, promover a descentralização dos sujeitos históricos e permitir a descoberta das “histórias de gente sem história”, procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional. (MATOS, 1997, p. 76).

Os documentos produzidos pela chancela oficial, integrados ao patrimônio dos poderes constituídos, não davam conta das interrogações feitas por aqueles(as) que supostamente foram vencidos pela oficialidade dos relatos. As vivências de operários(as), camponeses(as), escravos(as), mendicantes, homossexuais e mulheres, de forma mais específica, foi sendo desvelada por outros registros abalizados, como documentos (correspondências pessoais, relatos orais, lendas, contos, canções populares, registros policiais, testamentos, inventários, obituários, etc). E mesmo quando utilizando documentos tradicionais, as perguntas elaboradas pelo(a) pesquisador(a), diversificaram-se revelando novas possibilidades de leitura do universo pesquisado e novas vivências de sujeitos(as) até então invisibilizados(as):

[...] a discussão dos paradigmas das ciências sociais, levou entre outros aspectos, ao questionamento das universalidades, permitindo a descoberta do outro da alteridade, dos excluídos da história e entre eles, mais de 50% da população mundial, as mulheres. (MATOS, 1997, p. 74).

Ao procurar-se a respeito das mulheres na história (dívida reconhecida com o movimento feminista¹), expôs-se um processo de construção do conhecimento carregado de parcialidade e poder - indo-se contra as definições da história e dos seus agentes estabelecidos como verdadeiros - ou pelo menos fazendo-se reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado (SCOTT, 1991). O estudo de gênero é um integrante dessas abordagens, possibilitadoras de investigações que permitem a visualização de algo mais profundo, a saber, como se processa a construção de verdades, vistas como naturais, que vão estabelecendo comportamentos de e entre indivíduos(as). Essa perspectiva implicou a visualização desses comportamentos como decorrentes das relações sociais e dos códigos de poderes estabelecidos. Como observa Matos (1997, p. 97):

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se um em função do outro. Esses perfis se constituem social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder.

O estudo do gênero remete, portanto, à necessidade de novas epistemologias, tendo no empírico um grande aliado, tanto por se fazer necessário investigar com aprofundamento as vivências rotineiras, como por entender a relevância do objeto a partir do pesquisador. Isso possibilita a percepção dos(as) sujeitos(as) em múltiplas possibilidades relacionais, e dos produtores de conhecimento como integrantes, produtores e reprodutores de relações de poder. Dessa forma historiciza-se as relações e articulações entre as diferentes culturas, condições sociais, étnicas e sexuais uma vez que:

¹A emergência de um “campo intelectual” em diferentes disciplinas das ciências humanas, definido por privilegiar os “estudos sobre mulheres” (denominação corrente nos anos setenta), os estudos sobre as “relações sociais de sexo” (denominação preferida no atual contexto francês) ou de “gênero” (*gender*, denominação preferida no atual contexto anglo saxão e nórdico), é recente e devedora do surgimento dos movimentos sociais feministas e de “liberação das mulheres” dos anos setenta. Se seus primórdios devem ser datados nos Estados Unidos em sessenta é nos anos setenta que os “novos feminismos” eclodem em vários países europeus e latinos - americanos, mantendo-se com visibilidade decrescente nos anos oitenta e noventa. (MACHADO, 1997: p. 93-94).

[...] a variedade de novas abordagens historiográficas também renova os olhares sobre o passado, incorpora a diversidade e a multiplicidade de interpretações, abrindo o campo para a análise de expressões “culturais”, modos de vida, relações pessoais, redes familiares, étnicas e de amizade entre mulheres e entre mulheres e homens, seus vínculos afetivos, ritos e sistemas simbólicos, construções de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão das tradições, formas de resistência e lutas até então marginalizadas nos estudos históricos, propiciando um maior conhecimento sobre a condição social da mulher. Assim, ao se destacar que o social é historicamente constituído, nele as experiências sociais femininas e masculinas diferenciadas emergem numa condição própria em sociedades específicas. (MATOS, 1997, p.83-85).

Como já citado, essa abordagem dirige-se também para o não explícito, mudando-se a forma como se pensavam, interpretações sobre o passado, nas ciências humanas. Fugindo-se, de perspectivas dicotômicas como dominador e dominado, este direcionamento torna possível o entendimento dos processos de negociações e relações sociais que envolvem pessoas de sexo, etnia e condições sociais diferentes.

Essas mudanças que vêm se estendendo às ciências humanas de modo geral, chegou à História da Educação, no sentido de aproximar-se da investigação de documentos que permitem uma compreensão mais humanizada na história das instituições e das vivências educacionais brasileiras, em suas peculiaridades, conforme observa Gatti Júnior (2002, p. 20):

Desse modo, percebe-se que a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários setores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez e ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos.

A instituição Escola Normal, que integra o nosso estudo, responsável pela formação profissional de mulheres e alguns homens no Maranhão, embora esteja inserida em um amplo contexto de formação que está para além do local São Luís, capital do Estado, desenvolveu aspectos peculiares e influenciou comportamentos profissionais e pessoais que não podem ser analisados de forma homogênea. Para entender esse processo é necessário penetrar nesse universo, apreendendo parte de sua complexidade. Entender onde se articulavam de forma muito própria, relações de poder e negociação, engendradas cotidianamente entre homens e mulheres que viveram nesse espaço e em volta dele.

O ingresso em uma Escola Normal no início do século XX, além de permitir um acesso à profissão de professora, significava também, a possibilidade de adquirir saberes jurídicos, médicos, sociológicos e pedagógicos, próprios da sociedade e disseminados de

forma mais elaborada e clara, nos espaços letrados. Esses saberes eram autorizados por pessoas que se movimentavam “por uma vontade de verdade” própria ao contexto, a partir de uma rede de poderes, com capacidade de incluir/excluir e estabelecer, através da sua competência, os parâmetros de normalidade/anormalidade ou de legalidade/ilegalidade, influenciando profundamente o comportamento de pessoas que nesse período, orbitavam em espaços de instrução. Por conta disso, é importante perceber quais os elementos discursivos predominantes nessas instituições, por se entender que:

[...] essa vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçado e reconduzido por todo um conjunto de práticas como pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição de bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios de hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão como que um poder de coerção. (FOUCAULT, 2002, p. 17-18).

É uma “vontade de verdade” traduzida por discursos que conseguem, pela construção de uma legitimidade, apoiada nas instituições, materializar-se no universo relacional das pessoas, integradas a um dado contexto, formando sistemas de coerção inscritos nas condutas sociais, embora, nesse estudo, não entendamos esse processo como absoluto. Para além das materializações discursivas, nas vivências cotidianas, apesar de toda a regulação inerente à sociedade, havia um cotidiano “preche” de “maneiras de fazer”, criadora de singularizações em meio aos ditames existentes. É nessa perspectiva que a profissão de professora normalista bem como as muitas vivências que pudemos vislumbrar desse sujeito, apresenta-se nesse estudo.

O instituído, através de variados mecanismos de legitimação, corporifica-se no indivíduo, bem de acordo com que observa Nietzsche (2004, p. 43), consciente da força das idéias (ou dos saberes) traduzidas por determinados poderes: “Agora a cada conhecimento tropeçamos em palavras eternizadas, duras como pedras, e é mais fácil quebrarmos uma perna do que uma palavra”. As palavras entendidas aqui, como integradas a um texto e a um contexto histórico, traduzem sistemas de valores, que pela legitimação dos saberes institucionais, apresentam-se como naturais para sociedade, a ponto de formularmos imagens capazes de suplantar o que está diante de nós. Através desse aparato se desenvolvem

“maneiras de significar” homens e mulheres, estabelecendo parâmetros comportamentais arraigados de ideologias, pois: “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” [...] (ORLANDI, 2001, p. 17) sendo desse modo difícil, mas não impossível, quebrar palavras.

As palavras não são entes absortos e desconexos. “As palavras mais simples do nosso cotidiano já chegam até nós, carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós.” (ORLANDI, 2001, p. 20). Elas traduzem significados demarcando no inconsciente: [...] “processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidade, etc”. Estabelece-se no processo de construção de identidade, espaços entre o “dito e o vivido” [...], pois a “[...] evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, e a historicidade da sua construção [...]” (ORLANDI, 2001, p. 45).

Para entender a movimentação das mulheres oriundas da Escola Normal, é fundamental analisar essa instituição instrucional, enquanto espaço de inculcação de conceitos e valores, formadora de um programa social de convivência, que institua nos(as) indivíduos(as) formados na mesma, através de um processo arbitrário, um *habitus de classe*² possibilitador de uma identificação desse grupo para si e para os outros. Possibilitadora também da incorporação de um “capital cultural”³ que integrado à pessoa, criava “sinais distintivos” (BOURDIEU, 2007). Como instituição considerada competente, tinha o poder de autorizar pessoas unidas por essa posse institucional, a estabelecerem critérios de sociabilidade tidos como adequados. As normalistas partilhavam desses poderes, pois, eram identificadas com a faculdade e competência de ensinar. Por sua vez, estes poderes corporificavam-se nelas e através delas.

A Escola Normal, no período hora analisado, era parte de um contexto em que “a vontade de verdade” com relação às mulheres, dirigia-se para o aprimoramento da condição de esposa e mãe, abnegadas em favor da ordem, da higiene social e do progresso material da

²Bourdieu (2003, p. 21) considera que: “a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais, associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades vinculadas entre si por afinidades de estilo”.

³“O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob forma de bens culturais – quadros livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 1998, p. 74).

nação. A função de professora identificava-se, enquanto discurso, com uma natureza materna, responsável e letrada, já que os novos conhecimentos sobre psicologia, sociologia e saúde, assim exigiam. Com isso, à proporção que mulheres ganhavam espaço nessa profissão, o discurso de naturalização da docência feminina formadora da infância, também ganhava contornos mais confessionais.

A instituição escolar na contemporaneidade, assim como a Igreja em outro contexto, instituíam referências comportamentais arbitrárias, sendo um importante ambiente de reprodução de condutas sociais revelando que:

[...] a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos de representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança), sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas (“moles” ou “duras” – ou, mais próximas da inquietação mítica original, “ressecantes”), entre as especialidades, isto é, entre maneiras de ver e as maneiras de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribuiu para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo. (BOURDIEU, 2002, p. 104).

A Escola, integrada a outras instituições, contribuiu para alicerçar imagens extremamente fortes de uma “essência feminina” e uma “essência masculina”, sendo uma das responsáveis pela des-historização das diferenças, eternização das estruturas de divisão sexual e princípios de divisão correspondentes (BOURDIEU, 2002). Perceber como esses mecanismos de construção das diferenças entre homens e mulheres, entendidas aqui de forma hierárquica, reproduz-se no cotidiano a ponto de ser naturalizada, torna possível a identificação de rupturas na estrutura e subversões no cotidiano⁴ apontando-nos:

[...] um universo de tensões e movimento com uma potencialidade de confrontos, deixando entrever um mundo onde se multiplicam formas peculiares de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/transformação onde a

⁴Segundo MATOS (2002, p. 22) “Os estudos sobre cotidiano, já nos Annales, eram evidenciados, tanto no aspecto material, quanto mental, porém, “centravam as suas análises mais diretamente na descrição de hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos e mentais.

A Nova História, ao ampliar áreas de investigação com a utilização da metodologia e marcos conceituais renovados (modificando os paradigmas históricos), também influenciou a abertura de perspectivas para os estudos do cotidiano. Contudo, a influência mais marcante parece ter sido a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos e dos gestos cotidianos. Assim, o renascer dos estudos do cotidiano se encontra vinculado a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado, para a esfera do privado e do cotidiano com uma politização do dia-dia”.

mudança não está excluída, mas sim, vivenciada de diferentes formas. (MATOS, 2002, p. 26).

Buscando entender a ordem, protagonizada nos discursos inerentes à mulher do período analisado, a luta, diferenciação e transformação protagonizada por mulheres instruídas, de forma explícita ou minuciosa, nossas referências, como possibilidades de trabalho situam-se em um espaço “bricolado”. Etmologicamente, termo de origem francesa (*bricolage*) que é usado em atividades que a pessoa realiza para o seu próprio consumo, evitando dessa forma, o serviço de um profissional. É o artesanato doméstico ou o “faça você mesmo”. Para Certeau (2002, p. 40) a maneira particular de como os consumidores de uma dada cultura reapropriam-se da economia cultural dominante, significando que:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indica de modo algum o que ela é para seus usuários.

[...] Supõe que à maneira dos povos indígenas os usuários “façam uma bricolagem” com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras. Desta atividade de formigas é mister descobrir os procedimentos, as bases, os efeitos, as possibilidades.

Entendemos que apesar do desenvolvimento de um processo de inculcação inerente ao grupo analisado, influenciado por instituições sócio-culturais, não percebemos isso como algo fechado, completo. Partimos do **pressuposto** de que os esforços de imposição e apropriação seja um movimento desigual e incompleto, permitindo o que Chartier vai chamar de “apropriação e subversão do discurso”, ao referir-se ao ato que cria a individualização da ação e da diversidade das práticas:

Para mim, trata-se da apropriação no sentido de fazer algo com o que se recebe. Utilizei o termo no sentido da pluralidade de usos, da multiplicidade de interpretações, da diversidade de compreensão dos textos, o que significa seguir a definição da hermenêutica, mas com conteúdo sócio-histórico particular, pois no caso da hermenêutica trata-se de um fenômeno que é visto como universal, invariável ou abstrato. (CHARTIER, 2001, p. 116).

Essas multiplicidades de interpretações redundam em práticas vivenciadas de forma dinâmica e criativa no cotidiano, uma vez que os consumidores de uma “cultura arbitrária” constituem formas próprias de assimilação dos produtos a eles impostos, utilizando-se da astúcia, da sutileza e de diferentes estratégias, inventando:

Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz e resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nessas estratégias de combatentes, existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. (CERTEAU, 2002, p. 79).

Embora a dominação parta do outro, os sujeitos históricos, para os quais o produto é pensado originalmente, criam lugares relacionais aonde transitam, desenvolvendo uma experiência distinta do planejado pelo poder dominante.

Ao acompanhar a trajetória de mulheres normalistas no Maranhão - que atuaram de alguma forma fora do âmbito doméstico, no início do século XX, em diferentes espaços da sociedade - deve-se ter a compreensão de um comportamento caleidoscópico. Vivenciavam e reproduziam códigos comportamentais explícitos, que se imiscuíam nas relações cotidianas, através de um aparato de poder; absorviam sociabilidades institucionais que se incorporavam ao seu modo de vestir e falar, dentre outros, modelando o “corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios e divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2002, p. 18) que vão ser naturalizadas; porém, também, a partir da trajetória de vida de cada uma, recusavam o consumo do instituído tal como foi concebido (CERTEAU, 2002).

O estudo, visando contemplar essa proposta, sustenta-se em três eixos: primeiro apresentar formas de como foram disseminadas idéias e ações mais comuns, em relação às mulheres, no contexto analisado, dando-se destaque à questão republicana, congregadora de falas e ações identificadas com uma nova ordem, que embora não viesse a se concretizar da forma que foi pensada, contribuiu para alterações imediatas e em longo prazo, em espaços específicos do Brasil; e ainda analisar como era pensada a educação destinada às mulheres, normalistas ou não, procurando-se perceber como intelectuais e instituições foram construindo, um perfil de idealidade feminina, adequada às novas necessidades contemporâneas, onde a educação formal constituía-se em elemento essencial para a composição desse perfil.

Segundo, entender o espaço social de movimentação de normalistas desde a fundação e afirmação institucional da Escola Normal, que no Maranhão surge no contexto republicano, analisando o significado que a instituição adquiriu para pessoas que direta ou indiretamente se relacionavam com esse espaço instrucional na cidade. Entender também a dinâmica de funcionamento da escola para além das leis e da estrutura disciplinar que estava posta, evidenciando-a como parte de um contexto formativo que contribuía para reproduzir modelações comportamentais cívicas e femininas. Cabe considerar que embora o estudo sobre

as normalistas estenda-se até o final da década de 1920, ocupar-se-á da instituição só até o ano de 1914, quando a Escola Normal será desativada e o curso de formação de professoras(es) será transferido para o Liceu Maranhense.

Por último, enfatiza-se a atuação de normalistas no Maranhão, entendendo-se que as mulheres contempladas com a possibilidade de instrução em um curso normal, ao mesmo tempo, que incorporavam o ideário disseminado pelas instituições normativas do contexto em que viviam, eram capazes de reelaborações, utilizando a instrução para efetuar “brechas”⁵ favoráveis aos seus intentos.

Não desenvolveremos nesse estudo biografias. A normalista será tratada como um sujeito munido de capital cultural que se movimentava de modo distinto na sociedade, por conta da sua formação e do período - início do século XX - em que as mesmas adquirem esse distintivo, pois o letramento e a profissionalização institucional era um privilégio, principalmente para mulheres. Entendemos que embora sujeita a inculcações de valores inerentes ao seu tempo e a sua formação, ela podia apresentar condutas cotidianas criativas e diferenciadas, diante de imposições discursivas, que pensavam a utilização da instrução feminina para fins domésticos e não públicos.

Como alunas, serão apresentadas em sintonia com o tempo, a escola e a cidade, sendo importante perceber os espaços de sociabilidades, bem como as práticas modais daquele contexto.

Como professoras, serão apresentadas no centro de diferentes vivências de exercício intelectual e trabalho.

Para se construir a percepção dessas condutas buscou-se, além de uma referência teórica na perspectiva do gênero e do cotidiano, um acervo composto por: livros de época publicados por formadores de opiniões; documentos produzidos pelo Estado, e especificamente, pela Escola Normal que nos permitiu entrever normas e também comportamentos considerados como insubordinados no contexto; entrevistas feitas com professoras normalistas - aqui identificadas como Pérola, Esmeralda e Ônix⁶ - que se

⁵O termo assume no trabalho o perfil de um espaço que esta na estrutura, porém, permite que se perceba o que esta fora, criando possibilidade de vazamento. Inspira-se no pensamento de Certeau (2002, p. 94) quando analisa a colonização espanhola e percebe que: “mesmo subjugados (os índios) ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou representações que lhes eram impostas, pela força ou pela sedução, para outros fins, para fins que não os dos conquistadores [...]. “Modificavam-no, sem deixa-lo.”

⁶ As entrevistadas Pérola, Esmeralda e Ônix nasceram respectivamente em 30/06/1910 em Codó - Ma, 08/08/1923 em Miritiba atualmente Humberto de Campos - Ma e 27/06/1933 em Axixá - Ma. As entrevistas foram concedidas na seguinte ordem de tempo: 1ª. Pérola nos dias quatro e cinco de dezembro de 2007;

formaram nos anos de 1931, 1940 e 1953, respectivamente, fizeram-nos perceber, através de seus relatos, a sobrevivência de referenciais comportamentais e de um imaginário que acompanhou a professora normalista por muito tempo; vivências que mostravam um cotidiano marcado pela distinção que o título conferia, bem como o enfrentamento de dificuldades, que na maioria das vezes marcava esse exercício profissional⁷⁷. Os jornais completaram o escopo deste estudo, pois permitiram a percepção de produções textuais e discursivas possibilitadoras da compreensão de ideários construídos em torno das mulheres, bem como a percepção de pequenas ou expressivas astúcias daquelas que tinham acesso a esses jornais - fossem como leitoras ou colaboradoras – em relação à ordem posta como ideal.

O acervo analisado, produzido pelo Estado, Escola Normal, jornais e depoimentos de normalistas possibilitou a identificação de mulheres professoras que com suas múltiplas vivências, subverteram em minúsculas, ditames normativos que reproduziam um ideário onde o sexo feminino era considerado intelectualmente inferior.

Esmeralda nos dias vinte e três e vinte e quatro de fevereiro de 2008; e Ônix no dia 27 de fevereiro de 2008. Esses pseudônimos e as datas vão acompanhar os relatos das entrevistadas.

⁷⁷ Cabe ressaltar que as entrevistas não se constituem elemento principal da composição do trabalho sendo coadjuvantes dessa análise, por conta do período analisado.

1 REPRESENTAÇÕES REPUBLICANAS E EDUCAÇÃO FEMININA

1.1 Representações republicanas

Na segunda metade do século XIX, boa parte do globo viveu, de forma direta ou indireta, as influências dos desdobramentos, das revoluções francesa e inglesa. Industrialização, urbanização, explosão demográfica, cientificismo, evolucionismo, racionalismo, monismo, socialismo, positivismo e nacionalismo foram terminologias interpretadas de múltiplas maneiras, que avançaram até o século XX, influenciando acontecimentos de ordem política, a exemplo dos confrontos entre colonos e colonizadores na Ásia e África e o aparecimento de novos regimes políticos; e mudanças na ordem social, com a emergência ou visualização de novos sujeitos e categorias sociais.

Essas transformações, ocorridas inicialmente nas capitais européias, receberam no século XIX, no Brasil, grandes adesões por parte dos que podiam consumi-las. O jornal, considerado por Paulo, personagem do romance “Turbilhão” de Coelho Neto “a resenha da vida universal” (1904, p. 15) era um dos grandes veículos de divulgação dessas novidades, além de ser um dos espaços dos debates, que envolviam religiosos, juristas, cientistas e intelectuais, em geral, representantes de instituições que também divulgavam suas idéias, através de conferências e publicações, influenciando na constituição de parâmetros sociais, considerados adequados às mudanças dos novos tempos.

Era época do florescimento do Iluminismo que prometia tudo resolver, não só desvendando os mistérios das ciências, mas trazendo a aquisição da felicidade e dos progressos sonhados pelo Brasil e pelos brasileiros. Era o caminho e a casa prontos para o positivismo que em nome da Lei dos Três Estados, entrava e logo, entronizava-se no Brasil. (TOBIAS, 1987, p. 119).

Os intelectuais responsáveis pela divulgação dessas idéias no Brasil mobilizaram-se traduzindo-nas politicamente, face às necessidades de mudanças em um país que ainda mantinha a escravidão e, ao contrário dos vizinhos americanos, que já haviam Proclamada República, ainda era uma monarquia. Ainda sob regime monárquico, foram organizados clubes republicanos (existindo dentre os participantes, muitos abolicionistas), favoráveis a substituição da monarquia e da mão de obra escrava pela livre. Essas iniciativas possibilitariam a instauração das mudanças sonhadas pelos partidários dessas idéias, pois o modelo de governo e as relações de trabalho eram indicados como entraves ao

desenvolvimento do país, que não conseguia ingressar nos “trilhos do progresso”, diferentemente da Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos que, no século XIX, exportavam para o mundo: capital, conhecimento, sistema produtivo e político bem como modelo educacional. Por conta dessa situação, a monarquia brasileira vai ser vista como ultrapassada, tanto por conta da influência de acontecimentos externos já citados, quanto por conta de questões internas uma vez que parte da Igreja Católica, os militares⁸, produtores agrícolas, paulistas principalmente, e setores médios urbanos, não se sentiam satisfeitos com muitas das ações efetivadas pelo poder vigente e com a grave crise econômica que tinha como principal indicativo a guerra do Paraguai (1864-1868).

Foi no contexto desse processo de desestabilização institucional que se fundou o Partido Republicano (1870), propondo a abolição da monarquia, e entrou em cena uma nova elite de intelectuais, artistas, políticos e militares, a chamada “geração 70”, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas “ossificadas” do Império, baseadas nas diretrizes científicas e técnicas, emanadas da Europa e dos Estados Unidos. (SEVCENKO, 1998, p. 14).

A geração de 1870⁹, com ramificações em várias províncias brasileiras, desempenhou importante ação na composição política da futura república brasileira e articulado a outros setores, buscou sustentação teórica para os projetos de transformação política, econômica e social que almejava para o país. Segundo José Murilo de Carvalho (1998, p. 27), no debate a respeito do melhor modelo de república, para substituir a monarquia, “podem ser distinguidas três posições” e três composições: **a primeira**, representada por proprietários rurais, principalmente de São Paulo, que achavam mais conveniente o modelo federalista americano, onde se “evitava o apelo à participação popular tanto na implantação como no governo da república”; **a segunda**, representada pelo “setor urbano, formado por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes” que pensavam na necessidade de uma revolução nos moldes da república jacobina francesa, sendo considerados radicais por conta desta postura; e **a terceira**, que embora identificada enquanto composição social com o segundo grupo diferenciava-se por não desconsiderar a necessidade do Estado nos projetos de transformação social. Os seus integrantes “eram contra o regime monárquico, não contra o Estado”. Esse último

⁸No Segundo Reinado, três acontecimentos são ilustrativos para se entender a crise que contribuiu para a proclamação da república: a questão servil, a religiosa e a militar.

⁹“Terminada a guerra do Paraguai, alguns liberais que haviam dissentido do partido em que militavam, aliaram-se aos moços da época e deram a lume o famoso **Manifesto** de 3 de dezembro de 1870, onde se levava a público a fundação de um Clube e jornal republicanos”. (COUTINHO, 1982, p. 203)

posicionamento, que contou com a adesão de militares, expressava as mudanças nos seguintes moldes:

A começar pela condenação da monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para professores e militares. (CARVALHO, 1998, p. 27).

O positivismo¹⁰ exerceu uma grande influência nesse grupo, defensor da idéia de que, pela Lei dos Três Estados, a humanidade tinha um caráter evolutivo, em que o conhecimento humano se desenvolveria em um contínuo, passando por três estados teóricos diferentes: o Estado Teológico ou Fictício; o Estado Metafísico ou Abstrato; o Estado Científico ou Positivo. Tendo como meta, fazer com que o conhecimento dos fenômenos sociais, ascendessem ao estágio positivo, Comte (1798-1857) observava a sociedade como um organismo que coordenava dois movimentos: o estático, que coincidia com a ordem; e o dinâmico, relacionado ao progresso. O primeiro referia-se à harmonia e à solidariedade, que devia existir entre os diferentes componentes do corpo social; e o segundo, à idéia de que a ciência deveria explicar o movimento da sociedade, através das suas leis invariáveis e conduzi-las ao estado da razão pública, sendo possível, nesse estágio, enfrentar as adversidades existentes na sociedade de forma eficaz e definitiva. A educação da sociedade, dentro desses preceitos, possibilitava a instauração do “verdadeiro regime mental”, capaz de utilizar-se somente da eficácia científica.

Apesar do discurso positivista, sob determinadas orientações, ser marcadamente anticlerical, algumas defesas e práticas, de parte dos seus seguidores assumiram um caráter religioso, apresentando no Brasil um forte caráter espiritualista, identificando-se, em alguns aspectos, com o proposto pela Igreja Católica para a sociedade. Para esse segmento, a autonomia dos pais em relação à educação dos filhos, desde que relacionados aos princípios da referida doutrina; a família, como sustentáculo da pátria próspera e harmônica, valorizando no seu cotidiano as diferenças entre a função da mãe e do pai na formação dos filhos; eram elementos fundamentais, pois:

¹⁰O positivismo seccionou-se em duas correntes bem perceptíveis na França. Uma proposta por Littré, onde um dos grandes representantes no Brasil foi Luiz Pereira Barreto. O esteio desse segmento era a Lei dos Três Estados o que levou a um conflito com a Igreja Católica. A outra, liderada por Pierre Laffite que no Brasil foi representada por Teixeira Mendes e Miguel Lemos e que apresentava um caráter místico, assumindo a feição de um Apostolado Positivista.

Como é sabido, após o encontro com Clotilde de Vaux em 1845, sua obra sofreu uma transformação profunda. Os elementos religiosos passaram a predominar sobre os aspectos científicos, o sentimento foi colocado acima da razão, a comunidade foi sobreposta ao indivíduo. [...] Para Comte, individualismo e vontade geral eram ambas noções metafísicas. O que o comtismo introduziu eram as formas de vivência comunitária, família, a pátria e, como culminação o processo evolutivo, humanidade (Comte escrevia humanidade sempre com H maiúsculo). (CARVALHO, 1998, p. 21).

Foi esse positivismo da “Religião da Humanidade”, que marcou o discurso sobre a construção da nação, onde a mulher, com uma conduta específica, foi exaltada como fundamento essencial desses novos tempos. O dever para com a família, a pátria e a humanidade, foi o tripé desse positivismo, defendido pelo positivista Raimundo Teixeira Mendes¹¹(1881, p. 72-73) denominado de apóstolo do positivismo no Brasil:

O regime interno dellas (as Pátrias) deduz-se deste princípio moral único: [...] *dedicção dos fortes aos fracos e a veneração dos fracos para com os fortes*. A dedicação dos fortes resulta da origem social de toda força; e a, veneração dos fracos, provem da consagração de toda a autoridade como necessidade colectiva, proclamada pelo único poder irresistível, opinião pública, resumida no sacerdócio da Humanidade.

As conseqüências immediatas deste princípio são: 1.º, a isenção da mulher, - o mais melindroso de todos os entes humanos – de qualquer concurso prático, limitando-se exclusivamente à acção moral pela educação e o conselho, como mãe, esposa, irmã e amiga; 2.º o estabelecimento da monogomia sem possibilidade de divórcio, como garantia da protecção dada à mulher, por um lado; e, por outro, como indispensável à segura expansão dos frágeis rebentos que hão de constituir as gerações futuras e cuja sorte interessa a conservação da Pátria; 3.º, a exclusão feminina de qualquer herança, porque a influência da mulher deve ser extreme de qualquer mácula dominadora; ficando exclusivamente ao homem o dever de sustentá-la.

Esse pensamento encontrava-se nas diversas obras publicadas pelo “Apostolado Positivista”¹², que orientava sobre casamento, família e Estado. A mulher, nessas orientações, ocupava um lugar de destaque como a mestra do lar que cuidava do futuro da humanidade. Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) expressou em diversos textos, a exemplo do que segue, essa idéia:

Em lugar desses sonhos subversivos, um princípio natural garante plenamente a existência feminina, fixando os deveres temporais do sexo ativo com o sexo afetivo. Só o positivismo póde, em virtude da sua realidade característica, sistematizar esse princípio, de maneira a fazê-lo dignamente prevalecer. Mas, a nova filozofia não criou a tendência universal que ela proclama assim, em virtude de uma justa apreciação do conjunto do movimento humano. *O homem deve sustentar a mulher*: Tal é

¹¹“Maranhense de Caxias, filósofo, ensaísta e poeta. Foi republicano ardoroso e é considerado o Apóstolo do Positivismo no Brasil, além de ter sido o idealizador da bandeira nacional da república”. (MEIRELES, 1977, p. 266).

¹²O Apostolado Positivista foi fundado oficialmente, 1881, no Rio de Janeiro.

a lei natural da nossa espécie, em harmonia com a existência essencialmente doméstica do sexo afetivo. (MENDES, 1900, p. 936-937).

Teixeira Mendes (1900, p. 937) ainda enfatiza sobre essa questão:

Em falta do esposo, e dos parentes, a sociedade deve garantir a existência material de cada mulher, quer em compensação de uma inevitável dependência temporal, quer, sobretudo, em vista de um indispensável ofício moral.

[...]

Tal é, pois, neste assunto, o verdadeiro sentido geral da progressão humana: tornar a vida feminina de mais em mais doméstica, e desembaraçá-la mais, de todo trabalho exterior, afim de melhor assegurar a sua destinação afetiva.

A disseminação dos pressupostos laicos, científicos, a solidariedade entre os diferentes componentes sociais, e a ação educativa feminina, junto ao lar, cuidando dos filhos garantiria tempos de prosperidade para a pátria e coibiria “sonhos subversivos” de mulheres que teimavam em desafiar a ordem estabelecida por esses discursos.

Ao positivismo brasileiro juntaram-se o enciclopedismo, o cientificismo e o evolucionismo, integrantes de um mesmo contexto, disseminando-se uma “avalanche de novas idéias”, no Brasil, que segundo Tobias (1987, p. 131-132) tiveram dois centros difusores mais expressivos:

A cidade do Rio de Janeiro, com a Escola Militar e a Escola Politécnica, foi o eixo de irradiação do Positivismo e da educação positivista; Recife com sua Faculdade de Direito e movimento pan-germânico, tornou-se, no nordeste o centro do Evolucionismo. [...] Ambos, porém, tanto o positivismo do Rio de Janeiro quanto o Evolucionismo da Escola do Recife, além de já representarem a ebulição do Brasil do final do século XIX, demonstraram a força do cientificismo no Brasil.

É preciso considerar que esses espaços irradiavam suas influências sobre outros locais. Com relação ao Maranhão, foi considerável e significativa a influência da Faculdade de Direito do Recife¹³, ao lado das Faculdades de Direito e Medicina da Bahia¹⁴, instituições que propiciaram formação superior, para muitos maranhenses, depois que chegar a Portugal

¹³Na Faculdade de Direito do Recife estudaram, dentre outros: os maranhenses Cândido Mendes, Urbano Santos, Benedito Leite, Luís Domingues, Teixeira Mendes, Graça Aranha; o baiano Castro Alves; os pernambucanos Joaquim Nabuco e Tobias Barreto; e o sergipano Sílvio Romero.

¹⁴“Foi somente em 1813 que as Escolas Cirúrgicas foram reorganizadas, segundo o projeto do Dr. Manuel Luis Álvaro de Carvalho. O Plano preconizava a fundação de três academias médico - cirúrgicas: uma na Bahia, outra no Rio de Janeiro e mais uma em São Luís do Maranhão – que não chegou a ser criada. A do Rio de Janeiro instalou-se no mesmo ano (1813); a da Bahia, só em 1815”. (Schwarcz, 2004, p. 194)

ou França, tornara-se um sonho ultrapassado ou distante. Rossini Corrêa (1993, p. 153) observou, com relação a esta questão, que:

[...] o total de alunos maranhenses, bacharéis de 1832 a 1922, resulta em trezentos e seis, diminuindo um, porque o historiador e publicista maranhense, Antônio Batista Barbosa de Godóis (turma de 1884) é computado como natural do Rio de Janeiro.

Esses centros proporcionaram a muitos maranhenses, o contato com os novos conhecimentos, embora, o autodidatismo, o estudo em seminários e o acompanhamento de preceptores, também, permitissem esse acesso. Mário Meireles, ao citar os nomes de muitos maranhenses que se identificavam com o credo positivista e que entravam em confronto aberto com os poderes eclesiásticos, evidencia essa variedade de acesso a conhecimentos, uma vez que os citados receberam formação em espaços diversificados¹⁵:

[...] D. Luís (Bispo do Maranhão entre 1862 - 1878) encontrou, na imprensa, acesa disputa travada, desde havia três anos, entre Celso Magalhães e o Padre Raimundo Alves Fonseca, que, aliás, cedo entraria, também, pelas colunas dos jornais, em polêmica com Tobias Barreto, disputa aquela que se prolongaria no tempo, e cada vez mais violenta, após a morte de Celso (Magalhães em 9/6/1879). É que para atiçá-la e alimentá-la, apareceria então a 10/9/1880, o periódico O PENSADOR, sob a direção de um professor lusitano radicado no Maranhão, Manuel de Bethencout, em cuja redação se alinhou a fina flor da intelectualidade jovem da terra, toda ela de pedreiros – livres e de admiradores de Augusto Comte: Aluizio de Azevedo, Agripino Azevedo, Eduardo Ribeiro, Pedro Freire, Paulo Moreira da Silva, Domingos Machado, Sá Viana e Artur Jansen Tavares de início. Depois se engajaram na luta contra o clero: João Afonso Nascimento, Paula Duarte, Vitor Lobato, João de Moraes Rego, etc. (MEIRELES, 1977, p. 254)

Esses homens foram expositores dos conflitos e novidades de sua época, como o positivismo, através de textos jornalísticos e literários. Em São Luís: “A Imprensa desempenhava, de certo modo, um papel de ligação, ou um papel de eco, ao ponto que nada do que se passava em Paris ou Lisboa era estranho à burguesia maranhense” (MÈRIAN, 1988, p. 187), possibilitando a um número maior de pessoas, acesso a essas temáticas:

Os positivistas de São Luís do Maranhão defendiam suas idéias em “O Futuro” e o “O Pensador”. O combate para o que começava a ser chamado de romance moderno inscrevia-se numa abordagem mais global. As relações que os jovens escritores haviam estabelecido com o romance, as ciências sociais e as ciências da natureza, levam-nos, de fato a considerar que as publicações relativas a estes campos inscreviam-se na mesma postura intelectual.

¹⁵Os irmãos Artur e Aluizio de Azevedo são exemplares em relação a essa diversidade. A sua formação teve aspectos domésticos (os pais foram os primeiros mestres), institucionais (Liceu) e de autodidatismo. Ver: Mèrian (1988, p. 38 a 52)

O escritor maranhense Aluísio de Azevedo, (1857 – 1913) uma das expressões dessas novas idéias, registrou, nos seus textos, esse momento em que os símbolos do antigo e do novo se encontravam, gerando manifestações de agrado, estranheza ou ambigüidade, em relação aos mesmos. Em crônica no jornal “O Pensador”, (20 out. 1880, p. 4) ele expôs sobre esse ambiente:

Essa Velha literatura a que chamamos plástica, de nada nos aproveitaria porque não poderia satisfazer as exigências materiais e positivas da nossa época. Hoje não podemos gastar tempo a impressionarmos com a forma, o que queremos é saber a idéia do fundo. A palavra escrita que antigamente era um instrumento de poetas lamuriosos e de romancistas piegas e imorais serve hoje para demonstrar um fato, desenvolver uma tese, discutir um fenômeno.

Nas novas relações sócio-políticas, bacharéis, médicos e letrados, assumiam uma visibilidade maior, como observa Ventura (1991, p. 122):

Com a difusão da escrita, as regras e normas tendem a se tornar explícitas e genéricas, o que entra em conflito com a vigência de valores tradicionais, ligados à tradição oral ou religiosa. À medida que a comunicação escrita adquire um valor de verdade e autoridade em relação às formas orais, cresce a importância dos letrados e especialistas, educados segundo princípios laicos e científicos. A expansão, ainda que restrita, da escrita e da literariedade, contribuiu para fortalecer as instituições burocráticas e distanciar o Estado da Igreja, gerando um dualismo entre o poder religioso e secular.

Portanto, impunham-se conhecimentos calcados em novos paradigmas, advindos das descobertas humanas que interferiam nas concepções religiosas, o que não significava o fim da influência desse poder no cotidiano. O mundo microscópico dos vírus e bactérias passava a dividir espaço com o castigo divino, para alguns poucos e influentes indivíduos. A capacidade inventiva do ser humano ampliava-se, possibilitando o desenvolvimento de tecnologias que permitiam deslocamentos mais sistemáticos e sociabilidades mais constantes. Isso levou a um contato mais intenso entre as pessoas, que para serem aceitas nesse universo, aderem a novos conceitos e tecnologias, seja de forma profunda ou superficial. Era preciso estar de acordo, saber se movimentar nos passeios públicos, avenidas, teatros, clubes, cinemas e conferências científicas. Homens e mulheres, que freqüentassem esses lugares, deveriam demonstrar “ciência das coisas”, saber falar, pois do contrário o ridículo, conforme observamos no relato de Mariano Castro do jornal “A Mocidade” (19 set. 1909, p. 3), quando demonstra qual a função feminina nessa nova ordem, ao acompanhar um homem: “Uma mulher sem educação, é o mesmo que uma pedra preciosa num pântano: brilha a quantos

passam, mas, ao se pegá-la, fica-se enlameado”. Prosseguindo a sua ilustração sobre a necessidade da mulher educar-se, o citado autor avança no relato:

Ocorre-me agora um caso que me contaram não faz um mez.
Um disdincto escriptor do Sul, vindo aqui pelo norte, ficou preso pelos encantos de uma moça, cujo pae era fazendeiro.
Casa-se e leva a esposa para conhecer a capital federal. Um dia levou-a a uma festa na Avenida Central e ao lá chegar teve uma exclamação sublime: “Iche! É gente! Onde todo esse povo fosse meu pai!...”
Que tal, leitores?

O discurso sobre a necessidade de prover homens e mulheres de educação, embora o dirigido às mulheres tivesse a função de ornato ou destinado ao favorecimento de outrem, já se manifestava de forma expressiva na segunda metade do século XIX, haja vista o texto de Aluizio de Azevedo no jornal “O Pensador” (10 dez. 1880, p. 4):

Do procedimento da mulher, saibam v. v. excs. depende o equilíbrio social, depende o equilíbrio político e depende todo o estado patológico e todo o desenvolvimento intelectual da humanidade.

[...]

Uma mulher, ignorante, supersticiosa e doentia, é mais perniciosa do que um facínora, armado até os dentes e solto no meio de uma povoação; até avançamos mais: uma mulher naquelas circunstâncias é ainda pior do que um padre máo! [...]

[...]

Para extinguir essa geração danada, para purgar a humanidade dessa sífilis terrível, só há um remédio: é dar a uma mulher uma educação sólida e moderna, é dar à mulher essa bela educação positivista, que se baseia nas ciências naturais e tem por alvo a felicidade comum dos povos. É preciso educá-la física e moralmente, prepará-la por meios práticos e científicos para ser bôa mãe e uma bôa cidadã; torná-la consciente de seus deveres domésticos e sociológicos; predispor-lhe o organismo para a procriação, evitar a diátase nervosa como fonte de mil desgraças, dar-lhe uma boa ginástica e uma alimentação conveniente a miotilidade de seus músculos, instruí-la e obriga-la principalmente a trabalhar. O trabalho é a base da dignidade, da saúde e da afirmação do dever.

O pensamento de Aluizio de Azevedo, filho de uma mãe instruída¹⁶ que fora vítima de preconceitos na terra ludovicense, expressava a influência de um viés positivista

¹⁶A mãe de Aluizio e Artur Azevedo chamava-se D. Emília Branco. Ainda na primeira metade do século XIX, separou-se do seu primeiro marido, Antonio Joaquim Branco, o que chocou a sociedade da época. Quinze anos depois, relacionou-se com David Gonçalves de Azevedo, pai dos filhos Artur e Aluizio Azevedo.

que se desdobrava em um texto realista¹⁷, e de uma vontade de progresso que não era bem visto, naquele momento, ao referir-se às mulheres, pedindo que se afastassem da excessiva influência religiosa, e dedicassem seu tempo, ao melhoramento da sociedade, pois seguindo o ideário, defendido por “O Pensador” (10 dez. 1881, p. 1)¹⁸:

A esfera da atividade humana tem duas partes cujo acordo deve produzir o bem estar social. A primeira parte - a vida pública, pertence ao homem. A segunda – a parte privada e particular pertence à mulher. O primeiro organiza a sociedade. A segunda a família.

Ao longo do século XX, assim como a educação, vai se reforçando o discurso da fragilidade e da necessidade de proteção do anjo tutelar da família - através de intelectuais de diversas vertentes. Por outro lado, cabia ao homem, a idealização de possuir a força e o intelecto, como reforça Coelho Neto (1864-1934):

O homem vive pelo cérebro; a mulher pelos ovários. A idéia é um óvulo que a razão fecunda. A mulher tem tanta responsabilidade no progresso do mundo como o pensador: ella concebe o ser, que é a força; elle medita a lei, que a dirige. Um homem enfesado é uma força perdida; uma lei imperfeita que desorganiza a vida social. O progresso humano depende, pois, de dois centros de geração: o cérebro e o útero (1928, p. 110).

Sendo considerada frágil e intelectualmente inferior, era preciso cuidado para não incorrer em tentações que as espreitavam. Por conta disso, Coelho Neto (1928, p. 28) sentenciava à desgraça mulheres desafiadoras de ordens como a matrimonial, dizendo:

Pois sim, julgas que alguém virá trazer pão às crianças quando ellas tiverem fome? Estás enganada. Não conheces o mundo, viveste sempre à sombra, como flor mimosa. Da casa de teus pais vieste para a minha companhia e eu, nunca permiti que abrisse o postigo negro que olha para a realidade.

Na transição do século XIX para o XX discursos dirigidos às mulheres reforçavam a idéia da sua tutela. Se não aceitassem essa condição, teriam que enfrentar uma realidade para a qual não estavam preparadas, pois passavam da tutela do pai, para a do marido. Por outro lado, aceitando a função que lhes fora destinada, seriam instrumentos

¹⁷“O Realismo se tingirá de naturalismo, no romance e no conto, sempre que fizer personagens e enredos submeterem-se ao destino cego das “leis naturais” que a ciência da época julgava ter codificado; ou se dirá parnasiano, na poesia, à medida que se esgotava no labor do verso tecnicamente perfeito”. (BOSI, S.D. p. 187).

¹⁸O jornal O Pensador, que tinha como subtítulo “Órgão dos Interesses da Sociedade Moderna”, entrou em uma acirrada polêmica com o jornal “A civilização” que defendia interesses e dogmas católicos. Ambos procuravam em editoriais e crônicas, atraírem as mulheres para as suas causas.

fundamentais na disseminação dos novos referenciais de Estado, com seus princípios de patriotismo, salubridade e civilidade.

O novo regime apresentado ao país abria-se para novas possibilidades e exigia novas posturas de homens e mulheres, porém, a diversidade e a complexidade da realidade, atropelavam os projetos de transformação, boicotadas por um cotidiano diferente do que era tido como ideal, pelos construtores da nova ordem. Antes mesmo de proclamada a república, evidenciava-se esse caráter no processo de transição, pois o ideário que sustentava essa mudança vinha de Estados com contextos diferentes do existente no Brasil, como nos aponta Schwarz (2001, p. 30):

Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil, as idéias estavam fora do centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo capital.

O novo ideário entrava em conflito com as condições sócio-econômicas brasileiras, fazendo com que, após a instauração da república, o país vivenciasse tensões de naturezas diversas. Expunham-se conflitos entre diferentes interesses em um Brasil que buscava uma identidade, assentada em paradigmas modernos, estabelecendo a idéia da legalidade e da instrução como códigos de acesso à modernidade como se lê no jornal “A República” (4 jan. 1890, p.1):

Para exercer o sagrado direito civil e político de –Votante –, o novo sistema de governo exige que o cidadão saiba ler e escrever.

Muito bem!

Quem não saber ler e escrever não merece o qualitativo de republicano!...

Que horror!...

É não querer gosar os foros de genuíno republicano!

É não querer exercer o sacratíssimo direito de votante!

É não procurar receber alguma instrução!

É ser completamente cego, no século das luzes!... Que máo gosto!...

É não querer saber nada, por amor ao ócio, o que é pecado mortal!...

É enfim, deixar de ser útil à sociedade, porque não pode conhecer o bem e o mal.

Assim, pois, venham adultos analphabettos.

Para aprender, todo tempo é tempo, que o tempo é dinheiro!

O discurso republicano instaurou um paradigma próprio, relacionando República à cidadania, modernização, novas tecnologias, ciência e instrução. A idéia do novo marcava

os projetos de reforma chegando-se até a propor um nome diferente para o Maranhão. No jornal “A República” (11 fev. 1890, p. 4), “A Voz de Tiradentes” (um pseudônimo), propõe:

Considerando: que o nome de Maranhão presta-se a ridículos equívocos e que esta palavra, apesar de origens históricas (Paraná Grande & &) é lexicographa e vulgarmente o engrandecimento da palavra maranha – tojos que tornam impraticáveis os caminhos, embrulhados, confusão, fraude nos negócios, intriga, embustes & &; e.

Considerando: que os nomes, por vezes influem nos destinos das nações, assim como individualmente nos destinos dos homens, e que o de Maranhão já de mais tem pesado sobre este povo, que deseja e quer desde 15 de novembro entrar de frente erguida e firmes passos na senda clara de ordem e progresso, divisa positiva de nossa gloriosa Revolução.

Não será de coherencia filosófica e revolucionária mudar o nome de Estado do Maranhão para Atlântida.

Uma nova ordem exigia um novo batismo e, em torno dessas possibilidades de renovação, estabelecer-se-á - no meio político mais liberal - a idéia de ser necessário mudar, principlamente a feição educacional do país, através de um projeto que permitisse o acesso de um número cada vez maior de pessoas, à instrução¹⁹, ampliando a possibilidade de incorporação dos que, até aquele momento, não tinham condições de exercer a cidadania. Segundo Rocha (2004, p. 18), esse projeto identificou-se com as seguintes idéias: “a) da exigência da incorporação do povo à nação; b) e da insuficiência do povo para o exercício da cidadania”. O analfabetismo, no discurso republicano, era um dos entraves que impossibilitavam a melhoria do país.

A República que vingou no Brasil, depois de toda articulação de intelectuais ligados a esse movimento, assumiu um caráter militarista e representativo, onde o elemento civil desapareceu, enquanto protagonista, no seu ato fundador. Os militares, articulados com os grandes produtores do sudeste brasileiro, depois de alçados ao poder, não estenderam à maioria da população, direitos à participação política.

A relação da República com poder público, que estendia teoricamente a cidadania a um número maior de pessoas, conflitava com um cotidiano que não parecia reconhecer esse pressuposto. O teatrólogo Artur (Nabantino Gonçalves de) Azevedo (1855-1908), antes, crítico da monarquia, “alfinetava” a ordem vigente, na peça “Viagem ao Parnaso” - encenada no Rio de Janeiro em 1891, era uma crítica a onda parnasiana, que tomava conta dos brasileiros, fazendo com que todos quisessem e acreditassem terem talento para fazer versos

¹⁹Cabe considerar que essas idéias não receberam a adesão de um grande número de políticos, que viam a educação em seus domínios com preocupação, pois pessoas instruídas poderiam tornar-se insubordinadas.

metricamente perfeitos - e questionava as supostas mudanças processadas pelo novo regime. Sobre isso o personagem Gilberto anuncia ironicamente:

Parece que, depois de proclamado o regime da liberdade e de independência, as manifestações deveriam cessar ou, pelo menos, diminuir de intensidade. Deu-se exatamente o contrário; nunca o Farâni e o Luís de Resende cravejaram de brilhantes tantas condecorações de ouro, nunca no globo foram encomendados tantos banquetes, nem ao Petit tantos retratos a óleo. (AZEVEDO, 1987, p. 516).

O novo imitava o antigo em condecorações, sinecuras e costumes, diziam os críticos do novo regime. Era imposta uma ordem estranha aos antigos defensores, e àqueles(as), que acreditavam que dali para frente, tudo seria diferente, conforme apreende o mesmo Aluízio de Azevedo²⁰ (1987, p. 484-485):

Apolo – Eu mesmo ignoro em que país estamos.

Lá vem um tipo. Interrogá-lo vamos.

Mas falemos em prosa,

Pois em verso tornamo-nos suspeitos.

Cupido – Coisa dificultosa!

Apolo – Como ia dizendo, andamos a correr o mundo, e por acaso viemos ter a esta cidade. O Senhor muito me obsequiria se nos informasse em que lugar estamos.

O Transeunte - [...] Na Pandigônia.

Apolo – E quem governa a Pandigônia? Um rei? Um imperador? Um presidente? Um Cônsul?...

Transeunte – Nada disso. A Padigônia é governada por famílias e não por indivíduos.

Cupido – Por famílias.

Transeunte – Sim, mas uma de cada vez, já se sabe. Como o governo é periodicamente renovado, há probabilidade de contentar a todos.

Apolo – É original! (vozeria dentro)

Cupido – Que bulha é esta?

O Transeunte – Uma pequena insurreição política. São mulheres que protestam por lhes ter sido negado o direito do voto. Elas aí vêm!

Coro das Mulheres Políticas

²⁰O texto teatral de Artur Azevedo (1891), não desconsiderando o tempo em que foi escrito, pode ser um interessante exemplo do que Roberto Da Matta (1997, p. 93-94) chama de elemento relacional entre indivíduos e leis. Para esse autor: “No Brasil ninguém escapa dos laços de família e dos elos de algumas amizades, do mesmo modo que nos Estados Unidos é impossível escapar da sua alma *mater* ou do seu social *security number*, ou do cartão de crédito. [...] No Brasil, ao inverso, há milhões que vivem sem conta bancária, número de INSS ou cartão de crédito. Mas ninguém existe de modo social pleno sem ter uma família e uma rede de laços pessoais imperativos e instrumentais”.

Não há maior iniquidade
 Do que este ataque à liberdade
 Deve a mulher,
 Haja o que houver,
 Votar e ser também votada!
 Se nada se alcançar,
 Um rolo aqui se faz!

Uma das mulheres – É uma tirania! Não há razão que se oponha a que nós votemos!
Outra – Protestemos com toda energia!
Todas – Protestemos!

Insurreições, como esta parodiada por Artur Azevedo, muitas vezes encaminhavam-se para a revolta social, como Canudos (1896-1897) na Bahia e muitas outras não citadas pelos livros didáticos. Em São Luís, por exemplo, em novembro de 1889, explodiram protestos violentos, quando do anúncio da proclamação da República na cidade. Monarquistas se mobilizaram para demonstrarem insatisfação, e contaram com a adesão de libertos que temiam que a Lei Áurea fosse abolida, protagonizando episódios como os narrados por Astolfo Marques (1912, p. 65):

Três ou quatro assaltantes, incluzive o crioulo porta-bandeira, caem instantaneamente mortos. Dezenas de feridos, uns graves, rolando ao estertor da agonia, nas pedras do calçamento da ladeira, aos gritos alucinantes, outros levemente, praguejando, clamavam por socorro, que não chegava.

[...]

A coragem dos salvadores do princípio monárquico se abatéra com os heróis tombados mortos pelas balas da força de linha e com os feridos que na rua, em frente ao edifício d' O Globo, jaziam inertes em rubras poças de sangue.

A cidade vivenciou ações republicanas dissonantes das que pensavam a República como o “Regime de Liberdade”. A junta governativa²¹, que assumiu em 18 de novembro de 1889, protagonizou ações punitivas contra os manifestantes pró-monarquia. Prisões e

²¹“O governo da ex – Província (agora Estado do Maranhão) foi entregue, pelo último Presidente Monárquico, Desembargador Tito Augusto Pereira de Matos (ocupou o cargo por três dias), a uma Junta Governativa Provisória, da qual fizeram parte o Tenente Coronel João Luís Tavares, Comandante do 5º. Batalhão sediado em São Luís, e os bacharéis Francisco de Paula Belfort Duarte e José Francisco de Viveiros. Ainda compuseram a Junta, o comerciante Francisco Xavier de Carvalho, o capitão Lourenço da Silva Milanez e os primeiros – tenentes Cândido Floriano da Costa Barreto e Augusto Monteiro da Silva. (COUTINHO, 1982, p. 207)

intimidações estimularam adesões de “republicanos, de última hora”. Para ilustrar as muitas interpretações que a república permitiu, é interessante citar essa passagem, narrada por Astolfo Marques (1912, p. 112), sobre o discurso de um orador que, embora fosse adepto da República, se indignava com as ações do grupo que assumiu a direção política:

Concidadãos! Esta forma de governo, que hora nos felicita, de República apenas tem o rótulo! A República, como deve ser, ainda não a temos, pois os bolos estão chovendo nos postos policiais, e cidadãos livres, como nós somos, os brasileiros, assistimos numa capital de antiga província, que sempre primou pela altivez e independência, ao degradante espetáculo de ver os nossos irmãos com cabeças raspadas à navalha, por fúteis delitos, a um simples aceno dum senhor Queiroz, desbrioso da sua farda! Abaixo, pois os tiranos! Viva a futura República!

A situação social e cultural da maioria da população, assim como o movimento citado, são exemplos da difícil conciliação entre um projeto e a sua efetivação, do encontro da representação com as vivências e a conciliação entre imposição e resistência.

O projeto da República compunha parte de um processo muito mais amplo, que se traduzia, na moda e no comportamento de homens e mulheres, que se encontravam nos espaços de convivência, onde novas situações envolviam categorias sociais que acreditavam pertencer à base de cidadãos que compunham o país. E nesses espaços o debate sobre as mudanças e permanências de códigos relacionais, como o descrito, pelo Jornal “A Pacotilha” (11 jul. 1900, p. 2) era mais estimulado:

Os direitos da mulher

Lemos no “Paiz” esta local, sobre a apresentação d’uma senhora para fiel do thesoureiro da nossa delegacia:

Agita-se no Ministério da Fazenda uma questão, que por não ser comum na história do nosso funcionalismo público, merece a luz da publicidade.

[...]

O caso (não se desse elle no nosso paíz) forneceu o ensejo à discussão do poder, não pode, ser nomeada, dando logar a consultas e pareceres, cada qual mais abalisados em conceitos jurídicos, outros cheios de tiradas occasionais, e, finalmente, caiu sob as vistas do Sr. Ministro da Fazenda que se manifestará em breve a respeito.

[...]

O que é facto é que o caso merece uma solução favorável ao nosso paiz, onde já a tribuna judicial, a clínica médica e outros ramos da actividade humana, têm attestado a competência femenina, que se deve estender agora, até ao funcionalismo.

Já que se está na América, que se dê mais este passo em prol dos direitos da mulher.

A discussão sobre a função feminina, bem como a sua educação adquiriu mais expressividade na sociedade desse período. Pensava-se em conceitos, como povo e nação, procurando-se identificar as capacidades e possibilidades de sujeitos sociais, que mesmo já

existentes e atuantes sob diversos aspectos, não eram vistos pelos segmentos dominantes, como tal. Esse “universo submerso” que aparecia sob a denominação de povo e mulher, era convocado a entrar em sintonia com mudanças, articuladas com novos símbolos do progresso e com os discursos específicos sobre a função de cada um. A educação/instrução das crianças e das mulheres seguindo determinadas modelações era, então, parte desse programa de desenvolvimento proposto para o Brasil.

1.2 Educar mulheres para o bem público

São Luís, no início do século XX, era uma cidade que respirava ares de um cosmopolitismo novecentista e experimentava as transformações e novidades inerentes ao novo século. A capital não se encerrava no limite da sua condição geográfica de ilha, comunicando-se com capitais brasileiras e de países europeus, consideradas referendos da civilidade moderna. Além do contato direto, estabelecia com esses centros uma intensa troca de comunicação, através de revistas e jornais, patrocinados ou produzidos por oficinas e sociedades literárias, formadoras de uma rede de intercâmbio no país, sendo por conta disso, agentes da permuta de notícias e costumes. Esses grupos também eram promotores de eventos que permitiam convívios cada vez mais intensos, entre intelectuais e estudantes que elaboravam meios de promoverem atividades lúdicas e eruditas na cidade, como o citado a seguir pelo Jornal “A Pacotilha” (30 dez. 1914, p. 1):

As diversões

Conforme noticiamos, a Sociedade Estudantal(il) Machado de Assis e a Escola Literária Gonçalves Dias levaram a efeito, na noite de hoje, uma diversão familiar.

Constará essa festa de uma representação teatral, no prédio n. 25 à rua do Alecrim, esquina de São João, precedida de uma conferência humorística do consórcio Astrolábio Caldas intitulada “Os apuros de uma festa estudantal” cujo trabalho será auxiliado pelo caricaturista Evandro Rocha.

Na sessão teatral tomarão parte os estudantes Astrolábio Caldas, Santinha Kert, Evandro Rocha, Raul Viana, Francisca Ribeiro, Olímpio Lima e Erico Jansen, que servirão na revista “Te agüenta”, do amador Castro Arlich.

No “Cada doido” farão os papéis Castro Arlich, Zuleide de Jesus e Lauro Lima.

O último ato constará de variedades, que estão a cargo de diversos estudantes.

O acompanhamento será o piano e está a cargo da prof. normalista Maria das Neves dos Santos.

A Sociedade Estudantal Machado de Assis projeta novos festejos para a comemoração do ano bom, os quais, segundo ouvimos, constarão de uma palestra literária e uma modesta soirée dançante no palacete à rua Afonso Pena, n. 4.

A idéia do recato feminino, dentro dos preceitos da época, não impedia o convívio e a diversão entre os/as estudantes de São Luís, fruto de um processo em que a mulher buscava e recebia mais informação e instrução, sendo vistas como fundamentais para melhorar a qualidade do povo, conforme a premissa que defendia: “o estado de civilização dos países se deve medir pela importância do papel social que nelles representa a mulher” (A CAMPANHA, 15 jul. 1903, p. 1).

Se anteriormente atribuía-se às mulheres a importante função de coadjuvante nas coisas do lar, agora, deveriam também acompanhar as propostas republicanas agindo em conformidade com as estratégias da ordem instituída para melhorar a sociedade. Daí para diante, uma viragem expressiva no mundo de mulheres, que em longos processos de avanços e recuos, lutaram para imiscuir uma ordem, que continua a se construir cotidianamente, no sentido de serem percebidas como autônomas e capazes.

A viragem desse processo no ocidente ganhou fôlego no século XVIII, sob tutela do pensamento iluminista, com o projeto dos Estados Nacionais de instruir o povo. Iluminar, ilustrar com o conhecimento a escuridão da ignorância, compreender o mundo e os fenômenos de forma autônoma em relação aos ditames da Igreja, passou a ser um discurso corrente entre homens e mulheres instruídos(as).

As teorias sobre a capacidade do intelecto humano, também, tornaram-se expressivas a partir da Europa, que vivenciava: o impacto do questionamento dos privilégios nobiliárquicos, o contato com povos de “novos” continentes e as novas descobertas científicas. Sob esse último aspecto, desenvolvem-se diversas teorias sobre o comportamento humano, sob bases consideradas racionais. Em relação à mulher, tornou-se corrente a defesa de teorias de uma “natureza feminina” inferior à do homem, embora não tenha sido incomum ao século XVIII e XIX, a presença de intelectuais mulheres, que desafiassem essa ideologia que teimava em deixá-las no recôndito do lar. Um pensador do século XVIII, A. L. Thomas, (1991, p. 109) reagiu a essa “indisciplina” feminina escrevendo:

Ao mesmo tempo, e nesse roldão geral que tudo arrasta, o gosto pelo convívio das mulheres aumentou. A sedução mais fácil ofereceu, em toda parte, mais esperanças. Os homens viveram menos juntos; as mulheres menos tímidas, acostumaram-se a tentar liberta-se de uma obrigação que as honra. Os dois sexos se desnaturaram; um deu demasiado valor aos prazeres, e outro à independência.

Novas sociabilidades iam se desenvolvendo, o que para poucos era um prazer; para outros, incômodo ou perigo. Entre intelectuais, persistia a idéia de que era o útero, e não

o cérebro, que comandava as ações femininas, sendo perigoso o descontrole dessas atitudes, no que se refere aos tradicionais papéis a elas imputados.

O discurso da inteligência e do conhecimento ilustrado, como um instrumento que deveria ser utilizado a serviço do bem estar do lar, chegou ao Brasil de forma mais efetiva no século XIX, quando se ampliavam o discurso hingiênista, as possibilidades de contato entre as pessoas, devido ao processo de urbanização, e à melhoria de transportes e comunicação, que se desenvolvia em algumas cidades brasileiras. Diversificava-se e ampliava-se a publicação de livros e jornais, dinamizam-se atividades culturais, exigindo que mulheres e homens estivessem mais atentos aos acontecimentos à sua volta. No Brasil, expandem-se cursos superiores, escolas como a Politécnica, Liceus, Institutos Educacionais Femininos, Escolas Normais, enfim, a instrução de modo geral, exigindo, como diziam alguns cronistas, que não se fosse só bela e prendada nas coisas do lar. A peça “Uma véspera de Reis”, de Artur Azevedo (1983, p. 93), encenada pela primeira vez na Bahia em 1875, capta essa nova atmosfera, demonstrando-a através do seguinte diálogo:

Emília – Com licença. O tacho ainda está no fogo

Bermudes – Que boa dona de casa está ali se formando em comadre?

Reis – Temos trabalhado para fazer dela não só uma boa dona de casa, como diz você; mas também uma senhora que saiba entrar numa sala...

Francisca – Lá isso é verdade!

Bermudes – Nunca lhe doam as mãos, compadre!

Reis – Já aprendeu francês, inglês, um bocadinho de italiano...

Bermudes – Deveras?

Francisca – Sim senhor; e está agora arrecordando o português...

Reis – Olhe! (aponta para o piano)

Bermudes – Piano heim?!

Reis – É como vê!

Até esse momento a preocupação era preparar bem a mulher para arrumar, o que se considerava, um bom casamento, e apresentar-se bem junto ao marido sabendo “fazer sala” às visitas e não fazendo feio nos eventos públicos. Posteriormente outra preocupação se junta a esta. As mulheres, se bem instruídas, cuidariam melhor dos seus filhos e contribuiriam, de forma mais eficaz, com os projetos nacionais de desenvolvimento que ganhavam força em meados do século XIX.

Já no século XIX, o assunto começou a ser tratado em conferências - organizadas por estudiosos que, além de demonstrarem a sua oratória, tentavam ganhar adeptos para as

suas causas - jornais e outras publicações. No jornal “Echo da Juventude” (26 mar. 1865, p. 121 – 122) tem-se o registro desse ideário, que impregnará a atmosfera pró-republicana e republicana brasileira, defensora de mudanças via educação, iniciando-se esse processo pelo lar:

Em todos os países civilizados procura-se hoje dar o maior desenvolvimento possível à educação do povo.

[...]

Já se foi o tempo em que a ilustração popular era considerada como um perigo para os thronos e para a ordem. [...]

A França, a Alemanha e a Inglaterra, nações que sempre invocamos para exemplo quando tratamos de qualquer melhoramento moral ou material, não se esquecem de velar com solicitude e efficacia nessa poderosa alavanca da perfectibilidade; apesar de sua alta civilização e do modo regular e proveitoso porque ella tem sido espalhada por todas as classes.

O editorial, assinado por “Addus” avança para a questão do papel da mulher – mãe, na constituição de uma ordem mais propícia à civilidade moderna, observando:

Antes de tudo é preciso attender aos usos e costumes, aos princípios inoculados no coração dos meninos pela família, ao grão da civilização em que nos achamos, para ir pouco a pouco introduzindo novas idéas, novos melhoramentos nesta delicada e importante matéria.

[...]

Como, porém, pode isto fazer-se entre nós, onde não há verdadeiras escolas, onde grassam em larga escala infundados preconceitos, onde o menino é levado *malgré lui*, a um fim occulto na vontade de seus pais e muitas vezes diametralmente opposto à sua vocação? O ensino elementar deve ter começo no regaço materno, a fonte enexaurível de amor, o berço fecundo de todas as maravilhas do coração.

Nos braços da mãe que o menino aprende a balbuciar o som misterioso, que em breve se transforma na syllaba e logo depois na palavra e na oração. (ECHO DA JUVENTUDE, 26. mar. 1865, p. 121-122).

Formar pessoas para um ideário, que rompesse com as tradições arcaicas e sem serventia em um mundo que impunha novas condutas; e “inocular” o efeito “perverso” de costumes inadequados à civilização, só seria possível com a educação “que viesse de berço”, defendiam os propagandistas dessa nova ordem. Civilizar a pátria implicava mães civilizadas²², como defende Coelho Neto anos mais tarde (1911, p. 140):

²²O conceito de civilização nesse texto está de acordo com a perspectiva de Norbert Elias, que entende a mesma como um processo que se instaura de modo profundo no indivíduo, estando de acordo com contextos específicos. “Em outras palavras, com o avanço da civilização a vida dos seres humanos fica cada vez mais dividida entre uma esfera íntima e uma pública, entre comportamento secreto e público. E esta divisão é aceita como natural, torna-se um hábito tão compulsivo, que mal é percebida pela consciência. (ELIAS, 1994, p. 188 – 189)

Não penses que o patriotismo consiste apenas no sacrifício de sangue feito pelo soldado... a guerra é o lance extremo. O patriotismo funda-se na dedicação, no respeito, no amor, em summa, de quantos interessam-se pela prosperidade do paiz nativo.

E é à mulher, minha filha, o ser fraco, cabe a responsabilidade maior nesse trabalho, porque o Senhor, no dizer dos livros, criou a alma do Homem infundindo-lhe no corpo o seu hálito divino, a mulher mae deve inspirar ao coração do filho o bom exemplo, que é o gérmen da perfeição.

Por isso convém que a educação da mulher seja guiada com todo escrúpulo, porque o seu destino na terra é continuar a vida, perpetuando o amor.

As mulheres, devido ao convívio cotidiano mais estreito com as crianças, constituíam-se em elementos primordiais do intento de transformar o país, a partir do lar. Sociólogos, psicólogos e principalmente médicos que se constituíam nos novos sacerdotes contemporâneos, aludiam para a importância da mãe na formação de crianças inteligentes e saudáveis, incentivando-as a buscarem os novos conhecimentos, adequados e necessários às mesmas, como observa Almeida (2004, p. 61-62):

A figura da mulher atuante na escola-mãe que redime e encaminha para uma vida de utilidade e sucesso, é esculpida em prosa e verso. Nessa visão constrói-se a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciência.

Na segunda metade do século XIX, perpassando pelo XX, eram muitos os defensores de uma educação feminina e poucos (e também poucas) os(as) defensores(as) de uma educação feminista. Embora, por parte dos positivistas, haja de fato uma valorização da função social feminina, esta se desenvolverá em torno do conceito da abnegação, bem de acordo com o ideário católico, em favor da família, vista como o microcosmo social, para esses pensadores²³. O apóstolo do positivismo, Teixeira Mendes (1881, p. 84), crítico do feminismo, que para ele, traduzia de forma equivocada a superioridade da mulher em relação ao homem, evidencia qual a função feminina para a pátria, no credo positivista:

Assim é que domina o sentimento na constituição da família, realizando-se as uniões na quase totalidade dos casos sem as preocupações com o dote. A monogamia está até hoje ao abrigo de ataques; e a mulher mantém-se apartada de qualquer trabalho exterior. Para atingir a época normal bastará completar a monogamia pelo dever da eterna viuvez, espontaneamente aceito, o que constitue a systematização de um

²³José Murilo de Carvalho na obra “**A Formação das Almas**” (1998, p. 75-108) analisa a relação entre positivismo e catolicismo na elaboração da imagem feminina.

costume quasi geral entre nós. E em segundo lugar, desenvolver a influência educadora da mulher, fornecendo-lhe instrução que lhe proporcione o conhecimento positivo do mundo, da sociedade e do homem, isto é, o ensino da ciência abstracta e das artes liberais. Desde então Ella poderá dedicar-se exclusivamente à educação dos filhos até a idade de 14 annos; e a consequência será o desaparecimento desses quartéis de crianças que se denominam os colégios.

Semelhante instrução não póde ser dada pelo estado; mas desde já é possível convergir todos os esforços para a distribuição geral do ensino primário constituído pela leitura, escripta, contabilidade, desenho e música. O resto só poderá resultar da propaganda para qual é incompetente o governo.

O objetivo do credo positivista era deixar claro que não deveria haver equívocos, em relação à função de cada indivíduo na sociedade, sob o risco de se comprometer a ordem e a possibilidade de um progresso sustentado nos princípios da solidariedade. Só assim seria possível uma evolução sem revolução, como era próprio a esse pensamento. À mulher cabia o dever de se instruir para ensinar os filhos.

Lido contemporaneamente como conservador, o positivismo possibilitou muitas interpretações, por seus(as) contemporâneos(as), como o exemplo de Nísia Floresta, que o ressaltava no tocante à valorização feminina (a palavra mulher, só era escrita com M maiúsculo). Embora a imagem de anjo tutelar tenha sido reforçada nesse pensamento, o discurso da mulher como educadora dos filhos, impulsionou também a sua formação intelectual. Ao estabelecerem contato com o mundo letrado, contrariamente às expectativas positivistas, rompiam com a exclusividade do espaço doméstico, passando a exercer atividades profissionais reconhecidas, fora deste. Muitas mulheres processaram o que Certeau (2002, p. 94) denominou de “inversões discretas”, articuladas no interior da ordem:

Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se, uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como “consumo”, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria seu lugar?), mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos.

Dessa forma, o processo de assimilação do modelo ideal feminino nem sempre se efetuou da forma que alguns articulistas - defensores de uma ordem que à mulher cabia a acomodação na função materna - pensavam. Algumas, cientes de que eram as responsáveis pela “regeneração” dos costumes, movimentaram-se no sentido de alterar aqueles que as colocava em uma escala de inferioridade intelectual, possibilitando o rompimento com limitações históricas dirigidas às mesmas como é o exemplo do sufrágio. As já citadas

mulheres sufragistas, da peça de Artur Azevedo, representavam um motim feminista - pouco estranho para o mundo das artes representativas, espaço onde as mulheres já atuavam, embora tivessem, por conta desse trabalho, a moral questionada – que ia timidamente tomando espaço, na consciência de algumas que exortam, através de seus escritos, para uma mudança.

Muitas mulheres, tomando a “pena”, mostraram-se grandes empreendedoras, posicionando-se contrariamente às idéias que consideravam a educação feminina como adorno. Manifestações femininas contrárias às interdições legais e consuetudinárias, dirigidas a elas, foram alvo de contestação, conforme observamos no fragmento abaixo, escrito por Luiza Thienpont do Jornal “A Família” do Rio de Janeiro intitulado “Instrução da Mulher” (3. abr. 1890, p. 1-3):

Hoje muito mais do que nunca, urge estudarmos, ilustrarmo-nos, não nos limitar a estudos superficiais e fúteis, que nos impossibilitam de defender as nossas opiniões, as nossas próprias idéias que geralmente atribuem à insubordinação das teorias de outrem.

Opinião de mulher! Dizem com ferina ironia, como quem fala d`uma mercadoria reconhecidamente péssima. Como isso confrange a alma! Como é para lastimar este estado de coisas!

E deve continuar?

Não, mil vezes não!

Subordinar-nos àquela passividade inconsciente, àquela sujeição ilógica, não poder emitir nosso pensar, não agir senão movidas pela máquina da rotina, dizer sim porque os outros dizem sim, não porque os outros dizem não, isso numa nação onde já aceitaram as leis fecundas da liberdade!

Seria, creio, um crime sociológico pelo qual, mais tarde, os eruditos e os historiadores, com razão pediriam restritíssimas contas, lavrando uma sentença contra nós, que nos dedicamos aos estudos e ao jornalismo, se acompanhássemos indiferentes este estado de coisas. Felizmente n`família somos 27 a protestar.

Portanto, a leitura da utilização do recurso da instrução, não era feita da mesma forma, por homens e mulheres que partilhavam a defesa da mesma. Muitas seguiram enfrentando a sua suposta inferioridade intelectual, conseguindo desenvolver a arte de manusear de outro modo, produtos que lhe foram impostos, produzindo “inversões discretas” em relação ao que foi pensado originalmente para elas. (CERTEAU, 2002) No entanto, não era fácil às mulheres saírem do ambiente do lar, tido como natural, e enfrentar o pensamento muito comum à época de que a instrução, dependendo do uso que se fazia dela, poderia ser perigosa. Intelectuais como o Dr. Viveiros de Castro, (1890, p. 21) professor de direito criminal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, reforçava esse ideário quando proferia:

A instrução exalta as curiosidades, sempre perigosas, nas pessoas nervosas, de imaginação ardente, como as mulheres e os adolescentes. Quantas mulheres não têm

sido pervertidas pela leitura de romances, de livros de sensação de dramas judiciários. [...] A que impulsividade conduziram tais sentimentos exaltados pela leitura, transformados sob a sedução do estylo e os paradoxos de certas escolas literárias.

Quando se tratava do acesso da mulher ao conhecimento, havia uma permanente tensão entre instrução e controle, o que aponta para a existência de insubordinações femininas, frente às tentativas de normatização de sua conduta, em falas e representações sobre as mesmas.

Mulheres, pelo menos as que tinham meios para isso, também acompanharam as transformações em curso, buscando atuar de forma diferenciada à medida que tinham acesso a novas informações como observa Costa (1999, p. 259):

[...] A urbanização insuflou este movimento promovendo a mulher em vários sentidos. Concedeu-lhe, por exemplo, a maioridade enquanto consumidora de artigos industrializados. Habitou-a ao gosto mais refinado do comércio e da moda européia. Em seguida, levou-a ao requinte do corpo e do espírito. A mulher instruiu-se e cultivou-se. Passou a ler mais. Sobretudo romances, onde encontrava freqüentemente opiniões favoráveis ‘a emancipação feminina.

Se essas iniciativas recebiam adesões, por outro lado, desencadeavam reações contrárias, pois, como evidencia Costa (1999, p. 261) “A carreira emancipatória da mulher tinha que ser embargada [...]”. Para tanto, se reforçava através de discursos considerados competentes como o médico e o jurídico e das instituições de ensino, como a Escola Normal, um projeto de educação voltado para as necessidades da nação, que não abalasse a ordem androcêntrica da sociedade. A tentativa de afastar mulheres da área médica e jurídica, proibindo a entrada das mesmas nas instituições de ensino superior dessas modalidades, foi uma das estratégias dessa ordem²⁴. Nas instituições escolares em que elas tinham acesso, isso se efetivará através da permanência de diferenças curriculares, capazes de manter uma feição educacional específica para cada um dos sexos:

A educação que se propunha para as mulheres não visava, portanto, a liberdade de decidir o seu destino. O que se pretendia era garantir, através de sua formação, a introjeção daqueles princípios, (diligência, habilidades domésticas, delicadeza, simplicidade, recato, pureza, etc), além de equipá-las, mais adequadamente, com instrumentos que lhes possibilitassem exercer as funções que lhes reconhecia como próprias – a da esposa e mãe. (SOIHET, 1997, p. 19).

²⁴É importante considerar que essas proibições inibiram, porém não evitaram que no final do século XIX e início do XX, algumas poucas mulheres atuassem nesses espaços profissionais.

A persistência nos currículos de disciplinas como Bordado, Corte e Costura e Economia Doméstica evidenciavam esses objetivos. O pensamento, reforçado pela medicina, que dissecava corpos e acreditava dissecar também comportamentos humanos, materializou-se em muitas mulheres que foram chamadas a compor um projeto social, que exigia uma instrução específica, além de um corpo saudável, para empreender a cruzada civilizadora, a partir do lar. Os anúncios sobre remédios apreendiam essa atmosfera modeladora, conforme podemos observar no intitulado “Um Segredo de Belleza” divulgado no Jornal “Diário do Maranhão” (12 fev. 1911, p. 3):

No século passado o que se admirava nas mulheres era serem, delicadas, pálidas e lânguidas. Mas essa moda já passou. O que hoje captiva a maioria dos homens é a classe de beleza que demonstra saúde. Agora a mulher deve ter olhos vivos, lábios vermelhos e faces rosadas. É o sangue puro e rico que dá aos olhos vivacidade e brilho, e que, comunica aos lábios e às faces as suas cores sãs. É com as Pílulas Rosadas do Dr. Williams que se transmite às veias o sangue novo, puro e rico.

O corpo e a conduta feminina eram parte de um projeto de mudança, articulados com “um saber poder” que incidia “[...] ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre os organismos e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e reguladores [...]” (FOUCAULT, 2000, p. 302).

Os textos de livros e jornais, ao mesmo tempo, que divulgavam normas de comportamentos pensadas como pertinentes, também deixavam escapar nas entrelinhas, brechas sobre a existência de muitas mulheres que, provavelmente, não conseguiam encaixar seus desejos, conhecimentos e estética, nas modelações dominantes. O jornal o “Canhêto” (26 fev. 1913, p. 1), produzido por estudantes do Maranhão, nos traz um exemplo deste conturbado universo, na coluna, intitulada de “Folha Solta”, de autoria de Bismark:

A mulher só encheria o que pode agradar a sua vaidade, olvidando a ventura que a rodeia, não sabendo ella que veio a este mundo para servir de companheira ao homem, fazendo a sua completa felicidade, e para isso é preciso que se eduque para que possa conhecer os meios que lhes inspirem os gostos os quaes lhe fação conseguir a sua glória; porque assim não tenha de certo motivo de se queixar do seu destino.

Era sempre ameaçadora a fala dirigida à insubordinação feminina, forma bem manifesta nos romances modernistas, quando as desafiadoras da ordem matrimonial, por exemplo, acabavam sozinhas e na miséria. Ainda assim, textos femininos, de forma explícita ou não, expunham a vontade de fazer-se ouvir e traduziam, ao seu modo, indignações com a

leitura masculina do mundo e das mulheres, como Laura da Fonseca e Silva no jornal “O Postal” (21 dez. 1919, p. 3) evidencia:

ARRUFOS

O mau costume de julgar por si...
Assim os homens julgam as mulheres,
Tu julgaste-me assim, já não me queres,
E, maguada, minha alma inda sorri.

Só por causa de uns versos que escrevi
Sem maldade, maldoso, assim me feres...
Sabes que mais? É como tu quizeres.
E hei de mostrar que sei viver sem ti.

Que diferença quando te comparo!
Pelo espírito e pelo coração
Eu te julgava acima de plecaro

Mas, entre homens não quero outro, não.
Si tu és assim, sendo quem és meu caro,
Calculo os outros homens o que são.

Ecos de insubordinações. Versos em resposta a uma possível interdição, sofrida por uma mulher por conta do uso da escrita, lido talvez pelo mundo masculino, como inadequados a esse sexo.

Logo, argumentações para que as mulheres cumprissem uma suposta função natural de servir ao homem, não impediram manifestações de muitas que expressavam, de diferentes formas, o que queriam. Muitas buscaram profissionalização em diversas áreas, embora o mito da rainha do lar as acompanhasse. Ao longo do século XX, pressionaram em favor de mudanças, não apenas em questões explícitas como o sufrágio. Também, em micro-relações cotidianas traduzidas: no desejo de escrever sobre sentimentos e expô-los; de instruir-se; de conversar sobre qualquer assunto; de locomover-se sem um acompanhante; consumir as novas modas; circular em ambientes letrados, enfim, sobreviver dignamente de um trabalho.

Essas mudanças, decorrentes de inúmeras situações que se processavam no ocidente, como a urbanização, desencadeavam novas posturas diante do novo. Ocupar os espaços criados pelo traço moderno, expor-se à noite com as possibilidades que uma iluminação pública de melhor qualidade oferecia, levava à adequação dos costumes. Novos lugares, novas linguagens, novas denominações, inclusive, para os periódicos, que circulavam na cidade e, apreendiam essa atmosfera como é o exemplo do jornal “A Avenida” (19 set. 1909, p. 2) que se propunha a ser um veículo dessas novidades, como registra esse fragmento:

Dizem os puristas, e neste número nós nos contamos, que a locução *fazer avenida* é um galicismo. E, realmente, acertam. Mas há expressões noutras línguas, que não encontram na portuguesa uma correspondência exata. Assim, do inglês *flirt*, Garret criou o verbo *flirtar*. E a própria palavra *avenida* é nova no nosso idioma.

De acordo com o periódico, fazer avenida denotava: expor-se, ver, admirar, ir, passear, percorrer, flunar e andar. Buscando como referendo dessa prática Madri, Paris, Roma, Lisboa, Rio de Janeiro e Recife, ele apontava para as possibilidades que a cidade oferecia, citando espaços urbanizados e denotando a necessidade desse novo comportamento, que “doravante, num crescendo animador, pondo na pacata S. Luiz um borborinho encantador, que extinguirá de vez, os velhos hábitos de clauzura. – F”. (A AVENIDA, 19 set. 1909, p. 2).

O abandono da clausura implicava saber comportar-se, estar a par da moda, frequentar as diversões permitidas, partilhar vivências escolares e ter condições de desfrutar as guloseimas oferecidas nessas ocasiões. Implicava também uma vigilância maior, em relação às mulheres, para que não fossem vítimas de uma exposição inadequada, frente a uma cidade que mantinha o antigo hábito do boato, comum a um provincianismo evidente. Logo, como observa Euclides Faria no Jornal “A Primavera” (21 nov. 1909, p. 2-3) era preciso cuidados ao transpor os limites do doméstico e ir *Fazer Avenida*:

[...] Ali vão muitos sujeitos,
trajando o rigor da moda,
mettidos na grande roda,
onde têm certos direitos;
andam com as moças de braço,
dizem pezadas pilhérias,
não tratam de couzas sérias,
mostrando desembaraço;
soltam risada estridente,
fazendo feios esgares,
contam anedocta indecente,
que ouviram nos lupanares;
querem passar entre as bellas,
por grandes conquistadores,
porém são tidos por elas,
por simples empatadores!...

Sofrem desfeita sem conta
de muitas moças sisudas,
e nunca o brio desponta
nas próprias caras barbudas.
Depois nas lojas, nas ruas,
o typo fala em conquista
que já teve uma entrevista
e prometeram mais duas;
que a jovem dona Fulana

jurou p`ra sempre adoral-o,
que quando vê seu Cavallo
até com elle se engana!

E para ter essa fama,
com torpeza adquirida

mette-se gente na lama,
se vae fazer avenida.

Essas convivências mais sistemáticas de homens e mulheres exigiam novos mecanismos de controle sobre o sexo feminino, que corria o risco de ter o seu nome atirado na “lama”, caso não soubesse apresentar-se provida de uma etiqueta que lhe permitisse sair de casa, sem com isso, afastar-se dos referenciais de recato e decência que agora não tinham mais a ver com a simples reclusão, demandando uma postura própria no caminhar, sentar, falar, olhar, sem que se descuidasse do vestir.

A instrução acabou nesse contexto, por se constituir em um vetor dessas novas maneiras de “ser feminina”, sendo bastante útil nesse propósito. Possibilitou também, o alargamento das oportunidades de trabalho, e não raro questionou, de forma explícita ou não, consciente ou não, os ditames normativos que formatavam a imagem de fragilidade e dependência feminina, em relação ao homem, entre os segmentos favorecidos pela instrução da sociedade. A trajetória das normalistas, no início do século no Maranhão, inseriu-se nesses procedimentos, peculiares às primeiras décadas do século XX, que tentava equilibrar os valores tradicionais em meio às mudanças que se processavam nesse período, em que os discursos e ações dirigidos às mulheres, principalmente no referente à sua instrução, assumiram grande visibilidade.

2 A ESCOLA NORMAL: uma trajetória breve

A perspectiva de instruir e formar uma nação, amparada no discurso republicano predominante, levou os novos dirigentes, empossados sob a égide da República, a pensarem estratégias legais a respeito da questão educacional, acreditando que poderiam sanar os problemas econômicos e sociais do Brasil, ao criar uma cidadania, via instrução. As reformas educacionais efetivadas no Maranhão, imediatamente após a adoção do regime republicano, buscaram a resolução desses problemas, conforme a divulgação feita no jornal “A República” (17 abr.1890, p. 2-3):

Foi hontem assignado o decreto, que reorganisa a instrucção pública do Estado, que publicaremos na integra.

Acham-se consagrados na reforma os princípios salutaes, que presidem ao desenvolvimento e a efficácia do moderno ensino.

A instrucção mixta, o curso normal, a manutenção e alargamento de todas as escolas primárias, um método de fiscalisação efficiente e a creação de novos cursos no Lycéo Maranhense são os elementos sobre que assenta a utilíssima reorganização, ou antes creação do ensino público neste Estado. O eminente serviço, que se liga à essa reforma, dispensa quizer louvores que por ventura devesse prodigalisar a população agradecida ao digno Sr. Governador.

O mencionado “Projecto de Reforma do Ensino no Estado do Maranhão” apontava para a necessidade de ampliação do sistema educacional, considerado extremamente deficitário carecendo, portanto, de mudanças expressivas por parte dos dirigentes republicanos. A junta governativa, que assumiu no Maranhão, tomou as deliberações sobre a questão educacional com base em levantamentos encomendados a uma comissão incumbida da reforma da Instrução Pública do Estado²⁵, que concluiu e indicou, a partir do mapeamento, o seguinte:

²⁵Essa comissão foi constituída pelas seguintes pessoas: Dr. Manoel José Ribeiro da Cunha (médico, membro do Conselho de Intendência que tinha a função de organizar o município de São Luís, após a proclamação da república e dirigiu a Instrução Pública do Estado de 1890 a 1895), Joaquim (de Sousa Andrade) Sousândrade (1832-1902), poeta, professor e republicano, participou da comissão que redigiu o primeiro projeto de Constituição Republicana e concebeu a bandeira maranhense. Joaquim da Costa Barradas (advogado); Francisco de Paula Belfort Duarte (advogado, redator do jornal “O Globo”, periódico pró-republicano e do jornal “A República” e ainda integrou a primeira junta provisória que governou o Maranhão). João Henrique Vieira da Silva (desenvolvia atividade política e era sobrinho do Senador Vieira da Silva) e Manuel de Bétencourt (jornalista, editor do jornal “A Campanha” e escritor). Os componentes da aludida comissão, assinaram o projeto de reforma da instrução. Ver: jornal “A República” (17 abr.1890, p. 3).

Tem esse Estado 87 escolas do sexo masculino e 59 do feminino, o que perfaz o número de 146, e, suppondo que a frequência média nas ditas escolas é para um e outro sexo de 50, temos uma população de 7.300 creanças a frequentar as aulas públicas. Sendo a população total do Estado de 400.000 habitantes aproximadamente e calculando que o número de creanças, no caso de frequentar as escolas, seja de um décimo da população total, que é uma aproximação também, tem-se 40.000. Suppondo ainda que em escolas particulares, seja a população escolar tão numerosa quanto como nas públicas, tem-se o número de 14.600, adicionando a população escolar das duas espécies de escolas, que comparado com o provável de creanças capazes de frequentá-las, dá uma razão de pouco mais de 36%, o que significa simplesmente que, de 100 creanças entre nós, só 37 se beneficiam das vantagens da instrução, condenadas 63 a serem analfabetas. (A REPÚBLICA, 22 mar.1890, p. 2).

A situação, descrita pelos relatórios, tornava-se ainda mais preocupante, pois a comissão entendia que esses dados oficiais não representavam, de forma fidedigna, a realidade instrucional do Estado:

Porém, se ainda assim fosse, haveria motivo para nos contristarmos, mas não para que o desânimo de nós se apossasse. Mas não é; e esta frequência que supomos nas escolas é toda illusória, não repousa em bases, certas estatísticas. Essas 146 cadeiras existem como despesa no orçamento do Estado e figuram todos os annos nos livros da Secretaria de instrução Pública; mas de facto não existem na maior parte. Não havendo um systema racional de fiscalisação do ensino e achando-se as escolas disseminadas n`uma vasta área, escapam à vigilância do Estado; dahi haver um grande número d`ellas nominalmente, só com verbas dependuradas dos cofres públicos. (A REPÚBLICA, 22 mar.1890, p. 2).

As denúncias contra a monarquia, prática comum no processo de transição para a república, são pertinentes e evidentes no citado relatório. É inegável, porém, que tais denúncias revelam-se um artifício político cujo fim era condenar tudo que se relacionasse ao regime anterior, traduzido como ultrapassado; a educação, sob a tutela de um estado que se pretendia renovado, era importante bandeira dessa ação, pois, a exposição de problemas referentes a esse setor, ajudava no processo de afirmação republicana. Como observa Sevcenko (1998, p. 27):

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou na crença resignada na infalibilidade do progresso. Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexco co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas.

Entretanto, no Maranhão, os projetos de reforma tinham críticos e saudosistas de uma cidade que segundo eles era “próspera e feliz, até a proclamação da república”, (A CAMPANHA, 13 abr. 1903, p. 1) e depois desse momento, vivia uma situação desoladora. Queixas, talvez resultantes, de um saudosismo dos prósperos tempos para os grandes produtores agrícolas e senhores de escravos; saudades dos poetas que tiveram renome nacional; ou críticas decorrentes de querelas políticas inerentes à sociedade em questão. De qualquer forma a capital, que avançava século XX adentro, respirava ventos próprios de uma atmosfera que mesclava: saudosismo; decadentismo²⁶; a exaltação do moderno e da capacidade de superação da capital do Estado, frente aos problemas vivenciados pelo modelo produtivo tradicional²⁷. Em relação ao último aspecto, o texto a seguir lhe dá evidência:

O movimento científico e literário no Maranhão

A mocidade maranhense reconhecendo que a evolução do progresso de uma nação está na razão directa do cultivo intellectual do povo dessa nação – Ella que é patriota – tem se emancipado da inércia moral em que jazia, concorrendo poderosamente para que o Maranhão volte a ocupar o lugar de honra que já foi a elle conferido no mundo científico e literário. De facto, nota-se em todos e em tudo uma animosa febre de entusiasmo pelo cultivo das letras e ciências, sentimentos que todos os dias toma maiores proporções invadindo até aquelles que, como nós, sentem-se fracos para trabalhar pelo alevantamento do espírito nacional. (O PORVIR, fev. 1902, p. 1).

Para o autor, a prova desse momento de entusiasmo era a quantidade de pessoas que se organizavam em torno de Clubes Literários, Sociedades Científicas além de um expressivo número de livros e jornais publicados na cidade de São Luís:

E assim todos luctam, todos trabalham desde a mocidade que surge cheia de esperanças até a velhice que se afasta pejada de saudades, dando em resultado o movimento que nos últimos annos tem-se notado nessa capital. E ahi estão, como prova, essas sociedades literárias em cujo seio acham-se rapazes laboriosos e intelligentes que se dedicam aos livros com a sofreguidão que caracteriza os filhos da terra de Gonçalves Dias: ahi estão esses livros e jornaes cujas paginas palpitantes de luz e de perfume têm sahido ‘a publicidade. Aqui temos as sociedades: “Officina dos Novos”; “Renascença Litterária”; “Centro Artístico Eleitoral”; “Grêmio Literário Estudantil”; “Club Literário Theóphilo Dias”; alli os livros “Os milagres de S. José de Riba – mar, comédia de Américo Azevedo; “Questões Trancendentaes”,

²⁶Essa fase de produção intelectual que vai de 1894 a 1932 é tradicionalmente apresentada como “decadentista”. Porém, Martins (2006, p. 170) analisando a produção intelectual e a profusão de jornais lançados nesse contexto diz: “A existência efêmera ou longa de tais periódicos reforça a convicção, liminarmente defendida neste trabalho, de que o novo ambiente cultural maranhense ganhava um dinamismo novo, de renovação, em que pese o discurso carregado e a sensação asfixiante da decadência material, que detonava as ingentes tentativas renascentistas desenvolvidas pelos Novos Atenienses”.

²⁷Sobre a crise do modelo tradicional agro-exportador ver: LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A campanha da produção. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 2004.

por Sérgio A. Vieira; “Instrução Cívica”, pelo dr. A. B. Barboza de Godóis; “Obras Completas de João Francisco Lisbôa”, reimpressão pelo dr. Pedro Nunes Leal; “Fragamentos Para Chorographia do Maranhão”, pelo dr. Justo Jansen Ferreira; “Prolophonias”, excelso volume de poesias de Ignácio Raposo; “Debalde”, (romance de Sienkiewicz) tradução de Antonio Lôbo, etc; além, a revista e os jornaes: “Revista do Norte” universalmente conhecida; “A Renascença”; “Jornal dos Artistas”; “Os Novos”; “O Avante!”; “O Porvir”, e outros cujos nomes não nos occorrem agora. Deixamos de incluir aqui muitos jornaes que nasceram e morreram no decurso d’estes dois últimos annos que tratamos. Além disso estão em via de publicação vários livros de poesias em cujas páginas vibra altíssima, divinal a Lyra maranhense que nunca dorme, que prossegue sempre. (O PORVIR, fev. 1902, p. 1).

Essas sociedades, que geralmente se utilizavam de publicações e reuniões para discutirem as suas atividades, funcionavam como centros aglutinadores de elementos diversos. Homens e mulheres, intelectuais reconhecidos ou não e estudantes, integravam-nas como colaboradores diretos ou assinantes. Os participantes e as participantes dessas sociedades expressavam um movimento que pretendia dar visibilidade a uma geração encoberta pelo mito dos “grandes atenienses”, mostrando que a cidade continuava viva, apesar do teor decadentista de muitos escritos. Os jornais desses grêmios divulgavam opiniões sobre acontecimentos políticos e sociais da cidade, poesias, festividades públicas, religiosas e particulares, concursos variados, sociedades esportivas e carnavalescas, fofocas, conselhos de moda, viagens de lazer, anúncios, etc. Também mantinham uma sistemática comunicação com outros grupos da mesma natureza, que atuavam dentro e fora do Estado, e denunciavam as carências próprias do Estado, que ainda estava por acompanhar as melhorias infra-estruturais de outros centros urbanos brasileiros.

Com relação à questão da Instrução Pública nesse cenário, os projetos de reforma elaborados no alvorecer da república e as disposições referendadas pela lei, vão ser sobrepujados por sistemáticas alegações de carências de recursos para sua efetivação. A Escola Normal vai espelhar essa difícil relação entre as promessas do poder vigente e a sua efetivação, quando durante sua trajetória, até a desativação (1890 – 1914), refletiu carências decorrentes de poucos investimentos, redundando em recorrentes problemas de manutenção dessa instituição.

2.1 Em busca de uma identidade

Os problemas e apelos referentes à instrução da população brasileira já eram correntes no período monárquico. No Maranhão, cuja capital denominava-se “Atenas Brasileira”, eram repetitivas as denúncias sobre a precária situação da mesma. Em 1884, o presidente da província, Bandeira de Melo (apud VIVEIROS, 1960, p. 163 a 164), expunha o problema nos seguintes termos:

É crescido o número de escolas e avultada a despesa, mas nem a matrícula e freqüência dos alunos têm tido aumento correspondente, nem o número de exames finais (55) atesta progresso algum na instrução do povo.

A remuneração, que recebem os professores é tão exígua, que só as más condições econômicas em que se acha a Província podem explicar a facilidade com que preenchem os lugares que vagam.

O aumento de ordenados e a criação de uma Escola Normal são os meios de remediar tantos males.

Pelo aumento de ordenados tornaremos o professorado uma carreira procurada de gente honesta e laboriosa, que tenha o sentimento da própria responsabilidade e queira servir com honra; pela criação da Escola Normal apuraremos as vocações e veremos por uma vez expelidos do magistério a ignorância protegida, os incapazes que as outras carreiras repelem.

Jerônimo Viveiros (1960) relata que os ordenados eram de 450\$000 a 600\$000, para o primeiro grau e de 840\$000, para o segundo, o que ele considerava “ridículo”. Para os defensores do novo regime, esse quadro seria conseqüência da ausência de políticas adequadas, no concernente à educação, o que se tentaria resolver com a reforma da Instrução Pública. Os discursos também se concentravam na efetivação, com qualidade, dessas reformas, o que esbarrava na carência de profissionais habilitados para implantá-las. O preparo de mão de obra para empreender uma cruzada instrucional, exigia a criação de uma Escola Normal - instituição que se espalhou pelo Ocidente no século XIX - incorporando o ideal de formar profissionais com o conhecimento dos métodos educacionais, considerados adequados para ensinar.

O contexto onde as primeiras iniciativas de fundação de escolas, que objetivavam formar professores desenvolveu-se, foi o de transformações nas estruturas sociais e no pensamento filosófico, que considerava a idéia de um processo evolutivo da humanidade. Para isso era necessário cultivar o “espírito humano” sendo a educação, principalmente das crianças e jovens, inerente a esse cultivo. Desde a tenra idade, na família ou nas instituições instrucionais, deveriam ser forjadas qualidades humanas, em detrimento da corrupção dos

costumes. Cuidar da infância garantiria adultos detentores de nobres virtudes capazes de resistirem às degradações existentes.

A Escola afirma-se-á, nessa conjuntura, como o espaço onde a idéia da boa formação do ser humano, poderia ser efetivada, embora os discursos proferidos no contexto, não descuidem da responsabilidade da família, principalmente da mãe, nesse processo. Será nesse espaço que se buscará a formação adequada, com o coadjuvante da família e com base nos novos conhecimentos científicos, que se ampliavam e diversificavam-se no século XIX. Empreendia-se uma viagem sobre o conhecimento da natureza humana, com vistas a aperfeiçoar a humanidade, conforme defende Kant (1996, p. 16):

Talvez a educação se torne sempre melhor, e cada uma das gerações futuras dê um passo a mais em direção ao aperfeiçoamento da humanidade, uma vez que o grande segredo da perfeição da natureza humana se esconde no próprio problema da educação. A partir de agora isso pode acontecer.

Pensadores como Joseph Lancaster (1778–1838), Pestalozzi (1746-1827), Herbart (1776-1841) e Froebel (1782-1852) são algumas das expressões do desejo de instruir de forma metódica, baseados nas informações que tratavam do comportamento e desenvolvimento físico e intelectual do ser humano. Conseguindo divulgar suas experiências lançaram mão do discurso e das experiências educacionais, exercendo influências para além dos seus espaços imediatos de atuação. Objetivavam a busca de melhorias na maneira de instruir crianças e jovens, a fim de que a instrução primária se estendesse, a número cada vez maior de pessoas.

As mudanças no ideário europeu, simbolizados em muitos aspectos pela Revolução Francesa, incentivaram a busca por educação, adequada a um pensamento que se encaminhava para novos referenciais, valores e virtudes, que teriam a Escola, como espaço fundamental de inculcação. Cabe considerar que antes desse momento, experiências como a de La Salle (1651-1719) já demonstrasse preocupação com essas questões, e também, com a formação de pessoas para ministrarem esses ensinamentos.²⁸ A cultura escolar, a partir desse contexto, do mesmo modo que a religião nas sociedades primitivas propiciaria aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento, tornando possível a comunicação desses referenciais (Bourdieu, 1998):

²⁸Em 1684, São João Batista de La Salle, Canônico de Reims, organizou o Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs. Em 1685 os Irmãos estabeleceram, em Reims, a primeira Escola Normal para a formação de professores. (EBY, 1978, p. 194)

O processo de formação do Estado - Nação acentuou as iniciativas em torno da questão da secularização do ensino com proposta universalizante²⁹. O Estado, pretendendo assumir um espaço que anteriormente era de domínio absoluto das Igrejas, incentiva a busca de um novo humanismo. Segundo Villela (2000, p. 99 - 100) vai ocorrer o cruzamento entre o processo de formação do estado e o início de iniciativas profissionalizantes na instrução:

O processo de emergência dos sistemas estatais de ensino cruza-se com o início de um processo de profissionalização docente, que não era produto daquele, pois, já desde o século XVI, os contornos da profissão vinham se definindo nas sociedades ocidentais.

Nesse contexto, o ofício de ensinar não se identificava só com o religioso; vivenciava também o desenvolvimento de métodos experimentais que procuravam tornar mais eficaz a aprendizagem, principalmente no nível elementar. Esboçavam-se os contornos da organização de espaços onde esses ensinamentos poderiam ser sistematizados.

O início da história da Escola Normal, portanto, coligava-se com a tomada de resoluções relativas a esse contexto de transformações que vislumbravam a formação de um novo homem, a partir do cuidado com a infância no lar, e através de uma escolarização adequada que exigia profissionais conhecedores das normas educacionais, pensadas a partir de diversas experiências educacionais. Identificadas, em princípio, com a padronização do ensino do Estado, na França, essas instituições recebem um novo adendo, sendo associadas à idéia de um espaço de formação de professores³⁰ quando no contexto pós-revolucionário francês, (1830-1848): “Guizot, tornou-se Ministro da Educação e iniciou a reforma do sistema escolar. Fundaram-se escolas normais para a formação de professores [...]” (EBY, 1978, p. 469).

No Brasil, segundo Villela (2000, p. 100), as perspectivas para efetivação desse processo aconteceram: “[...] com o Ato Adicional de 1834 e a política de transferir para as

²⁹Essa preocupação não significou o fim da influência da religião na questão educacional e instrucional. Igrejas e religiosos, que seguiam diferentes doutrinas empenharam-se em prol do direito das pessoas terem acesso à instrução, além, de continuarem a exercer uma profunda influência nas propostas disciplinares de diversos pensadores e sistemas educacionais.

³⁰Kant nos aponta o significado que a Escola Normal assumiu já no século XVIII quando analisando o sistema educacional austríaco observa: “É necessário fundar escolas experimentais antes de poder criar escolas normais. A *educação e a instrução* não devem ser puramente mecânicas, mas devem apoiar-se em princípios. Entretanto, não devem fundar-se no raciocínio puro, mas, num certo sentido, também no mecanismo. A Áustria não tem quase senão escolas normais, instituídas segundo um propósito contra o qual se levantaram muitas objeções, com fundamento, e ao qual se reprochava, sobretudo, um mecanismo cego. Todas as outras escolas deviam regular-se, por aquelas e chegava-se a recusar a promoção a quem não às havia freqüentado. Tais prescrições demonstram com quanta influência o Governo se imiscui em certos assuntos; não se pode chegar a nada de bom com tais orientações” (KANT, 1996, p. 29).

províncias a responsabilidade pela formação de seus quadros docente [...]”. A autora ainda observa que a criação das escolas normais marcou o processo de institucionalização da profissão docente que no país:

[...] teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais – um processo que antecede aquele de mesma natureza ocorrido em países vizinhos da América Latina ou da América do Norte, e mesmo em relação a certos países europeus como Portugal e Espanha. No entanto, apesar do pioneirismo, durante todo o século XIX esse tipo de formação se caracterizaria por um ritmo alternado de avanços e retrocessos, de infindáveis reformas, criações e extinções de escolas normais. (VILLELA, 2000, p. 101).

No Maranhão, a fundação de uma Escola Normal coincidiu com a instauração da república, e de um contexto onde o imperialismo das grandes potências exportava, dentre outras coisas, as novas metodologias educacionais que deveriam ser aplicadas nas escolas. A instrução tomava a qualidade do indispensável para a formação das crianças, nos discursos oficiais do novo modelo cívico. Logo, cursos normais eram vistos como componentes primordiais para superação do analfabetismo e para formação de um quadro de profissionais qualificados para o ensino.

A efetivação da proposta de criação de uma Escola Normal no Maranhão começou logo após a proclamação da república, quando se organizou uma “Comissão incumbida da reforma da Instrução Pública” que constatou que Escolas e Liceu, eram “impróprias, pela sua organização defeituosa, de promover o engrandecimento da Instrução Pública e a difusão do ensino”, e que o professorado em sua maioria: “[...] era feito pelo empenho político, captando as boas graças do delegado literário, que não desempenha as funções do magistério e envia à Secretaria Pública mappas de matrícula e frequência manifestamente falsificados [...]”. O “péssimo estado da instrução primária” era decorrente da “não obrigatoriedade do ensino e a incapacidade dos professores primários” (A REPÚBLICA, 22 mar. 1890, p. 2). Diante da situação, a comissão indicou como medida para viabilizar uma mudança no quadro da instrução pública do Estado, o seguinte:

- 1º. Obrigatoriedade do ensino,
- 2º. Creação de escolas mixtas
- 3º. Fundação de uma Escola Normal
- 4º. Reforma do curso secundário do lyceu,
- 5º. Creação de um Instituto Technico;
- 6º. Accrécimo nos vencimentos do pessoal da Instrução Pública;
- 7º. Reforma do systema de fiscalisação do ensino.

A primeira destas medidas já foi pela Comissão apontada quando considerou causa do rebaixamento do ensino a sua não obrigatoriedade. Fica-lhe, por conseguinte, apenas a discutir a utilidade das outras que sugere. (A REPÚBLICA, 22 mar. 1890, p. 2).

Algumas das sugestões foram acatadas através do Decreto n.º 21 de 15 de abril de 1890, que objetivava reorganizar o ensino público do Estado. Dentre estas, a criação de uma Escola Normal de acordo com o estabelecido pelo seu Art. 7.º sancionada pelo governador José Tomás de Porciúncula³¹.

Da sua fundação, 1890 até 1900, a Escola Normal funcionou no mesmo prédio do Liceu, embora os compartimentos de uma e outro fossem diferenciados. Tinha um caráter misto, com um curso que tinha a duração de três anos. Homens e mulheres dividiam professores e espaços de estudo³². Depois de dois meses, aprovou-se o Regulamento de 22 de junho de 1890 da Escola Normal, que organizava as disciplinas e seus respectivos conteúdos; o Conselho de Instrução; a idade de entrada na instituição, que era de 17 anos para os rapazes e 15 para as moças; matrícula, dentre outras questões administrativas.

Como outras já fundadas no país, a Escola Normal do Maranhão veio a sofrer de males inerentes ao precário modelo de educação instaurado no país, que recebia grande atenção nos discursos e pouco no referente aos recursos, como podemos vislumbrar no “Relatório em que o Exm. Sr. Dr. Alfredo da Cunha Martins, na qualidade de 2.º Vice-Governador passou à administração do Estado, ao 1.º Exm. Sr. Dr. Casimiro Dias Vieira Júnior”, (DIÁRIO DO MARANHÃO, 25 nov. 1893, p.1) expondo a precariedade do prédio onde funcionava o curso normal e a deficiência de recursos para sanar os problemas referidos:

Não podendo, pela deficiência do crédito a que já me referi, attender às grandes obras porque tem de passar a cadeia pública da capital e que considero indispensáveis, orçadas na importância de 11:325\$138 reis era meu intuito levar-as a effeito no próximo exercício à conta da respectiva verba.

Examinando esse vasto edificio, em grande parte danificado, tereis occasião de verificar o péssimo estado em que se acha e os cuidados que exige para evitar maiores dispêndios para o futuro.

Uma outra obra inadiável é a que diz respeito ao prédio ultimamente adquirido pelo Estado, onde funcioão o Lyceu e a Escola Normal.

Segundo opinião de profissionaes, é calculada esta despeza em dez a doze contos de reis attendendo-se a necessidade de reparos indispensáveis para adaptal-o ao fim que se destina.

³¹ O referido governador ficou no cargo de 23 de janeiro a 15 de abril de 1890.

³² Nesse período a Escola Normal e o Liceu funcionaram no prédio de número 28 da Rua Formosa, hoje Rua Afonso Pena em São Luís.

Levando-se em conta o estado da cadeia pública, e valor destinado para obras de melhoria no prédio, é possível supor a situação em que o espaço reservado ao Liceu e Escola Normal se encontrava. Segundo Viveiros (1960, p.165-166):

De fato, a <<Escola Normal>>, fundada por Porciúncula era um instituto incompleto, por muitos motivos, entre os quais avultavam a deficiência dos programas para o objetivo visado, a falta de aparelhamento didático adequado, o ridículo ordenado dos mestres, quase todos professores do Liceu, que percebiam dezesseis mil réis mensais por esse acréscimo de serviço.

Nessas condições, a Escola Normal, de Porciúncula, só podia ter sido o que, de fato, conseguiu ser. Com um curso de três anos, formou num quadriênio, isto é, em duas turmas, apenas cinco professores normalistas. E o mais curioso é que nenhuma delas foi aproveitada no magistério: no interior do Estado, porque não lhes oferecia vantagens a exigüidade dos vencimentos; na capital, porque o Município, a cujo encargo estava entregue o ensino primário, não considerava devidamente o caso.

No início, a história da Escola Normal foi marcada pelas precárias condições de funcionamento e por denúncias que questionavam a eficácia dos seus propósitos. Alegava-se que depois de formadas as primeiras normalistas, os seus serviços não eram aplicados onde havia mais necessidade dessas profissionais. Havia por parte das pessoas que se formavam no curso, segundo jornais da época: o “[...] natural apego à capital, onde têm (os e as estudantes), seus parentes e a vida, mais atrativos [...]”. E também a resistência “das próprias famílias” (A Pacotilha, 25 agos. 1900, p. 2) receosas, quando se tratava de mulheres, da idoneidade do nome de suas filhas, exercendo uma função pública, longe dos pais ou de um marido. Somavam-se à questão de ordem cultural e comportamental, outras estruturais como dificuldades de transportes, e, por conseguinte, comunicação, e salários pouco atrativos, que não justificavam esses deslocamentos, segundo as denúncias.

Além do já exposto, a Escola Normal, já no seu início demonstrava uma expressiva presença feminina entre aspirantes a um diploma na instituição. Através de uma comunicação (Ofício n.º 20) entre o diretor da instituição – Antônio Batista de Godóis e o governador do Estado – Dr. João G. Torreão da Costa – com data de 20 de abril de 1900, são citadas quatro das alunas pioneiras desse instituto, justificando essa tendência:

Em additamento ao meu officio de 28 de março último, que motivou o vosso de 5 do corrente, consulto-vos si as professoras normalistas D. D. Hermindia Augusta Soares Ferreira, Neomnia d´Oliveira Cruz, Genoveva Ribeiro da Cunha e Eponina d´Oliveira Cruz, cujos diplomas expedidos de 1893 a 1897, pagaram nessa época, ao Thesouro do Estado, a importância relativa aos respectivos registros, que foram effectuados na Secretaria da Instrucção Pública, então sujeitas, a nosso pagamento para que possa ter lugar na secretaria desta Escola, aquela formalidade.

Além dos nomes citados pelo documento, no Congresso Pedagógico (1920, p. 384), Fran Paxeco fazendo um histórico da instrução no Maranhão, cita mais duas pioneiras: Rita Florestal de Sousa e Lima e Luiza Emiliana Pereira de Castro.

Procurando sanar o problema da resistência da ida para o interior do Maranhão de professoras(es) normalistas, o Estado investiu na criação de pensões que visavam estimular a vinda de pessoas de diversas localidades do Estado para estudarem na capital, conforme nos apresenta o jornal “A Pacotilha” (15 set. 1900, p. 2):

Como nós, o governo não pode desconhecer que da existência de bons discípulos e que a nossa instrução primária se ressentia da falta de preceptores da infância, dignos dessa missão, sem dúvida uma das mais nobres da sociedade.

Para facilitar a regência das cadeiras do interior por professoras normalistas, o Reg. da Escola Normal do anno passado estabeleceu e o do anno corrente conservou, a classe dos alunos pensionistas, os quaes domiciliados fora da capital, como é condição indispensável para a concessão da pensão, naturalmente, depois de diplomados, terão empenho em ir ocupar o magistério na localidade em que vive a sua família ou em outra próxima, em que tenham relações.

O objetivo era aumentar a regência de normalistas no interior, pois, ao término dos estudos essas pessoas retornariam para atuarem em suas localidades. A ação integrava uma série de medidas que visavam à melhoria da instrução, através da utilização da mão-de-obra oriunda da Escola Normal.

Com relação ao salário, buscava-se soluções utilizando-se de iniciativas como a da Lei n.º 119 de 2 de maio de 1895 que estabelecia no seu Art. 1.º “de primeiro de janeiro de 1896 em diante, ficaram elevados a 150\$000 réis mensaes, os vencimentos dos professores primários diplomados pela Escola Normal”. A mesma lei no Art. 3.º estabelecia os salários de acordo com o local de atuação dos professores: 150\$000 mensais nas cidades, 125\$000 nas vilas e 100\$000 nas povoações. Parecia incoerente querer incentivar a ida para o interior, com salários inferiores aos da capital.

Formar-se professora, sob a tutela da Escola Normal, ao mesmo tempo, permitia a melhor visibilidade, sob o ponto de vista social, também se constituía em um entrave para muitas pessoas. Essa profissionalização exigia agora preparo e investimento em tempo e dinheiro o que acabava por afastar muitas pessoas que não dispunham, na sua maioria, do último item.

A Escola Normal, como integrante da estrutura do Estado, desde a sua fundação, conviveu com querelas políticas, a exemplo das disputas e interferências de questões de

ordem partidária ou facciosa, que envolviam o ganho ou perda de privilégios no âmbito da instauração da república. A instrução, assim como outras atividades referentes à questão pública, enfrentava as tradições e interdições de pessoas que se sentiam prejudicadas com encaminhamentos, que não reconheciam poderes e privilégios estabelecidos, como por exemplo, o costumeiro “apadrinhamento” para a ocupação de funções públicas. A idéia da formação de professoras(es), com o domínio de novos métodos, podia colocar em cheque os mestres e mestras das escolas, que haviam conseguido, seja pelo trabalho ou por indicação, a condição de vitaliciedade garantida por lei³³, referentes à função e ao salário, criando-se em torno dessa situação discussões que invadiram a cena política do Estado. Essa nova situação ainda criava uma hierarquia no meio instrucional, distinguindo as professoras e professores formados por essa instituição, normalistas, dos que não tinham essa formação, indicados com o nome de leigas(os). Portanto, sob alguns aspectos, houve perda de poderes, por parte de alguns chefes políticos³⁴, como sugere Benedito Leite (apud Viveiros, 1960, p. 167):

Como se vê, essas leis pretendem estender até depois da reforma de 1890 os efeitos do regulamento de 1874, que deviam estar produzidos até aquela data, para darem direito à vitaliciedade.

Além disso, cada uma dessas leis estabelece condições diferentes para o mesmo fim, o que denota que houve nelas preocupação pessoal. E nem causa estranheza esta crítica, pois, nesse mesmo ano de 1893, o Congresso votou ainda a Lei n.º 41, também da mesma data – 15 de maio - considerando expressamente vitalício uma professora.

Ainda em torno da questão das disputas pelo poder, o jornal “A Pacotilha” (25 ago. 1900, p. 2), através do seu editor, expõe diversos problemas que atingiam a educação pública do Estado, reforçando a crítica já feita por Benedito Leite e evidenciando uma situação que acompanhou o cenário público do Maranhão, segundo as sistemáticas denúncias propagadas na imprensa:

E enquanto esperássemos em vão os bons mestres, as escolas continuarão a servir de arranjo ou meio de vida a pessoas no geral ignorantes, sem noção alguma dos processos pedagógicos modernos, a quem o compadresco de campanário e a protecção política entendessem de mimosear com o ajeitamento de pretensões provas de habilitação...

³³O Regulamento da Instrução Pública deliberou em 6 de junho de 1874 que para se estabelecer a vitaliciedade do professor, ele tinha que ter um exercício efetivo de vinte anos, sem suspensão alguma, dando nesse ínterim exame a oito alunos no mínimo. Essa medida foi mantida em 1892 e 1893, fazendo-se acréscimos que pouco alteraram seu teor.

³⁴Em 1895 foi aprovada a Lei n.º 119 de 2 de maio, que instituía concurso para preenchimento de cadeiras na instrução pública. (Leis do Estado do Maranhão de 1895)

Contra esses mestres de congregação fabricados de vez em quando à proporção que se oferece ensejo para que elles appareçam, se insurgem não raro, os moradores das respectivas localidades, queixando-se das dificuldades com que lutão para a instrucção dos filhos, em vista de estar a escola provida e ser o mesmo que não estivesse...

Denúncias contra o “apadrinhamento” de pessoas não qualificadas para o magistério eram constantes nos jornais do Estado, que exigiam de forma cada vez mais incisiva, pessoas habilitadas e idôneas para o exercício dessa função. A idéia que se punha em pauta era a de dotar o Maranhão de profissionais capazes de por em prática “[...] o ensino intuitivo de accordo com os methodos modernos [...]” (A PACOTILHA, 1 ago. 1900, p. 2). Alunas(as), formadas(os) pela Escola Normal, seriam arautos do ensino moderno, defendiam os articulistas da época. Para tanto, fazia-se necessário criar condições para que essas(es) profissionais se ocupassem das responsabilidades advindas da sua formação. A criação de novas escolas, sob a regência de normalistas, foi um desses expedientes, posto em prática, através da Lei n.º 28 de 20 de março de 1900 (Leis do Estado do Maranhão, 1900-1901), que deliberando sobre a criação de cadeiras na instrução primária, especificava:

Art. 1.º Ficam creadas as seguintes cadeiras da instrucção primária, a saber:

f) Cinco mixtas, no município da capital para normalistas, uma na povoação “Anil” e quatro no perímetro da cidade, sendo uma no bairro da Currupira, outra no São Pantaleão, outra no Desterro e outra no parque 15 de novembro.

Art. 4.º Fica o Governo auctorizado a fazer nas cadeiras do município do Paço do Lumiar as alterações que julgar conveniente em benefício da Instrucção Pública podendo, com excepção das de dentro da vila, suprimir, transferir, crear novas, transformar de masculino ou feminino em mixta, com tanto que não resulte d’ahi augmento de despeza, salvo o caso de nomeação de normalistas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Apesar dessas decisões, a instrução continuava com deficiências. O Estado, no ano de 1900, abriu diversos expedientes de concursos³⁵, para preenchimentos de vagas no interior, feitos sob a responsabilidade da Escola Normal, que não chegaram a se efetivar, como exemplifica o Ofício n.º 76 de 17 de agosto de 1900:

Ao Sr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, governador do Estado.

Comunico-vos que a 1.º. Do corrente findou o prazo de 90 dias estabelecido para o concurso da cadeira do sexo masculino na cidade do Codó, sem que alguém se

³⁵O Parecer n.º 23 aprovado em sessão de 13 de abril de 1901, p. 27, deliberou sobre a autoridade do Inspetor Geral da Instrucção Pública de aprovar provisoriamente, nomeações feitas pelas Comissões Escolares nos casos de abandono, demissão ou falecimento do professor, enquanto as cadeiras vagas, não fossem postas em concurso, na conformidade do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 119 de 2 de maio de 1895.

inscrevesse para o mesmo, o que aconteceu igualmente em relação ao das cadeiras mixtas de S. Antonio de Balsas, Burity Cortado e Porto do Curralinho.

Servindo de Diretor
Antônio Baptista Barbosa de Godóis

O que continuou mais comum a esse universo político, com relação aos professores, foi o provimento de cadeiras por indicação.

Com relação ao funcionamento da Escola Normal, vale frisar que no ano de 1900, desvinculou-se do Liceu, tanto em termos físicos como administrativos, assumindo responsabilidades como: expedição de diplomas, encaminhamento de concursos, organização da secretaria, registro de títulos de professores e empregados. Teve ainda, através dos seus diretores, que buscar melhorias de toda natureza no prédio e conseguir material de uso rotineiro, para permitir o funcionamento da instituição.³⁶ Eram medidas que objetivavam autonomia, dando forma a uma nova fase da Escola³⁷, e uma maior visibilidade à mesma, conforme podemos observar nesse Ofício n.º 114:

Gabinete do Diretor da Escola Normal do Estado do Maranhão

São Luiz em 26 de Outubro de 1900

Snr. Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador do Estado.

Estando completamente desprovida de móveis a sala da Congregação dos lentes desta Escola, que é também a sala em que se realiza a solemnidade da entrega de diplomas as alumnas que completam o curso d'este estabelecimento e havendo falta idêntica no salão destinado a Bibliotheca e, em parte, no gabinete d'esta directoria, na secretaria e em algumas das aulas, solicito-vos que vos digneis de mandar fazer aquisição dos mesmos móveis, constantes da relação junta. Outrossim, necessitando a sala da Congregação de certos melhoramentos que a ponham nas condições desejáveis para os actos solemnnes, peço-vos que mandeis atapetal-a toda ou apenas na parte em que funciona a Congregação e esteiral-a no resto, providenciando ao mesmo tempo sobre qualquer outro melhoramento de que ella precise.

Servindo de Diretor
Antonio Baptista Barbosa de Godóis

Em anexo ao documento temos o detalhamento do pedido de parte dos móveis necessários à Escola, dando-nos uma idéia de como se constituía parte desse espaço escolar à época:

³⁶Em 1899 o Governador João Gualberto Torreão da Costa, através do Decreto n.º 1 de 11 de abril de 1899, separou o Liceu da Escola Normal. Com a separação, a Escola Normal permaneceu à Rua Formosa e o Liceu foi para o antigo Seminário das Mercês. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 126-127).

³⁷O primeiro diretor da Escola Normal, depois da separação dessas instituições foi o médico Almir Nina Parga. Foi secundado por Barbosa de Godóis, que dirigiu a Escola até 1914, quando esta foi desativada e o curso normal passou a funcionar, a partir dessa data, no Liceu Maranhense.

Relação dos móveis necessários a escola Normal do Maranhão

15 cadeiras de braço para a sala da Congregação
 1 Mesa para a mesma sala
 1 Dita para o Gabinete do Director
 2 ditas para a secretaria
 1 Estante pequena para aula de música
 3 Ditas para a Bibliotheca
 1 Mesa grande para a mesma
 12 Cadeiras comuns para a mesma
 1 Vitrine para a aula de sciencias naturais
 3 Estantes para as colleções da mesma aula
 1 dita para a aula de calligrafia e desenho applicado a prendas femininas
 1 Dita para aula de desenho
 1 Armário para o Archivo

Escola Normal do Maranhão, 27 de outubro de 1900

Servindo de Director
 Antonio Baptista Barbosa de Godóis

Esse mobiliário, que simbolizava a autonomia da instituição, que tinha agora sua própria congregação e secretaria, também nos apresenta referências sobre a importância que algumas disciplinas assumiram nesse contexto. As ciências físicas e químicas e prendas femininas, durante boa parte da história da Escola, vão estar no centro das preocupações do seu diretor, principalmente no referente ao espaço e ao material necessários ao bom funcionamento de ambas. Isso decorria em parte, segundo Vidal (2000), do fato de na viragem do século XIX para o XX, o método de ensino denominado intuitivo³⁸ começar a ser utilizado e aprofundado no Brasil. O método associava “ver a fazer” e por conta dessa mudança, os materiais da escola recebiam outra importância por que eram imprescindíveis à construção experimental do conhecimento pelo estudante (VIDAL, 2000). Bibliotecas, museus pedagógicos, coleções de minerais, animais e vegetais, laboratórios de química e física, eram indispensáveis às “lições de coisas”.

A Escola Normal do Maranhão, através do diretor Barbosa de Godóis, defenderá o método intuitivo. Ele entendia que o professor, preparado dentro dos novos métodos, seria

³⁸Como prática didática, esse método faz uso de objetos didáticos semelhantes ou iguais aos conhecidos pelos alunos para promover a aprendizagem. Para isso o(a) professor(a), deve fazer uso de exercícios adequados a cada faixa etária, que permitam o desenvolvimento das idéias, de modo claro, a respeito do que está em volta do(da) aluno(a). Como concepção teórica, parte do pressuposto de que “todas as noções do espírito têm sua origem na percepção da existência de semelhanças e diferenças”, logo, “o conhecimento das coisas que nos rodeiam é possível pelo fato de termos sentidos que fazem a ligação entre o objeto a ser conhecido e o sujeito que o conhece, criando as idéias.” São os sentidos, aguçados pelo trabalho do(a) professor(a) através de atividades prazerosas às crianças, que permitem o desenvolvimento da atenção, que leva à “observação acurada e por sua vez, leva à comparação e à classificação das experiências, caminho metódico, que possibilita o exercício do julgamento”. (VALDEMARIN, 2004, p. 171).

mais eficiente na difusão da instrução no Estado. Em uma de suas obras intitulada de “O Mestre e a Escola”, ele observa:

E em matéria que mais de perto se prende ao governo da escola e métodos de ensino: a disposição do ensino, tomando-se por guia as forças do aluno e tendo-se como objetivo formar o <<interior da alma>>; ensino de poucas coisas, mas o ensino seriamente feito, tendo em vista as necessidades da vida; partir-se do particular para o geral e do exemplo para o preceito; ensinar-se cada coisa de uma vez; a alternativa entre o trabalho e o repouso. (GODÓIS, 1910, p. 151).

O desejo de prover a instituição com as novidades educacionais levou à importação da Europa ou dos Estados Unidos, do que à época era considerado moderno para o ensino, como gabinetes e laboratórios que careciam de mobiliário adequado. O Ofício n.º 86 nos indica essa iniciativa:

Escola Normal do Maranhão

São Luiz, em 9 de abril de 1900

Ao Snr, Dr. João Gualberto Torreão da Costa, Governador do Estado.
Junto vos envio a lista de material de ensino que se torna preciso importar agora da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, para a instalação dos gabinetes e laboratórios desta Escola.
Irei depois vos enviando a nota do que se for tornando necessário.

Como a verba destinada pelo Congresso do Estado para este não é muito grande, peço permissão para lembrar-vos a conveniência do Estado fazer diretamente para o estrangeiro a encomenda desses objectos, a exemplo do que já praticou em relação à Bibliotheca Pública.

O Director
Dr. Almir Parga Nina

A Escola procurava seguir caminho semelhante a outras fundadas no país, que entre final do século XIX e início do XX, importavam metodologias, livros, projetos arquitetônicos e mobília, como parte de um projeto de modernização. Segundo Villela (2000, p. 116-117), analisando experiências institucionais vivenciadas pela instrução brasileira no final do século XIX:

Dentro dessa perspectiva de difusão da instrução, as inovações pedagógicas, sobretudo as estrangeiras, passaram a ser muito valorizadas. E elas não paravam de chegar, junto com a febre de importações. Agora não só da Europa, mas, principalmente, dos EUA, o novo modelo que despontava na época.

Cabe observar, que essas importações implicavam apropriações específicas, considerando o contexto em que as mesmas eram processadas por cada instituição, pois:

[...] entre o modelo de formação institucionalizada e as apropriações que foram feitas, vários fatores entraram em ação, como tensões entre grupos que participavam do poder, a cultura dos professores que trabalhavam com as disciplinas, as expectativas da comunidade. (VILELLA, 2005, p. 110).

O modelo organizacional da instrução no Maranhão, sem dúvida, sofreu influência de outros centros, porém, essa organização vai espelhar condutas inerentes ao contexto local, como por exemplo, a questão das práticas políticas comuns no Estado, sendo pertinente entender o contexto político em que as mesmas se processaram.

No Maranhão, nesse período, desenvolvia-se um realinhamento político, gerador de instabilidades de toda ordem. Reis (2007, p. 72-73), analisando a política oligárquica no Maranhão no período que vai de 1890 a 1922 diz: “Ao processo de divisão e fragmentação vivido pelo núcleo da oligarquia na década de oitenta, sobrepôs-se à crise política nacional com a Proclamação da República”. Essa situação gerou recomposição e tensões entre os grupos políticos locais que de 1890-1892 vivenciaram o auge desse processo, em que:

[...] as lutas pela organização de novas correntes políticas entrelaçaram-se às várias interferências do governo central através de nomeação de governadores. Durante esse período, cerca de nove governadores, entre efetivos e interinos, estiveram à frente da administração do Maranhão e a orientação política que eles adotavam constituía fator decisivo nas disputas entre grupos remanescentes da fase imperial. (REIS, 2007, p. 72-73).

A referida situação não decorria de uma rejeição ao novo regime, e sim, por conta da ascensão de novos grupos políticos³⁹ que, ao assumiam um perfil republicano, colidiam com interesses de poderes locais, tradicionalmente ligados a lideranças políticas que haviam perdido espaço.

A República gerou novas adequações de poder entre o centro republicano e os Estados e, entre os Estados e municípios. Aos Estados coube a função de fortalecer os mecanismos de centralização política, através do domínio da tributação, do policiamento, enfim, do fortalecimento do executivo, frente ao legislativo e o judiciário. Isso gerou dentre outras coisas, a instauração de um modelo educacional, regulado a partir da Escola Normal,

³⁹O grupo que assumiu a liderança política do Estado nesse período foi representado por: Costa Rodrigues, Benedito Leite, Luiz Domingues, Urbano Santos, José Eusébio de Oliveira, Casimiro Dias Vieira Júnior e Francisco Cunha Machado. Ver a esse respeito: REIS, Flávio. Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão. São Luís: [s. d], 2007.

controlada de perto pelo governador. Essas ações punham em prática mecanismos de afirmação, que se não eram o de uma ordem nova, eram de um novo grupo. Em meio a esse processo, a instituição adquiriu uma expressiva importância política, pois podia servir como meio de visibilidade social e de exercício de influências, pois, além de conceder uma diferenciação a professoras(es) e alunas(os), que nela ensinavam e se formavam, tornava-se também um espaço de afirmação de benesses políticas dos aliados do governo.

A regulação dos grupos escolares, a criação de uma Escola Modelo⁴⁰ os privilégios e distinções dadas às pessoas formadas pela Escola Normal, são exemplificações da marca do Estado, tentando exercer o controle sobre um vasto território, utilizando-se da educação como uma das vias desse processo. Em meio a essa referência, disseminar-se-á também a imagem da(o) normalista, como profissional dotada(o) de conhecimento e autoridade, para ser a(o) gestora(or) da norma e do método a ser utilizado no nível primário.

A Escola Normal que vai se afirmar nesse contexto é parte desse programa que concede uma nova imagem ao grupo que ascende ao poder⁴¹, além de ser expoente de uma perspectiva desenvolvimentista pregadora da idéia da educação como a responsável pelo fim dos males que impediam o desenvolvimento dos povos.

Em 1900, a instituição ocupou prédio próprio. As incertezas dos primeiros tempos, dividindo espaço com o Liceu, pareciam ter chegado ao fim. A partir desse momento a instituição assumiu uma imagem mais nítida, em relação à cidade, ocupando por conta disso, espaços consideráveis na imprensa. Acontecimentos cotidianos, ou vistos como fora da normalidade, relacionados aos seus alunos, principalmente às suas alunas e professores(as), despertavam interesse e repercutiam nos meios de comunicação e no burburinho produzido pelos espaços que de alguma forma mantinham relação com a Escola.

⁴⁰A Escola Modelo do Maranhão foi fundada pela Lei n.º 155, de 6 de maio de 1896. O Decreto n.º 1, de 11 de abril de 1899, anexou-a à Escola Normal estabelecendo o regulamento que havia de regê-la. Pelo Decreto de n.º 2, de 5 de julho de 1899, tomou o nome de Benedito Leite. Começou a funcionar aos 15 de março de 1900, sob um regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6, de 7 de março desse mesmo ano, como escola mista de aplicação, da Escola Normal. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 393-394).

⁴¹A mudança de regime acelerou o processo de renovação interna da oligarquia, pois, além da morte dos velhos líderes (Vieira da Silva e o Barão de Grajaú, em 1899, logo depois Silva Maia), figuras de expressão como Felipe Franco de Sá, Marcelino Nunes Gonçalves e Luiz Henrique Vieira da Silva decidiram encerrar suas carreiras políticas. Outra geração ocuparia o centro do palco: Costa Rodrigues, Benedito Leite, Luiz Domingues, Urbano Santos, José Eusébio de Oliveira, Casimiro Dias Vieira Júnior e Francisco da Cunha Machado. Sobre isso ver Reis (2007, p. 72-118).

2.2 Entre as regulamentações da lei e o cotidiano

O advento de um novo século suscitou muitas expectativas. No Brasil, ele chegava permeado pelos acontecimentos referentes à instauração do regime republicano e ao fim da escravidão, como modelo de trabalho, legitimado pela lei. Assuntos como: as novas tecnologias, a ampliação do direito ao voto, a instrução das classes populares, os novos hábitos, advindos das inúmeras mudanças já citadas, dividiam opiniões, permitindo debates em torno dessa questão. Em São Luís, encontramos um interessante relato dessa leitura do moderno que se configurava com a chegada do século XX, podendo significar o bom ou o disforme:

Tudo, neste mundo, tem a sua época. E há coisas que apaixonam, por tal modo, os espíritos, que, em vez de época, produzem verdadeiras características manias. As invenções da sciencia, as creações da arte moderna parecem que trazem consigo o poder de apaixonar os espíritos, a ponto de fazer que essa paixão tome, muitas vezes, o carácter de uma mania, como de uma moléstia contagiosa ou epidêmica, que se vae communicando e transmittindo facilmente de indivíduo a indivíduo. E esse facto é, quase sempre, observado por todos, toda a vez que invenções de uma certa natureza, transpondo os bastidores do centro onde nasceram, vêm, transformadas em instrumentos viáveis de utilitarismo real, occupar um lugar distincto, donde, provoquem a cobiça, nas vitrines ou balcões comerciais. (CORREIO DA TARDE, 6 jul. 1912, p. 1).

O autor parece reagir diante de uma avalanche de novidades transformadas em modismos que invadiam o seu cotidiano. Anunciava as ameaças de um tempo que já fugia ao controle seguro do conhecido:

Ainda a pouco assistimos, estupefados, a ancia, a loucura e mania, com que se disputavam, nos balcões, a aquisição dos phonographos e gramophones, essa praga incomodativa, insolsa, estafante e amoladora, que teve, por alguns dias, o poder, a propriedade, de atrahir e perverter sociedades inteiras, que chegaram no auge dessa lamentável cegueira, a consideral-os como objectos indispensáveis à distracção do espírito nos vagares das canceiras do trabalho.

Agora, em vez do phonographo, essa detestável e fastidiosa invenção, é o automóvel que constitue a ordem do dia e vae arrastando ao delírio de uma febre igual a que aquelle produzira, em todos os que têm recursos. O automóvel, porém, é mais útil, distrae mais que o phonographo, embora, offereça mais perigos e ameaças na função dos seus apperellos e machinas. (CORREIO DA TARDE, 6 jul. 1912, p. 1).

O desejo de transformação ou renovação, representado nos discursos, sofria o embate de hábitos e privilégios que podiam ser questionados ou fragilizados, com a chegada de algo considerado como estranho ou inconveniente, até serem aceitos como normais. Essa

forma de receber e perceber as mudanças, no início do século XX, foi evidente por conta das rápidas mudanças que se processavam em alguns setores. A moda, por exemplo, principalmente com relação às vestimentas femininas, auxilia-nos no entendimento dessa situação. O surgimento de algo novo podia ser alvo de aprovação e de escândalo, se de alguma forma, afrontasse os costumes vigentes, conforme indica Henrique Guimarães, escrevendo sobre moda no Jornal “A Vontade” (6 jan. 1916, p. 2):

Já vai longe o dia em que, no nosso meio social feminino, foi introduzida a moda das “saias estoques”

E é preciso dizer: com que dificuldade!

As primeiras a uzá-las, foram classificadas de baixos conceitos,

E houve mesmo, até, quem fosse vaiada pela molecagem vadia das ruas. Os chefes de família protestavam attivamente, que as suas filhas não haviam de uzar, absolutamente, semelhante moda ...

E n`uma guerra inconfessável, combatiam tenazmente o uso das “saias estoques”.

As velhas (ah! quantas vezes me ri) quando viam de “saia estoque”, uma bella creaturasinha, deixando moldurar-lhe as formas do corpinho esbelto e tentador, pairavam para contempla-la; e n`um “desconjuro” de desprezo e um “credo” para traz, de quando em vez.

Mais, aos poucos e pouco, a moda foi pegando, e de tal maneira, que as próprias velhas e, que já nem davam “azeite”, uzavam-na também.

E era chic!...

Se com a moda os olhos podiam se acostumar - depois da ousadia das pioneiras - e aceitar as mudanças em espaços de tempo menores, com relação a outros aspectos da modernização, isso poderia ser mais demorado e até gerar frustrações, por parte dos que lhe davam crédito, por não se mostrarem de acordo com as expectativas. Em relação à Escola Normal do Estado, presenciemos situações que se identificam com essas expectativas e frustrações, em sua trajetória. Por estar envolta em jogos de interesses, poder e possibilidades de ascensão profissional para muitas pessoas, a instituição, bem como as professoras por ela formadas, acabou sendo alvo de muitos olhares, que a perceberam sob diversos matizes.

O que acontecia no interior da Escola Normal, ou mesmo fora dele, desde que envolvesse pessoas relacionadas à mesma, era alvo de notícias ou comentários, podendo ser tratado como algo bom ou ruim, dependendo do acontecimento e do relator do ocorrido. Era um órgão público, um espaço polissêmico e parte de um sistema que espelhava o Estado traduzindo comportamentos inerentes à cultura local, conforme observamos no jornal “A Escola” (10 mar. 1902, p. 1):

Tendo desaparecido os concursos públicos, que, para nós, constituíam, quando honestamente realizados, o melhor e o mais seguro meio de aproveitar aptidões para o magistério. Creou-se a Escola Normal para, como nos outros Estados, preparar futuros preceptores da mocidade, nos primeiros passos d'esta, nada senda da instrucção.

Nada mais benéfico nem mais proveitoso.

Mas esse instituto não tem infelizmente, desde a sua criação até agora, produzido os fructos desejados porque os professores diplomados, na maioria, senhoras, não têm querido aceitar cadeiras no interior do nosso Estado, onde, como é obvio, mais necessária é a instrucção primária, preterindo as que não são aproveitadas para as cadeiras da capital, ficar em completa inaccção. Além disso, sendo nullo o número dos professores normalistas do sexo masculino, não podem ser providas as escolas d'este sexo no interior por professores habilitados. E este factó é devido, pensamos, à diminuta remuneração consignada por lei a esses professores, que bem merecem uma recompensa compatível com o grande papel que lhes é confiado.

No início do século XX o exercício profissional, facultado pela Escola Normal, encontrava resistência nos costumes que impregnavam o cotidiano da sociedade maranhense, em que mulheres não deveriam se distanciar dos lares paternos, salvo se fossem casadas ou viúvas, sob pena de não serem bem vistas, e que somente aos homens cabia a regência de aulas para meninos.⁴² O autor ou autora que assinava com o pseudônimo “A”, ainda denunciava:

Outro factó que corrobora a nossa primeira asserção, isto é, que os governos têm descurado da nossa instrucção primária, é o que se observa diariamente no provimento de cadeiras no interior, recahindo a escolha, em regra, em um amigo político e eleitoral, ou n'uma filha, neta ou parente do chefe local, as mais das vezes, sem a instrucção mais rudimentar. (A ESCOLA, 10 mar. 1902, p. 1).

A euforia de renovação proclamada por muitos órgãos de imprensa, no início da república, dava lugar aos entraves inerentes ao contexto comportamental, que preferia manter a tradicional política de favores e indicações. Por outro lado, a idéia de que escolas masculinas deveriam ser regidas exclusivamente por homens, e femininas por mulheres⁴³, perdia resistência, visto que começava a entrar na pauta desses discursos, a questão da competência. Essa mudança começou em princípio na capital, na medida em que era cada vez

⁴²Através de medidas como a estabelecida na Lei 164, de 21 de maio de 1896, parece-nos existir uma tentativa de aumentar o número de normalistas do sexo masculino, pois no seu artigo 1.º da mesma se estabelecia que: “ficam elevados a 250\$000 reis mensaes na capital e a 200\$000 no interior, os vencimentos dos professores normalistas; conservados quanto as professoras os mesmos pela lei n.º 119 de 2 de maio de 1895”.

⁴³O Primeiro Regulamento datado de 2 de fevereiro de 1854, no Artigo 6.º determinava: “Nas casas de educação para meninas, não serão admitidos meninos, nem poderão sendo colégios, morar pessoas do sexo masculino, maiores de 10 anos, excepto o marido ou pae da directora”.

maior o número de mulheres que se formavam como normalistas residentes nesse local, forçando mudanças na legislação vigente, como a que observamos a seguir:

Art. 1.º A segunda aula do 1.º anno da Escola Modelo “Benedicto Leite”, creada por decreto d`esta data, n.º 2º, funcionará observando em tudo o programma e horário relativos à primeira aula do mesmo anno.

Art. 3.º Na falta de professores normalistas do sexo masculino para regerem as cadeiras do 4º. Ano, por diante, da mesma escola, poderão ser ellas preenchidas por professoras diplomadas pela Escola Normal, continuando a observar-se a disposição do artigo 2.º das disposições transitórias do Regulamento de 7 de março de 1900. (DECRETO n.º 21, 18 mar. 1902).

Um cotidiano que “permitia” a formação de um número maior de mulheres levava a alterações que ficavam demarcadas no corpo da lei e da língua. Estas mudanças, a título de exemplo, são notórias quando observamos as sistemáticas transformações de escolas femininas ou masculinas em mistas, ficando sob a regência de normalistas e através dos textos concernetes à educação, que usavam de forma sistemática a designação feminina, “as professoras” e não a designação genérica à época **professores**, visto que a mulher era maioria nesse espaço.

Estudar no Liceu ou na Escola Normal era uma referência. No caso dessa última, objeto do nosso estudo, foi se construindo em torno da mesma, toda uma expectativa, por conta do fim a que se destinava, destacando-se no meio social. Exames, matrículas, aprovações, reprovações, notas, regulamentos, atos do governador, indicação e função de professores, tudo era notícia. Professoras(es), alunas(os), e o diretor da instituição, atraíam elogios ou críticas, dependendo das relações que desenvolviam com quem detinha poder político e de manifestação, principalmente, nos jornais. Como exemplo, a crítica ao Diretor, Barbosa de Godóis⁴⁴, acusado, em tom irônico, de deter poderes demasiados, em relação à Escola pelo jornal “A Campanha” (4 jul. 1903, p. 2), através do editor Geraldo Cunha:

E já vês, ó Godóis, que és grande chim.
E na Escola Normal é um mandarim.
\Plim! Plim!\

È assim, é assim, é assim...
Tem rabicho não serve para mim.

⁴⁴O diretor Barbosa de Godóis (1860 – 1923) acompanhou boa parte da história da Escola Normal. Por ser um intelectual reconhecido no Estado, influenciou a formação das(os) normalistas, até quando deixou a direção da instituição em 1914. Os livros que publicava costumavam ser dirigidos e adotados pela escola. Barbosa de Godóis publicou: Instrução Cívica: resumo didático de accordo com o programma da Escola Normal de São Luis (1900), História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal (1904) e O mestre e a escola (1910).

O Jornal “A Campanha”, opositor do Senador Benedito Leite (1857 – 1909), foi um expoente dos problemas de toda natureza da Escola Normal, bem como de outras obras creditadas ao Senador. Criticava a ausência de métodos, o critério de escolha dos lentes que seguia, segundo os seus editores, a tradição do apadrinhamento e do protecionismo nos exames das(os) alunas(os) e na distribuição das disciplinas entre os professores. Questões fora da alçada pedagógica, também se insinuavam nesse meio, como é o exemplo da denúncia, sobre o “defloramento” de uma aluna por um professor da instituição, feita nos seguintes termos:

O Sr. Raymundo Pacífico da Silva Campos que illudindo em geral, era considerado no meio social como um perfeito carácter, para desengano de todos que se illudiam no seu modo de julgar, acaba de, esquecendo o seu espinhoso papel e a responsabilidade dos seus actos, levar à tranqüillidade tristonha da viuvez de um lar, que as garras aduncas de um destino acerbo pungiam, a prova cabal do seu descritério, a sombra impenetrável e inconcebível do atrazo do seu espírito.

E aquella simples e frágil creatura, que perdeu a doce perseverança da fé, num momento de orgulho ou de desespero; aquella frágil creatura, que, esquecida de tudo, talvez, apenas concentrada num círculo incendiado de paixões mescladas de sonhos e promessas, não era mais nem menos que uma alumna da Escola Normal, pobre entre as mais pobres, e por isso pensionista do Estado.

Felizmente já se acha fora da Escola Normal o professor em questão, que acaba de manchar este estabelecimento atirando no abysmo, como um anjo vencido, o espírito frágil de uma mulher que era toda perseverança, arrastando para quatro fontes infantis, quatro destinos dolorosos [...] (A CAMPANHA, 2 mar. 1903, p. 1).

O defloramento era um crime que recebia constantes denúncias nos jornais da capital e, em se tratando de um envolvendo um professor e uma normalista, futura preceptora da infância, o caso ganhava tons sensacionalistas, sendo estampado na primeira página com o título expressivo de “O Escândalo”.

A Escola, por conta da sua localização e por ser um espaço predominantemente de mulheres, além de ter a responsabilidade de formar profissionais com habilitação para o magistério, profissão revestida com a imagem de “sacerdócio”, refletia também conceitos de moralidade, inerentes à sociedade. No Jornal “Correio do Sertão” (São Luís, 10 set. 1903, p.1), têm-se uma tradução da imagem dominante do professor que tornava fatos como o descrito, inaceitáveis:

O professorado primário tem na sua mão, a chave da única porta que da entrada para todas as posições sociaes, que da entrada para essa galeria sem fim, no seguimento da qual estão dispostos todos os archivos do saber humano.

Há dois baptismos: - “*Docete omnes gentes baptisantes eas*”

Há dois batismos correspondem dois sacerdócios: o sacerdócio que regenera a alma pela fé e o sacerdócio que esclarece a inteligência pelo ensino. O primeiro é exercido pelo clero, o último pelo professor primário.

Professores, assim como professoras, juntavam ao estigma do sacerdócio, a imagem de promotores da cidadania, sendo exigido deles, por conta dessa prerrogativa, uma moral inatacável, embora, nunca pesassem sobre os homens, as mesmas sanções que pesavam sobre as mulheres, quando incorriam em uma conduta reprovável pela sociedade.

Além de ser notícia por prisms não instrucionais, a Escola Normal também traduzia para muitos, possibilidades de transformação de uma realidade escolar extremamente desfavorável, como defende o redator de “O Rosariense” (1 fev. 1903, p. 1):

Fácil será melhorar as escolas públicas do Estado, introduzindo nellas o ensino moderno, ainda mais depois de bons resultados fornecidos pela Escola Modelo e Escola Normal.

É verdade que a freqüência desta é quase inteiramente de alumnos do sexo feminino, no que segundo entendemos, não há desvantagem alguma porque a tendência que se observa no departamento do ensino é que muito cedo as mulheres virão a ser as únicas encarregadas da instrução elementar.

O limite profissional do magistério feminino, ao que transparece no texto, seria o ensino elementar. E, talvez, aliado à questão salarial, vão ser discursos como esse que caracterizarão a predominância de mulheres no curso normal, fazendo com que se sintam donas desse espaço, a ponto de o mesmo passar a ser visto como um ambiente marcadamente feminino, o que deveria incomodar aos homens que pretendessem enveredar por esse caminho profissional. Ser professora normalista passava enfim a ser “uma ambição digna para as filhas da pequena burguesia e das classes operárias rurais e operárias”. (Perrot, 2007, p. 126)

A Escola Normal incorporou, na sua trajetória, responsabilidades e situações inerentes ao contexto sócio-político e cultural do Estado e do tempo no qual estava inserida, vivendo entre legalidades, necessidades, prioridades e vontades políticas que irrompiam no seu cotidiano. Como um espaço instrucional, buscou, pelo menos oficialmente, acompanhar as mudanças que se processavam nesse setor no país. O Estado de São Paulo, por exemplo, foi um referencial importante à época, pois, segundo Fran Paxeco (Congresso Pedagógico, 1920, p. 511): “Incorre em grande falta quem tratar das escolas do Brasil e não mencionar São Paulo. Aí, a instrução anda com passos gigantescos”. De acordo com Souza (2004, p. 113) as reformas implantadas em São Paulo, no sistema público de ensino, no final do século XIX, serviram de modelo para todo o país:

A reforma da instrução pública iniciou-se pela Escola Normal, mais especificamente pela criação da Escola – Modelo, considerada o coração da reforma. Destinada à prática de ensino dos mestres – escolas da Escola Normal, a Escola – Modelo funcionou como um campo de experimentação. Além de promover a formação técnica dos professores, atuou como centro de irradiação dos novos métodos de ensino – propriamente o método intuitivo ou lições de coisas – e, ainda, como referência de organização da escola primária.

A organização de grupos escolares⁴⁵ foi outra referência que se estendeu pelo país, sob a influência da experiência paulista. Segundo Souza (2004, p. 113):

Os grupos escolares foram criados no estado de São Paulo em 1893, a partir da reunião de escolas isoladas agrupadas pela proximidade, ficando obrigados a adotar o tipo de organização e métodos de ensino das escolas modelo do Estado.

O Maranhão guiar-se-á, em parte, pelo modelo paulista, pois - embora tenha copiado o mesmo arcabouço, que se caracterizava pela regência administrativa da Escola Normal, sobre os grupos escolares e o uso pelo menos em tese, por parte desses grupos, da mesma metodologia da Escola Modelo⁴⁶ - buscou outras referências para constituir um modelo particular. Barbosa de Godóis, diretor da Escola Normal no período em que foram fundados os primeiros grupos escolares da capital (1903), foi levado “a visitar sistemas educacionais da Europa e da América do Norte” (MOTTA, 2006, p. 144). Além dessa iniciativa, em 1917 o Secretário do Interior Demosthenes Macedo baixou a Portaria (n.º 1 de 27 de janeiro): “commissionando a professora da Escola “Almeida Oliveira”, D. Odyla dos Santos Pinho, para estudar a organização do ensino primário do Distrito Federal e nos Estados de São Paulo e Minas Gerais”, revelando diversas influências no processo de elaboração do modelo educacional que se pretendia para o Maranhão.

As reformulações seguiram-se, objetivando tornar mais eficiente a formação de professoras(es), na Escola Normal, prova disso, a elaboração de um novo regulamento através da Lei n.º 55 de 27 de junho de 1905, durante a administração do Governador Alexandre Collares Moreira Júnior, cujo teor vai acompanhar por grande tempo a história da Escola, estendendo-se as regulamentações à Escola Modelo, o Curso Anexo, os Grupos Escolares e as Escolas Primárias regidas por normalistas. O regimento, dentre outras questões, demonstra

^{45cc}A Lei n.º 323 de 26 de março de 1903 autorizou o Governo do Estado a converter em grupos escolares as escolas estaduais existentes no perímetro desta cidade. Cada grupo ficaria com três escolas, [...]”

A Lei n.º 363 de 31 de março de 1905 autorizou o Governo a criar Grupos Escolares no interior do Estado, modelando-os pelos da capital. Ver Fernandes (2003, p. 252-253).

⁴⁶ O Decreto n.º 30 de 19 de julho de 1904 - Art. 1º. Os Grupos Escolares, instituídos nesta cidade para o ensino primário pelos métodos e programa da Escola Modelo Benedicto Leite, funcionarão de 1.º de fevereiro a 30 de novembro, em todos os dias úteis, das 9 horas da manhã à 1 da tarde.

que a idéia de pertencimento da normalista à escola, não se encerrava com a conclusão do curso, acompanhando-a, pelo menos no caráter burocrático, no seu exercício profissional, conforme prescrevia, o Art. 1.º da referida lei: “A Escola Normal é um estabelecimento de ensino profissional, de regimen mixto, que se destina ao preparo dos professores **que devem ministrar o ensino nas escolas primárias do Estado**” (grifo nosso). A(o) normalista ia se transformando na(o) emissária(o)⁴⁷ de um modelo de gestão educacional.

De forma resumida, o Regulamento de 1905 deliberava sobre a estrutura dos conteúdos; instrução geral; instrução técnica; escola de aplicação; curso anexo; as categorias de alunas livres e pensionistas, que receberiam a anuidade de um conto e duzentos mil reis; o regime de matrículas e o número de matriculadas(os) por ano que deveriam ser em número de quarenta, no máximo, sendo que dez dessas vagas eram reservadas às(os) pensionistas; à concessão de pensão somente a alunos com domicílio fora da capital, devendo esse benefício distribuído entre homens e mulheres em igual número; sobre o ensino prático que recebia o apoio de gabinetes e laboratórios, além de contar com museu pedagógico e biblioteca; as aulas, exames, horários, notas que eram distribuídas da seguinte forma: ótima, referente a 10, que aprovava o aluno com distinção; boa, entre 7 e 9, que aprovava plenamente; sofrível, entre 4 e 6, simplesmente aprovado; má, entre 1 e 3 que levava à reprovação; e nula que se referia a zero; direitos e deveres de professores(as), alunas(os) e funcionários(as); condições para efetivação de matrículas; penalidades; atuação da Congregação.

Algumas dessas regulamentações foram postas em prática; outras não se efetivaram de todo, na medida em que a proposta legal da Escola, o cotidiano da mesma e do entorno, se mesclavam revelando as tensões e adaptações inerentes às relações entre o dito e o vivido, introduzindo nas vivências o pormenor mudando dessa forma, o seu “funcionamento e equilíbrio”. (CERTEAU, 2002, p. 165).

Podemos observar essa tensão entre a articulação do que é pensado como idealidade e as inferências cotidianas, na situação das(os) alunas(os) pensionistas. As pensões eram destinadas para o incentivo dos estudos de pessoas residentes fora da capital para se formarem e retornarem às suas localidades, a fim de exercerem a docência como normalistas. Além

⁴⁷Cabe frisar que homens entravam no curso normal, embora, fossem poucos os que chegavam a concluí-lo. Assim como as mulheres levavam os referenciais de civismo e instrução estabelecidos, ao utilizarem os conhecimentos apreendidos, como diretores de instituições de ensino, função que geralmente assumiam quando se formavam. Em 1919 o Diário Oficial do Maranhão (25 abr. p. 6 – 10) traz uma lista de todos as(os) professoras(es) das escolas públicas do Estado, totalizando um número de 243. Entre esse número 101 eram normalistas, dos quais somente 4 desse total eram homens. Todos eles (José F. Chaves Fernandes, Luiz Gonzaga Maia Muniz, Silvio Ribeiro de Seixas e José Silvestre Fernandes) exerciam a função de diretores de externato, colégios onde estudavam somente meninos.

dessa finalidade, de acordo com o “Modelo de Compromisso de Aluno Pensionista” as(os) beneficiadas(os) deveriam:

1º. Ocupar no Estado dentro de trez mezes, depois de completado o curso, uma cadeira de instrucção primária, pelo modo e com as regras da legislação estadual; 2º. Aceitar no fim deste prazo a cadeira que lhe for designada pelo Governo caso não tenha provido a obtenção de outra; 3º. Indemnizar os cofres públicos mediante o desconto mensal de 25% dos seus vencimentos da importância que tiver recebido como pensionista para fazer o curso na escola; 4º. Pagar ao Estado uma multa de um conto de reis, além da restituição da importância total que houver recebido como pensionista, se não aceitar a cadeira que lhe for designada, de accordo com a cláusula 2.^a, devendo esta obrigação ser satisfeita dentro de 15 dias, a contar d'aquelle em que for declarada a infração pelo governo. (REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL, Anexo n.º 1, 27 jun. 1905).

O objetivo desse expediente era prover, com normalistas, as localidades que se ressentiam dessas(es) profissionais. E caso as(os) beneficiárias(os) não cumprissem o acordo, deveriam ressarcir os cofres públicos desse investimento. Se muitas(os) seguiram o estabelecido pelo regulamento, no que se referente à questão, um bom número desenvolveu estratégias que burlavam essa ordem, pois através dos documentos que tratam da distribuição de pensionistas, observamos que após a conclusão do curso, o dispositivo legal se rompia diante do cotidiano próprio de cada uma das pessoas beneficiadas. Da data da criação da categoria pensionista (1899), até a sua suspensão⁴⁸ (1914), foi possível identificar 37 pensionistas e acompanhar 31, verificando-se que o objetivado pelo projeto, não seguiu da forma exata que foi pensado, conforme o quadro seguinte⁴⁹:

Pensionistas	Conclusão do curso	Local onde trabalharam
1- Almerinda da Costa Rodrigues	1910	1910- Brejo
2- Alzira Pedroso de Abreu	1910	1910 - Cururupú/1914 – Capital
3- Amélia Áurea de Maria Alves	1911	1911 - Guimarães/1914 - São Vicente Ferrer
4- Amélia Barbosa Ribeiro Soares	(?)	(?)
5- Anna Iria Torres	1908	1908 - São Bento/1917 – Grajahú/1919 – Capital
6- Cleomenes Odaly de Barros	1909	Obs: Só encontramos o nome desse normalista na

⁴⁸ O Decreto n.º 217 de 27.3.1914 que estabeleceu: “Art. 1.º - Ficam suspensas, de 1 de abril próximo em diante, todas as pensões actualmente concedidas aos alumnos da Escola Normal”.

⁴⁹ As informações contidas no quadro 1 resultam de documentos variados, produzidos pela Escola Normal e por outros órgãos da burocracia do Estado do Maranhão.

Falcão		revista “A Fita” de 1920, assinando um pensamento a respeito da mulher.
7- Cypriana Justina Furtado	(?)	(?)
8- Elizabethe Growell		1917 – Arari/1919 – Capital
9- Elvira de Andrade Fontenelle	1913	1914 – Araiões. Obs. Em 1923 aparece no Diário Oficial do Maranhão (16 mar. De 1923, p. 3) com um pedido de licença com o nome de Elvira Fontenelle Lopes.
10- Elzira Machado	1910	(?)
11- Emilia Rosa Freire de Lemos	1910	1910 – Maioba/1914 – Mocajutuba/1919 - Santo Antônio e Almas-Alcântara
12- Ermelinda Rosa Maralrado	1909	1910 – Turiagu/1915 – Pinheiro
13- Eron Wolf de Sousa	1916	1917 – capital – Obs: apareceu como examinador da escola municipal da Madre Deus.
14- Fernando Crhispiiano Cardoso	1909	1910 - Rosário (Diretor)
15- Hemetério de Araújo Leitão	1914	1917 – Caxias (Diretor)
16- Hermelinda de Souza Martins	1907	1907 – Capital/1910 – Turiassú
17- Neomênia Cruz Gandra	(?)	1914 – Capital
18- Josepha Rosa Amazonas	1910	1910 – Icatu
19- Laura Guterres de Sousa	1906	1908 – São Bento/1917 – Rosário/Alcântara – 1918
20- Laura Rosa	1909	1910 – Caxias
21- Lúcia de Lima Macêdo	1905	1906 – Capital
22- Luiz Viana	1906	Atua em instituições da capital como diretor e professor.
23- Luiza Viana	(?)	Capital – Obs: é citada como professora da capital no Congresso Pedagógico de 1920
24- Maria Amélia Torreão da Costa	1915	1916 – Capital
25- Maria da Conceição Machado	1905	1907 – Capital
26- Maria da Pureza Torres	1907	Capital/1908 - São Bento/1914 – Capital/1918 – Grajahú
27- Maria das Dôres Almeida Tavares	1915	Em 1917 é transferida de Monção para Monte Alegre (Codó)/1919 para Araçagi (Paço do Lumiar)
28- Maria de Carvalho Santos Sobrinho	1910	1910 Guimarães/1914 – Capital

29- Maria do Carmo das Neves Teixeira	1906	1911 – Capital
30- Maria José Gonçalves Fontes	(?)	1907 – capital/1920 - Vargem Grande
31- Maria Raymunda da C. Rodrigues	1915	Em 1917 é transferida de Brejo para a vila de Curralinho
32- Maria Regina Ribeiro de Azevêdo Macieira	1913	1914 – Iguaiá (Paço do Lumiar)/1919 – capital.
33- Raymunda Argemira C. Goiabeira	1913	1917 – Capital
34- Raymunda Martins de Mattos	1913	1914 – Anajatuba/Obs: em 1917 pede exoneração
35- Raymunda Parga L. de Meireles	1906	(?)
36- Sophia de Magalhães Ramalho	1916	(?)
37- Virgínia Augusta Machado	1913	1914 - Paço do Lumiar/1917 – Capital (Jordoa)

Quadro 1: Pensionistas da Escola Normal e locais de atuação.

Desse total de trinta e sete: **nove** só atuaram na capital; apenas **três** começaram na capital transferindo-se depois para o interior do Estado; e **treze** seguiram o exigido pelo acordo e atuaram somente no interior. Eram comuns os esforços no sentido de retornarem à capital, a exemplo de **seis** dessas professoras. Essa movimentação era decorrente de relações pessoais que intermediavam essas movimentações e revelava, também, que nem todas eram provenientes do interior. Por conta disso, após a conclusão do curso, muitas não seguiram a um dos fins dessa iniciativa: desenvolver a função de professora nas cidades do interior, onde havia carência de profissionais qualificadas pela Escola Normal.

Ainda dentre nomes citados, sobre **seis**, não foi possível saber se exerceram nas instituições públicas ou privadas a docência, ou se seguiram outros caminhos, deixando-nos sem respostas. Teriam seguido outra profissão, casaram, passando a integrar, junto ao lar, a função feminina considerada prioritária, no contexto analisado, de “mãe educadora”? Pode ser, pois, a instrução feminina além de possibilitar a formação de professoras, era uma forma de “obter preparo para a vida do lar” aprendendo a cuidar do futuro marido e “da educação dos filhos” que viessem a ter (ALMEIDA, 2004, p. 78). Em se tratando dos homens, teriam enveredado por outros caminhos profissionais?

Presume-se ainda que as pensões nem sempre fossem destinadas às pessoas que tinham necessidade, visto que a pensionista Maria Torreão da Costa, que coincidentemente tinha o mesmo sobrenome do Governador João Gualberto Torreão da Costa (1898/1902).

Em relação ao pagamento devido pelas(os) pensionistas, observamos mais um arranjo entre o legal e o vivenciado, através da sistemática quebra desse contrato no referente ao ressarcimento dos cofres públicos. Quando o Decreto n.º 217 de 27 de março de 1914 suspendeu as pensões concedidas pelo Estado às alunas e alunos da Escola Normal, essa situação manifestou-se na fala do Governador Luiz Domingues:

Considerando que a lei, para a concessão de pensão, exigiu do aluno favorecido com ella a restituição das quantias recebidas do Thesoiro, restituição esta garantida por um fiador; mas;

Considerando que nada obstante taes cautelas para resolver os interesses do Thesoiro, este tem até o presente adiantado a alumnos da Escola Normal a importância de 163. 681\$905 e desta quantia só tem conseguido reaver a de 13. 227\$687.

Não temos conhecimento da tramitação dos processos de cobrança dessas dívidas, mas a Lei n.º 791 de 15.4.1918 nos indica sobre a isenção desses pagamentos, revelando uma rica dinâmica entre o cumprimento da norma de 1899 e as ocorrências cotidianas. Eis o seu teor:

O doutor José Joaquim Marques, Governador do Estado do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes que o Congresso decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º- Fica dispensada a dona Laura Rosa, professora Normalista da Escola do 2º. Distrito da cidade de Caxias, o pagamento da quantia de um conto quatrocentos e noventa e dois mil e quinhentos quarenta e oito réis (1.492\$548), saldo do seu débito, como pensionista educanda da Escola Normal; e por isso mesmo sem poder reclamar a vantagem dos 5% a que possa ter direito por manter na sua aula uma frequência nunca inferior a quarenta alunos. (LEIS DO MARANHÃO, 1918).

O exemplo da professora Laura Rosa (1884 – 1976), que exerceu a docência em Caxias, revela, em parte, a dinâmica que se estabelecia nesse intrincado universo de relações humanas. Por outro lado pode sugerir que a movimentação dessa normalista, que se destacou também como poetisa, levasse o governo a uma tomada de decisão, motivado pelo fato de a mesma ser convidada para assumir função administrativa na Instrução Pública (MOTTA, 2003) e as pensões já estarem suspensas a quatro anos.

Outro dado revelador desse equilíbrio entre o ditado na lei pelos poderes oficialmente constituídos, com as necessidades e particularidades das pessoas afetadas por essas resoluções, refere-se à questão da idade de ingresso na Escola Normal. O Art. 22, no

item “a” determinava que para requerer a matrícula, os responsáveis ou candidatos deveriam apresentar: “prova legal de ter quatorze annos **feitos**” (grifo nosso). No entanto, são inúmeros os pedidos que chegavam à escola, para desconsiderar essa condição, sendo em muitos casos aceitos, como indica o despacho:

Secretaria da Escola Normal do Maranhão
São Luís, 25 de janeiro de 1906

Ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado

Informando a petição inclusa, em que Marcellino Luis Henriques vos solicita que mandeis matricular no 1.º Anno do curso dessa Escola, a sua filha Marcelina Luisa Henriques, de 13 annos e 7 meses de idade, cabe-me dizer-vos que, sendo pequeno o número de mezes que faltam à referida menina para completar os 14 annos de idade, marcada para a matrícula neste instituto, parece-me não haver inconveniente em ser deferida dita petição, sendo a matriculanda previamente submetida ao competente exame de admissão.⁵⁰

Os pedidos de matrícula para pessoas que ainda não tinham alcançado a idade estabelecida no regulamento eram encaminhados ao governador, que por sua vez, ouvia o Diretor da Escola que teoricamente, dava a última palavra sobre o assunto.

A Escola apresentava também distanciamentos em relação ao prescrito pelo regulamento e o acontecido, no referente à sua infra-estrutura. O capítulo que tratava sobre o laboratório, que tanto trazia orgulho à Escola, estabelecia no Art. 7.º: “Para o estudo prático das matérias que o exigirem, a Escola Normal terá os gabinetes e laboratórios.” De fato a Escola, através do seu diretor, fez o pedido do material para a montagem desses espaços, e os mesmos foram obtidos, de acordo com o exposto no relatório enviado pelo Diretor, Antonio Baptista de Godóis, ao Governador Collares Moreira em 1908:

Transmito-vos incluzo o arrolamento do material existente nesta Escola e nas instituições que lhe são dependentes, o qual deixou de ser enviado na época oportuna, por circunstâncias especiais relativas à acomodação dos últimos gabinetes de física e química, que ainda hoje, não se acham convenientemente dispostos de modo a se poder fazer um inventário de seus aparelhos, sem o receio de incidir em erro por omissão ou duplicidade de algumas peças.

No entanto, esses materiais acabavam não sendo devidamente utilizados, por conta da deficiência de espaço e investimentos na instituição, que possibilitassem a sua boa

⁵⁰ Na Seção de avulsos do Arquivo Histórico do Maranhão, nas caixas onde estão os documentos referentes à Escola Normal, encontram-se de forma recorrente esses pedidos.

conservação, bem como a sua renovação. Sobre essa questão, se estabelece mais uma ruptura entre regulamento e o efetivado, pois como observa o diretor dessa instituição:

Mal acondicionados como ficaram os aparelhos, estando, as suas peças espalhadas muitas vezes por prateleiras e armários deferentes, conforme os volumes em que elles vinham distribuídos, por interesse e embalagem, o seu exame e arrolamento, mais tarde, exigiam duas coisas: espaço onde se collocasse, retirando-se dos armários e móveis em que fossem dispostos. Ambas essas coisas faltaram.

Nos armários em que estão, o professor das matérias, a que elles se destinam, vê-se freqüentemente na contingência de arrolar alguns delles por ocasião das lições e, dezarrumal-os, para depois, poder guardá-lo, pois tem de distribuir-lhes as peças por prateleiras e armários diversos, de acordo com o espaço preciso para contel-os. E assim, o gabinete de química e física não pôde ser todo arrumado e diferentes aparelhos de física se acham com as peças dispersas.

Conhecendo o nosso antecessor, essa dificuldade do local onde se acham esses gabinetes, o qual é o salão de aulas de prendas femininas, todo atravancado de cadeiras fixas e bastidores para os trabalhos de bordado, tinham resolvido ampliar o edifício dessa escola e dotal-a de um certo número de estantes em que fosse possível, dispor-se esse importante material, sem os inconvenientes atuais. (RELATÓRIO, 1908).

O uso do material esbarrava nos limites de um prédio, que não fora em princípio, pensado para ser uma escola e que contava com um número cada vez maior de alunas(os)⁵¹, distanciando-se também do regulamentado. Cabe ressaltar, que depois de 1905, vai incluir-se a categoria “ouvintes”, ampliando-se o número de alunas(os) na Escola Normal⁵². São mudanças que geram novas expectativas e problemas, principalmente no referente a espaços e reparos necessários, ao bom funcionamento da instituição, pois, além das carências do gabinete de Física e do laboratório de Química, o diretor reintera os problemas de espaço e de manutenção no relatório (1908):

Era sem designo mandar preparar um salão espaçozo para a aula de Física e outro para a de Química e, aproveitando o ensejo, providenciar sobre outras acomodações, para diversas aulas de capacidade insuficiente para a freqüência de alunos a que a escola atingiu.

[...]

⁵¹No Art 1.º, no seu § 1.º na p. 2 diz: “O número de alumnos para a matrícula em cada anno será de quarenta no máximo, trinta da primeira categoria (os livres) e dez da segunda (os pensionistas), tendo preferência os que tiverem curso na Escola Modelo. Não serão contados neste número, os alumnos que por qualquer motivo, perderem o anno e tiverem de repetil-o”.

⁵²A correspondência entre o Diretor da Escola Normal e o Governador do Estado, datada de 28 de janeiro de 1908, indica esses números, que são os seguintes: “Comunico-vos terem se matriculado no anno corrente, n’esta escola, 92 alumnos, sendo, 36 no 1º. Anno, 19 no 2º, 23 no 3º, 14 no 4º e haverem 12 ouvintes no anno superior, de acordo com o art.º 25 do reg. de 27 de junho de 1905, ficando por esse modo, elevados a 104 inscrições de alumnos nas aulas do estabelecimento”. (Documentos Avulsos da Escola Normal)

Infelizmente as circunstâncias financeiras do Estado não permitiram que fosse levada a efeito a encomenda que o vosso antecessor mandara fazer em 1906, para a substituição de parte do primitivo material escolar desse estabelecimento e por esse fato, se teve de catalogar muita coisa que já se acha imprestável, pelo uso longo que tem tido, como sejam entre outros, os mapas geográficos, que já estão esfarrapados na sua maioria.

O relatório (1908) expõe o difícil equilíbrio entre as necessidades da Escola e o que se apresentava como possibilidade administrativa, ou seja, entre o objetivo e a sua efetivação no referente à qualidade da instrução. Aponta também para a questão referente às disciplinas ministradas nesse espaço instrucional (quadro 2)⁵³, que ao longo do período analisado experimentou algumas mudanças. Vejamos o quadro de disciplinas, em dois momentos: no ato de criação da Escola e, posteriormente, na reorganização estabelecida pelo Regulamento de 1905⁵⁴.

Regulamento da Escola Normal de 22 de junho de 1890.		Decreto n.º 55 de 27 de junho de 1905 –	Distribuição
Curso com duração de três anos.⁵⁵		Curso com duração de quatro anos.	Por anos
		Língua Portuguesa	Todos
1º. 2º.	Língua Portuguesa	Língua Francesa	1.º, 2.º., 3.º.
1º. 2º.	Língua Francesa	Aritmética e Geometria	1.º, 2.º.
1º. 2º.	Aritmética	Cosmografia e Geografia Geral	1.º.
1º.	Corografia do Brasil	História Geral (noções)	1.º.
1º.	Geografia	Desenho e Cartografia	Todos
1º.	História do Brasil e Maranhão	Caligrafia	Todos.
3º.	História Universal	Música	Todos
2º. 3º.	Pedagogia	Ginástica	Todos
3º.	História Natural	Álgebra e Geometria	3.º
3º.	Instrução Moral e Cívica	Física	3.º
3º.	Literatura Portuguesa e Brasileira	Zoologia e Botânica	3.º
2º.	Física	História do Maranhão	3.º
2º.	Química	Pedagogia	2.º, 3.º, 4.º
1º. 3º.	Desenho		
1º. 2º. 3º.	Música	Hist. Dos povos americanos e Hist. Do Brasil.	2.º.
1º. 2º. 3º.	Ginástica	Química e mineralogia	4.º

⁵³ Essas informações foram retiradas do Regulamento de 1890 e 1905, respectivamente.

⁵⁴ O Regulamento de 1905 foi marcante com relação à estrutura curricular da Escola, sofrendo alterações no período, no referente ao tempo e desdobramentos das disciplinas, mas não em relação ao acréscimo ou retirada das que são citadas nesse regulamento.

⁵⁵ Quando da sua fundação, 1890, o curso normal tinha três anos, passando em 1903 para quatro anos e, a partir de 1907, cinco anos (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 385).

1°. 2°. 3°.	Trabalhos de agulha, costuras e bordados, só para o sexo feminino	Instrução Cívica	4°.
		Obs. As alunas estudaram economia doméstica e desenho de ornato, aplicado, a prendas femininas	Todos

Quadro 2: Disciplinas do curso normal.

As mudanças observadas nas disciplinas, entre os anos de 1890 e 1905, são ilustrativas das mudanças processadas nesse contexto em relação à função da instrução na sociedade. Desdobrou-se a disciplina História para privilegiar os povos americanos, decorrente dos avanços dos estudos antropológicos; deu-se mais importância à questão estética com a introdução de Caligrafia e do Desenho de Ornato; ampliava-se o ideário sobre a participação feminina na boa administração doméstica com a introdução de Economia Doméstica; e punha-se em evidência o conhecimento dito científico, identificado nesse contexto com disciplinas como Zoologia, Botânica, Química e Mineralogia. E visando responder às críticas que questionavam a formação professoral, amplia-se o tempo da cadeira de Pedagogia de forma proporcional à ampliação do curso.

Além dessas questões, a expressiva presença feminina no seu quadro, e a preocupação em fazer das alunas, mulheres prendadas e bem educadas para o bom desempenho das funções de esposa e de mãe, marcavam o curso normal que além do Desenho de Ornato, aplicado a Prendas Femininas tinha no seu conteúdo programático, desde início o ensino de Música, que era estendida para o piano e o Francês. Estes itens eram, à época, importantes para convívio social e para fazer “uma boa figura” nos salões e teatros - em se tratando de mulheres que tinham o privilégio de circularem nesses espaços - o que justificava a presença dessas disciplinas durante todo o curso.

Com finalidade primária de buscar a formação de quadros de professores para o Estado, aplicava ainda prerrogativas comuns a esse período como: erudição no sentido do conhecer, que em um contexto influenciado pelo positivismo e pelo método de ensino intuitivo, evidenciava as disciplinas tidas como de cunho científico identificadas com um pretense discurso modernizador; e princípios higienistas, que chegavam principalmente através da disciplina Pedagogia (ANEXO 1). Professoras(es) deveriam ter a capacidade de perceber os problemas de saúde comuns às crianças. Eram emissárias(os) do discurso de higienização. Talvez tal discurso seja outro dos elementos corroboradores da demanda de mulheres para as Escolas Normais, levando-se em conta que havia uma ordem ilustrada que impelia a mulher à condição de “mãe-higiênica”, como observa Costa (1999, p. 255):

A redução da mulher à figura de mãe-higiênica processou-se de modo idêntico à passagem do patriarca ao novo pai. O argumento de choque era o mesmo: aumento da responsabilidade para com os filhos.

Descritivamente, essa reciclagem da função feminina na família operou-se em dois tempos. No primeiro a higiene, acompanhando a urbanização, retirou a mulher do confinamento doméstico, liberando-a para o convívio social e o consumo comercial. Esta etapa seria representada pela crítica à <<mulher de alcova>>. No segundo tempo, reforçando a <<estatização dos indivíduos>>, a higiene procurou reintroduzir a mulher na família, devidamente convertida ao amor filial e ao consumo de serviços médicos. Esta seria a etapa da condenação à <<mulher mundana>> e à prostituta.

A mãe higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado a emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, <<colonização>> da mulher pelo poder médico.

Essa proposta do curso normal estabelecia uma estreita ligação entre práticas pedagógicas e saúde. Sob o encargo de professoras(es) orientados por higienistas, deveria-se inculcar bons hábitos nas crianças, principais destinatárias dessa cruzada higienista. Munidas dessa competência, caso não viessem a exercer a docência, poderiam desempenhar com mais eficiência a função de mãe. No caso dos homens normalistas, poderiam também ser mentores dos hábitos de civilidade em espaços instrucionais como os Externatos.

Para encaminharem-se no exercício da docência, outras ações formativas eram efetuadas pela Escola Normal, como os exercícios práticos efetuados na Escola Modelo. Nessa atividade havia um momento cercado de muita tensão, que era a conclusão das disciplinas, por meio de provas escrita, prática e oral. O regulamento de 1905 assinala as regras desse processo:

Art. 44. Até 15 de outubro o professor de cada cadeira deverá remeter ao Director uma série de pontos para os exames, compreendendo toda a matéria, lista que uma ou mais comissões nomeadas pelo Director verificarão si está de acordo com o presente artigo e será registrada em livro especial.

Art. 46. A mesa examinadora se comporá, para cada matéria, do respectivo professor e de mais dois examinadores escolhidos pelo Director dentre pessoas competentes, pertencentes ao corpo docente da escola.

Art. 47. O Director comunicará ao Governador, com a devida antecedência, o dia em que deverão começar os exames.

Art. 48. Os exames serão feitos separadamente por matéria que constitua objecto de uma aula, podendo nos casos de provas escripta e oral, ser a primeira feita n`um dia, e a outra nos seguintes dias úteis.

Art. 49. As provas escripta serão feitas simultaneamente por todos os alumnos de cada disciplina. As provas oraes por turmas não excedentes de dez alumnos. As provas práticas, ora simultaneamente, ora por turmas, conforme a natureza da disciplina.

Integrando o processo conclusivo do curso normal, era ainda feito o tirocínio que segundo o Governador Luiz Domingues: “[...] um notável educador pedagogo contemporâneo considerava a parte mais séria de toda a obra educativa profissional das Escolas Normais”. (Mensagem de 1912, p. 12). Sobre o tirocínio governador ainda observava:

Que esse tirocínio não deve visar exclusivamente o preparo prático do que se destina ao magistério em Escola primária organizada de acordo com o typo reputado pelos competentes, o mais perfeito, porém, de preferência é satisfazer as exigências da organização escolar compatível com a região servida pela Escola Normal de cujo programma faz parte, seja qual for a feição theórica ou prática que essa organização possa conferir.

O tirocínio significava um exercício da prática escolar, feito pelas(os) normalistas, diante de examinadores, em que as alunas deveriam demonstrar conhecimentos a respeito dos conteúdos que iam ministrar junto aos seus alunos. Era um momento crucial para elas, que se postavam diante de uma banca examinadora e de um público assistente para o exame. “Hilpafor”, certamente um pseudônimo, no jornal “O Ateniense”, conseguiu traduzir, de forma satírica, a tensão que cercava esse momento da vida estudantil:

Fatos e fitas

Talento e... bomba...

Atarracado no chão apertado de uma das portas do salão, o indefectível bedel chamava, um por um, compassadamente, os candidatos inscritos para o exame da última matéria componente do tirocínio definitivo.

A cada palavra, como que um ciclone terrível, perpassava entre o grupo de estudantes que fora, esperavam a **“hora fatal” hirtos, gélidos, comovidos e nervozos, como se fossem sentenciados, certos de sua pena por um crime monstro que jamais seria perdoado.**

E á proporção da chamada, transpunham o humbral, cabeça baixa, gesto acanhado como justiciado do Santo Ofício.

A banca examinadora já lá estava, grave e solenemente repimpada naquela austeridade intranzigente de julgamento, e nem siquer um sorriso animador de esperança deixava esboçar às pobres vítimas tristes e modrozas.

O ambiente era morno e para os estudantes pairava, em todos os cantos, o algoz impiedoso do deazastre que reprova e simplifica. (O ATENIENSE, 12 jan. 1915, p. 4). (grifo nosso)

Como o momento era solene, apesar de assustador, como nos relata o cronista, era necessário apresentar-se bem trajada(o), e também, convenientemente preparada(o), pois do contrário a exposição poderia gerar gracejos inconvenientes, principalmente se fossem mulheres, que para estarem nesses espaços tinham que demonstrar não só beleza e cuidados

com a estética. Deveriam demonstrar domínio do assunto proposto e atitudes de humildade, diante de situações que possibilitassem a exposição dos seus conhecimentos:

De entre aquele grupo mudo e pálido destacava-se uma jovem rozada, com os cabelos bipartidos em bandos a que dois pomposos laços azuis davam um aspecto festivo e interessante.

Farfalhando o costume de cambraia nova e dura de goma, exclusivamente preparada para aquele ato importante e sério, ela tomou o assento na primeira carteira, mostrando-se indiferente na sua despreocupação calma e certeza de seu talento educado a custa de muito estudo.

O lente quis iniciar os trabalhos por Ella, talvez por achar o seu ar gracioso, e chamou-a.

Ella levantou-se pronta e abrindo um trecho dos “Luziadas”, escolhido pela sorte das urnas, leu com a voz firme, clara e precisa, com um tique de pedantismo e pretensão, sibilando os §, accentuando fortemente as sílabas, com uma pontuação demonstrata, dando a entender a sua habilidade.

Para os estudantes outros, aquele prelúdio foi a antevizão do sucesso de uma distinção redonda e bem merecida.

A coisa até aqui ia muito bem.

Agora, disse o examinador: queira a senhorita analisar o ponto, dividindo-o em orações e depois de classificá-las, demonstre analiticamente a oração principal. A jovem examinanda endireitou os bandos e, passando uma revista rápida nas oito linhas da estância, desdobrou a fileira dando por páus e por pedras, dividindo “a torto e a direito”. (O ATENIENSE, 12 jan. 1915, p. 4).

Como nesse exemplo, a “examinanda” não logrou êxito respondendo de forma errada às questões propostas pela banca, ficou exposta a ironia do cronista, nos dando idéia da coragem necessária para enfrentar momentos como esses:

Desta vez os lentes se declararam satisfeitiíísimos pelos... dislates e um formidável zero coroou a sapiência bestunta daquela professora ...

O que eu não sei dizer é si os outros seus coalunos tiveram coragem para alguma coiza depois daquele exemplo funesto e dezanimator... (O ATENIENSE, 12 jan. 1915, p. 4).

Em uma platéia, nem sempre compreensiva, com relação a possíveis falhas que as(os) estudantes viessem a cometer, o tirocínio acabava por ser marcante. “Pérola” (5.12.2007) nos relatou sua experiência com esse processo, durante a sua entrevista, enfatizando diversas vezes, a importância desse momento na sua vida escolar:

Fazia o tirocínio faltando 2 anos para terminar o curso normal.

Naquele tempo, no tempo do Dr Luis Viana, se estudava ou reprovava. Nós fazíamos o tirocínio na Escola Modelo e ele ia assistir e fazia crítica.

Era a pior coisa do mundo esse tirocínio.

A gente ia pra estudar, pra ensinar. Sorteava o ponto. Eles davam o ponto. A gente se preparava e a professora ia anotando. Quando acabava, sentava e iam fazer a crítica sobre os erros da gente.

Esmeralda (24.2.2008) também nos traduziu suas impressões desse processo: “O teste que tinha era o tirocínio. Era o teste que se fazia para mostrar que a gente tinha competência para ensinar”.

O tirocínio, nesse contexto, acabava sendo relevante na vida das alunas, pois a elas não cabia o direito ao erro, visto que, ousava cruzar a fronteira para o letramento e profissionalização, o que era creditado como natural somente aos homens. Além do mais, deviam mostrar-se humildes, mesmo que imbuídas de competência superior aos homens, pois, não cabia a mulheres, a demonstração ostensiva de habilidades, a não ser aquelas que haviam sido legadas pela natureza.

A afirmação institucional da Escola Normal, a despeito dos problemas, e das pessoas nela formadas desenvolviam um aureolamento profissional que ampliava as possibilidades de trabalho, o que elevou significativamente, o número de interessadas(os) em se formarem na mesma. Dentre esse número, as mulheres vão seguindo como maioria ao longo da história da instituição, conforme nos relata o discurso do Dr. Justo Jansen Ferreira (1910, p. 7), professor da Escola Normal:

Tenho firmado e depois documentado que a presença de S. Exa., reanimava o entusiasmo dos que labutavam pelo ensino, vou ocupar-me desta solemnidade, em que se conferem diplomas somente a meninas. Facto que aqui se tem dado numerosas vezes, pois no período de 20 anos, apenas se expediu o título de professor normalista a 5 alumnos.

O aumento do entusiasmo feminino pela docência não aboliu os problemas referentes à questão educacional no Maranhão que ingressou no século XX com um déficit educacional, não resolvido com a criação da Escola Normal, nem tampouco com decretos e leis estabelecidos. No entanto, houve um crescimento no número de pessoas que pensavam a educação como alternativa de melhoria econômica e ascensão social. Isso levou uma vigilância maior em relação à instituição que possibilitava às filhas da terra, distinção e trabalho. Dessa forma, entrar ou não na Escola Normal revestiu-se de tensões e denúncias de protecionismo, prática comum ao meio analisado. No Jornal “O Rebate” (31 jan. 1913, p. 2), “X. P. T. O”, que assinava a coluna “Traças e Troças acusou:

Os professores da Escola Normal são gaiatos, têm graça p`ra burro...

Os exames que ali se realizaram foi uma delícia, uma couza petitoza...

Quem não estudou com o professor tal, quem não lhe deu dinheiro mensal, tomou páo e de rijo [...].

A vendita foi de todos os lados, rezultando desta falta de critério no magistério público, que ficaram prejudicadas muitas alumnas habilitadas.

Achamos que o eminente Sr. Antônio Lobo, como inspetor da Instrução Pública tem o direito, senão o dever, de corrigir esse abuzo inqualificável.

Só obtive boas provas, as alumnas que estudam com os professores que as examinaram e as filhas do Dr. tal, do capitalista tal, porque têm posição e dinheiro.

Urge providências para não passarem por traças... e troças...

Além de uma denúncia expressiva, o exposto por esse articulista aponta para dois caminhos: primeiro o de uma insatisfação por conta da possibilidade de exames de admissão sem lisura que, segundo as denúncias, levavam em conta as condições sócio-econômicas das alunas; e segundo, o aumento da busca por instrução, que por sua vez, evidenciava os limites, com relação à quantidade de alunas(os), que podiam ingressar na escola. O processo seletivo que parecia envolver diferenças sócio-econômicas e um preparo cuidadoso, excluía muitas(os) dos que desejavam ter acesso à instrução profissional ou secundária, como nos relata “Pérola” (5.12.2007) quando perguntamos sobre o ingresso no curso normal do Liceu:

Não era difícil.

Tinha que fazer exame de admissão. Agora... estudava! Tinha o exame de admissão e tinha também o preparatório na Escola Modelo, mas no geral a gente mais pobre tinha que fazer era o exame de admissão.

Pérola (5.12.2007) ainda observa sobre o exame de admissão:

A gente tinha que estudar e fazer o exame lá cheio de gente. Era tanta gente como se fosse uma festa. Eles davam os pontos para se preparar uns cinco ou seis pontos, conforme, e na hora tirava um daqueles e agora ia explicar.

Apesar das dificuldades e limites de acesso ao ensino profissional e secundário - decorrentes de carências econômicas e instrucionais de muitas(os) - aumentava o desejo de acesso à escolarização, não acontecendo o mesmo com relação à estruturação conveniente do sistema educacional que não atendia a essa nova demanda. Os registros indicam que as autoridades apresentavam soluções que passavam pela Escola Normal. Porém, a instituição não era contemplada com melhorias estruturais que permitissem por em prática o proposto. O

texto que segue (Mensagem do Governador Luiz A. Domingues, em 5 de fevereiro de 1914) é um indicativo dessas medidas que ampliavam as possibilidades de ingresso na instituição sem atentar para as suas condições materiais e físicas,:

Isentei do exame de admissão para a matrícula na Escola Normal os alunos diplomados pelas escolas estaduais regidas por normalistas, equiparando-os para todos os efeitos, aos da Escola Modelo Benedicto Leite. Não se comprehende que alumnos diplomados pelos normalistas do Estado, em escolas de programma official, tenham ainda de submeter-se à prova de habilitação para a matrícula na Escola Normal.

Estabeleci, outrossim, as categorias de professores normalistas graduados e normalistas do curso integrado. Os primeiros recebem o diploma ao terceiro anno e os outros no final do curso. É um meio de preparar adjuntas e de prover de professores mais idôneos, que os recrutados no logar, escolas das villas e povoações, quando as das próprias cidades ainda não são regidas por normalistas, pela escassez do seu número e pela aversão de quase todos à vida do interior.

O aumento da demanda de alunos para Escola Normal expôs os limites que eram inerentes a uma política educacional que não levava em conta investimentos suficientemente capazes de suprir as necessidades educacionais do Estado. Por ser também um campo de exercício de poder que convivía com antigas práticas mandonistas, sofria as ingerências dessas práticas e vai por conta das mesmas, sofrendo uma lenta agonia, apesar da grande visibilidade junto à sociedade ludovicense. O Diretor, Barbosa de Godóis nos apresenta, através da sua vasta correspondência com o governador, as etapas desse processo de debilitação. No seu relatório do encerramento das atividades de 1912 ele menciona:

A matrícula de 1911 embaraçava já o trabalho de alguma forma em virtude do edifício em que funciona a escola, não poder conter uma quantidade tão grande de discentes, sem que, de alguma sorte, fosse afetada a disciplina da casa.

Já no anno expirante havia necessidade de realizarem os desdobramentos de algumas aulas, tanto por ser muito avultado o número dos alumnos, como pela falta de capacidade dos compartimentos das aulas e número de carteiras e cadeiras de cada uma d'ellas.

Espaço e professores eram insuficientes para um avultado número de alunos, de acordo com o diretor, que concluindo o vasto relatório (1912), reitera a solicitação de investimento na Escola Normal, carente de condições que possibilitassem um bom funcionamento:

Terminando, seja-me lícito pedir a Vossa Excelência, a merecida atenção para as considerações que faço no princípio d'este relatório, em relação à defficiência de accomodação no prédio d'esta Escola para a estada dos alumnos, bem como sobre a

falta de compartimentos apropriado às aulas de Prendas Femininas, Desenho e Cartographia.

No ano de 1913, as reclamações se avolumaram e desceram às especificidades, com relação às dificuldades vivenciadas pela a instituição, por conta do descompasso entre o número de alunos (que nesse ano chegou a 239 inscrições) e a capacidade física do seu prédio. Evidenciavam-se também, práticas que tornavam a Escola um meio de exercício político modelado nos antigos princípios do apadrinhamento, sem grandes preocupações, por parte dos dirigentes do Estado, com o seu bom funcionamento, conforme percebemos no documento (Ofício n.º 31 de 29 de janeiro de 1913) que segue:

Feitos os exames de admissão, accentuou-se, quanto ao primeiro anno e escolha entre os candidatos aprovados, uma dificuldade, cuja solução em officio d'esta data, submetti à vossa deliberação.

A marcha simultânea das duas primeiras reformas, de 1907 e 1911, esta última em vigor ainda, quanto ao 4.º e 5.º anno e outra quanto aos três primeiros, trouxe os mesmos embaraços havidos em 1912.

A menos que sejam excluídos todos os candidatos aprovados, no exame de admissão, que excederem a cinco, que é o das vagas, ficará demais exagerado o número de alumnos d'essa classe, e quanto à seguinte, o 2.º bastará dizer-vos, para que avalieis bem o embaraço em que me acho, que sobem a 76 **os seus alumnos**, entre matriculados e ouvintes que, como sabeis, tem todas as regalias dos matriculados. (grifo nosso).

A situação decorrente de uma entrada excessiva de alunas(os) no curso começava a causar embaraços para o Diretor que, em correspondência do ano anterior, falando das matrículas, cita: “Não desconhecia os embaraços que daí me proviriam e ao governo, mas não podia ter outro procedimento, senão deferir as petições (das matrículas) devidamente instruídas [...]” (OFÍCIO n.º 20, 30 jan. 1912).

Na conclusão do relatório de 1913, o reforço na exposição das carências evidencia a situação adversa da escola:

A todas estas razões apresentadas, a propósito dos desdobramentos suggeridos, junta-se uma outra, de ordem material, mas nem por isso de pequena importância: a falta de capacidade das salas de aula e de carteiras e cadeiras para um número de discentes que tem crescido. É de 40 o máximo de carteiras e cadeiras das salas d'este estabelecimento e, assim mesmo, apenas uma das salas tem esse número: as outras tem número muito menor, que varia de 10 a 36.

Julgo do meo dever apresentar-vos estas considerações, a bem da marcha do ensino n'este estabelecimento.

A despeito dessa situação, o Governador Luiz Domingues na Mensagem de 5 de fevereiro de 1914 considera a importância da Escola Normal para a educação maranhense dizendo:

A Escola Normal, ao que parece, vae agora correspondendo aos intuitos de sua fundação, pelo preparo de professores para todo o Estado, pois que já diversas normalistas deixam a capital para exercer o magistério no interior. É bem de attribuir esse auspicioso facto à justa compreensão, pelos normalistas, de que o magistério é igualmente nobre na capital, como nas mais cidades, nas villas e nos povoados, e que, portanto, si a vida é mais de gozo e de encontro na capital, mas deve o professor sacrificar a nobreza da profissão ao próprio regalo pessoal.

O governador, não obstante, reconhece a contribuição da instituição, e o sacrifício das pessoas que se dignavam a dar aulas no interior e reitera, na mesma mensagem (1914), as dificuldades para atender à demanda de alunos, decorrentes de suas reformas:

Infelizmente, o edificio da Escola, apesar de constituídos de dois prédios, e um deles de sobrados dos maiores da capital, não comporta maior número de pretendentes à matrícula. E digo infelizmente o edificio, porque eu não regateria dispêndio de dinheiro do Estado, com quantos professores se fizessem necessários a mais, pelo desdobramento ou criação de cadeiras em consequência do excesso de matrícula.

O antigo argumento da falta de verbas legava à instituição uma infinidade de problemas no início do ano de 1914, como goteiras, pagamento de professores não efetuados e poucos recursos para uma Escola que recebia um número cada vez maior de alunas(os). Isso exigia a busca de alternativas já experimentadas anteriormente, como o desdobramento de aulas, constantemente pedidas por Barbosa de Godóis (OFÍCIO, 28 jan. 1914): “Estou convencido de que, como nos annos anteriores, os professores respectivos se prestarão a lecionar as aulas, mediante **a parca** retribuição que esses annos lhes tendes concedido, pelo acréscimo de horas de trabalho”. (grifo nosso) No entanto, o desejo do diretor, não correspondia aos planos do governo para a Escola.

No decorrer do ano de 1914, as iniciativas imediatistas não se repetiram da mesma forma dos anos anteriores. A atitude que o governo de Herculano Parga (1914-1918)⁵⁶ achou mais conveniente foi a de desativar a Escola Normal, denominando-o de Curso de Formação de Professoras(es), anexando-a ao Liceu Maranhense. Tensões entre a busca por uma escola ideal, as expectativas de uma capital em relação a uma instituição, que ocupava um vasto espaço na imprensa local e o respeito que parecia envolver pessoas que recebiam o grau de

⁵⁶ Mário Meireles (2001, p. 293) cita que a 20 de março de 1917, Herculano Parga desincompatibilizou-se para pleitear o cargo de deputado federal e foi substituído pelo 1.º vice-governador Antonio Brício de Araújo.

normalista, não impediram a sua desativação, que aconteceu em meio a uma realidade política que parecia sugar-lhe todas as possibilidades de funcionamento. A iniciativa envolta em muita polêmica era mais um dos capítulos de um complexo momento político vivido pelo Maranhão concernente às disputas pelo poder entre grupos políticos do Estado⁵⁷.

O alegado para a desativação da Escola Normal foi questões de ordem financeira. A decisão parecia abrupta, pois os jornais do início de 1914, divulgaram os expedientes referentes à escola como exames de admissão, matrículas, atos de segunda época e quantidade de alunas(os)⁵⁸ matriculadas(os), da mesma maneira dos anos anteriores. Nas correspondências entre o Diretor e o Governador, persistiam apelos em favor da melhoria de condições do estabelecimento, não aparecendo nenhum indício de seu fechamento.

Não era, no entanto, a primeira vez que se indicava o recurso de fechar-se a Escola Normal, por conta de uma alegada questão financeira, embora antes a idéia não tenha sido efetivada. Barbosa de Godóis (1910, p. 10) no “prólogo” de “O Mestre e a Escola” justifica o lançamento do livro como vindo em defesa do ensino do Estado dizendo:

Quando em todos os paizes, a causa da instrucção cada vez mais se eleva; [...], move-se entre nós, uma campanha infatigável, todos os annos, contra a escola que dá preparo theórico ao mestre e à escola que lhe dá o preparo prático: a Escola Normal e a Escola Modelo! E isto sob o pretexto da necessidade de fazer economia! Foi essa campanha que, ressurgindo mais uma vez, no começo das últimas férias, nos despertou a idéia de escrever alguma cousa sobre esses dois estabelecimentos, para dal-os melhor a conhecer nos seus intuitos.

Deduz-se, portanto, que Escola Normal sobrevivia sob um regime de incertezas, pois talvez não conseguisse fortalecer-se, frente a uma realidade política que apesar de usar a melhoria educacional como discurso prioritário, demonstrava pouca preocupação com a formação de mestras(es), sendo a instituição vista, muitas vezes, como um encargo ou incômodo, justificando-se para alguns o seu fechamento.

⁵⁷Em 1909 morreu o Governador Benedito Leite, causando uma rearticulação dentro da oligarquia que dominava o Estado, originando um episódio chamado de dualidade. Artur Colares Moreira assumiu interinamente o governo, repassando-o a Mariano Martins Lisboa Neto. Depois tentou reavê-lo, não sendo aceito pelo ocupante do governo, que tinha o apoio de Costa Rodrigues. A situação gerou um impasse, que precisou da mediação do Presidente da República Nilo Peçanha. Os dois ocupantes do governo aceitaram renunciar, sendo a direção do governo entregue ao presidente do legislativo. Essa querela resultou na eleição de Urbano Santos à chefia do Estado e da situação, e o aumento do prestígio de Costa Rodrigues como oposicionista. Após a convocação das eleições assumiu o governo do Estado Luís Domingues da Silva (1910-1914) sendo secundado por Herculano Parga Nina (1914-1918). (MEIRELES, 2001, p. 289-291).

⁵⁸No ano de 1914 foram 106 os alunos matriculados que somados aos alunos da casa, resultou em um total de 246 alunos. (A PACOTILHA, 29 jan. 1914, p. 1).

Como um presságio, o ano em que a escola veio a ser destivada, 1914, começou com a morte de uma aluna, divulgada no Jornal “A Pacotilha”: (18 fev. 1914, p. 1)⁵⁹:

Foi esta escola dolorosamente ferida hoje, pela manhã, com a notícia da morte duma das suas alunas, a secundista Dijanira Serejo Nina.

É a segunda vez que, com as aulas abertas, e, por conseguinte, recebe de chofre, uma nota tão sensível, quanto penosa. E quis o infortúnio que ceifou a existência da desditosa menina, que, diferentemente do que sucedera há anos, a escola não pudesse fazer hoje a esta sua aluna, por ocasião do saimento do cadáver, a demonstração de afeto e carinho de que cercara a outra, extinta naquele tempo.

A direção da Escola Normal, profundamente sentida pela morte de uma das suas alunas, mandou hastear, em funeral, o pavilhão do estabelecimento e dispensou todas as aulas do dia.

Foi o que lhe ocorreu de pronto, sob a forte impressão produzida pela fatal notícia. Como há anos, tomará luto por trez dias, convidando para igual procedimento as normalistas e o corpo docente. (A PACOTILHA, 18 fev. 1914, p. 1).

Em março, vieram a público as polêmicas em torno da questão da desativação da escola. O Jornal “A Pacotilha” foi um dos espaços de divulgação dos embates que envolveram essa medida, bastante condenado por um dos professores da casa, Fran Paxeco, que polemizou durante esse processo com um editor autodenominado “Z”, defensor do encerramento das aulas da “Normal”, nos seguintes termos:

Constata o Fran Paxeco, no final do seu artigo *Comparações*, que o Liceu não tem alunos, ao passo que a Normal os possui e deitá-los pela janela fóra. Os psicólogos “que expliquem o fato”, conclue.

Ora eu penso que não carece a gente de ser psicólogo, para tão pouca coisa.

A frequência do Liceu Maranhense baixou de chofre, com a execução da lei Rivadávia. E não só a dele, como a de todos os outros liceus brasileiros.

Quanto à plethora de discentes na Normal, “fenômeno, constata ainda o Fran, que em poucos logares se observará, explica-se também deixando a psicologia em paz.

Em toda a parte do mundo, a matrícula numa escola normal é sempre limitada. E nem sempre de outro modo se poderá conceber a coisa, atendendo aos fins especialíssimos a que se destinam os institutos dessa natureza, que são única e exclusivamente o preparo profissional e técnico dos mestres das escolas primárias do Estado. E aqui entre nós igualmente essa matrícula se acha, no regulamento respectivo, fixado no máximo de 40 alunos

Mas esse artigo do regulamento, há três anos que é letra morta na Normal. (A PACOTILHA, 10 mar. 1914, p. 1).

A argumentação em relação à Reforma Rivadávia Corrêa (Decreto n.º 8.659 de 5 de abril de 1911) resultava do fato de ela estabelecer que: o curso secundário destinava-se à formação do cidadão e não à promoção ao nível seguinte. Dessa forma, divulgava a liberdade

⁵⁹ A aluna de anos atrás, citada pelo Diretor na nota do Jornal “A Pacotilha”, era Francisca de Albuquerque Coqueiro falecida em junho de 1899.

de instrução, na forma de possibilitar-se o conhecimento e com relação à frequência. Além disso, pregava a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transferia os exames de admissão para as faculdades.

Seguiu-se debate a respeito da desativação da Escola Normal. Interrogava-se sobre os culpados pelo excesso de alunas(os), condições de funcionamento já denunciadas pelo diretor Godóis, as aludidas dificuldades econômicas do Estado e ainda, o aspecto referente ao fato de ser a Escola um espaço por excelência de instrução feminina, posto da seguinte forma:

Diz-me o Fran, por exemplo, que a nossa Escola Normal só poderia destinar única e exclusivamente ao preparo dos mestres das escolas primárias, “se as meninas maranhenses, especialmente as desprovidas de meios, tivessem onde cultivar a inteligência”.

As meninas maranhenses que, não com o intuito de seguir o magistério e sim para “cultivar a inteligência” em geral, procuram a Normal, deverá o governo mostrar o caminho do Liceu. (A PACOTILHA, 16 mar. 1914, p. 1).

Parecia aborrecer a “Z”, o fato de a escola não servir exclusivamente ao preparo de professoras primárias. Ele expõe um incômodo com essa situação, que talvez não fosse só seu, justificando o “cerramento” das portas da instituição e a transferência do curso para uma escola masculina.

A troca de “farpas” entre os dois editores que persistiu em outros momentos, foi uma das páginas desse processo, que parecia incoerente aos olhos de algumas pessoas, visto que um instituto como Liceu, que contava com uma baixa frequência, segundo “Z”, por conta da Lei Rivadávia, foi mantido, enquanto a Escola Normal, ao que nos parece, foi penalizada pelo excesso de alunos, ou pelo fato de o excesso referir-se a alunas. O Liceu, que historicamente recebera ilustres nomes masculinos da intelectualidade local, não poderia ser alvo dessa economia.

Em abril, a parte legal do processo foi deliberada da pela lei n.º 666 de 28 de abril de 1914, que reformava a Instrução Pública, sendo ao que parece, um dos primeiros atos do governador Herculano Parga (1914 – 1918), que tomara posse do cargo em 26 de abril de 1914:

O Doutor Herculano Nina Parga, Governador do Estado do Maranhão. Faço saber a todos os habitantes que o Congresso decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º. O ensino público do Estado, leigo e gratuito, será ministrado:

- a) Em tantas escolas primárias, masculinas, femininas ou mixtas, quantas forem criadas pelo Congresso, em suas sessões anuais.
- b) Na Escola Modelo Benedicto Leite

c) No Lyceu Maranhense.
(LEI n. 666, 24 abr.1914).

A Escola Normal do Maranhão não aparecia mais no texto da lei. O que se fazia era apenas uma referência ao curso de formação de professores, sob a tutela do Liceu Maranhense que congregaria essa função à já existente, conforme deliberação dos tópicos da lei discriminados a seguir:

Art. 11. Ao que terminar o curso Lyceal será expedido um certificado, que lhe dará preferência para a investia de cargo público do Estado; e ao que se destinar ao magistério, será um diploma.

Art. 12. Para constituir o corpo docente do Lyceu, aproveitará o governo, tanto quanto possível, os actuaes professores do Lyceu e da Escola Normal, de preferência os victalícios. (LEI n. 666, 28 abr.1914).

O teor frio da lei não se traduziu da mesma forma na atitude de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a história da instituição. Em meio a debates e lamentações, a Congregação da Escola Normal, a convite do diretor da Instituição, Barbosa de Godóis, reuniu-se pela última vez, no dia 30 de abril de 1914, contando com o comparecimento de todos os professores, segundo relata “A Pacotilha” (30 abr. 1914, p. 1), que também registrou a solenidade, conforme o artigo que narrou esse momento:

O Dr. Godóis, depois de abrir os trabalhos, expoz o assunto de que se tratava, historiando a largos traços os incontestáveis serviços da Normal à educação maranhense. Lamentou que motivos financeiros levassem o poder legislativo a extinguir um instituto daquela natureza.

O Dr. Alfredo de Assis, em seguida, propoz que se lançasse na ata um voto de pesar pela eliminação da Escola Normal, de cujo préstimo todos estavam convencidos, e um voto de reconhecimento ao Dr. Barbosa de Godóis, pela solicitude com que sempre houve, no desempenho do seu cargo, perante os lentes e os alunos.

Falaram ainda os Srs. Dr. Godóis, Fran Paxeco e J. Alfredo Fernandes.

Não pedindo a palavra mais nenhum membro do corpo docente, ia-se encerrar a sessão, quando a terceiranista Faraildes Campelo se aproximou para ler, um discurso e oferecer um brinde, pelos seus colegas, ao diretor do estabelecimento. Oraram depois, as também terceiranistas Dinorá Pinho e Maria José Moreira, manifestando a sua gratidão ao ilustre educador.

O fim não parece ter tido uma aceitação tácita, pois, fosse pelo silêncio, pela denúncia no jornal ou pelo discurso, aconteceram manifestações de insatisfação com a atitude tomada pelo governador, conforme o relato:

Ouviram-se bastantes soluços em todo o gabinete. O pranto corria irreprimível, pelas faces da maioria das pessoas que lá se achavam. Foi uma cena deveras tocante. O

Dr. Godóis quer exprimir os seus sentimentos, mas não póde, tal a comoção que o prende. (A PACOTILHA, 30 abr. 1914, p. 1).

Os esforços que pareciam emanar do diretor, para que a escola se mantivesse, redundaram em uma decepção, pois a mobilização, nesse sentido, não impediu a sua desativação.

A seguir, encaminham-se para a sala nobre, onde se encontra o retrato do Dr. J. Tomaz da Porciúncula, fundador da Normal. Proferiu uma calorosa alocução a quartanista Carmem Monteiro da Silva.

Terminadas estas homenagens, a que assistiram várias professoras primárias, muitos dos lentes, vigilantes e numerosos estudantes, incluindo alguns do Liceu, acompanharam o Dr. Barbosa de Godóis à sua residência, na rua das Hortas, onde falaram os terceiranistas José Monteiro e José Pinheiro, e o Sr. Zadok Pastor, secretário da Escola Normal. (A PACOTILHA, 30 abr. 1914, p. 1).

Pela descrição, a última solenidade da Congregação da Escola Normal chamou a atenção de muitas pessoas, e foi envolta em muita comoção. Não sabemos o teor dos discursos proferidos na solenidade, o que nos inibe com relação a uma análise sobre o posicionamento, frente a essa decisão; porém, deve-se considerar que em um cenário político adverso, segundo algumas análises, como fora o período cujo governo estadual estava sob a responsabilidade de Herculano Nina Parga, as atitudes acima descritas revestiam-se em um ato de coragem, frente ao poder estabelecido.

As tensões políticas que se imiscuíam nas relações partidárias e intra-oligárquicas, desenvolvidas no Maranhão, tiveram um impacto profundo no encaminhamento do destino de algumas das instituições do Estado, como a que ocorrera na Escola Normal, e posteriormente no Liceu, com o pedido de demissão do seu diretor Antonio Lobo, que anuncia a decisão no Jornal “A Pacotilha” (29 ago. 1914, p.1):

Ao deixar, hoje, o exercício de cargo de diretor do Liceu Maranhense, em virtude de haver do mesmo Dr. Governador do Estado, solicitado a minha exoneração, por motivos impostos pela minha dignidade de homem e pelo meu brio de funcionário público, venho trazer minhas despedidas a todos os que comigo nesta casa de ensino trabalhavam.

Segundo Corrêa (1993, p. 183), o que houve foi o: “suicídio punitivo de Antônio Lobo, motivado por uma polêmica sobre a política provinciana”, vista como vergonhosa, por

conta dos arranjos entre os diferentes grupos políticos do estado⁶⁰. Eram tempos tensos, o que tornavam atos de questionamento à ordem, traduzidos nos discursos ou na simples presença, em um ato de encerramento de uma instituição, atitudes de ousadia. Eram anúncios de subversões só percebidas na “não – credulidade diante da ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar”, com atenção “à liberdade interior dos não conformistas, mesmo reduzidos ao silêncio”, percebendo “micro diferenças, onde tantos outros só vêem obediência e uniformização” (GIARD In: Certeau, 2002, p. 19). Nesse mundo do detalhe, podemos detectar a ousadia, no que aparenta ser somente conformismo, quando acompanhamos mulheres que viviam na ordem dogmática das autoridades e instituições, mas não tinham uma atitude única e tácita, em relação à vontade desses poderes.

⁶⁰Barbosa de Godóis acabou sendo vítima da política interna, que não separava as questões pessoais das públicas. Já Antônio Lobo, como crítico da política de concordata, entre os grupos políticos, que a nível local se digladiavam, mas a nível nacional formavam conchavos políticos, expôs a sua insatisfação publicamente e acabou sofrendo represálias. Foi perseguido, sofrendo pressões que levaram ao seu afastamento da direção do Liceu Maranhense em 1914.

3 NORMALISTAS PELO MARANHÃO

3.1 A Normalista em evidência na imprensa

No século XVIII, abriu-se “uma brecha nas zonas proibidas” para as mulheres, no referente ao acesso à imprensa, fossem como leitoras ou redatoras, por conta de aproximação com o letramento. Esse movimento foi contínuo e revelador de conquistas no mundo da instrução e do trabalho (Perrot, 2007, p. 33). O público feminino começava a ser estimado e o letramento feminino exaltado, desde que dentro de certos limites como o exemplo que segue extraído do Jornal “O Postal” (23 mar. 1919, p. 1):

Maria Helena Rocha

Conheço-a desde o tempo, em que ela ainda freqüentava a Escola Normal. Então entendeu de vir estudar comigo Portuguez e depois Álgebra.

Com muito pouca idade, conseguiu o diploma de professora por aquele instituto.

Vi nela sempre um espírito modesto, iluminado por uma inteligência formosíssima.

Mas daquelas que nunca procuraram as duas poderosas armas – a proteção e o pedantismo.

Nunca o seu venerado pae solicitou aprovações, nunca andou atrás das graças dos professores examinadores.

E ela, sem a preocupação das sabichonas de Molière, não podia chamar atenção sobre a sua suave pessoa. Mas chegou ao fim do seu curso como chegam os altivos e conscientes.

Só contando com o seu esforço, só contando com a sua inteligência.

Falla e escreve com muita correção, nunca abandona os bons livros, burilla sempre o seu espírito.

Dedica-se, além disso, à arte de Arthur Napoleão (poesia), onde faz acentuados progressos.

Vêl-a é julgál-a. Todos dirão: Ahi está a criatura meiga, instruída, um espírito donde jorra a luz da verdadeira instrução, uma alma santa e boa.

Janeiro de 1911. José Augusto Corrêa.

Meiguice e recato com instrução cultivada em uma instituição, como acontecera com Maria Helena Rocha⁶¹ era quase sempre, garantia de respeitadas considerações e homenagens, embora se recomendasse cautela na ostentação desses dotes ao se

⁶¹Maria Helena Castro Rocha é citada por Motta (2003, p. 41) como oradora da turma de 1913 da Escola Normal. Depois de colar grau exerceu a docência na capital, no bairro Codozinho e posteriormente na Escola Normal.

movimentarem em um palco, cujo domínio era creditado aos homens, como abaliza José Monteiro⁶²:

Há poucos dias contemplei um facto que sendo encarado de perto, é deveras triste para àquellas que se julgam possuidoras de grandes culturas intellectuais. Foi o seguinte: uma plêiade ridicularizava as suas collegas, dizendo cousas não compatíveis de uma pessoa em pleno gôso de todas as suas faculdades mentais; proferiram palavras que muitas creancinhas da aprendizagem não proferiam porque com o pequeno raciocínio que possuem, veriam não ficava bem, ridicularizando os seus collegas, pois eram todos alumnos e não se consideravam sábios entre os outros. Eu contemplava aquellas que julgando-se doudas, supimpas em curso de humanidades, proferiam tais cousas. Também a ilusão chegou ao estado super-agudo, fazendo com que ellas se julgassem aptas, com grandes práticas e profundos estudos, para disputarem os mais importantes cargos de uma nacionalidade. Como é triste! (A VONTADE, 26 dez. 1915, p. 2).

O autor, falando provavelmente das colegas de curso, evidenciava que o convívio entre homens e mulheres em um mesmo ambiente de instrução, possibilitou o desenvolvimento de uma mudança, em longo prazo, entre alguns homens que reconheciam possibilidades intelectuais nas mulheres; mostrava também que esse convívio era repleto de tensões entre ambos, principalmente quando elas não assentiam a respeito da suposta capacidade masculina no trato com determinadas situações e funções. Isso resultava em tensões recorrentes, pois era como se “o belo sexo” transpusesse limites, sem o aval masculino, subvertendo uma ordem tida como natural, despertando críticas mordazes por parte dos que se acreditavam senhores desses domínios.

Homens que circulavam no espaço jornalístico, ratificavam iniciativas femininas como se fossem uma concessão ou um desejo feminino frívolo que deveria ser aturado. Em se tratando de mulheres com uma visibilidade maior, como o eram as normalistas, a exposição de suas idéias, em princípio, suscitaram polêmicas e chacotas, por parte de alguns textos masculinos. Seguindo uma prática comum, elogiavam a mulher bem educada e instruída, “fino ornamento da sociedade”, porém, criticavam o seu desejo de emancipar-se. O Jornal “A Mocidade”, por exemplo, em várias edições, ridiculariza dois projetos que seriam de iniciativa das normalistas: a organização de um Congresso de Flores e a edição de um jornal. Na publicação de 12 de outubro de 1906, tratam desse evento de forma muito própria:

Sabemos que continua se arraigando, entre as normalistas, a idéia da criação de um periódico litterário.

⁶²José Monteiro era aluno da Escola Normal. Seu nome aparece no Ofício n.º 20 de 30 de janeiro de 1912, produzido por essa escola, que tratava do exame de admissão.

Applaudindo esse tentamen, que só tem a elevar o pensamento feminino, aqui ficamos esperando o neo-campeão, para cuja apreciação o inteligente collega se esforçará em burilar. (A MOCIDADE, 12 out. 1906, p. 4).

Como o aval masculino não parece ter sido aceito pelas colegas, o “elogio” evoluiu para a chacota pura e simples, em outra publicação do referido jornal (A MOCIDADE, 25 out. 1906, p. 3):

Agulhas

Caros amigos leitores,
tomei a resolução
de, sempre que for possível,
dar-vos de bom coração
notícias frescas, alegres,
quentinhas, novas ligeiras
embora insulsas ou salgadas
porém, sempre prazenteiras;

Nesta cidade se espalham
novellas espiritistas;
Teremos breve um jornal
escripto por normalistas.

Novo congresso de flores
também se reunirá
descutindo seus amores
quanto bello isso será!

Senti logo um frenesi,
um desejo natural, de ver formado o congresso
e de ler esse jornal.
Um congresso e uma gazeta!
Sofa! que cabalistas!
Jesus, meu Deus! Vêl-o logo...
Só mesmo de normalistas.
(Zé da Farça).

O tom provocativo perdurou em várias edições do jornal, sempre em forma de pilhéria, por parte dos editores de “A Mocidade”, que salientavam o desejo de orientar as normalistas, como meio eficaz de elas conseguirem sucesso com o seu projeto jornalístico.

Conflitos e confluências marcavam, pois, essas novas relações que queriam a mulher ilustrada, mas não ousada e confiante diante de atributos e competências creditadas ao sexo masculino. As atitudes masculinas apontavam para o temor das subversões explícitas, no meio jornalístico maranhense, que não via com bons olhos alguns costumes que chegavam ao cotidiano da sociedade, referentes ao sexo feminino, como deixa claro Djalma Fortuna no artigo “Com Ares de Crônica”, publicado no Jornal “O Ateniense” (26 set. 1915, p. 2):

Hoje, com o brilhar irradiante do astro ignominozo que se chama progresso da moda feminina, o 6.º mandamento deve, a bem da moralidade dos mesmos preceitos sagrados, ser expulso como incapaz de figurar junto dos outros que descaradamente acompanha como mandamento da lei de deus.

A castidade feminil é destocada hoje pelas creações do “Louvre” como a juncullote.

Na época atual, já se ouve de todos os cantos, ditos pelas nossas patricias, devotas da moda, que se faz uma saia com 80 centímetros de pano.

E é uma grande vitória quando surge uma outra dizendo que, segundo o último figurino pariziense, as saias são feitas com meio metro de fazenda fina e leve sem ser necessário, contudo, o uso de anáguas.

Volvamos agora nosso olhar retrospectivo ao Brazil de 40 anos atrás e vejamos as saias em que se gastavam 5 metros, sem por isso, deixarem de ser elegantes, e frizemos bem que o número de casamentos tem diminuído aterradoramente.

A derruição da geração moderna é o espírito de imitação, é a vontade de se nivelar ao que parece elegante aos seus olhos, elegante, sem receio de expor-se à crítica dos mercenários e ao apuro da garotagem vadia.

Ainda a poucos mezes, chegou de São Paulo uma senhorita trazendo, por fraqueza de espírito talvez, em cada um dos pés, meias de cores diferentes; e foi o suficiente para que, no dia imediato, quazi todo o nosso sexo frágil uzasse também uma qualidade de meias em cada pé.

Se algum dia aportar aqui alguma gaúcha de bigodes pintados a Kaiser, no dia seguinte quazi todas a seguem.

Triste do Maranhão se consentirem que da América do Norte venha alguma sufragista dizendo que é moda a mulher exigir à força, a liberdade do voto!...

Nesses novos tempos, ampliar as possibilidades de circulação em ambientes públicos e abrir espaço no mundo letrado, fazendo com que uma nova forma de exposição se desenvolvesse, exigia cautela por parte da mulher que era alvo de investidas sistemáticas de editores incomodados com as mudanças. As senhoras e senhoritas, que mereciam ser citadas quando presentes nos eventos públicos, ou, por conta de alguma data ou acontecimento que lhes dissessem respeito, como se evidencia no texto de Braz Silva, intitulado “A festa”, extraído do jornal “Correio da Tarde” (21 ago. 1912, p. 1), deveriam espelhar as qualidades imputadas ao sexo feminino, para que não fossem vítimas da “crítica dos mercenários e da garotagem”:

Hora essa, já me julgava livre de algo a dizer sobre a festa de Santa Filomena, e hoje sou obrigado a vir a falar.

Trabalhei tanto ontem, para dar a crônica de segunda feira completa, como de facto a dei, e já a última hora foi preciso que em grade parte fossa resumida, por causa da enorme abundância de matéria para o jornal.

Por isso fui obrigado, não só deixar para hoje a lista das gentis senhoritas, que lá estiveram, como cortar alguns períodos.

Com todo, o delírio que havia, fui tomando nota dalgumas das nossas galanterias, como sejam:

Violeta Silva, que nos róseos lábios tinha candura e inocência, trajava-se toda de verde, era mesmo uma esperança.

Mundiquinha Santos, cada vez mais encantadora, estava com saia de veludo azul e corpete rosa.

Anacleto Rodrigues, sempre sympática com as regiões ethereas, trajava vestimenta verde.

Maria, Gilda e Zaíra Pinto, três irmãs graciosas como o alvorecer do dia, estavam todas de branco, mesmo como suas almas angelicais.

Alice Silva, com aquela plástica encantadora, tinha vestuário verroso.

Cotinha Müller, meiga como a rosa menina, tinha saia creme e blusa de cor rosa.

E Evangelista Almeida, bem sympática, magestosa afeição ella inspira, tinha blusa rosada e saia frési.

Innocencia Costa, esbelta como a angélica, tinha saia frési e blusa roseada.

Meigos nomes eu deixo de dar ainda por falta de precioso espaço.

A nota, além de dar um perfil da moda corrente entre as jovens de então, demonstrava uma situação cada vez mais comum nos jornais, que era a descrição da forma de como as mulheres se apresentavam aos eventos.

Normalistas⁶³ vão estar comumente nesses eventos que movimentavam uma parte da cidade. E em se tratando de acontecimentos de foro pessoal como; aniversário, morte, trabalho, casamento, etc, a alusão distintiva de “normalista”, precedendo o nome se fazia presente, na maioria das vezes. Convém lembrar que tais eventos eram registrados costumeiramente na imprensa ludovicense, como é bem demonstrado no jornal “A Voz do Norte” (22 set. 1930, p. 3):

Profesora Cloris Cardoso e a data de 16 fluente.

O virtuoso lar do nosso boníssimo confrade e amigo, professor Benedicto Cardoso, secretário correcional de “O Combate”, teve em festa pelo feliz evento da sua Exma. esposa, cujo nome damos por linha acima.

À casa de residência do casal Cardoso, acorreram os inúmeros amigos e muitos familiares que lhes foram levar as sinceras felicitações a sua digna esposa, os quais tão merecidos, faz jus.

A exma. professora normalista Clóris Cardoso, “A Voz do Norte” envia na pessoa de seu digno esposo, as suas felicitações pelo seu tão feliz evento.

⁶³Do grupo citado pelo do jornal “Correio da Tarde” (21 ago. 1912, p.1) eram estudantes da Escola Normal, Violeta Silva, Gilda Pinto, Zaira Pinto, Cotinha (Maria de Jesus) Müller e Inocência Costa, as demais desconhecemos a formação.

Além de serem transformadas ou tornarem-se notícias moralmente pertinentes, o público feminino ilustrado passou a ser também consumidor de publicações consideradas adequadas à sua condição sócio-instrucional, criando-se, para isso, toda uma série de estratégias que pudessem atrair estas consumidoras. Colunas e notícias direcionadas a esse público vão integrar a estrutura de jornais que ocuparam espaço comunicativo nos primeiros anos do século XX na capital do Maranhão. No jornal “O Ateniense”, a coluna “Perfis Liceístas”, assinada H. Ferrari, homenageava “o quadro feminino do Lyceu Maranhense”. Normalistas como Ermina Costa, Izabel Araújo, Odila Berniz, Maria Lira, Francisca Domingues, ganhavam destaque através de colunas organizadas por “poetas jornalistas” (sempre assinadas com pseudônimos), como a que vemos a seguir:

Francisca Domingues

Uma flor promissora e bem cuidada,
Ou pérola ofuscante de beleza,
Não se pode igualar a singeleza,
Dessa alunna, futura laureada.

É deusa do triumpho e da pureza,
Encosta com sua fala delicada,
Todo aquele que a vir, sempre aplicada,
Ascender no valor e na grandeza

Trabalha com talento que há de vencer
Os espinhos das flores do saber,
Conquistando sublime galhardão.

Quando passa, elegante e majestosa,
Tudo se curva aos pés da esplendorosa,
Rainha do poder e da instrução.
(O ATENIENSE, 19 dez.1915, p. 4).

O jornal “O Postal”, que circulou entre 1918 e 1919, e se auto-intitulava o “órgão dedicado ao bello sexo maranhense”, também tinha a sua coluna de louros e honrarias intitulada “Perfis Normalistas”, homenageando alunas do curso normal. Tal coluna, como em outros jornais da capital, era assinada por “Lilaz Secreto”, que costumava exaltar a inteligência e a delicadeza das normalistas em versos:

Xista Azevedo

Aplicada, distincta flor querida
Entre as collegas todas do Lyceu;
Diligente, gentil e agradecida,
E na terra talvez, Anjo do céu.

Obtém nos exames o trophéo
De quem quer bem do Livro nesta Vida;
Aplicada, distinta, flor querida
Entre as collegas todas do Lyceu!

Se veste bem, prefere a cor da alvura
De alvinitente garça ennamorada
Pelo lago de ebúrnea água tão pura!

E tem, ainda, qualidades tantas
Que digo para tel-a retractada:
- A mais santa de todas as mais santas!
(O POSTAL, 18 ago. 1918, p. 4).

Normalistas ganhavam espaço no imaginário masculino, obtendo adjetivos generalizantes, criadores de idéias comuns de beleza, retidão, civilidade, autoridade, delicadeza, sabedoria e competência. “Ônix” (27.2.2008), em seu depoimento, expressa como este imaginário se concretizava:

Eu conhecia um rapaz, ele era um viajante. Ele dizia que um dos maiores espetáculos que ele conhecia, era a saída das alunas da Escola Normal: - eram só moças bonitas.

Seguindo a lógica imposta por um mercado editorial que objetivava atender cada vez mais ao público feminino ilustrado, o jornal “O Postal” chegou a promover concursos direcionados a este público, envolvendo normalistas e não normalistas, como o “Concurso de Meiguice”, característica considerada como inerente às mulheres instruídas:

A mulher que teve o seu thono pela sua graça divinal, pelo seo coração amantíssimo e pela sua formosura celestial, vae ter uma elevação no concurso de meiguice de O POSTAL, primeiro e único jornal que na Athenas Brasileira se tem publicado em honra ao bello sexo maranhense. (O POSTAL, 18 ago. 1918, p. 4).

O reforço paulatino e constante de atributos tidos exclusivamente como femininos permitiu a intensificação de uma nova sociabilidade para mulheres ludovicenses. Expor-se em espaços públicos, ou melhor, ser exposta para um público de grande monta não implicava mais, *em absoluto*, uma desmoralização frente à sociedade. Eventos como o “Concurso de Meiguice”, uma vez promovidos por instituições de reputação ilibada permitiam inclusive a

divulgação pública do nome das concorrentes⁶⁴, devidamente apontadas pelo público leitor, conforme relatado no referido jornal:

Um sucesso sem igual! Não contava-mos que “O Postal” fosse alvo de anta *sympathia* dos maranhenses, especializando-se as nossas patrícias, que contentes, pelas janelas e pelas avenidas liam as suas páginas!

Recebemos até o dia 31 de agosto os seguintes votos para as meigas senhoritas, a saber: Nair Pinheiro 1 voto; Xista Azevedo 1 voto; Hermínia Assis 1 voto; Zumirinha Marques 1 voto; e Odília Berniz 1 voto. (O POSTAL, 17 set. 1918, p. 3).

Normalistas, ao menos um bom número delas, eram assinantes desses periódicos e não raro participavam também da sua elaboração. É claro que tal situação culminava, quase sempre, com homenagens, principalmente nos dias festivos como aniversários, casamentos, formaturas, laureamentos, explicando o porquê de quatro das concorrentes citadas no concurso de meiguice fossem alunas do curso normal⁶⁵. Quando a participação nos jornais era considerada ousada demais, o artifício era o uso do pseudônimo, muito comum a homens e mulheres que se metiam na empreitada da “pena”, ou apenas a menção das iniciais. A revista “A Fita” que tinha por subtítulo “revista de arte rizonha e bella” trazia na sua coluna “Ella que nos diga...”, facetas dessas ousadias femininas subterfugas:

Dá nos hoje o prazer de uma resposta sob a senhorita...que se encobre com as iniciais L. B. e é uma das mais graciosas e inteligentes mademozels de nossa sociedade. He a pouco diplomada professora normalista, cujo curso foi dos mais brilhantes, ouçamo-la:

Se amou, porque deixou de amar?

Amei por curiosidade e deixei de amar... por falta de sorte...

De que perfume mais gosta?

Cravo.

Qual o seu melhor passatempo?

Flirtar.

Como escolheria seu marido?

Alto, três vezes alto, psiu... silêncio!

Porque clube torce?

Mas que pergunta! Pelo F. A. C. está claro!

⁶⁴Com exceção de Enedina e Zumirinha Marques (cuja formação, desconhecemos), todas as outras concorrentes eram do curso normal do liceu. A este respeito ver Diário Oficial do Maranhão (15 out. 1917, p. 5).

⁶⁵Apesar de toda a referência às mulheres consideradas exemplos de “virtuosidade e civilidade” na sociedade local, jornais como “O Postal” eram dirigidos exclusivamente por homens, exceção feita apenas para “O Ateniense”, que em alguns momentos chegou a possuir mulheres como revisoras, redatoras e até presidentes. É bom lembrar que esta questão deveu-se ao fato de o mesmo ser vinculado à Sociedade Literária Barão do Rio Branco, composta por homens e mulheres em situação de suposta igualdade.

Qual a flor de sua predileção?

Varia o gosto conforme aquela que ele traz na lapela...

Qual jogador da sua graça?

Tenho mesmo de dizer? É um lá do Luzo... que vergonha meu deus!

Que ator de cinema mais gosta?

Eddie Polo... que olhos!

Qual as cores que mais gosta?

As do pavilhão lá de casa – encarnado, branco e preto.

Que tem a dizer A Fita?

Que é muito liguaruda... descobre couzas.

(A FITA, 25 dez. 1919).

Ousadia como essa, não foi incomum na imprensa local, além de comentários sobre sentimentos íntimos, que só poderiam ser feitos em sussurros ou entre iguais. Críticas à igreja, ao comportamento masculino, à ação dos jornalistas que redigiam artigos ofensivos às mulheres, e crítica aos costumes provincianos apareciam em prosa e versos femininos nos jornais, sempre ocultados por providenciais pseudônimos e iniciais.

Alunas do curso normal participavam de sociedades literárias e colaboravam com seus jornais e com o de outras sociedades⁶⁶. Mesmo estando impregnadas da idealidade feminina vigente, já que estavam sujeitas às mesmas práticas normativas disseminadas e naturalizadas nas sociedades ocidentais, não deixavam de ser uma expressão peculiar da voz feminina. Marieta Fortuna foi um desses exemplos. Estudante do curso normal manifestava, ainda que de forma ingênua, em seus escritos no jornal “O Ateniense” (Anexo 2), a preocupação com a falta de instrução, tão comum no contexto local, exaltando a sua importância para o desenvolvimento do ser humano homem ou mulher.

Além dos exemplos citados, poesias, textos sobre religião, moda, educação e traduções foram assinadas por mulheres – normalistas ou não. A existência de um número considerável de textos assinados por mulheres demonstrava que ambos os sexos partilhavam o mesmo espaço no círculo literário local. Constantes presenças de normalistas nos escritos jornalísticos colocavam-nas, ainda que sob a ocultação dos pseudônimos, como emissárias de um novo perfil feminino, que, sem descuidar-se das modelações comportamentais naturalizadas, iam imiscuindo de forma sorrateira, novas possibilidades identitárias, principalmente em espaços cujo conhecimento e cultura letrada se faziam necessários.

⁶⁶A apresentação destes jornais na forma como foi feita com “O Ateniense”, tornou-se difícil, pois, foram encontradas apenas menções esparsas sobre os mesmos e, por este motivo, optou-se por citá-los apenas de forma geral.

3.2 Insubordinações Estudantis: entre sussurros e travessuras

Mulheres viam-se diante de um desafio: estar em público e manter modos de recato, habitando de modo conveniente o mundo da rua. Cabia às instituições educacionais específicas, entre elas, como já foi dito, a Escola Normal, o reforço de atributos que, não só qualificariam a mulher na sociedade, mas possibilitaria através de um quadro disciplinar próprio, a formação dessa nova identidade. A erudição, o desenvolvimento dos dotes artísticos e das prendas domésticas, comuns a qualquer instituição de ensino no início do século XX, dividiam lugar com o conhecimento das patologias escolares, psicologias infantis e escolares, estrutura e dinâmica escolar, metodologias de ensino, antropologia, e conhecimento da genética humana. Os programas escolares, aliados à prática docente e às teorias que se propagavam desde o início do século, acabavam sendo apropriados e reproduzidos, através das professoras que iam ocupando espaços estratégicos, nas mais diversas instituições escolares existentes no Estado.

O destaque do discurso educacional e das atividades instrutivas nesse contexto era expressivo. Exames anuais e as cerimônias de formatura dos alunos, principalmente dos assistidos pelas normalistas, eram presenciados por autoridades do Estado, ou seja, não raro, o staff administrativo se fazia presente às cerimônias de entrega de diplomas e certificados, evidenciando a referência social que estas professoras conquistavam nessa conjuntura.

Assim como acontecia na capital, em outras localidades do Estado o cargo de professora normalista consistia em um espaço de referência e status, alçando estas mulheres à categoria de porta vozes do discurso do novo, e construtoras da nova simbologia do Estado. O papel de organizadoras e gestoras da nova civilidade era bastante evidenciado nas atividades cívicas e na possibilidade de disputarem cargos eletivos no Estado, quando da mudança constitucional, fruto dos movimentos sufragistas brasileiros, que facultou à mulher o direito de eleger e ser eleita⁶⁷.

Mas, antes de ingressarem no mundo profissional ou nas responsabilidades de um lar, vivenciavam o dia-a-dia da escola e da cidade, atentas às questões de seu tempo e aos espaços reservados para jovens com interesses, angústias e desejos, comuns a qualquer pessoa de sua época. Viviam acontecimentos que envolviam a escola e o seu entorno, transitando

⁶⁷“Convém registrar que participaram, em outubro de 1934, da eleição no Maranhão, oito partidos, e as mulheres assinalaram sua presença em quatro deles [...]. Todas as oito mulheres candidatas se encontravam domiciliadas em São Luís e todas foram registradas como professoras, tornando-se o capital escolar talvez componente favorável para essa atividade”. (MOTTA, 2003, p. 100).

entre a rotina das atividades escolares – dentro e fora dos espaços escolar e doméstico – e as atitudes que mereciam maior vigilância do corpo técnico e administrativo da escola⁶⁸, como os namoros, travessuras e indisciplina em geral. “Esmeralda”, egressa do internato da Escola Normal Primária, sob direção da prof^a. Rosa Castro nos relata situações dessa natureza, durante o período em que foi aluna desta instituição:

Dona Rosa era só diretora. Era auxiliada pela irmã dona Noêmia e tinha uma grande administradora na época do internato que era Dona Cotinha.

Era tudo separadinho, tudo tinha hora. Dona Cotinha administrava tudo. Lá na frente tinha aquelas grades e bem defronte era o quartel do 24, dos rapazes, e as meninas ficavam de lá... com os soldados... senhora, era uma confusão de Dona Cotinha com essas meninas.

Elas namoravam demais com os soldados. Eu tinha uma colega, Nati, ela era danada, terminou casando com um soldado. (ESMERALDA, 24.2.2008)

Em se tratando da Escola Normal, localizada no centro da cidade, local de grande circulação de pessoas, as interferências externas eram muitas, permitindo ao corpo discente vivenciar, de forma mais intensa, o dia-a-dia da cidade, como nos indica o Ofício n.º 92 de 29 de agosto de 1913 dirigido ao Governador pelo Diretor da Escola Normal:

Não havendo sido atendido pelos pintores que estiveram trabalhando no gabinete d’esta Directoria, a recomendação que lhe fiz, de collocarem três vidros, aliás, pequenos, nas janellas do mesmo gabinete e da sala contigua, peço-vos a expedição da ordem necessária, afim de que seja feito esses serviços.

Os vidros de que trato, foram quebrados no anno último, pelo choque de objectos partidos da rua, por ocasião da estada ali de um grupo de rapazes, que ainda continua a frequentar o ponto de reunião na esquina fronteira à do prédio d’esta Escola.

Acredito não ter havido propósito n’este facto, pois os factos se verificaram no momento em que os rapazes jogavam uns sobre os outros diferentes objectos, como laranjas descascadas, etc. ...; mas houve sem dúvida, imprudência, que não estava nas minhas mãos reprimir, assim como, n’este mez ainda não pude evitar que uma professora d’este estabelecimento, ao passar para vir cumprir o seu dever, fosse alcançada por um d’aquelles fructos, jogados naturalmente sem intenção.

Sirvo da oportunidade para solicitar-vos igualmente que deis providências precisas, no sentido de ser feita a caiação do corredor que dá entrada às alumnas desta Escola, o qual está cheio de inscripções feitas pellos rapazes, de que fallo, que n’ele penetram, quando querem, para escrever na parede o que bem entendem.

Antônio Barbosa de Godóis

⁶⁸O Regulamento da Escola Normal de 1905 em seu artigo 98 cita a incumbência das vigilantes. Destacamos duas, para melhor compreensão do exposto:” §2º obstar que, fora da hora das aulas, que cursarem, os alumnos de sexo diferentes estejam em lugar diverso do que lhe for designado pela directoria; §8º. Impedir a entrada de pessoas estranhas à Escola nos compartimentos destinados às aulas e permanência das alumnas, a menos que haja precedido ordem da Directoria n’esse sentido, caso em que acompanharão o visitante, si elle já não estiver acompanhado por outro empregado da casa”.

Apesar dos cuidados, o contato entre a comunidade escolar, tomada de forma específica, e a cidadina, em âmbito mais geral, fazia-se correntemente. Arremesso de laranjas em janelas, encontros em cantos e espaços “não recomendáveis”, inscrições em paredes e muros da escola, acabavam por construir um conjunto de códigos relacionais que vazavam as formas de controle impostas pela ordem, construindo outra inversa, que se mantinha nas entranhas da ordem legal.

Esta relação entre a escola e a rua e entre homens e mulheres que ocupavam estes espaços (a escola e seu entorno), não possuíam uma vertente única, podendo significar tanto aceitação quanto resistência, ou até mesmo hostilidades, em relação ao espaço escolar. Bencosta (2005, p.76), ao analisar a localização dos liceus franceses, observa que a sua existência física escondia uma polêmica relacional, pois estavam “[...] divididos entre o desejo de ficarem afastados do tumulto da cidade e a necessidade de ter acesso fácil [...]”. Esta situação ambivalente culminava com a construção de “relações equívocas com a via pública”, que de alguma forma imiscuíam-se no ambiente escolar.

A complexidade relacional, conforme observamos fazia-se presente no espaço interno da escola. As(os) estudantes da Escola Normal possuíam uma composição humana diversificada – que infelizmente não conseguimos vislumbrar na sua profundidade – manifestando problemas de toda natureza; ficava-se doente, namorava-se, cometia-se indisciplina, expressava-se falta e recebia-se punições. O diretor Barbosa de Godóis, em despacho dirigido ao Governador do Estado (19 out. 1911) nos dá um exemplo desta diversidade:

Cumprindo o nosso despacho, anexado na petição junta, que hontem me foi entregue, na qual o Dr. Luís Serra de Moraes Rego nos solicita o cancelamento da nota da suspensão que em julho d’este anno, impus a sua sobrinha Isolina Esperança de Moraes Rego que n’esses tempos frequentava esta Escola, como alumna do 2º anno, cabendo-me dizer-vos o seguinte:

A dita menina que, aliás, tem quem a represente legalmente, sem ser o peticionário, visto ser filha legítima e conquanto orphan de pae, ter ainda viva a sua progenitora que é quem sobre ella exerce o pátrio poder, em face do novo direito, tem aqui n’este instituto, desde que n’elle se matriculou, uma conducta que muitas vezes, pouco se conformasse com as exigências da ordem e da disciplina necessárias n’uma casa como esta.

O seu procedimento ia além, n’essas ocasiões, do que se costuma denominar de travessura, quando se trata de crianças e eu tive, por isso mais de um ensejo de aconselhal-a a que mudasse de proceder sem todavia em forma official, as advertências que eu então, lhe fazia.

Dócil, no momento, às minhas palavras, facilmente as esquecia, dentro de pouco tempo, e freqüentemente era encontrada em outras faltas disciplinares.

Era isso, a meu ver, uma questão de temperamento. Irrequieta por natureza, não se podia dominar por muito tempo e assim explico a sua conducta um tanto turbulenta.

Tal situação aponta-nos para as formas de burla da norma legal, “problemas” como os da aluna Isolina, evidenciavam o estado de “tensão silenciosa” existente no universo escolar, demonstrando como as atitudes irrequietas – conforme descreve o diretor – consistiam, de forma prática, em meios de burlar, ainda que dentro do espaço escolar, a vigilância e a ordem. Não podemos deixar de observar, conforme nos relata o texto, um problema comum a outras instituições de ensino, qual seja, as interferências vindas de autoridades constituídas ou de personagens notórios que faziam pressão para favorecimentos pessoais de forma aberta e por vezes acintosa.

As disposições normativas, em todo o decorrer da existência da Escola Normal, sempre buscavam o distanciamento físico e relacional das alunas com o mundo da rua, principalmente no período destinado às aulas:

Tomada a resolução de serem postados alguns guardas civis na porta e esquina do edifício em que funciona esta Escola, como meio de cessarem os factos que motivaram essa medida, a referida menina, em contradição com os intuitos d’essa resolução e infringindo a disciplina do estabelecimento, entende de comunicar-se d’umas das janellas, com um moço que passava na rua e que já me recordo se era estudante do Lyceu ou empregado do comércio, e presentear-o com uns objetos d’uma sua collega, que estavam sobre uma meza, não destarte à impugnação da dona dos mesmos objectos e os conselhos de suas collegas que estavam na sala, a que pertencia a janella, para que desta se retirasse.

Esse facto, presenciado pelos guardas, como foi-me traido ao conhecimento por um d’esses guardas que me indicou a janella onde se dera a ocorrência e os signaes da pessoa que assim procedera. (Despacho dirigido ao Governador do Estado em 19 de outubro de 1911).

Vigiar e punir, como forma de manter a ordem, não era recurso suficiente, como vemos, para evitar relações consideradas perigosas ao andamento de uma instituição que contava com a maioria de mulheres teoricamente dóceis e recatadas. Mulheres que empregavam a dissimulação e a subversão, como forma de sobrevivência em um universo que as rotulava e, esperava delas, um comportamento específico. Estas questões são facilmente observadas nas palavras do diretor em seu relato ao governador; termos como irrequieta, travessura, infração, demonstram a diferença entre o esperado e o existente no universo escolar feminino. A própria Isolina, quando interpelada pelo diretor, segundo o relatado no Despacho de 1911: “[...] não nega o que o guarda civil afirmara, apenas procurou justificar-se allegando casualidade na queda dos objectos, sem nada a dizer, entretanto, sobre o mais [...]”.

O diretor da Escola Normal era parte importante, na complexa engrenagem que regulava a vida social feminina, sendo, pois, responsável pelo andamento geral das atividades e pelo cumprimento das normas impostas. O bom ou o mau andamento das atividades que se desenvolviam no ambiente escolar, ou o bom ou o mau comportamento de uma aluna – praticante ou egressa – poderia vir a comprometer a imagem da instituição e, em alguns casos até mesmo do Estado. Cabiam ao diretor ponderações e justificativas perante o executivo estadual, com quem tinha trânsito livre, como observamos no relato a seguir:

Deo-se isso no intervalo d'uma para outra seção das aulas e em ocasião eu estava na Escola Modelo.

Entendo que o facto dado merecia uma penna maior do que as de que até então me servia sem resultado, para com a sobrinha do peticionário. Impus-lhe, então a suspensão por dois dias, para não privar-a, com um tempo maior, de comparecer, com suas collegas às festas de 28 de julho.

Tive a intenção a princípio de consignar d'esta vez, em documento official a penna imposta. Refletindo, porém, passados os primeiros momentos, que isso teria de ser inscrito no seu assentamento e seria uma nota que a todo tempo, lhe poderia ser lançada no rosto, por ficar firmada n'um livro d'uma repartição pública, deixei de expedir a portaria, satisfazendo-me com o efeito moral produzido pela imposição da Penna, tanto na alumna punida, como as outras normalistas. O meu fim era todo disciplinar e preenchendo-se dessa forma limitei-me a isso, uma vez que o Reg. da casa, não me impunha outro procedimento, no §4º do art.120 do seu título I. Não li, pois, nesta escola, a menção official da suspensão de que trata o peticionário.

É o que tenho a dizer-vos sobre a petição mencionada.

Saúdo-vos

O Diretor

Antônio Batista Barbosa de Godóis.

São Luís, 19 de outubro de 1911.

Os cuidados com a vigilância e as punições eram parte de um aparato educacional constantemente questionado por meninos e meninas. A forma mais clara de reação à vigilância e aos requisitos da norma era a burla, que se dava através das diferentes táticas utilizadas para a realização de atos contrários aos considerados ideais pelo corpo dirigente da escola. Levando-se em conta a idade com que as(os) alunas(os) ingressavam na escola, fica evidente que esse comportamento era parte de um momento de amadurecimento, o que evidenciava a busca por independência, tanto no campo social, como no campo econômico. Este comportamento culminava, quase sempre com a postura em cheque, da ordem edificada (FREITAS, 2003). O relatório enviado pelo diretor ao governador, referente ao ano de 1912 demonstra-nos estas questões:

Era de se esperar esse facto e eu d'elle tratei convosco em conferencia que solicitei e de que originara o plano que formulastes de ampliar o edificio d'esta Escola, de modo a poderem ter salas de funcionamento apropriadas às aulas de Desenho, Cartographia e Prendas Femininas, e haver um salão afastado, em que as alunas continuassem, no intervallo das aulas, em cada seção, recorrendo as suas lições.

Isto evitaria o sussurro que se sente nessas ocasiões, e que não deixa de perturbar as aulas, em que por necessidade didácticas, as lições prolonguem mais alguns instantes. (RELATÓRIO, 1912).

Percebe-se no exposto, a preocupação com o controle das falas. Tal questão remete à necessidade de manutenção disciplinar em todos os espaços da Escola. Observa-se que o ajuntamento funcionava como forma de possibilitar conversas, dos mais diversos matizes, daí a preocupação com o sussurro e com falas furtivas, pois ambas fugiam ao controle da legalidade. A conclusão do diretor, no que diz respeito ao mesmo documento, dá-nos uma idéia da necessidade do controle sobre esta prática fugidia do sussurro:

Eu desejava silêncio, a ordem nas aulas e em todo o edificio e, si n'aquellas era elle mantido, sofreu interferências no avarandado da casa, único lugar que as alumnas podem estar, nesta escola, no intervalo das lições.

Repetidas vezes fui pessoalmente impor o silêncio, mas encontrava apenas pequenos grupos de alumnas que, saídas d'uma lição procurassem recordar as lições que fám dar d'hi a instantes. Era essa a causa do sussurro.

Compreendeis que eu não devia impedir-lhes essa leitura e limitava-me a aconselhar-lhes que lessem mais baixo, recomendação quase inútil, porque o sussurro progredia, não do tom da voz em que lião, mas do número dos grupos e das condições acústicas do prédio. (RELATÓRIO, 1912).

Ao que parece, o sussurro não dizia respeito apenas aos estudos, porém, de certo, existiam dificuldades de outras ordens que afetavam a escola e que tomavam uma extensão maior por conta da tensão imanente, desencadeada pela necessidade de controle das relações entre homens e mulheres no interior da escola. Controle e fuga; norma e subversão; domínio e vazamento; estes eram os elementos que produziam a tensão citada entre a ordem imposta e a subversão paulatina da mesma.

A vigilância constante sobre o espaço de movimentação das discentes e dos discentes era também alvo de preocupações recorrentes por parte da instituição. Havia a necessidade de alocar separadamente homens e mulheres, mantendo, dessa forma, a devida distância entre ambos. O Ofício da Escola Normal, n.º 75 de 21 de maio de 1913 demonstra, esta preocupação:

Em additamento ao offício que vos redigi, sob o n.º 71, de 19 do mez corrente, transmitindo-se a relação dos professores e a nota da frequência média dos alumnos

d'este instituto, comunico-vos que o 1º anno do curso d'este estabelecimento conta com 30 rapazes, o 2º anno com 5 e o terceiro com 1. Como vedes, a menos de 36 almos presentemente n'este instituto e comprehende-se que esse facto exige uma vigilância especial, que não pode ser feita com efficácia somente pelas funcionárias encarregadas d'esse mister.

Pequeno, como é, o compartimento em que os rapazes permanecem, antes e depois das aulas, dá lugar a que, em virtude da aglomeração, em que se achão, surjam, entre elles, actos que, com quanto não possam ser qualificados rigorosamente de indisciplina, convém e não deixam de perturbar o trabalho do estabelecimento.

É preciso, além disso, uma fiscalização constante na interdição da passagem dos rapazes para a parte do edificio destinado às meninas e, sem alguém, a quem todos elles acatem, no desempenho d'aquella função corre-se o risco de ter-se a disciplina da casa pouco alterada.

A interdição era, pois, um importante instrumento na definição do espaço social que cabia a cada um. Aos homens e às mulheres cabia o controle do intercâmbio relacional. Apartá-los seria a forma mais coerente, dentro da ordem, de aplicar princípios que condissessem com o que era pedagogicamente pensado e esperado das(os) normalistas. No caso específico das mulheres, percebia-se uma “contradição”; as normalistas tinham vivências e comportamentos coerentes com a idade possuída e dissonantes com o perfil que tradicionalmente era construído e difundido sobre as mesmas.

Independente da “nova prerrogativa” feminina, o convívio social projetou as normalistas para o espaço público, fazendo com que tivessem visibilidade, espaço e um meio concreto de existência. Vale lembrar que tal espaço ainda obedecia a limites bem definidos, fazendo dessas mulheres alvo de chacotas, provocações e condenações por um lado, e elogios, reconhecimento mesmo trânsito nos altos escalões do Estado, por outro. O certo é que, munidas dos novos códigos de civilidade, eram cada vez mais citadas.

A instrução parecia conceder às mulheres uma circulação mais segura. Na escola, com toda a carga regulatória, construíam nas relações cotidianas, códigos demonstradores da vontade de se fazer perceber e de se informarem. As alunas da Escola Normal tomavam iniciativas engajadas. O que era observado por todos como atitudes menores tomavam, no âmbito da escola, um grau de engajamento político importante, embora não seguindo as diretrizes tradicionais da chamada “política local”. Um bom exemplo destas atitudes pode ser observado no abaixo assinado para colocar um retrato do ex-senador da República Benedito Leite no salão de honra da escola⁶⁹:

⁶⁹Benedito Leite (1857-1909) enquanto chefe político local teve importante papel na sobrevivência da Escola Normal e sempre esteve atento a algumas de suas necessidades, como é o caso da reforma do prédio no início do século XX. O abaixo assinado em questão fora assinado por 153 alunas e somente 2 alunos.

Exm^o. Senr. Dr. Luiz Antônio Domingues da Silva, D. Governador do Estado.

Os abaixo assignados, almos deste anno da Escola Normal, solidários com os seus collegas de 1909, no pensamento de ser installado, no salão de honra da mesma Escola, o retrato do pranteado Dr. Benedicto Leite, a cujos enfatigáveis esforços pela propagação do ensino moderno no Estado, é devido tanto a reforma do mesmo estabelecimento como a criação da Escola Modelo que traz o seu nome, vêm, fazendo seu pedido que naquelle sentido foi dirigido ao governo, dias depois da morte d'aquelle maranhense illustre, solicitar a V. Ex^a. que mande preparar a óleo, por conta do Estado, o retrato desse nosso benemérito conterrâneo, para ser colocado no referido instituto, como respeitosa homenagem à grande dedicação que elle sagrou à causa nobre do ensino público da sua terra.

Escola Normal, 19 de maio de 1911.

Esta atitude, se tomada no contexto, ganhava grande notoriedade, pois, além de reificar a figura de Benedito Leite como “patrono” da educação pública estadual, desenrolava-se em um momento de transição dos grupos políticos locais. Outras iniciativas incorporaram-se à prática estudantil e identitária das normalistas, como no caso das refeições de grau, ou melhor, do ritual que envolvia tais refeições. Foram as alunas que se articularam no sentido de dotar a Escola dessa solenidade:

Exm^o Dr. Governador do Estado.

Realizando-se em diferentes institutos congêneres a este a solemnidade da collação de grau, por meio da opposição d'um barrete ou borla, no diplomando, e desejando as alumnas d'este estabelecimento que o mesmo aqui se succeda, por ocasião de lhes ser entregue o diploma, solicito-vos a precisa auctorisação, para poder aquiecer ao pedido que n'aquelle sentido é feito.

O Diretor
Antonio Baptista Barbosa de Godóis.
(OFÍCIO n.º 96, 22 set. 1913).

Estas atitudes não apenas demonstravam a consciência do valor do grau obtido, como também demonstravam o intercâmbio com outros cursos normais existentes no país, comprovando a aquisição de informações não restritas à territorialidade do Estado. Estas mulheres liam e intercambiavam informações que foram importantes para a definição da sua ação profissional.

Outro importante momento reivindicatório deu-se quando da decisão de usar uniforme, uma vez que ostentar uma farda foi também parte dessas mobilizações que marcaram a ação das normalistas no interior da escola. A idéia, segundo Ofício n.º 96, era garantir-lhes distinção, identificando-as com a instituição. Esta distinção fazia parte de um conjunto de símbolos que tinha como objetivo principal projetar o **ser normalista** em um dado meio social, construindo princípios de diferenciação e espaçamento fundamentais para a

existência deste novo sujeito. Essas estratégias de distinção que “[...] significavam a arte, infinitamente variada, de marcar distâncias [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 65) e ratificavam a sua movimentação no sentido de possibilitar uma maior visibilidade no espaço de convivência. A iniciativa foi posta em prática através da petição assinada por 61 alunas, no ano de 1913:

Exm^o Sr. Diretor.

As abaixo assignadas, por si e helas, demais alumnas desta Escola, pedem a V. Exm.^a que solicite do Exm.^o Dr. Governador do Estado a aprovação da descrição inclusa de um traje especial que sirva de distintivo às normalistas, nas solemnidades escolares, contemplando-se entre estas, a sua estada nas aulas.

Desejando, ao mesmo tempo, resguardar possíveis dificuldades occasionaes, pedem, outrossim, que seja dado caráter facultativo ao referido distintivo. (OFÍCIO n.º 97, 24 set. 1913).

Além do pedido da farda, partiu das alunas a decisão sobre o modelo do referido traje, seguindo o modelo de outros estados do país, conforme o anexo da petição de 1913:

Descrição do traje distintivo das alumnas da Escola Normal:

Saia azul marinho, blusa branca, de mangas compridas, gravata azul, trazendo bordados a branco, sobre uma das pontas, um livro com uma penna atravessada. (OFÍCIO n.º 97, 24 set. 1913)

O detalhamento do traje cumpria a princípio dois papéis: projetava no imaginário popular a figura simbólica da normalista “vestida de azul e branco” e seguindo a lógica imposta pela nova idéia de Estado Nação, uniformizava concretamente uma categoria fundamental para a reprodução dos padrões de civilidade e convivência modernos. Sobressaía-se a construção da imagem da normalista e o fetiche que a envolveu. A cor azul evidenciava a sobriedade, a branca a limpidez e higiene e a gravata - que no início do século XX, além de sinônimo da roupa masculina foi adotada por sufragistas como símbolo de contestação e por trabalhadores de escritório como elemento identitário - traduzia talvez ousadia ou a idéia de pertencimento a um novo universo de trabalho⁷⁰.

O pedido do uniforme foi posto sob aprovação do governador pelas mãos do diretor Barbosa de Godóis, através do mesmo Ofício n.º 97 de 24 de setembro de 1913:

⁷⁰ Não foi possível saber se essa primeira versão da farda já trazia o decote em “V” (ver foto 1, p. 115) surgido contemporaneamente em 1913 sendo, à época, considerado indecente. Sobre esse assunto ver: LAYER, James. A roupa e a moda: história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Submeto a vossa aprovação a representação inclusa que me foi apresentada pelas alumnas d'este estabelecimento, acompanhado d'uma descrição do traje que ellas desejão ter como distinctivo e que a mesma representação se refere

Conquanto o corpo discente d'esta Escola se componha de representantes dos dois sexos, parece-me não haver inconveniente em ser permitido o distinctivo solicitado, tanto por constituírem as alumnas a grande maioria do mesmo corpo discente, como porque os alumnos nada pediram, relativamente a este assumpto.

A solicitação acabou sendo acatada pelo Governador e o modelo de uniforme proposto passou a constituir a identidade das normalistas. Ajudando a modelar a imagem proposta pela ordem, construiu-se o tripé identitário deste sujeito – limpidez, seriedade e modernidade.



Foto 1 – Normalistas com uniforme.
Fonte: BATISTA, Luciana Ramos. **Arquivo pessoal**, 1929.

Mesmo com a desativação da Escola Normal em 1914, não foram finalizadas mobilizações e reivindicações por parte de suas(seus) alunas(os), indicando que a identidade “ser normalista” ia para além da existência do espaço específico da escola. Um abaixo assinado⁷¹, datado de 29 de julho de 1914, endereçado ao Secretário do Interior⁷², traduz parte

⁷¹Sobre as(o) alunas(o) que assinaram este documento: Hemetério Leitão era pensionista da Escola Normal e diplomou-se em 1914. Gostava de escrever poesias que eram publicadas em jornais da capital e do interior. Exerceu o cargo de diretor no externato da cidade de Caxias. Noemi de Souza participou da Sociedade Literária

dessa auto-imagem que vai se constituindo no mundo relacional da(o) normalista, na defesa de referenciais que eram vistos por elas(es) como legítimos:

Os abaixo assignados alumnos da extincta Escola Normal e presentemente do curso profissional do Liceu Maranhense, vem pedir a V. Ex^a que seja deferido aos alumnos d'esse curso, por occasião de completal-o, o gráo de professor normalista e manterem o direito de usarem o distinctivo de que tracta o artº 82, do título 5 do regimento de 27 de junho de 1905.

A suspensão da Escola Normal foi motivada por uma questão de economia. O Congresso Legislativo não hostilizava, e nem podia hostilizar o preparo dos professores para as nossas escolas públicas, e a prova se vê na lei nº 666 de 28 de abril deste anno, que estabeleceu no seu artº 8º e seus §§ um curso especial destinado a formar professores primários. Dado este fim, o curso é por sua natureza, normal, qualificativo consagrado aos institutos e cursos que tem esse intuito.

Nesta conformidade esperam os supp.^{es} que V. Ex^a lhe defira o que com toda justiça pedem para si e seus companheiros de estudos professionaes.

Maranhão 29 de julho de 1914

Hemetério de Araújo Leitão (5º anno)

Noemi Quaquareni de Souza

Maria Castro

Lina dos Santos Mello

A importância destes alunos reside no fato de garantirem a sobrevivência do status profissional das(os) normalistas, a partir dos requisitos que impediram a manutenção da Escola Normal. A reivindicação era, como já foi citado, a expressão da vontade de manutenção de uma identidade, acompanhada de seus rituais e *habitus* de convivência, tais como o título de normalista – importante adjetivação desses sujeitos – e o distintivo presente na figura do uniforme e dos adereços que ajudavam a construir a figura emblemática da(o) professora(o) normalista, como aponta o regulamento da Escola Normal no art. 82:

Fica adoptado para distinctivo do Professor Normalista e professores da Escola Normal um anel cuja pedra será a – malachita, cravado em ouro, tendo burilado nos lados um livro e uma penna, não sendo porém, seu uso obrigatório.

Cabe salientar que normalistas utilizaram-se da norma e da legalidade nessas reivindicações, sendo, pois, elementos importantes para a manifestação de suas opiniões junto aos poderes constituídos e ainda a expressão de um posicionamento distintivo que, nem sempre, combinava com a ordem estabelecida. A iniciativa dessas alunas e aluno garantiu a

“Barão do Rio Branco”. Lina Mello colou grau em 1914 e formou-se também na Escola de Música em 1911. Quanto a Maria Castro as informações disponíveis só nos apontam que no ano de 1917 ainda estava no 4º ano do curso normal.

⁷²Durante o período em questão a instrução pública foi anexada à Secretaria do Interior.

continuidade do curso normal, mesmo após a transferência para o Liceu Maranhense. A manutenção do uniforme, da simbologia, dos adereços e do papel desempenhado pelo profissional formado pelo agora curso profissional do Liceu, deixava claro a visibilidade que estas(es) professoras(res) tinham angariado no contexto local. Tornava-se impraticável desconsiderar a necessidade latente dessas(es) professoras(es) para a rede pública e privada de ensino. O parecer dado pelo Sr. Raul Machado, Secretário do Interior, é ilustrativo em relação a essa situação:

O título de normalista deve ser conferido a professor formado na Escola Normal. Pode-se estender essa designação a todo professor que houver seguido um curso profissional em estabelecimento do estado.

À primeira vista, pode parecer injustificável que se conceda o título de professor normalista a um alumno que recebe seu diploma no Liceu Maranhense, em que alumnos da extinta Escola Normal, apenas foram nesse estabelecimento concluir o estudo de duas únicas disciplinas, que lhes faltavam, como também a que essa conclusão está sendo feita no curso especial, de que trata o art.º 8º da Lei nº 666 de 28 de abril de 1914, destinado a formar professores primários, penso que deve ser deferido o presente requerimento, podendo, sem inconveniente algum, ser permitido aos requerentes, que obtiverem o diploma, o uso do distintivo, de que cogita o artº 82 do Reg. da Escola Normal, mesmo porque este artigo não contém disposição adversa à citada Lei nº 666 de 28 de abril do corrente anno, que somente revogou daquelle regulamento as disposições que lhe foram contrárias.

Tratando-se, porém, de assumpto que por sua natureza deve ser decidido exclusivamente pelo Governador, remetta-se, na conformidade do art.º 6.º §3.º, de regulamento dessa secretaria, a presente petição, devidamente informada como está, ao Exm.º Governador para os fins de direito.

(Documentos da Secretaria do Interior, São Luís, 1914, Informação nº 30)

A profissionalização das(os) professoras(es) foi mantida e o status dado às pessoas formadas pela extinta Escola Normal ficou, então, a cargo do Liceu Maranhense. Um novo momento na formação de profissionais ligados à educação iniciou-se com a entrada em cena de um novo espaço educacional, porém a Escola Normal tinha cumprido o seu papel e o seu legado mais concreto, as normalistas, difundiam-se pelo Estado. Através de uma prática pedagógica própria, iam modelando valores civilizacionais no espaço social em que transitavam.

Além das iniciativas coletivas, outras de cunho individual demarcavam diferenças que se processavam nas ações dessas pessoas munidas de escolarização. Com o intuito de garantir a permanência na instituição, ameaçada muitas vezes pelas dificuldades de acompanhamento de conteúdos, doenças, problemas familiares, carências financeiras, utilizavam-se das possibilidades regimentais, desenvolvendo habilidades que lhes serão

fundamentais, no trato das questões públicas quando do exercício profissional, como se esboçará adiante.

Pedidos de exames de segunda época, de matrículas fora do prazo e de pensões, eram corriqueiros no cotidiano da Escola Normal. Com relação ao último item, cabe destacar que traduziam, em muito, a vontade de alunas(os) ingressarem ou se manterem na instituição, a despeito de todas as dificuldades com as quais se deparavam.

As dificuldades de homens se manterem nas cidades, longe da casa dos pais, em busca de instrução ou qualquer outro tipo de sobrevivência, foi comumente descrita nos romances. No entanto, sobre as mulheres pouco sabemos. Há um silenciamento sobre isso. Mas, de certo, também tiveram que enfrentar infortúnios de pequeno ou grande monta e instrumentalizaram-se de meios para garantir a sua instrução, como indica-nos o Despacho n.º 43 de 26 de abril de 1904 da petição de Laura Guterres⁷³, enviada pelo Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado:

Informando a petição junta, em que a alumna do 2.º anno e ouvinte do 3.º do curso d`esta Escola D. Laura Guterres de Sousa, pede para ser considerada pensionista do Estado, por ter a sua família mudado de residência para Alcântara e ella não possuir meios de fortuna para se poder manter n`esta cidade, sem aquelle auxilio que o Estado proporciona às pessoas pobres rezidentes no interior que se desejão habilitar n`este instituto para a carreira do professorado. Cabe-me dizer-vos que a peticionaria com os documentos que exhibe, mostra estar nas condições exigidas para o benefício que solicita e não se achar completo o número de alumnos pensionistas que no anno corrente pode ter esta Escola.

Vontade e necessidade norteavam essas decisões e iam configurando uma ordem, que em princípio, não era a pensada para mulheres de “boas famílias”, cujo lugar considerado mais seguro, era a casa dos pais ou maridos. Quando não havia essa possibilidade, restava o recurso da casa de parentes, padrinhos, conhecidos. Como seria essa convivência? Com o passar do tempo, outros meios de moradia foram sendo postos em prática, revelando que a necessidade e vontade de buscar instrução, distante do domicílio dos pais foi vencendo embargos. A possibilidade de habitar em pensões familiares se abre, mais tarde, para muitas normalistas, e outras mulheres que queriam prosseguir nos estudos, como relata “Ônix” (27.2.2008):

⁷³Laura Guterres de Sousa seguiu os seus estudos como pensionista. Concluiu o curso normal em 1906. Foi professora em Rosário (1917) e depois em Alcântara (1919), até aonde conseguimos acompanhá-la.

A maioria das meninas morava aqui (São Luís), mas já tinha morado no interior como eu. Elas moravam em pensionatos. Eu tinha muitas colegas de Viana, Colinas e ficavam nos pensionatos que ficavam na Rua da Alegria.

Freqüentar a Escola Normal demandava condições mínimas de manutenção, o que transformava o acesso à mesma privilégio de poucas(os). Havia a necessidade de manter-se, o que não era facultado às pessoas muito pobres, conforme podemos observar no depoimento de “Esmeralda”, mesmo com o recurso das pensões, até o período que existiram, por essas alunas:

Foi um comentário geral que papai tava botando as filhas para estudarem na capital, porque poucos tinham condições de sair, tinha desemprego, e quando papai nos botou para estudar foi um comentário muito grande, no sentido assim de riqueza, achando que nós éramos ricos. Não tinha riqueza, só tinha boa vontade em deixar para os filhos uma herança que era o estudo. Papai não entendia bem, mas mamãe era muito inteligente. (Esmeralda. 24.2.2008)

Entrar para Escola já era um distintivo, a começar pelo meio familiar que geralmente era o principal incentivador desse intento, principalmente quando se tratava de mulheres. Logo o ato de tornar-se professora normalista não era algo corriqueiro. Segundo “Pérola”, enfatizando a distinção dessa formação, (4.12.2007): “[...] bastavam ser normalistas para ter pose”. Ou seja, através de estratégias familiares e da lógica da instituição escolar, se efetivava um ato de ordenação, efetivando uma diferenciação em relação às portadoras desse título (BOURDIEU, 2003).

Apesar do privilégio de que dispunham, por viverem em um meio onde a instrução era prerrogativa de poucas(os), não estavam isentas de dificuldades, principalmente quando tinham que se deslocar entre grandes distâncias para conseguirem dar continuidade aos estudos. Isso envolvia a manutenção distante da casa dos pais, que podia ser mais ou menos difícil, dependendo das condições monetárias, tanto da(do) estudante, quanto da família que as(os) recebia, como nos relatou “Pérola” (5.12.2007), que deslocou-se da cidade de Codó para estudar na Escola Normal de São Luís: “Estudava em casa de família. Ele era tipógrafo da Pacotilha e ela era dona de casa. As despesas, papai pagava e ainda mandava as coisas do interior”.

As dificuldades para manter os estudos, faziam de alguns itens como o lazer, um luxo, principalmente para aquelas que não moravam com os pais na capital, embora, isso não se constitua em regra. “Pérola” (5.12.2007) nos relatou o seguinte: “Eram poucas (as diversões), eu não podia. Morava na casa dos outros”. Esmeralda (23.2.2008) também corrobora o relato quando diz:

Antigamente se fazia muito isso (sair do interior para a capital). Era difícil viver na capital, e não eram todas as pessoas que o faziam porque era difícil encontrar casa para seus filhos morarem. Em vista das dificuldades não podia se fazer muita assim... despeza. Se vivia na casa dos outros e quando chegava as férias, já se queria era vir embora.

Já “Ónix” (27.2.2008) que residia com a família em São Luís, nos apontou para uma condição diferente das vivenciadas pelas colegas que residiam com parentes, amigos ou padrinhos. A possibilidade mais evidente de desfrutar das diversões próprias da idade e da família, como esclarece:

Morava com meus pais. Morávamos no Tibiri (na ilha de São Luís – Ma). Eu cheguei lá (no Tibiri) com oito anos e sai com doze, direto para São Luís (cidade).

[...] meu pai não deixava que eu fosse ao cinema, então toda vez que não tinha a última aula, eu ia ao cinema e chegava ainda cedo em casa, mas a gente ia pro cinema [...]

Outra coisa que meu pai não permitia, eu comprava o livro e colocava dentro de outro livro e lia. A minha mãe, quando via no outro dia, ela dizia: tava lendo romance. Eu gostava de dançar porque isso meu pai deixava. Ele gostava muito de festa, então ele ia, pras festas com mamãe e nos levava, eu e minha irmã... mas, só dançava em festa íntima.

Sobre as condições de deslocamentos que estavam sujeitas pessoas que vinham de outras cidades do Estado, para estudarem em São Luís; os relatos são de dificuldades, como o que “Esmeralda” (23.2.2008) relatou: “Daqui (Humberto de Campos), pra lá (São Luís) à vela (barco) eram três dias. Na época do verão, era melhor, a gente saía cedo e à tarde já estava em Ribamar, mas de lá para cá era muito demorado, 3, 4, 5 dias”.

As mulheres, assim como os homens, enfrentavam dificuldades no prosseguimento dos estudos e criavam possibilidades na busca por instrução, como nos exemplifica Laura Guterres. Transformavam o espaço relacional em um lugar praticado e criativo (CERTEAU, 2002) com condutas e resultados diversos, e não algo definido ou absolutamente determinado pelos desígnios discursivos. Embora, ao adquirirem o título de normalista, estivessem sujeitas aos referências regulatórias, encaminhavam-se para uma nova condição aonde a mulher, viria, através da instrução e do trabalho a ter a capacidade de sobreviver, ser distinta e aceita nessa situação, pois recebiam uma consagração que as fazia detentoras da competência social de ensinar (BOURDIEU, 2003).

Distinções devido ao uniforme, convívios entre colegas homens ou mulheres, diferenciações de condições familiares, econômicas e domiciliares, marcavam esse universo

multifacetado. Para concluir essas vivências, contava-se com o ato solene de colação de grau, que à época parecia ser cercada de *glamour*.

As mais distintas proferiam os discursos, diante das autoridades que se faziam presentes na solenidade. A divulgação da cerimônia por parte de diferentes jornais da cidade e a homenagem desses periódicos às novas professoras marcava esse momento de passagem. O relato da colação de grau da turma de 1911⁷⁴, registrado pela “A Pacotilha” (13 mar. 1911, p. 1), é demonstrativo dessa situação:

A sessão solene da congregação dos professores da Escola Normal, teve lugar às duas horas da tarde.

Já a essa hora estava o estabelecimento dessa casa de instrução secundária, cheia de famílias e cavalheiros da nossa sociedade.

Todos os salões estavam repletos de pessoas gradas.

O Sr. Dr. Luiz Domingues, Governador do Estado, acompanhado dos seus secretários civil e militar, chegou quase 2 horas.

Momentos depois teve lugar a abertura da sessão.

O Sr. Dr. Barboza de Godóis, diretor do estabelecimento, tendo a sua direita o chefe do Estado e a esquerda o Sr. Antonio Lobo, Inspector Geral da Instrução Pública, declarou aberta a sessão, que tinha por fim conferir os diplomas de professora normalista às alunas que recentemente haviam terminado o curso na Escola Normal.

Terminada essa cerimônia teve a palavra a diplomanda Accioline Sampaio, oradora oficial da turma, lendo uma bella alocução, que foi muito aplaudida.

Seguiu-se com a palavra da turma, a Exma. Sra. D. Maria da Glória Parga Nina, produzindo um tocante discurso cujas últimas palavras foram cobertas por estrondozas salvas de palma.

Discursou em seguida a diplomanda Jozuila Costa, sendo aplaudida.

O Dr. Governador do Estado, paraninfo honorário da turma, em brilhante discurso, felicitou as alunas que acabavam de terminar o curso, concitando-as para que nunca abandonassem os estudos, para assim estar sempre ao par, da pedagogia, e terminou mostrando-lhes quais os deveres da professora para com seus discípulos.

As suas últimas palavras desapareceram ante vibrantes salvas de palmas.

Estava a solenidade terminada.

Durante o ato tocou no pateo interno do edifício, a banda de muzica do corpo militar.

Durante a cerimônia, foi distribuída, uma poezia do Sr. Apolinário de Carvalho, intitulada “O Livro”.

Em solenidades de diferentes anos, o cerimonial seguiu quase sempre esse encaminhamento, exceção feita, de acordo com o que nos sugerem os documentos, ao final do ano de 1914, quando a Escola Normal foi desativada.

⁷⁴Nesse ano colaram grau 13 pessoas. Havia apenas um do sexo masculino.

O recebimento do diploma implicava a denominação “professora normalista”, podendo significar para algumas, o destaque na primeira página de um jornal, como o exemplo que segue:



Foto – 2 – Anita Rocha em sua carteira escolar.
 Fonte: Jornal A EVOLUÇÃO, 2 nov. 1929, p. 1

Colar grau em um curso normal revestia-se de importância, principalmente quando o diploma vinha acrescido da distinção “laureada⁷⁵”. Essa elevação de mérito decorria da obtenção de notas máximas, na maioria das disciplinas, no decorrer do curso e acompanhava a vida profissional da professora, como uma marca diferenciadora. “Instituiu uma diferença social que marcava” (BOURDIEU, 2003, p. 38) a normalista por toda a vida,

⁷⁵Esse distintivo foi autorizado pela primeira vez pelo governador Luiz A. Domingues da Silva em 19 de outubro de 1910.

Ainda sobre o laureamento, não conseguimos encontrar na documentação analisada, nenhum homem que tenha recebido esse título.

pois, o diploma acusava esse privilégio, bem como a assinatura, que passava a ter a prerrogativa “professora normalista laureada”. Além de todos esses beneméritos, as que conseguiam essa conquista tinham o seu retrato afixado no salão de honra da Escola Normal em cerimônia pública, como evidencia a nota publicada no jornal “Diário do Maranhão” (17 abr. 1911, p. 1):

A Escola Normal

Hoje às 9 horas da manhã, teve lugar a inauguração dos retratos das professoras normalistas laureadas d. d. Firmina Sobreira e Maria do Carmo Teixeira, no salão de honra deste estabelecimento escolar.

O acto foi bastante concorrido, notando-se a presença de distintas famílias.

S. Exc. o Snr. Dr. Governador do Estado não pode comparecer ao acto, por motivos superiores.

A honraria tornava-se mais importante pelo fato de esses retratos serem confeccionados fora do país, como nos assinala o Ofício n.º 54 de 21 de fevereiro de 1911 do diretor da Escola Normal ao Governador do Estado:

Tendo chegado dos Estados Unidos o retrato a crayon das normalistas laureadas, Firmina do Amaral Sobreira e Maria do Carmo das Neves Teixeira, mandado encomendar por ordem vossa e havendo necessidade, tanto de satisfazer a sua importância à casa, por cujo intermédio foram pedidos, como de proceder-se a outras despesas, com a moldura, preparo de chapar e outros serviços, peço-vos que vos digne a dar ordem competente ao Thesouro do Estado, afim de que por elle seja entregue ao collaborador desta Escola, Raymundo A. Meireles da Silva, a importância de 250\$000 com aquele destino da qual opportunamente será prestada a conta devida.

Além de solenidades que punham em relevo professoras laureadas, em torno dessa solenidade, pode-se também vislumbrar subversões estudantis, como a polêmica que tomou corpo na imprensa local, entre a ainda concludente Rosa Castro, agraciada com o laurel, por conta do seu desempenho no curso normal, o Diretor Barbosa de Godóis e o Governador do Estado Luis Domingues. O estopim da polêmica foi um expediente dirigido por Rosa Castro ao Diretor da Escola Normal que acabou sendo divulgado na imprensa⁷⁶. O jornal “Correio da Tarde” (8 nov. 1910, p. 1) foi um dos periódicos que divulgaram o seu teor:

Aproximando-se o dia 10 do corrente, quando por determinação vossa, terá lugar a collação de gráo de professora normalista às alumnas que, ultimamente, concluíram os seus estudos nessa Escola, em cujo número me encontro, cumpro o dever de vos

⁷⁶O assunto foi tratado nos Jornais “A Pacotilha”, “Correio da Tarde” e “Diário Oficial do Maranhão”.

apresentar os meus protestos de sincero reconhecimento, não só pela nímia generosidade de que me cumulaste, durante o curso, mais ainda pela despreendida solicitude com que obtivestes do Exm. Sr. Governador a classificação “laureado” para todos os normalistas nas condições em que eu me encontro.

Ao levar-me, porém, estas minhas seguranças de profunda gratidão, permiti que mais uma vez, e agora por escripto, me manifeste contrária, no que me diz respeito, à colocação de retrato no salão nobre desse estabelecimento, como também sugeristes ao benemérito Chefe de Estado.

Inteiramente solidária com as minhas collegas de classe e dissentindo as vantagens de uma distincção, no meu parecer inmerecido, e que dellas como que de algum modo me iria afastar, tenho imenso prazer em voz tornar de vez sciente da resolução em que estou, de não usar da faculdade conferida pelo governo, quanto à predita colocação do meu retrato no salão de honra dessa Escola.

Se de melhor êxito foram coroados os meus estudos na Escola Normal, nem por isso entendo de pouca valia os esforços das demais companheiras, que, ao meu lado, trabalharam, entregues, como eu, aos seus próprios recursos, e feliz me sentirei entre ellas, sem distincção alguma, todas conjugadas num só propósito – o de honrar a profissão que escolhemos.

Ao Exm. Governador do Estado, como a vós, ainda outra vez, hypotheco todo o meu reconhecimento, pelo favor de que hora, humildemente me desfaço.

Saúdo-vos respeitosamente.

Rosa Castro.

A atitude desafiadora de Rosa Castro gerou outros documentos assinados pelo diretor da Escola Normal e pelo Governador do Estado, que se posicionaram a respeito da questão publicamente, dissentindo a normalista do seu intento, convocando-a a aceitar a homenagem que o Estado e a Escola lhes prestavam. “É fato que diante dos apelos com essas demonstrações de poder e da importância política pedagógica (se bem mais que política que pedagógica) de que se revestia esse ato, Rosa Castro teve que ceder” (MOTTA, 2003, p. 40) ao recebimento do título, perdurando essa prática no curso normal, até depois da transferência para o Liceu Maranhense.

De acordo com o noticiado pelo jornal “Correio da Tarde” (16 nov. 1910, p. 1), a colação de grau da turma de 1910⁷⁷ transcorreu de acordo com o protocolo que havia sido estabelecido e “usou da palavra a professoranda Rosa Castro que leu bonito discurso em nome de suas collegas”. A homenagem de laureamento que havia gerado tanta polêmica, também foi a efeito. “Por ocasião de desvelar os retratos das laureadas, S. Exc. Dr. Luis Domingues, dirigiu algumas palavras às normalistas”.

⁷⁷As concludentes dessa turma foram: Nilza Barbosa de Godóis (laureada), Rosa Castro (laureada), Maria dos Remédios Fonseca, Maria José Fernandes, Alzira Pedrosa de Abreu, Almerinda Costa Rodrigues, Augusta Bastos de Jesus e Maria das Neves dos Santos (CORREIO DA TARDE, 23 nov. 1910, p. 3).

3.3 Exercendo diversas atividades letradas

Os cursos normais, de modo geral, foram centros de desenvolvimento de habilidades com o objetivo de formar professores(as) para promoverem a aprendizagem no curso primário. Para as mulheres que se formavam na instituição, uma referência profissional importante, pois, dava às egressas, direitos e privilégios diferenciados em relação às professoras denominadas de leigas.

Como alunas do curso normal, vivenciavam experiências, conhecimentos e relacionamentos que permitiam a partilha de ambientes de estudo e lazer, entre homens e mulheres, em condições muito parecidas. Embora não dispusessem de uma estrutura curricular exatamente igual à do curso secundário, destinado preferencialmente aos homens, dividiam a maioria dos professores, e tinham acesso às mesmas temáticas que lhes eram contemporâneas. Eram homens e mulheres cultivados em um mesmo tempo e integrantes de um mesmo sistema escolar. Logo, as instituições que chegavam aos homens instruídos, chegavam também às mulheres instruídas, bem ao termo do que Bourdieu (1998, p. 207) nos aponta:

O que os indivíduos devem à escola é, sobretudo, um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns. Embora os homens cultivados em uma determinada época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões. É, sobretudo, através das problemáticas obrigatórias nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele passa a pertencer à sua época podendo-se situá-lo e datá-lo.

O ideário e parte da instrução eram comuns, embora as questões não chegassem do mesmo jeito, e nem fossem percebidas da mesma forma, por pessoas provenientes de meios sociais e sexos diferentes. Para eles e elas, e entre eles e elas, a trajetória de conquista da instrução, estava associada “[...] às condições de aquisição dos esquemas intelectuais mais fundamentais [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 210) permitindo interpretações múltiplas das temáticas que estavam em evidência, desse complexo universo social.

Mulheres, com diferentes vivências, reproduziram ditames sociais e morais em voga, porém, nem todas fizeram a leitura corrente de que a instrução era apenas um ornamento a mais nos dotes oferecidos aos homens. A idéia de juntar casamento e trabalho talvez não fosse estranha à vontade de muitas mulheres que recorreram ao curso normal.

Essas mulheres, embora instruídas, eram filhas do seu tempo. (CORREIA, 2006). O acesso a uma profissão via educação, não as retirava necessariamente, de um cotidiano que esperava que mulheres e homens, ao alcançar determinada idade, casassem. De qualquer modo, normalistas faziam parte de um grupo privilegiado que tinha a possibilidade de se movimentar no espaço público e no mundo do trabalho assalariado de forma legítima como transparece no discurso do paraninfo da turma de normalistas de 1910, Dr. Justo Jansen Ferreira (1910, p. 12):

S.^{as} Professoras Normalistas, o diploma que acabais de receber das mãos do ilustrado director desta Eschola, cuja competência e dedicação no exercício desse alto cargo, cada dia se fortalecem mais, além de vos dar direito de exercedes a profissão, para que cuidadosamente vos preparastes, é como disse, sólida garantia de uma vida útil e independente.

A articulação entre a necessidade de instrução pública, o aumento de mulheres nos cursos normais e a afirmação de uma imagem de competência para ensinar, que envolviam as(os) egressas(os) desses cursos, foi desestabilizando gradativamente discursos, como os do credo positivista, que mesmo exaltando a instrução feminina, pregava o seu direcionamento para o bem-estar do lar. Fazer um curso normal permitiu acesso a um número cada vez maior de informações, e uma movimentação consentida, em espaços de produção e reprodução de conhecimento. Isso possibilitou às mulheres normalistas, interpretar, à luz de suas vivências cotidianas e dos novos conhecimentos apreendidos, as mensagens emanadas pelo poder cultural, de uma maneira muito própria. Conforme observa Certeau (2002, p. 41) elaboraram na ordem “maneiras de fazer”, mostrando diferenças em atitudes que se manifestavam no detalhe:

Essas “maneiras” de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault (Vigiar e Punir): análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da “vigilância”.

Exercendo o trabalho com criatividade dispersa no interior dessa rede de “vigilância”, a atuação da normalista se encaminhou para uma imagem de civilidade e respeitabilidade, sem, contudo, deixar de incorporar atitudes de poder e autonomia, diante de

algumas regulações e até críticas, quando, distendendo interdições, incomodava aos senhores dos poderes constituídos.

Na imprensa maranhense, foram muitos os jornais que elogiavam qualidades creditadas ao “belo sexo”, porém, de modo geral, estando essas publicações sob domínio masculino, esboçavam uma tenaz resistência às lutas feministas como o direito ao voto, conforme já citamos nesse trabalho. Antonio Lobo⁷⁸ (1870-1916) foi um desses manifestantes antifeministas que pelas páginas do Diário Oficial do Maranhão (19 mar. 1912, p. 1) esboçou o seu pensamento sobre o assunto:

Ao lado, porém, do que tem feito o homem para a obra do progresso geral, é lícito que se pergunte aos feministas qual tenha sido a contribuição da mulher. O feminismo procurará em vão descobrir, preocupado com suas altas teorias, sobre o papel social da sua tutelada. Qualquer homem sensato [...] não trepidará em responder imediatamente. E responderá com argúcia que a mulher tem sido a alimentadora do homem, a sua nutriz secular e que sem o seu auxílio imprescindível o homem teria fraquejado a meio do caminho da civilização.

[...] O governo da Suécia, enquanto seu vizinho da Dinamarca decreta o sufrágio eleitoral para as mulheres, estabelece a consagração peremptória do (João da) Ega de que cozinhar bem é a condição essencial para amar bem. O governo da Suécia acaba de decretar que toda a moça que se quizer cazar terá de se submeter a um exame em que mostrará os seus conhecimentos de economia doméstica e indústrias correspondentes.

Convenhamos, pois, que Ega tinha infinitamente razão. “O dever essencial da mulher é cozinhar bem”...

Ó Ega cruel e irônico! Como o teu apotegema deve soar horrendamente, como uma sentença de morte, aos ouvidos das meninas cazadoiras!

Antonio Lobo, falando de um lugar de poder, referendado pela condição de intelectual, reforçava a idéia de um intelecto masculino superior e de uma existência feminina subordinada às necessidades masculinas, pois para ele, eram sobre os ombros do homem que pesavam as responsabilidades dos empreendimentos civilizadores mais importantes, como descobertas e invenções científicas. Outro articulista, J. K. Lino, do Jornal “O Domingo” (28 jul. 1910, p. 4), expressando a sua opinião sobre o movimento feminista, em tom de gracejo escreveu, antes de Antonio Lobo:

A Praça João Lisbôa toda nevada ao luar, num traje alvíssimo de noiva sob as chispações estonteantes dos combustores, ostentavam um movimento dezuzado.

⁷⁸Foi jornalista, professor, tradutor e escritor. Assumiu vários cargos públicos: Secretário de Estado, Inspetor Geral da Instrução Pública, Diretor da Biblioteca Pública e do Liceu Maranhense. Considerado um dos grandes incentivadores das letras no Maranhão, foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras.

Sabem o que pensei? Que fosse uma convocação extraordinária de algum centro feminista...

Calculem que susto, eu que me coço todo de medo quando me falam em feminismo, fiquei roxo... Calculem!

[...]

Finalmente depois de muito pensar, um amigo me chamou a realidade: era festa de Nossa Senhora do Carmo.

E eu que não pensava em tal... São coizas!...

Eu ando sempre pensando cada uma...

A sensação de segurança e de ordem deixava, enfim, o agente desse discurso aliviado, afinal, as mulheres estavam onde deviam, na Igreja. Essa abordagem nos leva a pensar sobre a possibilidade de existência de centros feministas em São Luís, ou em outras regiões do Maranhão⁷⁹, pois além dessas manifestações de preocupações, chegavam a São Luís jornais ligados ou defensores do feminismo, através de colaboradoras(es) que enviavam textos, recebiam e faziam propagandas do movimento, que também se propagava via clubes e sociedades literárias, fazendo-nos arriscar sobre idéia da existência dessas mobilizações no Maranhão. Se não se materializou o movimento, o contato com a temática não foi estranho. Na cidade de Rosário, D. Joanna Mello, além de professora, era correspondente do Jornal “O Lyrio” que tinha como redatora chefe, Amélia de Freitas Beviláqua⁸⁰ defensora de causas explicitamente feministas. No jornal “O Rosariense” (11 fev. 1904, p. 1), que registrava o recebimento desse periódico, encontra-se a seguinte informação:

Por intermédio da exma. Sra D. Joanna de Mello, sua correspondente nesta Villa, veiu-nos às mãos O Lyrio, primorosa revista literária que no Recife é publicada sob a redacção em chefe da Exma. Sra. D. Amélia de Freitas Bevilaqua.

No seu texto, além de muitos outros escriptos, figura uma linda poesia de nossa inteligente collaboradora D. Marianna Luz, residente em Itapecurú; assim como um escripto de felicitação à interessante revista da penna de D. Joanna Mello.

Marianna Luz era colaboradora de inúmeros jornais da capital e do interior, mas não parece ter feito o curso normal, pois o seu nome não consta em nenhum documento (que tivemos acesso) que a indique como normalista. Já D. Joanna de Mello era professora normalista, com intensa atividade e destaque na cidade de Rosário, no Maranhão, como podemos entrever através do jornal “O Rosariense” (11 mai. 1903, p. 1):

⁷⁹ Não encontramos registrado em nenhum periódico, de forma explícita, informações sobre centros feministas em São Luís ou em outra localidade do Maranhão.

⁸⁰ Nasceu no Piauí e passou boa parte da infância no Maranhão. Desenvolveu a sua vida de escritora e redatora em Recife, onde dirigiu o jornal “O Lyrio”. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 44-45).

Conforme noticiamos no nosso último número, realizou-se no dia 6 do corrente, a manifestação feita pelas alumnas da Escola mixta à sua professora exma. Sra. D. Joanna Mello.

As 6 horas da manhã desse dia foi celebrada uma missa em ação de graça na qual compareceram grande número de senhoras e cavalheiros da nossa sociedade e as collegiaes de D. Joanna.

Durante o acto tocou no átrio do templo a banda de música desta Villa.

Terminada que foi, seguiram até a casa de residência da festejada onde foi oferecida uma chávena de chá. Nessa ocasião usaram as palavras: o Capitão Braulino Silva que proferiu uma oração em que enaltecia os dotes da distincta, o Senhor Capitão José Rabelo e muitas das alumnas que, com belíssimas palavras, expressaram os seus sentimentos de gratidão pelo muito que devem a professora.

Destacamos dentre elles: Mundiquinha Calvet, que fechou a sua oração com mimosas palavras, depositando nas mãos de sua preceptora, em seu nome e de suas collegas, uma jóia de valor; Virginia Machado, Guilhermina Furtado e Julio Carvalho.

Por último falou a distincta professora que com poucas phrases manifestou o seu agradecimento, garantindo perdurar sempre em seu coração a lembrança daquella festa.

As quatro horas da tarde foi servido o jantar que correu animado e onde foram levantados vários brindes.

A noite foi improvisada uma “*soirée*” que durou até tarde terminando assim os festejos.

Cumprimentamos d’aqui a D. Joanna de Mello pela merecida manifestação de que acaba de ser alvo e auguramos-lhe uma existência longa e feliz para continuar a espalhar sobre a juventude esse alimento necessário – a instrução.

Como pessoa de destaque no município, foi merecedora de festividades pela data natalícia, indicando, que seu envolvimento com um jornal feminista não impedia seu reconhecimento profissional. Notas elogiosas à sua pessoa e ao seu trabalho foram constantes no jornal “O Rosariense.”⁸¹

A imprensa maranhense registrou o recebimento de diversos periódicos que tratavam de questões femininas ou feministas como: a “Revista Estrêla”⁸², o “Jornal Fon-Fon”, vendido na loja “Mariposa”, “A Revista Feminina” e etc. Também expunha propaganda relacionada ao movimento feminista. A correspondência enviada por Leolinda Daltro⁸³, divulgada no jornal “Correio de Codó” (22 jan. 1919, p. 4), evidencia o intercâmbio e a circulação desses movimentos e idéias pelo Estado do Maranhão:

⁸¹O jornal “O Rosariense”, em diversos números (2, 9 e 34), no ano de 1903, cita a professora Joanna Mello em acontecimentos referentes à vida social da cidade de Rosário.

⁸²Funcionava sob a direção da cearense Francisca Clotilde Barbosa Lima (professora normalista), era dedicada ao sexo feminino e circulou por 15 anos (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 241).

⁸³Feminista e indianista. Nasceu na Bahia e dentre outros feitos, fundou o Partido Republicano Feminista em 1910. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 318-319).

PARTIDO REP. FEMININO

Recebemos a carta abaixo transcripta, a qual damos a necessária publicidade, confiantes de que nossas conterrâneas não serão indiferentes do patriótico apello da signatária

-o-

Ilmo. Snr.

A professora Leolinda Daltro, fundadora e presidente do Partido Republicano Brasileiro, a fim de fazer profícua e activa propaganda em prol dos seus ideaes cívicos feministas, em todo o território brasileiro, espera que V. S. não se abstenha de auxiliá-la nesta campanha, já encetada, enviando-lhe com a máxima brevidade os nomes dos jornaes ahi existentes.

Antecipando-se sinceramente grata por este valioso concurso prestado não só ao partido como também a collectividade brasileira, subscreve-se de V. S.

Podemos vislumbrar, por esses exemplos, que o movimento de clubes feministas não passou ao largo do Maranhão. E não sendo estranho a muitas mulheres instruídas, não seria às normalistas, que por conta do prestígio que costumavam ter na cidade, eram costumeiramente correspondentes ou colaboradoras⁸⁴ desses periódicos que, geralmente, não dispunham de grandes possibilidades financeiras.

Não raro, professoras normalistas foram também ativistas literárias. Enveredavam por esse campo, fossem como incentivadoras, leitoras ou escritoras. Cabe salientar que essas atividades já se faziam presentes na vida de algumas, ainda na fase estudantil. Egressas do curso normal chegaram a ocupar espaço, no meio intelectualizado do Estado e conseguiram enfrentar interdições referentes à atuação feminina nesse domínio creditado aos homens. Questionavam com a “pena”, clichês como o proclamado por Ramalho Ortigão que escreveu no Jornal “Correio de Picos” (9 jun. 1911, p. 3): [...] à mulher não cabia “ser médica, nem filósopha, nem literata” devendo empregar todo “o seu espírito e todo o seu coração em ser unicamente uma esposa e uma mãe” [...]. Desconsiderando opiniões como essa, usaram o espaço público para ensinarem, dar palestras, publicar livros, poesias, opiniões, etc. Para Motta (2003, p, 78), essas mulheres professoras, de posse de um capital cultural institucional:

[...] não se restringiram apenas a criar escolas, dirigí-las, ou ensinar as disciplinas que integravam as suas propostas pedagógicas, mas romperam com **o silêncio**, muito presente na condição feminina (também de sua época), à medida que usaram duplamente **a palavra** em suas trajetórias: **a oral**, enquanto reprodutoras de conhecimento, em sala de aula; e **a escrita**, como produtoras de conhecimento no espaço educacional maranhense.

⁸⁴Nos jornais de São Luís desse período encontramos alusões a nomes de mulheres, que exerciam a docência fora da capital e desenvolviam a função de colaboradoras ou correspondentes de jornais. Joanna Mello, Josuila M. Costa e Aldenôra Rodrigues são exemplos de normalistas que desenvolveram essa atividade.

Como exemplos, as normalistas Laura Rosa⁸⁵, Rosa Castro e Zuleide Bogéa⁸⁶, que assim como outras aqui citadas, destacaram-se tanto no exercício do magistério, assumindo funções de professoras e diretoras em escolas da capital e do interior do Maranhão; quanto no mundo das letras, escrevendo e publicando ou incentivando essa arte.

Traduzir sentimentos, percepções sobre variadas temáticas, em forma de verso e prosa, creditava a muitos homens espaço na imprensa. Mulheres também se apossaram dessa atividade, principalmente do final do século XIX em diante, quando se percebe uma inscrição feminina mais expressiva no universo impresso. “Ouve-se muito mais a voz das mulheres; ou pelo menos vozes de mulheres” (PERROT, 2007, p. 33), abrindo-se de forma mais expressiva, um campo para a sua atuação. Porém ao fazê-lo, “expunham-se”, mais que os homens às investidas dos que se intitulavam senhores do conhecimento beletrista no Maranhão. Laura Rosa ilustra essa situação. Ela escreveu e inscreveu o seu nome como poetisa sendo por isso merecedora de elogios é certo, mas também alvo de hostilidades. Quando começou a publicar as suas poesias, sofreu severas críticas, que punham em evidência o incômodo que iniciativas e projeções, como a que ela chegou a obter, causavam. No jornal “O Condor” (1 mar. 1908, p. 1) encontramos um exemplo dessa situação:

Já há muito tempo que vemos o bondoso Alberto vir sagrando pelas columnas do “Diário do Maranhão” a senhorita Laura Rosa, como o madrigalesco qualificativo de distinta poetisa. Nunca tivemos, porém, a vontade de ler sequer uma das muitas produções, quer em prosa ou verso, que a mesma senhorita, de quando em vez, publica no respeitável decano da imprensa maranhense.

Uma mulher ter a visibilidade em um jornal de grande circulação, como era o “Diário do Maranhão”, despertava preconceitos contidos e algumas vezes escamoteados por falas elogiosas ao “sexo frágil”. O editor (Clementino Júnior) expressava a sua crítica – a uma poesia específica de Laura Rosa, talvez a única lida por ele, intitulada “Sobre os Mares” - como manifestação de competência nesse míster, dizendo que os versos da poetisa eram: deformados; que faltava a eles, sentimento; que a rima era pobre; além de a autora pecar pelos

⁸⁵Encontramos no Diário Oficial do Maranhão (5 jan. 1910, p. 1), na seção de despacho o seguinte documento: “D. Laura Rosa, normalista requerendo que lhe seja expedido o diploma de accôrdo com o respectivo regulamento da Escola Normal, visto ter completado o curso daquela Escola, em outubro último e haver, por motivo de moléstia de se retirar para fora da capital. – Ao Sr. Dr. Director da Escola Normal, para atender na forma requerida”.

Como escritora Laura Rosa assinava também com o pseudônimo “Violeta do Campo”. Ver Motta (2003, p. 63).

⁸⁶Ver: MOTTA, Diomar das Graças. As professoras na política educacional no Maranhão, São Luís, 2003. Nessa obra a autora faz uma pesquisa detalhada sobre a vida e a obra das professoras citadas.

“quebrados e pela impureza de metrificaco”. Independente da incisiva crítica, a poetisa continuou atuando como professora e publicando os seus escritos.

Laura Rosa, além de escrever e publicar exercitou a sua oratória para além da sala de aula. Na Conferência “As Crianças” expôs uma erudição, que em nada ficava a desejar em relação a outros intelectuais do seu tempo. Fosse por etiqueta ou para evitar o melindre, despertando novas e vorazes críticas, iniciou a sua exposição elogiando os homens intelectuais do seu tempo, sem, contudo, deixar de elogiar uma mulher de forma precisa, a poetisa Leonete de Oliveira⁸⁷ dizendo sobre ela: “a meiga e sentimental poetiza que com tanto brilho e *sympatia* se tem feito querida e admirada entre nós todos, a cantora mimosa de tão lindos versos”. Buscou uma mulher como aliada, que da mesma forma que ela transpunha “[...] os obstáculos que durante tanto tempo, impediram seu acesso  escrita, fronteira do saber e da criação [...]” (PERROT, 2007, p. 31). E dando mostras que tinha consciência do que seu ato significava, em meio ao contexto que vivia, pronunciou:

Já se vê, pois, que venho aqui falar como quem... ousa!
Fui bastante ousada... mas, se assim não fizesse, que seria desse velho adágio muito conhecido: quem nunca se aventurou nunca perdeu nem ganhou! (CONFERÊNCIA AS CRIANÇAS, 1909, p. 4).

Na referida conferência ao dissertar sobre crianças, cuidados com educação, higiene, maternidade, aleitamento, poesias e outras questões que demonstravam erudição, ousava, por evidenciar estar de posse, como qualquer homem igualmente instruído, dos referenciais de intelectualidade do seu tempo. Ainda assim, não estava isenta das modelações inerentes a esse contexto, e da influência que a formação de normalista lhe legara, quando escolhia essas temáticas e proferia: “*compete às mães derramarem, no caracter em formação, tudo o que tiverem consigo de bom, de sublime, de grandioso e de altruístico. É a mulher que faz o cidadão, é o cidadão que faz a pátria*” (ROSA, 1909, p. 32).

Palestrar sobre conhecimentos do seu tempo demonstrava que essa consumidora da “cultura dominante”, utilizava-se de estratégias que eram engendradas no cotidiano, para se fazer perceber enquanto mulher, em um espaço que ainda era dominado por homens. A percepção do “ser mulher”, além de passar pela maternidade responsável e educada, passava também, para Laura Rosa, pelos sentimentos encobertos e calados, mas não sem sacrifícios, que a escrita, poética ou não, publicada ou escondida, possibilitava exteriorizar. A poesia

⁸⁷A poetisa maranhense Leonete Oliveira era constantemente elogiada na imprensa e seus versos são encontrados em diversos periódicos de São Luís e de outras cidades do Maranhão, no início do século XX.

assinada com o pseudônimo “Violeta do Campo”, publicado no jornal “O Postal” (26 ago. 1917, p. 3) traduz essa mulher que expunha os seus incômodos através da escrita:

ESSA DOR...

Essa tortura subtil, essa dor muda
Que rasga o peito, o coração esmaga,
Essa mágoa cruel que o risco escuda
Seccando os olhos e escondendo a chaga...

Que vae minando e que transforma a baga
Do pranto em sangue ardente, dor aguda,
Veneno em taça d`oiro que se traga
Sem uma queixa do travo que desnuda,

É mais que dor e é mais que suplício
É maior do que a morte, oh! Mais que a vida
Essa tortura d`alma em sacrifício.

Mas... cuidado, pelo mundo se quizeres
Um coração que supôrte essa ferida
Vem procura-o no seio das mulheres.

Como sofria as ingerências dos discursos que biologizavam condutas sociais, reproduzia a idéia de que o coração feminino era paciente e se emudecia diante de uma forte dor. No entanto, gritava através da sua poesia, e manifestava o “suplício” de ter que suportar essa pesada carga.

Laura Rosa estudou como pensionista da Escola Normal e exerceu a docência em Caxias onde ameahou um grande destaque, estendendo esse prestígio a São Luís como professora e poetisa. Seus versos continuaram sendo comumente encontrados nos jornais que circulavam na capital, de grande ou pequeno porte, e também do interior. A poetisa, através dos versos, descrevia emoções contidas, o que não era incomum para uma mulher, principalmente quando exercia uma função como a de professora. A poesia “Folha”, publicada no jornal “O Coroatá” (19 ago. 1920, p. 1) talvez manifeste esse perfil femimino:

Pobre folha caída, vaes-te embora,
das águas na constante correnteza.
No galho onde viveste; com certeza,
outro rebento vem surgindo agora!

É assim caprichosa a natureza,
pobre folha que desces rio afora,
tira e destróe com a mesma subtileza
que dá, que aperfeiçoa e que vigora.

Inda assim és feliz, ó pequenina
folha, que vaes na lynpha cristalina

inda assim és feliz, concha de orvalho.

Tu não sentes saudades do teu galho.
Não te afligem os momentos inquietos,
tu não tens coração não tens afeto.

Escrever foi atitude que muitas mulheres utilizaram para traduzir o que não podiam ou temiam fazer. Utilizando-se da atividade docente, alvo de elogios nos jornais caxienses da época, e da escrita poética, Laura Rosa expunha um cotidiano que era repleto de tensões e acomodações, equilibrando-se entre atitudes de ousadia, sentimentos e sonhos contidos. Construiu táticas de consumo e engenhosidade, para sobreviver com sua arte, em um meio muitas vezes adverso.

Atitudes como as de Laura Rosa iam se imiscuindo pelo tecido social possibilitando uma politização, em longo prazo, de práticas cotidianas diferentes das existentes em relação às mulheres, encaminhando-se para um sentido que em seu princípio, não era o desejado pelo mais forte (CERTEAU, 2002). Através de operações que simulavam, de forma consciente ou não, a aceitação das modelações, desenvolvia um processamento particular na inculcação das mesmas.

Assim como Laura Rosa, a professora normalista Rosa Castro, também, demarcou a sua trajetória na história educacional do seu tempo. Como professora laureada, obteve muito prestígio à frente de uma instituição de ensino, A Escola Normal Primária⁸⁸, que obteve, ao lado da Escola Normal do Estado, grande destaque na sociedade maranhense. Além da atividade empresarial, administrativa e docente à frente da sua escola, demonstrava ser amante das letras, pois participava como sócia de Sociedades Literárias em São Luís, como era comum às pessoas letradas que habitavam e circulavam em determinados espaços da cidade. O jornal “O Canhêto” (22 fev. 1914, p. 2) nos dá um demonstrativo dessa faceta de Rosa Castro, que não era incomum a muitas normalistas⁸⁹:

Sociedade Literária “Barão do Rio Branco”

Foram propostas e aceitas, sócias efetivas as senhoritas Noemí Souza, Corina Caldas, Francisca Rios, Aurina Valadão Borges, Carmem Pontes, Raimunda Azevedo, prof.^a Rosa Castro, Otamires Santos, Silvana M. Pianchão, Branca Vinhaes, Anna Amélia Vianna Torres.

⁸⁸Foi instalada em fevereiro de 1916 e a publicação do documento de sua fundação em 31 de março de 1916 através da Lei n.º 714. E equiparado à Escola Normal do Estado através do Decreto n.º 44 de 24 de outubro de 1917. Essa instituição contava com um preparatório ou Jardim de Infância, primário e secundário.

⁸⁹Além de Rosa Castro eram normalistas Noemí de Souza (formada em 1914), Aurina Valadão Borges (formada em 1912).

O brilhante romancista Coelho neto em ofício de 22 aceitou o cargo de sócio honorário, agradecendo ao mesmo tempo a atenção, aliás, justa, que teve a sociedade, para com a sua venerada pessoa.

Além de participar dessas associações - o que merecia o devido destaque por parte dos divulgadores desses grupos, por conta da sua situação privilegiada na sociedade ludovicense – Rosa Castro escreveu e publicou “O Livro de Lúcia”, em 1924 (1ª edição)⁹⁰, recebendo notas elogiosas na imprensa. O livro se apresentava dividido em lições que objetivavam construir e solidificar os valores cívicos, morais e religiosos, pertinentes àquela conjuntura. O conteúdo fazia referências à natureza, valores humanos e nacionalistas, não deixando de dar ênfase a questões maranhenses. Inseria-se em um contexto de publicações didáticas, onde havia iniciativas no sentido de passar uma imagem mais aproximada das realidades locais como: as qualidades do clima, geografia, cultura e se constituía em importantes instrumentos de formação escolar, nas primeiras décadas do século XX (MÜLLER, 1999).

Os textos produzidos por Rosa Castro eram sempre voltados para questões educacionais, como bem demonstram editoriais do jornal “A Escola”, do qual fora diretora e editora, que traziam questões condizentes com as expectativas que pesavam sobre uma mulher educada. Porém, de modo sutil, ela também defendia uma instrução onde meninos e meninas seguissem a vida com independência, quando dizia: “[...] as meninas, como os meninos, devem saber conduzir-se com independência, dentro dos limites traçados pela sã moral educativa [...]” (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 171). Ambos deveriam estar sujeitos aos valores morais considerados pela sociedade, devendo seguir um caminho de independência sob os limites desses valores. As diferenças existentes entre homens e mulheres, não incorriam em um, ser superior ao outro como transparece na lição do “Livro de Lúcia” (CASTRO, 1933, p. 69):

Nosso pae e nossa mãe governam a casa. Cada um na sua esphera, tendo uns tantos serviços a seu cargo, dirigem o lar, tratam da manutenção de todos os seus membros, e, sempre de accordo, auxiliando-se com delicadeza e amizade, velam pelo nosso bem estar para que estejam todos sempre alegres e bem dispostos.

Além de expor questões próprias do Brasil e do Maranhão, as lições do “Livro de Lúcia” demonstravam a formação e as intenções da autora, que sem romper com as

⁹⁰Em 1933 foi lançada a 5.ª edição do “Livro de Lúcia” (utilizado por nós nesse trabalho), o que demonstra a importância da obra na formação de muitas gerações de estudantes em São Luís - Ma.

concepções de moralidade estabelecidas, marcavam seu texto com uma perspectiva singular, indicando o que pensava a respeito da forma do homem e da mulher conduzir-se na vida. Manifestava outros desejos e percepções das relações entre as diferenças que marcavam os sexos, que talvez não fossem captados de forma clara pelos sistemas de poder (CERTEAU, 2002).

A iniciativa de Rosa Castro, juntamente com as suas irmãs, de fundarem e administrarem uma escola, sem um substrato de ordem religiosa e sem uma feição doméstica, como era comum no período, demarcou a sua presença no meio escolar estadual, por conta da importância que o colégio assumiu. Filhas de famílias abastadas ou aquelas que com poucos recursos, contavam com o benemérito da diretora da instituição, eram orientadas por essa normalista, que exaltava o valor da educação, como elemento de prosperidade para a vida das mulheres, como registra o jornal “A Escola”:

Remate necessário e indispensável a uma sábia e bem orientada educação doméstica, é a instrução a porta sempre aberta a todos os caminhos da vida, e hoje mais que nunca urge que a mulher se eleve pela força suprema da luz espiritual, a única que a protegerá contra as lutas aspérrimas da vida. (A ESCOLA, 23 nov. 1924, p. 3).

A professora Rosa Castro recebeu deferências da sociedade ludovicense como educadora e foi uma presença marcante em eventos que tratavam de questões educacionais do Estado, sendo uma das figuras de destaque de um Congresso Pedagógico, ocorrido em São Luís no ano de 1920. Os trabalhos apresentados nesse congresso, por homens e mulheres demonstravam conhecimentos e experiências sobre o que, à época, considerava-se como moderno em educação. Além de Rosa Castro, as professoras Hermínia Augusta Soares, que organizou um “Compêndio de Verbos” e Zila Paes⁹¹ que integrava a revista “A Renascença” também participaram ativamente do acontecimento. Essas professoras eram merecedoras do respeito de um meio que reconhecia sua competência, mas, no entanto, rotinizava essa competência por conta de um discurso que naturalizava as suas iniciativas.

Para coroar uma trajetória de autonomia, Rosa Castro ingressou na política partidária como: “candidata a deputada pela União Republicana do Maranhão (URM) pela

⁹¹Hermínia Augusta Soares Ferreira, em 1900 já estava formada, conforme o Ofício de 20.4.1900 dirigido pelo diretor da Escola Normal ao Governador do Estado. Exerceu a docência na Escola Modelo. O Jornal “A Pacotilha” (13 jul.1914, p. 1) anuncia na coluna referente ao “Governo do Estado” uma nota sobre a organização de uma comissão para emitir um parecer: “sobre o compêndio de verbos organizado pela professora Hermínia Augusta, para dizer se é de conveniência a sua adoção nas escolas primárias de São Luís”.

Não foi possível saber o ano em que Zilá Paes se formou, mas, em 1914 foi nomeada como professora normalista para a “Escola Estadual do Bequimão” em São Luís - Ma.

Liga Eleitoral Católica (LEC), disputando as eleições para constituinte de 1935. Convém registrar que ela não foi eleita”. (MOTTA, 2003, p. 23).

A trajetória da professora Rosa Castro foi marcante e inspiradora. Através do seu exemplo, dos seus discursos e das aulas que ministrava, construiu a deferência que recebeu e a referência em que se transformou.

Zuleide Bogéa⁹² também foi um exemplo de mulher-professora, que, sem descuidar das moralidades vigentes, mostrou sorrateiramente a face da atuação feminina nos meios empresariais e intelectualizados maranhense. Foram múltiplas ações dessa normalista habitante de diversos espaços de convívio. Ela, de certa forma, representa uma fusão de muitos dos comportamentos aqui analisados, delineando, como observa Certeau, um cotidiano bricolado, inerente à vida de qualquer pessoa, não sendo diferente com as mulheres normalistas que viveram nesse período.

Zuleide Bogéa envolveu-se com o mundo literário. Circulava em um meio onde a presença masculina era marcante, parecendo fazer isso com desenvoltura, com outras normalistas⁹³, como podemos ler no registro feito pelo jornal “O Ateniense” (2 maio 1914, p. 4) sobre um evento da Associação Literária da qual foi fundadora:

No dia 26, debaixo de uma festa brilhante, que bem sintetizou uma estréia prometedora de um futuro rizonho, inaugurou-se a Oficina João Lisbôa. Estava o teatro São Luiz pleno do que mais culto tem o nosso escol, quando pela prof. D. Zuleide Bogéa foi aberta a brilhante sessão. Presidiu-a o nosso confrade Fran Paxeco, dando-lhe o cunho de uma solenidade rara. Fizeram-se ouvir a professora Ozita Guimarães, que recitou com enfaze o hino ao jornalista de Timon, da lavra do nosso confrade Alfredo de Assis; Romilda Freire, que teceu a biografia do grande maranhense; nosso consórcio Djalma Fortuna que, em nome da nossa sociedade saudou os colegas da novel oficina; Vilella de Abreu, pela (sociedade) Sílvia Romero; José Pinheiro, futuro tribuno maranhense; Cândido Bispo; Antônio Falcão, pelo instituto maranhense, o talentoso confrade de Carolina, Adolfo Medeiros, que proferiu palavras de animação aos seus colegas da João Lisbôa.

À frente desse grupo, uma mulher, que de posse da instrução, não se viu intimidada frente ao desejo de estar em um meio intelectualizado, sendo promotora de ações nesse sentido, pois no jornal “O Imparcial”, o seu nome é citado como presidenta da “Oficina Literária Barão do Rio Branco”:

⁹²“A conclusão do Curso Normal foi em novembro de 1913, entretanto, ela não participou da cerimônia de formatura, juntamente com as dezoito colegas, por se encontrar de luto do pai. Todas as formandas importaram de Paris os cortes para confeccionar os vestidos que usariam por ocasião da cerimônia”. (MOTTA, 2003, p. 27)

⁹³Todas as mulheres citadas na solenidade de inauguração da Oficina João Lisbôa eram normalistas.

Como havíamos anunciado, realizou-se a 2 do andante, nos salões nobres da Oficina Literária João Lisbôa, uma das associações de letras mais em destaque, nesta cidade, a linda serata em regozijo à entrada de 1915.

Pelas 19 horas já era grande a afluência de associados e convidados e às 20 foi aberta sessão pela **prezidenta** Zuleide Bogéa, que convidou o Sr. Prof. Alfredo Fernandes para falar sobre o ano de 1914. (O IMPARCIAL, 9 jan. 1915, p. 1-2) (grifo nosso).

A atuação dessa normalista no mundo literário obrigou o uso de neologismos como o de “prezidenta”, o que já demarcava um diferencial.

A atuação de Zuleide Bogéa é uma demonstração desse mundo relacional que situa as pessoas entre o dito e o vivido, pois, se desenvolvia atitudes que não se enquadravam sobre o que costuma ser dito sobre a mulher no contexto analisado, circulando em um meio acadêmico, com uma forte marca masculina, também, como muitas mulheres do seu tempo, foi uma católica engajada, desenvolvendo trabalhos de assistência social, como observa Motta (2003, p. 28), estando talvez nessa atividade, o cerne de sua atuação política partidária:

Herdou da família a religião católica, se tornando Filha de Maria e, como tal, atuou ativamente, através da participação em congressos religiosos, realizando conferências nos municípios de Caxias e São Luis e nas cidades de Belém, Salvador, Recife, Rio de Janeiro (Jornal Pequeno, 13. 10. 1983). Essa atuação também se estendeu à doação de um prédio à Pia União das Filhas de Maria, destinada à sede e moradia de algumas associadas (idosas de poucos recursos econômicos, sem lar e família), denominado de Lar Mariano, à rua do Sol, esquina com o Beco dos Craveiros.

Além dessas atividades, fundou⁹⁴ e dirigiu o “Colégio São Luiz Gonzaga”, não deixando de exercer a docência. A construção da sua trajetória, envolta entre negociações que revelavam uma extrema habilidade em coordenar a sua movimentação nos espaços autorizados para mulheres e naqueles onde se estabelecia mais tolerância do que uma aceitação tácita revelou mais um item, pois, Zuleide Bogéa também se inscreveu na história política do Estado, sendo eleita candidata para constituinte de 1934, como a primeira deputada estadual do Maranhão (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000).

Outros nomes de normalistas que estiveram envolvidas com a docência, o meio literário e jornalístico, fazendo-se perceber por conta das múltiplas atividades que desenvolviam, explicitando as suas idéias e sentimentos através da “pena”, se manifestaram ao nosso olhar. O jornal “A Semana” (19 set. 1909, p. 4) traz uma evidência dessa vontade feminina de manifestar-se, usando o meio jornalístico:

⁹⁴O colégio foi fundado em sete de setembro de 1920. Ver (MOTTA, 2003, p. 56).

Daqui a poucos dias aparecerá nesta cidade um novo periódico cujo nome pompozo de Rozal receberá.

Será exclusivamente literário, em belíssimo formato, dedicado à mulher maranhense, sob a direção de nossa distinta confrade Hevilda Bottentuit do “Congresso de Letras”, e auxiliada por outras talentosas cultoras do verso e da proza sonora e doce.

O Rozal será um foco de luz, porquanto aqui jamais houve coiza igual, porque essas moças são dum indiferentismo burguez ás coisas da inteligência de meter medo...

Não sabemos da continuidade ou não desse jornal dirigido por Hevilda Bottentuit⁹⁵, pois só encontramos sobre ele, esparsas referências. Talvez como muitos que apareceram em São Luís no início do século, tenha tido uma vida breve.

A “Revista Renascença” também foi parte dessas iniciativas que envolviam mulheres que de posse de um capital cultural institucional e familiar, passavam a integrar o universo beletrista ludovicense. Encontramos no jornal “Diário do Maranhão” (21 jan. 1911, p. 1) o registro dessa existência⁹⁶:

Na próxima semana circulará o segundo número d’ “A Renascença”, com farto sumário em prosa e verso.

Trará colaboração de Alba Valdez, Públio Mello, Francisca Montenegro, João Henrique, Raymundo Mendes, Laura Rosa, Carlos Rubens, Affonso Costa, Nogueira Coelho, Zila Paes e Hevilda Bottentuit.

A referida revista congregava colaboradores homens e mulheres, apontando para uma convivência que não conseguimos alcançar. Seriam colegas, partícipes de um projeto literário que não considerava desequilíbrios intelectuais entre homens e mulheres, tornando esse espaço rico por conta do cruzamento de muitas ações. Ou funcionavam em unidade polivalente de programas onde eram possíveis tanto proximidades contratuais como conflitos (CERTEAU, 2004). De certo, só sabemos que homens e mulheres atuaram juntos, além de parecer pelos registros, que a revista tinha projeção e que os colaboradores e colaboradoras, relacionavam-se bem com os poderes políticos locais, conforme podemos ler nesse fragmento do Jornal “Diário do Maranhão” (27 fev. 1911, p. 1):

Ultimam-se os preparativos para a grande manifestação de apreço ao Dr. Luiz Domingues, a realizar-se na próxima quarta-feira, em comemoração ao primeiro aniversário de s. exc. no governo do Estado.

⁹⁵Hevilda de Lima Bottentuit é citada pelo Jornal Paladium (14 out. 1910, p.1) como aluna da Escola Normal.

⁹⁶Durante a pesquisa não encontramos nenhum número dessa revista, só alusões à mesma.

Nesse dia pela manhã, circulará a edição especial da “Renascença”, trazendo colaboração de Frederico Figueira, Dr. Barbosa de Godóis, Dr. Georgiano Gonçalves, Domingos Barboza, Desenbargador Tasso Coelho de Souza, Dr. Almeida Nunes, Laura Rosa, Alba Valdez e outros.

A revista, ao contrário de muitos periódicos maranhenses que não passavam dos primeiros números, teve uma existência longa, para os padrões da época, pois, o jornal Correio de Picos de vinte de fevereiro de 1913 (p. 2), ou seja, três anos depois de ser lançada, acusa o seu recebimento.

D. Firmina do Amaral Cardoso em Flores (atualmente Timon), também fez parte desse grupo de mulheres que escreveram a história do percurso feminino, pelo mundo jornalístico no Maranhão. Ela integrava, juntamente com José de Moura Costa, Albérico Cícero C. Lima - também entre homens – a equipe que redigia o jornal “O Trabalho”. Além dessa função, exercia a docência como nos aponta esse registro:

A instrução certamente há de melhorar, acontecendo que vai sendo tratada com todo o desvelo pelo Estado e pelo Município, os quais mantêm aqui duas escolas regidas – a 1^o. pela distinta normalista d. Firmina do Amaral Cardoso e a 2^o. que funciona em prédio próprio, pelo illustrado moço Alberto Cícero Correia de Lima que tem todos os preparatórios exigidos para o curso de direito. (FLORES, 28 mar. 1906, p. 1).

Para uma professora com o diploma de normalista, esse distintivo era suficiente, para os que não podiam ostentar esse título, fazia-se necessário dispensar maiores apresentações.

Os textos de muitas professoras normalistas ilustraram as páginas dos jornais da capital e do interior. Porém, a identificação é dificultada, pois, muitas não assinavam seus textos ou o faziam com o uso de pseudônimos. Apesar desses subterfúgios, algumas infligiam essa ordem e mostravam a escrita marcada com os seus nomes. Idéias e sentimentos eram suficientemente importantes, a ponto de merecer que se arriscassem por trilhas e zonas quase proibidas, como fez Lourdes Bontentuit⁹⁷ no jornal “O Sertão” (18 jul. 1928, p. 2):

O FRUTO DO LOTUS

Ao corajoso andarilho Sevirino Moura

O viajante partiu... levando na lembrança
o seu lar tão distante de encantos florido.
Suavisando as saudades a doce esperança
de cedo reaver o passado perdido.

⁹⁷Em 1922 cursava o 3^o ano do curso normal, conforme o Diário Oficial do Maranhão (4 out. 1922, p. 4).

No país dos lotaphages, por gentil creança
o saboroso Lotus foi-lhe oferecido...
Ao provar-lhe o sabor no esquecimento lança,
a esposa distante e o seu paiz querido

Para mim teu amor é Lotus almejado...
elle apagara a lembrança do passado
Que me fez a dor da saudade conhecer!

Mas... tua indiferença o traz inatingível...
A minha alma, coitada! Magoada e sensível
sofre por contemplal-o e não poder colher!...

Para os poetas ou simples fazedores de versos, coisa muito comum na “Atenas Brasileira”, falar de amores ou paixões não causava estranhamento, porém, para uma mulher, isso se constituía uma ousadia. O texto feminino predominante nesse contexto sublimava o amor maternal e filial, a natureza, a religião, a pátria e a amizade, o que não invalidava a busca, por parte dessas escritoras, de visibilidade num universo relacional, que não identificava de modo corrente, intelecto e intelectualidade com o sexo feminino, como ainda é comum na historiografia maranhense, marcada por um perfil de intelectual específico e geralmente do sexo masculino.

Para além da participação das normalistas, nos diversos empreendimentos citados neste trabalho, existia o exercício da função, para qual haviam se formado. E nesse sentido, as normalistas vão ter uma expressiva atuação. Como professoras ou diretoras na capital ou no interior do Maranhão elas solidificaram uma ordem, no mundo do trabalho, que possibilitava o afastamento consentido da mulher, de casa para trabalhar fora, como Freitas (2003, p. 37) observa:

As Escolas Normais constituíram um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres. A possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização de independência social e econômica.

Essa profissionalização que poderia conjugar independência, sobrevivência e aceite social, foi uma conquista possibilitadora de outras. Ser professora normalista tornou-se uma referência operando-se uma mudança na forma de se perceber uma mulher que carregava esse título, na esfera do trabalho e da vida familiar, no início do século XX no Maranhão.

3.4 Cotidianos profissionais

As normalistas, ao se formarem, seguiam diferentes caminhos. Algumas casavam e não chegavam a trabalhar como professoras; outras exerciam a docência e não chegavam a contrair matrimônio, e havia aquelas que conciliavam as duas opções.

No caso de exercerem a docência, não seguiam também uma mesma trajetória. Escolas públicas municipais ou estaduais, na capital ou no interior, escolas particulares e aulas particulares em domicílio, ou ainda, o somatório de algumas dessas atividades, eram os meios que possibilitavam exercício profissional.

As escolas primárias, criadas em maior quantidade nas primeiras décadas do século XX, iam se constituindo em campo de atuação das normalistas, principalmente na capital, local onde se desenvolveu o exercício profissional das pioneiras⁹⁸ que se formaram na Escola Normal do Maranhão, conforme relata Fran Paxeco através dos Anais do Congresso Pedagógico de 1920 (p. 561), ao traçar um histórico da educação do Maranhão:

A Lei n. 121 de 4 de maio – 1895, criou a primeira escola estadual com o título de – primeira cadeira da capital, compreendendo os 1º. e 2º. distritos. Proveu nela, em 27 de novembro daquele ano a prof. Neoménia de Oliveira Gandra, que assumiu o cargo a 14 – março de 1896. Na segunda escola, abrangendo os 3º. e 4º. distritos, ficou a prof. Rita Florestal de Souza Lima Lisboa, nomeada e empossada nas mesmas datas. A lei n. 248, de 20 – março -1900, fundou a terceira escola, denominando-a – escola mista do bairro da Currupira, assumindo o lugar em 30 desse mês e ano, a prof. Genoveva Ribeiro da Cunha. Para a quarta, instituída nesse ensejo, e que estabelecia uma escola mista no bairro de S. Pantaleão, nomeou-se a prof. Joaquina Amena de Souza Pereira Lima; para quinta idem, escola mista do Desterro, Prof. Maria de Albuquerque Coqueiro; para a sexta, idem, escola mista no parque Quinze de Novembro, prof. Luzia Emiliana Pereira de Castro.

Além das professoras citadas por Fran Paxeco, outras pioneiras como Hermíndia Augusta Soares Ferreira e Apolônia Justina da Silva Ferreira⁹⁹, vão solidificando a imagem da normalista capacitada pelo curso normal para ensinar.

A formação em um curso profissional possibilitou a ampliação da atuação de mulheres como professoras também na Escola Normal. Se antes atuavam somente nas

⁹⁸Neoménia d'Oliveira Gandra, Rita Florestal de Souza Lima Lisboa, Genoveva Ribeiro da Cunha, Luzia Emiliana Pereira de Castro, segundo Fran Paxeco (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, p. 384), estão entre as primeiras a receberem o diploma de normalista pela Escola Normal do Maranhão. Já Joaquina Amena de Souza Pereira Lima e Maria de Albuquerque Coqueiro são citadas em uma lista que contém o título de “Normalistas Colocadas” em meio aos documentos de 1910, na seção de documentos avulsos da Escola Normal no APEM, na caixa referente aos anos de 1909 a 1910.

⁹⁹Essas duas professoras também estão entre as normalistas pioneiras que atuaram na capital, além de ambas ensinaram na Escola Modelo.

disciplinas de Prendas Femininas, Línguas Estrangeiras e Caligrafia agora o título lhes permitia o exercício em disciplinas que até então eram de domínio masculino, (mesmo que em princípio fossem apenas substitutas) a exemplo de Maria do Carmo das Neves Teixeira¹⁰⁰ professora laureada que assumiu em 1909 a disciplina Mineralogia, Química e Física; e Nilza Barbosa de Godóis, também laureada que em 1914 substituiu o professor Luiz Ory, na regência da disciplina História do Brasil e Maranhão (1912). Sobre Nilza Barbosa de Godóis cabe ainda considerar que, diplomando-se, em 1910, como laureada, no ano seguinte já era professora na Escola Modelo. Foi paraninfa da turma que se formou em 1912 e ainda desenvolvia a atividade de Procuradora das “Damas de Assistência”¹⁰¹, sociedade com fins filantrópicos existente na capital. Mesmo depois da desativação da Escola Normal, continuou como professora do curso normal ministrando a disciplina Pedagogia. Essas professoras, assim como outras, abriram espaço para que outras mulheres ocupassem diferentes postos de trabalho, possibilitando uma autonomia financeira mais expressiva, e evidenciando mudanças que começavam a se processar no meio educacional ludovicense.

A Escola Modelo, por ter sido um campo de exercício das normalistas, tornou-se um espaço prioritário da ação dessas professoras. Foi até 1910, extensão da Escola Normal, inclusive sob o aspecto administrativo, e contava com um quadro expressivo das egressas da Escola Normal. Por ser uma referência educacional do Estado, as professoras que ali ministravam o ensino tornavam-se, também, referências profissionais chegando, quando necessário, a substituir professores(as) da Escola Normal.

A demanda de professoras(es) aumentava por conta do grande número de pessoas que necessitavam de ensino e devido à criação de escolas por quase todo Estado. O Secretário do Interior, Demosthenes Macedo, em relatório do ano findo de 1917, enviado ao Governador do Estado (Coronel Antonio Brício de Araújo), sobre a questão escolar no Maranhão, cita a Escola Modelo e mais “172 escolas isoladas, sendo 16 na capital e as restantes distribuídas pelos demais municípios do Estado”, atestando a necessidade de se investir na formação de docentes.

O espaço de atuação dilatava-se principalmente para as professoras que tinham o centro da sua atuação no ensino primário, grau que mais se ampliava, no quantitativo nesse

¹⁰⁰Foi aluna pensionista e diplomou-se em 1906. Sendo ainda professora da Escola Modelo e substituiu o Dr. Justo Jansen Ferreira, em 1910, durante o período de licença.

¹⁰¹As Damas da Assistência promoveram “o festival das creanças pobres” com a distribuição de “mimos de natal”. Na ocasião emitiram uma nota de agradecimento no Jornal “Correio da Tarde” (18 jan. 1912, p. 1) ao Governador, ao Intendente, aos comerciantes, aos familiares e à imprensa por ter feito a divulgação do festival.

contexto, juntamente com o discurso da necessidade dos modernos métodos de ensino. Ambos eram necessários para que se cumprisse a função de bem educar o povo.

Com ampliação de docentes e de possibilidades de trabalho, foi aumentando, com o tempo, o deslocamento de normalistas para o interior do Estado. Fosse por carência de vagas na capital, pela condição de pensionista, pelo desejo e necessidade de exercer a profissão ou por terem interesses em lecionar em locais onde tinham familiares, essa demanda efetivou-se como evidencia o Governador Herculano Nina Parga:

O êxodo que por meio tempo se realizou do interior para a capital, justificava-se pela falta de escolas ou de professores.

Foi das melhores as impressões que recebi nas excursões que tenho feito, principalmente Vianna, Penalva, Barro Vermelho, Victoria e Arary, ao verificar o interesse das professoras e da população em geral, pelas casas de ensino.

Porque se sentem mais garantidos com a atenção que lhes dispensa o governo, ou pela concorrência annual de maior número de diplomadas, já estas procuram ser providas em cadeiras das villas e cidades do interior e até de povoados igualmente importantes. (Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em 5 de fevereiro de 1916).

Esse deslocamento para o interior, que já vinha ocorrendo antes mesmo desse ano, era para Barbosa de Godóis - em correspondência de 30 de dezembro de 1910, enviada ao Governador Luis Domingues – resultante de uma mudança de comportamento na forma das mulheres perceberem a docência:

A nossa sociedade compenetrrou-se desde alguns annos, da nobreza da carreira do magistério e a mulher maranhense, inteligente como é, reconhece que fora da esphera tranqüila do lar, há uma outra tão nobre e tão santa, como essa em que ella pode desenvolver a sua preciosa actividade, tomando uma parte mais vasta na obra meritória da civilização de nossa terra, por meio do ensino à infância e à adolescência.

Com effeito, o importante problema do preparo da geração que aponta para a luta pela existência mais tarde, está intrinsicamente preso às Escolas Primárias, regidas por normalistas, que a ellas levam orientação moderna do ensino, aparelhando por esse modo, em cada um dos seus discipulos um elemento vigoroso do progresso do torrão natal.

Apesar do otimismo do diretor com relação ao bom encaminhamento da docência, cabe considerar que ela se mostrava bastante precária na maioria das escolas do Estado. Eram muitas as reclamações de professoras sobre as dificuldades, o que vai ser atestado pelo próprio Barbosa de Godóis, quando dois anos antes desse pronunciamento entusiástico, relata

ao governador as dificuldades que impossibilitavam a aplicação dos decantados modernos métodos de ensino:

È lamentável que, lotando os institutos de que trato com quadro referido, dos meios de neles poder ser efetivado um ensino racional e inteligente, pois se acham muitos delles privados dos móveis necessários para a acomodação dos respectivos alunos. A excepção das três escolas desta capital, da de Flôres e dos Grupos escolares do Rosário e S. Bento que tem uma mobília regular, as outras escolas sujeitas a essa directoria não dispõe de mobília alguma apreciável de propriedade do Estado, conforme as informações, e reclamamos que me são transmitidos pelos respectivos professores. Os Grupos Escolares daqui têm umas bancadas em parte inservíveis, sucedendo o mesmo às escolas do Anil, que tem trez bancadas, seis bancos e oito cadeiras, e de São José de Riba-Mar, que tem apenas cinco bancos e não possui bancada alguma.

[...]

Remetendo o material didáctico em épocas diferentes, conforme se iam dando as nomeações das professoras nas escolas a que foram sendo destinadas, nem todas tiveram por igualdade todos os objetos para o seu serviço, tiveram, porém, o que era de maior importância, menos a de Codó, que não me foi possível prover senão das poucas peças que nella existem, por já estarem com destino à escola de Pinheiro, os volumes que estavam em depósito, logo que se efetuasse a esperada transferência para ali da professora do 1.º ano da Escola Modelo “B. Leite” D. Luzia de Castro Freitas. (Relatório do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado, 1908)

Cabe salientar que manifestações de denúncias a respeito desse assunto, vão ter continuidade em anos subseqüentes. Boas condições de trabalho que incentivassem o desenvolvimento das novas metodologias eram raras e dependiam de considerações feitas pelo poder vigente sobre a importância do município e das pessoas que iam ministrar aulas nesses locais. Embora isso não impedisse o afluxo de normalistas para diversas cadeiras do magistério no interior do Estado, fazia com que o bom ou mau encaminhamento do ensino ficasse quase que totalmente, sob o encargo de quem fosse ministrá-lo. Por conta dessas e de outras situações, inerentes à história de vida de cada professora(or), a obtenção de vagas fora da capital, não parecia ser difícil, de acordo com os relatos que se seguem:

Era mais fácil principalmente para o interior. Não tinha condições e nem tinha professores suficientes e as professoras não queriam vir para o interior, só as pessoas que eram mesmo do interior. (Esmeralda. 24.2. 2008)

Eu fui registrar o meu diploma, ai uma senhora perguntou se eu era professora e disse que sim e ela disse: - você que ir para Codó, ai eu pensei... é a terra do governador, não deve ser muito ruim, ai eu aceitei. (Ônix. 27.2.2008).

Eu fui para Agostinho. É um lugarzinho que tem em São Bento, ali pro lado de Macapá, Peri-Mirim. Trabalhei em Vargem Grande, Monte Alegre, atual Timbiras, Manga, é Nina Rodrigues hoje.

As vezes muitas queriam era ficar aqui, na capital, principalmente as filhas de gente rica que tinha dinheiro, elas não iam para o interior, quem iam eram as pobres. (Pérola. 4.12.2007).

As condições sócio-econômicas das egressas da Escola Normal integravam as negociações que se processavam com relação ao trabalho e ao meio onde o mesmo ia ser desenvolvido. Trabalhar na capital, ir, permanecer ou voltar do interior para a capital era parte desse mundo de negociações que pareciam ter o intuito de garantir um espaço no magistério público como nos esclarecem as depoentes:

As pessoas trabalhavam lá no interior. Depois de um certo tempo vinham para cá (capital). (Pérola. 5.12.2007).

Eu trabalhei um ano e meio lá (em Codó). Eu tive sorte porque um senhor de lá foi nomeado Secretário de Educação e eu era muito amiga da filha dele e eu pedi para ela pedir para o pai dela me transferir para São Luís. (Ônix. 27.2.2008).

Normalistas usavam diversas formas de negociações para obter o desejado, tentando não fugir da lógica moral e política costumeira. No caso de exercerem a profissão no interior, quando iam para regiões desconhecidas, enfrentavam muitos desafios, a começar pela viagem, dificultada por conta da distância, das precárias condições de transporte, estradas ou caminhos que interligavam os diversos municípios do Estado, como podemos observar nos relatos das entrevistadas “Pérola” e “Esmeralda”, respectivamente:

Não chegava a dois dias (de São Luis para Vargem Grande). Era a cavalo. Passava (dois dias), era de acordo com tempo, quando chovia, tinha que parar para depois continuar.

Eu andava sempre a cavalo, lá uma vez... era de trator, mais o normal mesmo era cavalo... era burro.

Para São Bento, era de barco. Quando a maré não era muito boa, a gente dormia na ilha das pacas... eu gostava dessas viagens. (Pérola. 5.12.2007).

E... não tinha transporte, eu viajava cinco dias a cavalo daqui (Humberto de Campos), para lá (Magalhães de Almeida). (Esmeralda. 24.2.2008).

As dificuldades nas viagens também se repetiam com relação ao transporte fluvial e marítimo, feito principalmente à vela, muito comum no período, o que tornava o percurso demorado e sujeito às intempéries do clima.



Foto – 3 – Normalista em uma de suas viagens com colegas de trabalho.
Fonte: BATISTA, Luciana Ramos. **Arquivo pessoal**, 1945.

Com relação aos domicílios e mudanças de localidades por conta do trabalho, a vida profissional da normalista poderia seguir dois caminhos: ser nomeada para um local de acordo com os seus interesses e lá permanecer, ou vivenciar sucessivos deslocamentos¹⁰², até que chegasse a uma localidade mais conveniente à sua sobrevivência, podendo tanto ser a capital, como outra cidade, onde residissem familiares, uma vez que morar distante da família implicava dificuldades com moradia, e com o equilíbrio entre salário e despesas. Portanto, situações, como a descrita a seguir na Correspondência da Secretaria do Interior, em 1917, não foram incomuns ao cotidiano de trabalho das normalistas:

Escola Mixta Estadual de Monte Alegre, 2 de julho de 1917.
Ao Ilmo. Snr. Dr. Secretário do Interior do Maranhão.

Maria das Dores Almeida Tavares, professora pública da escola mixta de estadual de Monte Alegre, município de Codó, transferida para a povoação Araçagy, districto da Villa do Paço, communica a V. Exa., que deixa aos cuidados do Snr. Capitão Agostinho José Lindoso, M. D. chefe político nesta localidade, os objectos pertencentes a esta escola, citados na lista, para serem entregues ao Snr. Promotor Público, Delegado Escolar do Termo de Codó!

¹⁰²Essa situação não se evidenciava com a mesma intensidade, com relação às professoras leigas, pois elas geralmente eram escolhidas entre as pessoas do município consideradas capazes de assumirem essa função.

Eram muitas as situações gestadas, a partir de uma nomeação¹⁰³: Almerinda Costa Rodrigues formou-se em 1910 e foi imediatamente nomeada para a cidade de Brejo e até 1919 ainda permanecia na mesma cidade. Henriqueta Souza Álvares dos Prazeres, em 1909, estava no 5º. Ano do curso normal em 1910, requereu o exercício da cadeira mista (antes feminina) de Barreirinhas e até 1914, até aonde foi possível acompanhá-la, ainda permanecia nessa localidade. Nesses exemplos, ao que parecem, as nomeações correspondiam aos interesses dessas professoras, pois quando do contrário, não costumavam demorar-se mais do que dois anos - o que não era uma regra - como o caso de Carmem Monteiro da Silva, normalista que em 1917 foi transferida de Anajatúba para Cururupu e em 1919 estava na capital; e Maria da Pureza Torres (diplomada em 1907) que na condição de pensionista, estava mais sujeita às necessidades do Estado, mudando diversas vezes de domicílio. Foi em 1908, como auxiliar em São Bento, em 1914 estava na capital e 1919 foi para Grajahú, até aonde foi possível acompanhá-la.

Administrar condições de trabalho e moradia como já foi dito, foi parte dos desafios que as normalistas - muitas vezes logo após a formatura com 17, 18 ou 19 anos - enfrentavam. As difíceis condições materiais das escolas, desprovidas do mínimo para o funcionamento das aulas, fazia dessas professoras, articulistas da busca de meios que alterassem o quadro de dificuldades que não raro se deparavam. Nas correspondências enviadas à Secretaria do Interior, entre os anos de 1908 a 1925 foram constantes os apelos (petição) por materiais, indispensáveis ao bom encaminhamento da instrução, como o que foi feito pela normalista Henriqueta Souza Álvares dos Prazeres, escolhida por nos dar uma imagem mais nítida da situação de precariedade da maior parte das escolas do interior do Maranhão, e da forma expressiva com que essa professora manifestou-se para exigir do Estado uma atitude:

Escola Mixta Estadual da Villa de Barreirinhas, 3 de março de 1915
Exmo. Snr. Dr. Secretário do Interior

Em obediência à portaria e V. Exa. n. 96 de 23 de janeiro do anno corrente, passo às mãos de V. Exa. o incluso mappa de freqüência e grãos de aproveitamento obtidos pelos allumnos matriculados nesta Escola durante o mez de fevereiro recém findo.

Aproveito-me a occasião para pedir a V. Exa. o fornecimento dos objectos constantes da relação anexa dos quaes tem grande necessidade a Escola a meu cargo. Há cinco annos que venho fazendo este pedido e não raras vezes Exmo. Sr. o “Diário Oficial do Estado”, na parte que tracta dos actos do governo, tem publicado despachos autorisando o fornecimento, sem contudo, ser aviado o meu pedido. Ao

¹⁰³ Ver quadro da p. 75 a 77

assumir o exercício de meu cargo nesta escola, nenhum livro ao menos, encontrei para fazer a respectiva escripturação e nesse ponto tem se conservado. Para não prejudicar a marcha do serviço tomei a resolução de preparar pequenos cadernos aonde vou fazendo a matricula, freqüência e grão de aproveitamento de cada aluno. Passando ao material didactico, nada existe na escola, senão seis carteiras e seis bancos cuja data e construção syndicando-me bem ainda não conheço. Mappas quer geográficos, quer para o ensino de História Natural, nenhum possui esta escola de forma que a professora é obrigada a contrariar as leis da pedagogia moderna, o que muito dificulta a instrução. Constantemente vão para capital creanças matricularem-se na “Escola Modelo” porque seos paes cõscios do maior e desenvolvimento que ellas ahí terão, sugeitam-se às maiores despezas, justificando esse acto em ser a instrução no interior contrária a todas as regras da pedagogia. Os professores soffrem as maiores acusações quando no fim do anno lectivo, certa creança não demonstra aproveitamento; dizem os pais à professora que essa creança teria melhor aproveitamento se tivesse na “Roça”... felizmente agora todas essas dificuldades irão desaparecer pois V. Exa. está na pasta que abrange a Instrucção Pública e conhecedor como é da Instrucção do Interior, de certo tomará em conta essa **minha sincera exposição** e mandará fornecer os objectos que venho pedir. (grifo nosso).

A professora denunciava e pedia, demonstrando ter percepção apurada sobre o encaminhamento das questões públicas, além de conhecimentos sobre o que era considerado como ideal para a aprendizagem, com qualidade. O cabedal que o curso normal dava tornava as normalistas – não tomando isso como regra sem exceção - mais atentas em relação às dificuldades, levando-as a assumirem um tom mais exigente nos pedidos que enviavam às autoridades. O documento também é revelador das dificuldades enfrentadas, por conta das condições sócio-econômicas da população, de determinadas localidades. Em pedidos de materiais vislumbramos inclusive descrições das difíceis condições sanitárias dos municípios e do espaço escolar. Problemas eram também evidenciados através da resistência de pais para encaminharem os filhos à escola. E essa situação que podia significar um desencontro entre o modelo escolar que se estabelecia e o cotidiano da maioria dos alunos, acabava sendo lido de forma muito própria, pelos propagadores do ideário educacional que se expandia no Estado, como bem demonstra o jornal “O Rosariense” (11 jul. 1903, p. 4):

Quanto ao se dizer que alguns professores do interior, se descuidam do cumprimento do seu magistério, para empregar o tempo em outro míster, a quem cabe a culpa? Onde estão os delegados escolares e mais autoridades? Para esse mal, pois, há remédio. Mas o peor mal parece ser justamente um citado pelo articulista d’O Rosariense – o que parte os paes das creanças.

Aqui, nesta povoação, a maioria dos pais ou pessoas, que têm meninos na eschola julgão fazer um favor aos professores e parecem desconhecer o grande benefício que do nosso governo recebem. É obrigação dos professores, no fim de cada mez extrahir um mappa, nelle registrar o motivo porque deixou o alumno de freqüentar à aula; os paes são encarregados do motivo da falta, conforme determina o Regulamento Escholar; mas é ao contrário; o professor para poder satisfazer essa obrigação, tem de ir de casa em casa perguntando aos paes, porque o filho não foi à Eschola. Por uns é recebido com atenção, e por outros com grosseria; allegando

muitos que o governo não lhes dá o que comer, e precisam que os filhos pesquem ou trabalhem na roça, e outras cousas mais.

As professoras tinham que criar possibilidades em um universo de adversidades, pois, além das dificuldades materiais que pais e responsáveis enfrentavam para manter a instrução dos filhos e das difíceis condições da maioria dos espaços instrucionais, a escola era tida como um instrumento que lhes retirava mão-de-obra da roça ou de outras atividades comuns à sua manutenção.

Formadas para desenvolverem a instrução, as professoras viam-se tolhidas pelas condições materiais e sociais que envolviam o seu trabalho, levando-as ao enfrentamento desses problemas, fosse apelando ao Estado, que, em se tratando de escolas públicas, era legalmente o seu mantenedor, fosse buscando alternativas junto à comunidade, dispondo muitas vezes da mobília particular para a efetivação da “missão” de instruir.

A percepção sobre as insuficiências do sistema educacional decorria também dos referenciais teóricos adquiridos na formação, levando-as a experimentarem a uma situação de estranhamento em relação à realidade com que se deparavam na maioria das vezes. Mas, apesar das ingerências, normalistas, independente da forma que obtinham a nomeação, estavam impregnadas da idéia da autoridade e da competência e eram convocadas a desenvolverem ações que pudessem influir no encaminhamento de questões escolares, que não raro, extrapolavam as “paredes da escola”. Essa peculiaridade dava-lhes destaque, no meio em que trabalhavam como observa o governador Herculano Parga:

O funcionamento das escolas tem sido regular e é sensível o aumento da matrícula e freqüência. Attribuo este facto ao preenchimento das cadeiras por maior número de professoras normalistas, cujo magistério attrahe mais aos escolares, porque lhes transmitem ellas, mais suave e habilmente, os conhecimentos que procuram. (Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão em 5 de fev. de 1916).

No seu depoimento, Ônix (27.2.2008) confirma esse diferencial que parecia demarcar a prática pedagógica de muitas normalistas:

[...] Não estudei com professor leigo, só formado.

[...] graças a Deus, nessa época professor não dava mais bolo em aluno. A gente é que dava. Na escola do estado eles davam um cartãozinho. Então eu ganhava o cartão do colégio e os outros colegas, por causa disso ficavam com raiva e queriam me bater.

[...] Eram umas fichas que a gente ganhava e depois contava pra saber quanto tinha e eu sempre tinha o maior número de cartão.

As demonstrações de atuações diferenciadas manifestavam-se também, na reação que muitas esboçavam ao se depararem com as carências que acometiam as escolas em que iam desenvolver o seu trabalho, conforme podemos observar na petição¹⁰⁴ que segue:

Escola Mixta da cidade de Brejo, 1º. de março de 1915
Ilmo. Snr. Dr. Bento Moreira Lima, meu digno Secretário do Interior.

[...] A freqüência hoje foi de 44 meninos, há! Que doloroso, porém, não é ver-se um sem número destas pobres criancinhas de pé, durante as longas horas de trabalho! Quando no dia 10 de abril de 1911*, recebi apenas três velhos bancos quebrados e de então para cá tenho pedido providências, no sentido de serem fornecidos os materiaes necessários à escola, mas nunca consegui ser attendida. É excessivo o meu trabalho diário, visto a grande freqüência, e que dia a dia se vai tornando maior, mas nada seria elle, se eu tivesse para auxiliar-me os materiaes indispensáveis, pois muito me facilitaria o trabalho um quadro negro, que me permitisse ministrar o ensino à classe, em vez de fazel-o à cada alumno de per si. Um mappa – mural tornaria menos árido o ensino de geographia, mas **não há nada, nada**. Nem siquer um relógio que regule as horas de trabalho, nem um livro para matrículas ou notas diárias, sendo as minhas notas tomadas em folhas esparsas. (grifo nosso).
Dirigindo-me agora a V.Exc.^a confio no vosso alto valor patriótico, no mui que vindes fazendo em prol de nossa amada terra, que não deixareis de tomar interesse pela causa das minhas pobres crianças e providenciareis a fim de que me sejam fornecidos os materiais constantes da nota juntos, que vai subscripto pelo delegado escolar.

Saúde e Fraternidade

*Quando assumi o meu cargo.
Almerinda Costa Rodrigues
Professora Normalista

A correspondência de professoras(es), com a Secretaria do Interior é um rico acervo sobre as condições de trabalho das egressas do curso normal que se deslocavam para o interior e também das denúncias feitas por elas, a respeito das deficiências com que se deparavam, exigindo por conta disso, atitudes do poder público, com pedidos sistemáticos de material didático, de expediente, vigilantes e até mesmo de professoras normalistas ou adjuntas, no sentido de viabilizar da melhor maneira o trabalho escolar. Demonstram, além desses dois aspectos, as adversidades entre a realidade do exercício profissional e a formação da normalista, ou seja, o curso normal desenvolvia uma metodologia e difundia um conjunto de teorias que estavam em desacordo com o meio sócio-econômico e cultural vigente, impedindo ou dificultando um exercício criativo da docência.

Outro enfrentamento comum no universo dessas professoras nomeadas para localidades distantes da casa da família era o item referente à moradia. Além do cuidado com a moral e os bons costumes, associava-se a esses itens, a questão econômica. Para uma mulher

¹⁰⁴ No mesmo documento consta que a petição foi atendida.

morar fora da casa dos pais naquela conjuntura, era necessário ter cuidado com a sua conduta. Primeiro agir de modo a preservar-se moralmente. Segundo pensar no orçamento, pois, em se tratando de realidade econômica, a docência enfrentava dois problemas: o valor do salário que não era suficiente para uma vida de grandes posses e os sistemáticos atrasos denunciados através de diversos documentos do período.

Só sob algumas condições, como a viuvez, é que se admitia sem resistências uma mulher morar sozinha, como no exposto no relatório produzido pelo Inspetor da Instrução Pública, José Silvestre Fernandes, em 1924¹⁰⁵, na parte referente ao município de Flores (atualmente Timon)¹⁰⁶:

Os poucos móveis existentes são de propriedade da professora.
É professora da cadeira D. Hilda de Moreira Ferro Costa, normalista pelo Estado do Pará, 36 anos de idade, viúva, 4 meses de exercício, bôa saúde. É auxiliada pela adjunta D. Dinorá Ferro Valle, normalista pelo Estado do Piuhy, 16 anos de idade, solteira, 3 meses de exercício, bôa saúde. Rezidem ambas no prédio escolar e são bem conceituadas pela população.

A vida pessoal das professoras, a conduta comportamental interferia na avaliação do trabalho e podia afastar os alunos, se a escola estivesse sob a responsabilidade de uma pessoa que não fosse bem conceituada pelos pais de família, de uma determinada localidade. Conforme denuncia o inspetor no relatório (1924), quando fala da professora da Escola Mista de Itapecurú:

A professora D. Zulmira Sancha da Fonseca, normalista, de 44 anos de idade, 14 de serviço, solteira, aparentando bôa saúde tem uma auxiliar adjunta D. Thereza Augusta Bandeira de Mello, professora de concurso, de 58 anos de idade, 28 de serviço, solteira e bôa saúde.

A professora reside no prédio escolar e não goza da confiança dos pais de família, o que bem demonstra a diminuta matricula e a peor freqüência de sua escola.

Não foi esclarecida no relatório, a razão dessa falta de confiança, no entanto, ele evidenciava a vigilância que integrava o cotidiano de professoras, que ao assumir essa função mantinham uma identidade comum entre o trabalho e as outras esferas da sua vida, como observa Müller (1999, p. 111), estando por isso sob constante vigilância:

¹⁰⁵ Nesse relatório encontramos informações detalhadas sobre as escolas, o município e as professoras. Sobre essas últimas o relatório constata que em um universo de vinte e oito normalistas, quatorze eram solteiras e sete casadas. Dois homens normalistas são citados. Um era casado e outro solteiro.

¹⁰⁶Sobre a professora D. Dinorá Ferro Vale, cabe esclarecer que ela assumiu a função de adjunta sem ter concluído o curso normal, conforme esclarece o relatório de 1924.

O bom comportamento na casa e na rua, respeito e consideração aos outros, principalmente aos mais graduados; o amor ao trabalho; o amor ao dever; a aversão aos jogos; a aversão aos vícios da bebida e do fumo etc. Sendo a professora a responsável por transmitir esses elementos de civilidade e moralidade aos seus alunos, sua conduta moral foi esquadrinhada e posta em parâmetros bem definidos e delimitados.

O fato de muitas vezes a professora, em princípio, ser estranha à localidade, e a escola servir de residência de muitas(os)¹⁰⁷, gerava uma relação complexa entre o trabalho e a vida particular dessas pessoas, visto que até mesmo a forma de tratar o local de moradia, era acompanhada pela população, como o relatório (1924), na parte referente ao município de Monte Alegre assinala:

Escola Mixta – Esta escola funciona em uma casa de palha à rua Urbano Santos e é dirigida pela professora D. Setembrina Lisbôa Gama, normalista, casada, rezidindo no prédio escolar.

Esta professora não é bem conceituada pela população, ao que dizem pelo pouco asseio da escola e cuidado no preparo de seus alumnos.

Em um contexto onde a presença de casas de palha ainda era comum, admitia-se a simplicidade de uma escola de palha, mas não a falta de asseio. Era fundamental para a professora manter uma imagem de respeitabilidade. Isso envolvia manter cuidados com o recinto escolar, que muitas das vezes era a sua residência, para ser “bem quista” pela população. Precisava ainda demonstrar, quando solteira, que era uma “moça de família”. Levando isso em conta, sempre que se deslocavam para um lugar estranho ao meio familiar, procuravam estar acompanhadas, geralmente pela mãe, embora pai e irmãos também pudessem acompanhá-las. A casa de um parente ou de uma família bem conceituada da localidade, eram também alternativas utilizadas, como podemos observar nos relatos que seguem:

Era minha mãe que me acompanhava. Nunca me deixou. Aonde eu ia, ela me acompanhava. (Pérola. 5.12.2007).

¹⁰⁷No relatório de 1924 são citados professores e diretores, que também utilizaram-ae do expediente de usar o prédio onde funcionava a escola como residência, a exemplo do Diretor do Externato de Rosário, professor normalista Fernando Chispiano Cardoso, que a essa data era casado tendo sido pensionista e diplomado em 1909. Era auxiliado pelo professor normalista José Maria Saldanha, que segundo o relatório era solteiro e estava nesse ano com 23 anos. Sobre esse último a outra informação que dispomos é que em 1922 estava no 4.º ano do curso normal. (DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO, 2 set. 1918, p. 6).

Lá em Magalhães de Almeida eu vivia com a minha prima (casada), era bem quista na escola, no lugar e eles me tratavam bem. Nós tínhamos nossas manifestações, nossas festas, toda data a gente festejava. (Esmeralda. 24.2.2008).

Morei na casa da diretora (da escola). Meu pai foi lá comigo e disse que eu só ficava se fosse para morar na casa da diretora. (Ônix. 27.2.2008).

Viajar e estabelecer-se em uma cidade, vila ou povoado acompanhada pela mãe ou por outros familiares, além de ser um elemento de respeitabilidade recomendado a essas mulheres, poderia também significar a dependência da família do salário da normalista, que muitas vezes era a maior mantenedora das necessidades familiares. Podia ser também a viabilizadora de oportunidades de trabalho para os parentes, caso amealhasse prestígio onde residisse. Por conta dessa situação, muitas se faziam acompanhar de toda a família, para o local indicado para a nomeação, como o exemplo apontado pelo documento que segue:

Amélia Áurea Maria Alves que V. Exa. lhe mande pagar a quantia de cento e cinquenta e um mil réis (150\$000), sendo noventa e seis (96\$000) da ajuda de custo, que foi arbitrada para o seu transporte, de sua mãe e duas irmãs do porto desta capital para o de Guimarães, quando foi assumir o exercício do cargo de professora da escola mixta desta localidade e cinquenta e cinco mil réis (55\$000) que pagou de aluguel da sala, onde funcionou a referida escola durante onze meses. A requerente deixa de juntar o recibo, referente a essa última quantia por se achar no Thezouro do Estado instruindo uma petição, que a tempos dirigiu ao meo antecessor. (Requerimento enviado ao Governador do Estado em 8 de julho de 1914).

O exposto nos permite entrever a importância da instrução como meio de viabilizar a sobrevivência para muitas mulheres e suas famílias, pois, a normalista, que ganhava mais que a leiga, poderia ser no meio familiar, como já citado, a que dispunha de melhor situação financeira, apesar das recorrentes reclamações de que o salário precisava ser melhorado. Sobre essa questão, embora o valor tenha sempre sido apresentado como pequeno, as maiores queixas eram referentes aos atrasos no pagamento dos provimentos, necessitando, muitas vezes, de um procurador para viabilizar o seu recebimento, como demonstram os sucessivos pedidos enviados à Secretaria do Interior e os relatos que seguem:

Dava para manter, o salário era pouco, mais naquela época, era mais fácil, tudo era mais barato, dava pra manter. (Esmeralda. 24.2.2008).

Atrasava era muito... As vezes ia para Assembléia. Mas eles pagavam.

Eu tinha um compadre que fazia a transação (salarial). Ele me aviava o que eu precisava e quando eu recebia o dinheiro, eu pagava. Assim que era. (Pérola. 5.12.2007)

Eram múltiplas as negociações e formas para conseguir sobreviver e ter a imagem de alguém provido de melhores condições sociais e materiais. Esse imaginário solidificava um

prestígio, mas impedia por outro lado, uma mobilização no sentido de melhoria salarial e chegava a encobrir, quando eram casadas, a imagem do marido, quando ele não pertencia a uma família tradicional do meio. No caso das solteiras, inibia o envolvimento com pretendentes, que supostamente, não estavam à altura dessas professoras, como os depoimentos que seguem evidenciam:

Não tinha nome. Era o marido da professora, isso era muito comum. Então comigo foi assim porque sempre o meu pai tinha um nível financeiro bom, então, nós éramos colocados como uma alta sociedade. A família do meu marido foi uma família que entrou em decadência, então meu casamento foi muito comentado... Olha...ele vai casar com a professora...
A professora normalista era o centro das atenções. (Esmeralda. 24.2. 2008).

Eu tinha meu namorado, eu namorava Zé Rocha. Cheguei até a ser noiva. Não casei, ele morreu.
Os que eu encontrei depois, não tinham as mesmas condições. Quando se tem um amor, é difícil encontrar outro... Eu quase casava. Depois eu tive uns entrevistados lá no interior, sabe como é, mas mamãe dizia: não serve minha filha, é casar para melhorar. (Pérola. 5.12.2007)

Quando uma normalista não casava, isto não estava associado necessariamente à falta de oportunidades. Era mais uma questão de quebra ou não de barreiras sociais e econômicas dos pretendentes em relação às professoras e também, do que demarcava o interesse delas em relação a eles, não se desconsiderando, interferências familiares nessas não escolhas, ou escolhas. Essas possibilidades passavam por ajustes entre mundos sociais, gostos e *habitus*, o que implicava compatibilidades ou incompatibilidades, gerando uma identificação que viabilizava ou não um casamento (BOURDIEU, 2007). A união, quando acontecia, deveria garantir a continuidade da respeitabilidade que era creditada e exigida da professora, “centro das atenções” onde atuava.

A titulação aliada à respeitabilidade que viessem a construir, tornavam essas professoras autoridades e conselheiras, que tinham dentre muitas ações e responsabilidades, a de incentivadoras da continuidade dos estudos de muitas pessoas, principalmente de meninas, chegando a fazer intervenções, quando havia resistência por parte dos pais, em garantir a continuidade dos estudos dos(as) filhos(as), como o depoimento de Pérola esclarece:

Foi meu pai que queria que eu fizesse Escola Normal. Eles se separaram (o pai e a mãe). Quando eu completei o primário ele foi me buscar. Ai ela (a mãe) não queria deixar. Minha professora Santoca Vidigal, normalista, mandou chamar minha mãe e disse que ela estava errada: - deixe sua filha estudar.

Dona Santoca era minha professora, ensinava particular e tinha uma cadeira de professora laureada. Ela se formou aqui (São Luís). Era daquelas professoras

antigas. Ela era bem falada. Era casada com um árabe. Foi ela quem conversou que eu tinha que aproveitar. Eu gostava de estudar. (Pérola. 4.12.2007).

Se equilibrasse profissão e vida particular tornava-se uma professora “bem falada”, e garantia o apreço dos moradores, que reconheciam o seu trabalho, através de homenagens festivas e elogios públicos, que muitas vezes chegavam às páginas dos jornais, como observamos no exemplo que segue:

Professora Cotinha Lyra Pessôa

De São Luis, onde se achava em gozo de férias, regressou pelo vapor “Rio Branco” a Exma. Sra. D. Cotinha Lyra Pessôa, professora nesta localidade, cargo que vem ocupando com competência e dedicação. Ao seu desembarque, apesar de ter tido na ocasião, uma grande chuva, compareceram algumas pessoas da nossa melhor sociedade. (O COROATÁ, 9 mar. 1920, p. 2).

No referido jornal, outras demonstrações de apreço, para com a professora normalista Cotinha Lyra Pessôa¹⁰⁸ e também para com a sua irmã, Antonieta Lyra Pessôa¹⁰⁹, que também era normalista e assumiu no colégio que a irmã era diretora, a função de professora adjunta em 1920. Os aniversários, viagens e até mesmo doenças, transformavam-se em notícia na localidade, quando se tratava de uma professora, principalmente se fosse formada na capital. Cabe destacar que esse tipo de nota era comumente publicado nos jornais da capital, sendo que as citadas nessa situação, sempre tinham algum tipo de acesso aos editores desses jornais.

Normalistas eram também emissárias de princípios de civilidade e civismo, que iam se imiscuindo na mentalidade da população, através de eventos, que, embora ligados ao universo escolar, faziam-se públicos e envolviam a cidade, visto o caráter de espetáculo que os mesmos assumiam. Exames de admissão e conclusões de curso, colações de grau, desfiles e comemorações de dias festivos, que tinham grande importância no contexto analisado, ajudavam a construir esses princípios além de darem visibilidade às suas promotoras. Eram

¹⁰⁸Seu nome aparece como integrante do 5.º ano do curso normal no Diário Oficial do Maranhão (1 out. 1917, p. 6). Foi vice-presidenta da Sociedade Literária Barão do Rio Branco, que publicava o jornal “O Ateniense”.

¹⁰⁹No Livro de Lançamentos dos Compromissos dos Funcionários do Estado do Maranhão de 1914 a 1920, está registrado que essa professora em 7 de abril de 1920 assumiu o compromisso de ser professora em Vargem Grande. Ao que parece ela desistiu dessa nomeação, preferindo ser adjunta da Escola Mista Estadual em que sua irmã era diretora, porque o Jornal “O Coroatá” (6 mai. 1920, p.1), cita que ela chegava de São Luís para fixar residência na cidade de Coroatá. Ainda encontramos no relatório do Inspetor Escolar José Silvestre Fernandes de 1924 sobre a Escola Mixta de Coroatá o seguinte: “A professora, D. Maria da Conceição de Lyra Pessôa, normalista, solteira, tem uma adjunta D. Antônia Fonseca de Lyra Pessôa, também normalista e solteira.

momentos que serviam como atividades educativas à população e ajudavam a construir um ideário cívico e estético, visto que esses acontecimentos escolares envolviam o desenho, o canto, o trabalho manual e as festas, fundamentais para a construção dos homens e das mulheres republicanas (VEIGA, 2000). A festa da árvore, por exemplo, nos dá uma imagem do que representava essas comemorações, para uma cidade, inclusive para uma capital, conforme nos apresenta Demosthenes Macêdo:

[...] Na ocasião aprazada assomou à tribuna, o Dr. Alfredo de Assis Castro, que cumprindo a designação do secretário do Interior, que estava presente à festa, explicou o motivo daquela comemoração externando conceitos sobre o culto à Árvore pelas crianças, terminando por concital-as a dever-lhe uma admiração.

Formou-se, então o cortejo, organizado com cerca de 600 crianças, conduzindo, em andores, enfeitados com pavilhões do Estado, dois cedros do Líbano.

O préstito que estava imponente, desfilou pelas ruas Direita, da Palma, de Sant`Anna, Affonso Penna, Oswaldo Cruz, Passeio e Avenida Silva Maia, entrando pelo flanco esquerdo do Parque Urbano Santos, precedido da banda de música do Corpo Militar do Estado.

No parque foram plantadas as duas árvores nos canteiros que ficam fronteiros àquella avenida, a Gomes de Castro, que foram immediatamente guarnecidos por gradis de ferro.

As escolas entoaram o hyno Maranhense com a letra do Confrade Domingos Barboza, aluziva ao acto. (Relatório da Secretaria do Interior, 1917, p. 27-28)

Assim como na capital, em outras cidades do Maranhão, cânticos, declamações de poesias e representações teatrais marcavam essas datas comemorativas coordenadas pela professoras que estavam à frente das instituições de ensino. Através dessas solenidades desenvolviam-se o que Veiga (2000, p. 415) chama “novas emoções estéticas apresentadas à população”, como essa solenidade dirigida pela professora normalista Zelinda Machado¹¹⁰, registrada no Jornal “O Sabiá” (28 nov. 1915, p. 3) nos mostra:

Realisou-se domingo último, a festa no collégio do 1º. Districto desta cidade, que é dirigido, pela muito digna professora Zelinda Machado.

Começou a festa com um hynno cantado pelas alumnas as quais sahiram-se muito bem.

Todas as alumnas sahiram-se regularmente. Não podemos esquecer, porém, das meninas Nadia Carvalho e Amália Machado que cantaram a cançoneta “As escondidas” e desempenharam devidamente bem os seus papéis, assim como a alumna Carmelita Guimarães, que representou o papel da República

À D. Zelinda Machado, que com tanto gosto dirige o seu collégio, apresentamos os nossos parabéns, assim como ás suas alunas.

¹¹⁰Diplomou-se em 1907, conforme publicação do Diário Oficial do Maranhão (27 jan. 1907, p. 3). De acordo com a documentação analisada, só exerceu a docência na cidade de Caxias.

Além de promotoras da civilidade e do civismo, a normalista inscrevia-se como referência para a sociedade, e se constituía em exemplo para homens e mulheres que iam incorporando, à mentalidade cotidiana, a idéia de que o trabalho docente era uma forma digna de uma mulher ganhar a vida, imiscuindo-se o sonho de ser professora entre meninas, e se solidificando a idéia da instrução como possibilidade de distinção. “Afim, a professora primária, pouco a pouco vê abertas as portas do mercado de trabalho e ingressa no espaço público”, (Müller 1999, p. 111), embora, não devesse descuidar dos ditames que se impunham sobre o seu comportamento, permitindo uma movimentação social, através desse trabalho que poderia encaminhá-la para outras possibilidades profissionais, ou permitir-lhe uma autonomia maior.

Essa busca pela sobrevivência através do trabalho, também era demonstrada na iniciativa de algumas normalistas que além do exercício profissional, em escolas públicas ou privadas, faziam das suas residências, espaços de trabalho, o que não raro, levou à fundação de escolas por parte dessas professoras. Na Imprensa ludovicense é possível encontrar esse tipo de iniciativa. No jornal “Diário do Maranhão” de 3 de maio de 1911 Hermelinda de Souza Martins¹¹¹ anuncia que leciona primeiras letras e também trabalhos manuais. Trabalhar na docência não inferiorizava mulheres de “boas famílias”. Anita Rocha, também seguiu essa mesma trajetória, e anunciou os seus serviços de professora particular, logo depois de colar grau em 1929:

Aulas Diurnas e Nocturnas

A professora Anita Rocha mantém em sua residência à Rua das Laranjeiras n.º 42, aulas diurnas e nocturnas para preparar alumnos para o exame de admissão no Lyceo Maranhense. (A EVOLUÇÃO, 14 dez. 1929, p.2).

A sobrevivência através do trabalho docente foi, portanto, o caminho de muitas egressas do curso normal. Apesar disso, a formação da normalista estava profundamente identificada com uma carga discursiva repleta de moralidade que se transferia para a sua pessoa e para o seu corpo. À sua volta desenvolveu-se um “aureolamento” decorrente talvez a tentativa de protegê-la do mundano ou dos ataques de uma conjuntura que ainda achava mais natural e moral a mulher de segmentos sociais privilegiados social e economicamente, ou que

¹¹¹Foi pensionista da Escola Normal. Diplomou-se em 1907. (DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO 27 jan. 1907, p. 3).

se julgavam como tal, trabalhar somente em proveito do lar. Ainda assim, elas enfrentaram essa ordem de costumes integrando a história da emancipação feminina, um dos grandes fenômenos da história do século XX (HOBSBAWM, 2000, p. 146). A instrução, sem dúvida, foi fator fundamental para esse processo e normalistas emissárias dessa ordem, contribuíram para que essa trilha fosse ampliada.

A Escola Normal além de um importante veículo de inculcação de valores considerados tradicionais possibilitou a muitas mulheres, oriundas dessa instituição, usar o conhecimento apreendido nesse espaço instrucional, “transpondo” os limites profissionais que lhes eram impostos e questionando com seus textos e atitudes, os princípios científicos que consideravam a mulher intelectualmente inferior. Como exemplo, as primeiras mulheres elegíveis no Maranhão como Rosa Castro e Zuleide Bogéa; as que ingressaram no ensino secundário como Nilza Barbosa de Godóis e Maria do Carmo das Neves, que ministraram disciplinas até então dominadas por homens; e Laura Rosa que expressava através da pena, conhecimentos e sentimentos. Além delas, muitas outras, anônimas ou não, que atuando como professoras escreveram um capítulo importante, referente à valorização do trabalho feminino.

Pelo Brasil foram muitas as demonstrações da importância dessa formação escolarizada, que em alguns momentos, foi uma das poucas permitidas às mulheres que queriam continuar os estudos para além do primário. Atuavam em todo o país, ocupavam diferentes funções e se movimentavam pelo reconhecimento de suas competências, utilizando-se de diferentes estratégias. Abrindo espaços para negociações buscaram equilíbrios entre interdições, necessidades e desejos

CONCLUSÃO

Percorrendo a historiografia produzida ao longo dos séculos, deparamo-nos com diversos relatos sobre mulheres. Como as deusas, profetisas, sacerdotisas e prostitutas da antiguidade; princesas, donzelas, santas e bruxas da Idade Média; freiras, madonas, rainhas da Idade Moderna; burguesas, camponesas, operárias e artistas da contemporaneidade. Na maioria das vezes foram citadas quando, de alguma forma, como Joana D`Arc, cruzavam com o mundo creditado aos homens, que por conta disso se dignava a citá-las. Portanto, sobre mulheres, sempre se falou, embora essa fala as envolvesse em modelos de tamanho definido. Havia dois, três ou quatro, suficientes para comportar todas, pois, de alguma forma, ajustando ou folgando, não havia grande necessidade de reformas, dava para elas usarem o tamanho proposto como ideal.

De modo geral, um modelo estava sempre presente, o que dizia que a mulher vivia na reclusão no lar. Durante todo o longo período que nos distancia das eras criadas pelo conhecimento histórico, essa imagem foi marcante. Tão marcante, que só quase no ocaso do século XX, foi possível direcionar o olhar e percebê-la para além do interior do lar, administrando os seus domínios. Vêmo-la percorrendo ou vendendo nos mercados; como prostitutas; como religiosas atuantes e influentes; nos baixos das cidades; trabalhando no campo e na zona urbana para prover o lar; e circulando nos salões, como artistas e letradas. Do gineceu, para o salão principal da casa, foi uma longa jornada, talvez maior do que a caminhada que a levou da sala para a rua, desacompanhada, com o consentimento da moralidade vigente.

Mas enfim, por conta de inúmeros acontecimentos, como guerras e revoluções, silenciosas, ou não, circulava entre diversos espaços, embora a referência do lar, não desaparecesse. Passeios, diversões, estudo e trabalho, deslocavam a senhora e a senhorita, dos domínios da casa. Podiam agora “parlamentar” nas praças, avenidas e salões, sentar lado a lado de homens, que não fossem apenas pais, irmãos e maridos, no teatro, cinema, conferências científicas e sociedades literárias. Mas ainda assim, os modelos de tamanhos definidos pela medicina e literatura as acomodavam em lugares comuns, pois a mulher continuava sendo: o belo sexo; intelectualmente inferior; frágil, propensa à debilidade; e inconstante; comandada pelo útero e coração, que em nada acompanhava a racionalidade masculina. Mas ela continuou. Ocupou espaço nos jornais, escrevendo. Publicava os seus livros, consumia cultura letrada. Foi para as ruas, não apenas para passear e deslocar-se, para

festas, trabalho e escola, mas, para reivindicar o direito ao sufrágio. Conseguiu e seguiu. Queria ser eleita, ocupou os palanques e passou a habitar também um espaço que historicamente era de domínio masculino, as lides do Estado.

Era suficiente, já era intelectual, dava palestras, podia estar até nos cafés e charutarias desacompanhada, mas ainda assim, parecia sempre estar entre o espaço da naturalização ou da frivolidade. Cada passo e conquista conseguida era transformada em concessão masculina ou em atributo natural. Então, não bastava mais ser bela, inteligente e até racional. Era preciso descortinar uma longa trajetória discursiva que envolvia as ações femininas. Vistas como um grande e único sujeito por esses discursos desapareciam enquanto singularidades étnicas, econômicas e sociais. Esse apagar do diverso apresentava “a mulher”, pois não importando de onde viesse, o que sonhasse e realizasse, ela “não passa(va) de uma mulher”.

Ao percorrer esse universo discursivo, observamos o poder que tal artifício produziu em homens e mulheres. Para cada mulher frágil, deveria haver um homem forte, pronto para defendê-la, para cada coração sentimental, uma mente racional e prática. Não se processando essa configuração, a tensão, a cobrança e sensação de estar fora do devido lugar, do seu tempo, ou com alguma programação equivocada que carecia de conserto.

A percepção desse processo, de poder do discurso e das instituições nas modelações e tensões sociais, configurou-se, enquanto proposta de estudo, abrindo espaço nas ciências que estudam o homem e agora também a mulher, no âmbito da sociedade. Havia, pois, mulheres na história, mas, obscurecidas. Cabia agora percebê-las, em uma diversidade de atitudes e situações, para além dos discursos que diziam sobre ela. Um plural fazia-se necessário. Confrontar os modelos com as vivências cotidianas e esquadrihar os vestígios deixados, com cuidado, para percebê-las como entes criadores de possibilidades, em meio às regulações sociais, religiosas e culturais, inerentes a qualquer sociedade, ou categoria.

Voltando o olhar para esse sentido, o conhecimento que se propunha a tal intento, enfim, pode resgatar pessoas que, embora envolvidas com o seu tempo e o seu meio sócio-cultural, apresentavam posturas que mesclavam muitas vivências, e não apenas aquelas, determinadas pelo discurso corrente. O social, o sujeito e o discurso não se formatavam em tábula rasa. Cada pessoa configurava, de forma própria, as impressões recebidas pelo escopo do instituído.

Em se tratando de mulheres com acesso a instrução como as normalistas, a percepção e decodificação das verdades estabelecidas, passava por uma gama de informações,

com uma grande complexidade, pois tomava posse de referências que circulavam por muitos lugares. Além dessa particularidade, muitas já traziam do meio familiar, cabedal de conhecimento que se interpunha entre o que se dizia sobre ela, o que ela sentia, queria ou necessitava. Aliás, a necessidade de sobrevivência foi um elemento importante nesse processo de distensão entre a imagem e as muitas realidades vivenciadas por diversas mulheres.

A instrução, ao mesmo tempo, que inculcava os saberes institucionais, permitia possibilidades de cruzamento de informações, com o cotidiano de cada mulher. Ao desenvolvermos um trabalho sobre mulheres que tiveram acesso à instrução formal via Escola Normal, deparamo-nos com vidas que não ficaram constringidas ao mundo institucionalizado pelos discursos competentes. A vida de cada uma, embora marcada por referenciais de formação comum, deixou uma impressão particular. Através de condutas e idéias respondia também, de acordo com aprendizagens recebidas de outros centros de referência, como a família, processando por conta disso, um cotidiano singular.

Se em princípio, se ditou a necessidade de a mulher estudar, para um melhor arranjo matrimonial, o bom ordenamento do lar e acompanhamento dos filhos, ela avançou. Rompendo primeiramente o limite do ensino doméstico, feito por preceptora, dirigindo-se à escola. Já era aluna, inicialmente de uma escola primária só para meninas; depois, convivendo com meninos em uma escola mista. Continuou os estudos, através do meio de que dispunha: o curso normal. Agora obtinha uma ferramenta importante, o status de pertencer a uma instituição de ensino que lhes garantia a distinção de normalista. Estudava disciplinas comuns também aos homens, sem descuidar daquelas que davam o perfil de uma educação adequada para preparar bem uma mulher: as Prendas Femininas. Com a Língua Estrangeira e Literatura podia ler romances de outras culturas, de homens e mulheres com outras experiências e idéias. A tentativa de controle sobre o que uma mulher devia ler revela o medo que a instrução feminina “mal encaminhada”, causava. Era perigoso ler demais... dava idéias... O recurso era a ousadia de ler escondido o proibido.

Acrescendo as possibilidades de conhecimento, a mulher tinha ainda um contato sistemático com a Geografia conhecendo a respeito de outros países e culturas. A Música, História, Matemática, Física e Química redimensionavam o olhar na decodificação da sua realidade. Embutidos em todas essas informações, preceitos filosóficos que constituíam arranjos próprios na mente e na conduta de cada pessoa.

Formando-se professora, acompanhava as meninas nos seus rudimentos de aprendizagem e ensinando as boas maneiras, próprias a uma mulher. Como estudavam para

ensinar, foram tomando o espaço da Escola, e, além das meninas, os meninos também foram tomados sob o seu encargo. Era a “mãe bondosa”, que assumia a função de professora, “talhada pela natureza” para essa função. Acatou mais essa qualidade e seguiu esse percurso, só que agora, munida de *capital institucional*. Passou a se destacar por conta dessa competência, que embora naturalizada pelo discurso, foi adquirida pelo esforço do estudo. Não descuidou do trato com a fala e com a vestimenta. Incorporou modos de portar-se em público e carregou parte do mundo doméstico referendado como tradicional e moral, para essa atividade, porém, era distinta. Não passava de uma mulher, mas, era a professora normalista, formada na capital, preparada para o míster do ensino, com autoridade para subir aos palanques, discursar e organizar festividades e ações cívicas.

Como havia estudado, dominava agora um artefato poderoso, o letramento, que lhe possibilitava uma comunicação igualitária, com o mundo masculino que também se utilizava desse artifício. Se não conseguia vencer as barreiras do medo, do preconceito e da timidez, há séculos impostas sobre a sua conduta, esgueirava-se entre essas adversidades fazendo uso da “pena”, escrevendo, de forma dissimulada ou não, sobre suas idéias. De forma sutil ou direta, mostrava-se. Tomou mais contato com leitura e escrita e seguiu, publicando livros, poesias, dando opiniões, que nos permitiram uma aproximação com seu mundo, sem deixar de guardar segredos, aos quais jamais teremos acesso. Abriu *brechas*, para que pudéssemos perceber parte das suas vidas, envoltas na ordem que a fez parte de um tempo e em um cotidiano, subvertido em filigramas, ou não, por muitas dessas normalistas que ofereceram para a sociedade do início do século XX, idéias e ações, demonstrando que as mulheres, assim como os homens, munidas das mesmas condições educacionais, podiam aprender e desenvolver qualquer atividade que exigisse esse recurso.

As normalistas que atuaram nas primeiras duas décadas do século XX no Maranhão, nos legaram um rico material documental, que veio à tona, graças à ação empreendida pelo conhecimento, que saiu em busca do “comum”, daquilo que estava em todo lugar, ou que era “assim mesmo”. A análise desse acervo, depositado nos arquivos institucionais e na memória, fez emergir a imagem de muitas mulheres que dedicaram parte das suas vidas à educação, na maioria das vezes, sob precárias condições de trabalho e sobrevivência. Mulheres, que no início do século, eram o centro de muitas atenções e que tiveram uma parcela de contribuição para o acesso feminino ao mundo do trabalho assalariado, visto pelo prisma da dignidade da sobrevivência, nos discursos dominantes. Provaram que trabalhar fora, do domicílio, não implicava necessariamente desmoralização,

embora, isso também se constituísse em uma possibilidade. Mesmo com cuidados, era possível a uma mulher, estudar, casar (quando acontecia), trabalhar e cuidar dos filhos. A Escola Normal não funcionou apenas como o “curso de espera marido”, conforme nos permitem constatar as centenas de mulheres que casando ou não, seguiram com suas profissões, ou que a partir da conclusão do curso, seguiram outros caminhos profissionais.

Logo, o curso normal, a despeito das carências comuns à sua história, permitiu formação e acesso ao conhecimento produzido nessa conjuntura, para mulheres que nele se formavam, e facultou àquelas que tinham diferentes necessidades de trabalhar, condições de ingressarem em um universo profissional e sobreviver do trabalho. Buscaram em meio a muitos desafios, uma autonomia, dificultada por conta das condições, que até hoje, são inerentes à profissão (não por natureza, mas por vontade política) e por conta de um imaginário que projetava uma imagem desfocada de uma realidade, mais difícil do que parecia ser.

Apesar das dificuldades e das regulações inerentes à mulher, principalmente da que ousava estudar e trabalhar fora do domicílio - em se tratando de pessoas identificadas com os estratos sociais mais privilegiados, fosse pelo aspecto financeiro, pela tradição familiar ou ambos – a atuação desse novo sujeito social no Maranhão, do início do século XX, foi expressivo a ponto de marcar a memória e o imaginário dos que puderam conviver com ela, o que era um privilégio em um contexto marcado pelo analfabetismo. Além disso, com o trabalho, a normalista podia dispor de um salário, da respeitabilidade dos alunos e do prestígio daqueles que a cercavam, (caso soubesse equilibrar-se nesse difícil universo relacional) por conta de uma formação que legava a ela autoridade no encaminhamento dos pressupostos civilizacionais da época.

REFERÊNCIAS

LIVROS

ALMEIDA, Jane Soares de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 59 – 107.

ARAÚJO, José Carlos Souza Araújo; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em histórias da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002.

AZEVEDO, Artur. **O teatro de Artur Azevedo**. Clássicos do teatro brasileiro I. Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1983.

_____. **O teatro de Artur Azevedo**. Clássicos do teatro brasileiro III. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1987.

BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **A história da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, [S.D].

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da educação. Campinas, SP: Papirus, 2003.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

CASTRO, Viveiros. **Os delictos contra a honra da mulher**. Rio de Janeiro: Domingos Magalhães Ed., 1890.

CASTRO, Rosa. **Livro de Lúcia**. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1933.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1- artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Cultura escrita, literatura e História:** conversas de Roger Chartier com: Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

COELHO NETO. **Vida mundana.** Rio de Janeiro: Chardron, 1928.

_____. **Alma:** educação feminina. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1911.

_____. **Turbilhão.** Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1904.

COMTE, Augusto. **O discurso sobre o espírito positivo.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920, São Luís. **Anais...** São Luís: Imp. Oficial, 1920.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão:** o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama:** quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006.

COSTA, Jurandir. **A ordem médica e a norma familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

COUTINHO, Milson. **História do Tribunal de Justiça do Maranhão.** : Império e Colônia. São Luís: SECMA; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

EBY, Frederick. **História da educação moderna:** séc. XVI/séc. XX – teoria, organização e práticas educacionais. Porto Alegre: Globo, 1978.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 2.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses:** 1822-1929. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FERREIRA JÚNIOR, José Jansen. **Discurso pronunciado na Escola Normal do Maranhão por ocasião da entrega de diplomas às professoras normalistas de 1910.** São Luís: Imprensa Oficial, 1910.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGE, 2003.

GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

GODÓIS, Antonio Baptista Barbosa. **O mestre e a escola**. São Luiz, Ma: Imprensa oficial, 1910.

_____. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. São Luiz, Ma: Ramos de Almeida, 1904.

_____. **Instrução cívica**: resumo didactico de accordo com o programma da Escola Normal de São Luiz do Maranhão, 1900.

HAHNER, June E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBBSAWM, Eric. **O novo século**: entrevista a Antônio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher**: a moral e o imaginário 1889- 1930. Porto Alegre: EDIPRCRS, 1995.

LAVIER, James. **A roupa e a moda**: história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MACHADO, Lia Zanota. Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In: SCHPUN, Mônica Raisa. **Gênero sem fronteiras**: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1997. p. 93 – 139.

MARQUES, Astolfo. **A nova aurora**. São Luiz: [s. e.], 1912.

MARTINS, Manoel Barros. **Operários da saudade**: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero e história: percursos e possibilidades In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.). **Gênero sem fronteiras**: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1997. p. 73 - 91

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

_____. **História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão**. São Luís: UFMA/SIOGE, 1977.

MENDES, Teixeira. **O ano sem par, abril de 1845 a abril de 1846 ou meditação religiosa da incomparável união ao qual os fundadores do positivismo Augusto Comte e Clotilde**

de Vaux (n. Marie), deveram o preenchimento da sua missão. Rio de Janeiro: sede Central da Igreja Positivista do Brazil, 1900.

_____. **À pátria brasileira:** discurso lido na sessão sociológica da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, celebrada na noite de 26 de Guttemberg de 03 (7de setembro de 1881). Em comemoração ao 50.º Aniversário da Independência. Rio de Janeiro: Centro Positivista, 1881.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluízio de Azevedo vida e obra (1857-1913):** o verdadeiro Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

SCHPUN, Mônica Raissa (Org.). **Gênero sem fronteiras:** oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1997.

MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense.** São Luís: SIOGE, 1977.

MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos grupos escolares no Maranhão In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP: Mercado de letras, 2006. p. 140 – 152.

_____. **Mulheres professoras na política educacional no Maranhão.** São Luís: UFMA, 2003.

MÜLLER, Lúcia. **As construtoras da nação:** professoras primárias na primeira república. Niterói: Intertexto, 1999

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Um toque de gênero:** história e educação em Minas Gerais: 1835-1892. Brasília: Universidade de Brasília: FINATEC, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora:** reflexões sobre os preconceitos morais. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NINA, Almir Parga. **Programma didactico:** roteiro para o Curso de Pedagogia. Maranhão: Typographia Frias, 1906.

NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau (orgs.). **História da vida privada no Brasil República, v. 3:** da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: 2001.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Piracicaba: Unimep, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2002.

ROSA, Laura. **As crianças:** conferência realizada no salão da Biblioteca Pública, a 4 de dezembro de 1909. Maranhão: Imprensa Oficial, 1909.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro. In: Mota, Carlos Guilherme (Org). **Viagem incompleta: a grande transação; a experiência brasileira.** São Paulo: SENAC, 2000. P. 83 – 118.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão.** São Luís: [s.d.], 2007.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Plano, 2004.

RUIZ, Roberto. **O teatro de revista no Brasil: das origens à primeira guerra mundial.** Rio de Janeiro: INACEN, 1988.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET Rachel; MATOS, Maria Izilda de (Orgs.). **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro.** São Paulo: Duas Cidades, 2001.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero.** Florianópolis: Mulheres, 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise.** Recife: SOS Corpo, 1991.

SOIHET, Raquel. Violência simbólica: saberes masculinas e representações femininas In: **Revistas de Estudos Feministas**, [S.D], v. 5, n. 1, 1977. p. 16 – 29.

SOUZA, R. F. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 109 - 161

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2.

THOMAS, A. L. (Antoine Léonard), DIDEROT & D`EPINAY, Madame. **O que é uma mulher?** um debate/A. L. Thomas, Diderot, Madame D' Epinay. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

TOBIAS, José Antônio. **História das idéias no Brasil.** São Paulo: EPU, 1987.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Demerval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 163 -203

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 411 – 420.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultura e polêmicas literárias no Brasil: 1870 – 1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 21 – 39.

VILELA, Heloísa de Oliveira Santos. Do artesanato à profissão – Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX In: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. 2. p. 104 - 115

_____. O meste-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 99 – 118.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Regimento interno dos Grupos Escolares organizado pelo Diretor da Escola Normal**. São Luís, 1904.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão 1836-1934**. São Luís: Edição da Associação Comercial do Maranhão, 1964.

_____. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. São Luís: DASP, 1960.

JORNAIS

A Avenida, São Luís, 19 set. 1909.

A Campanha, São Luís, 13 abr. 1903.

_____, São Luís, 2 mai. 1903

_____, São Luís, 4 jul. 1903.

_____, São Luís, 15 jul. 1903.

A Escola, São Luís, 10 mar. 1922.

_____, São Luís, 23 nov. 1924.

A Evolução, São Luís, 2 nov. 1929.

_____. São Luís, 14 dez. 1929

A Família, Rio de Janeiro, 3 abr. 1890.

A Lanterna, São Luís, 29 dez. 1913.

A Mocidade, São Luís, 19 set. 1909.

_____, São Luís, 12 out. 1906.

_____, São Luís, 25 out. 1906.

A Pacotilha, São Luís, 11 jul. 1900.

_____, São Luís, 1 ago. 1900.

_____, São Luís, 25 ago. 1900.

_____, São Luís, 15 set. 1900.

_____, São Luís, 13 mar. 1911.

_____, São Luís, 29 jan. 1914.

_____, São Luís, 18 fev. 1914.

_____, São Luís, 10 mar. 1914.

_____, São Luís, 16 mar. .1914

_____, São Luís, 30 abr. 1914.

_____, São Luís, 13 jul. 1914

_____, São Luís, 29 ago. 1914.

_____, São Luís, 30 dez. 1914.

A Primavera, São Luís, 21 nov. 1909.

_____, São Luís, 10 jan. 1909.

A República, São Luís, 4 jan. 1890.

_____, São Luís, 11 fev. 1890.

_____, São Luís, 23 fev. 1890.

_____, São Luís, 22 mar. 1890.

_____, São Luís, 17 abr. 1890

_____, São Luís, 30 abr. 1890.

A Semana, São Luís, 19 set. 1909.

A Vontade, São Luís, 26 dez. 1915.

_____, São Luís, 6 jan. 1916.

_____, São Luís, 6 nov. 1916.

A Voz do Norte, São Luís, 22 set. 1930.

Correio da tarde, São Luís, 8 nov. .1910

_____, São Luís, 16 nov. 1910.

_____, São Luís, 23 nov. 1910.

_____, São Luís, 29 nov. 1910.

_____, São Luís, 18 jan. 1912.

_____, São Luís, 21 ago. 1912.

Correio de Codó, Codó, 22 jan. 1919

Correio de Picos, Picos, 9 jun. 1911.

_____, Picos, 20 fev. 1913.

Correio do Sertão, São Luís, 10 set. 1903.

Diário do Maranhão, São Luís, 10 out. 1893.

_____, São Luís, 20 nov. 1893.

_____, São Luís, 25 nov. 1893.

_____, São Luís, 21 jan. 1911.

_____, São Luís, 12 fev. 1911.

_____, São Luís, 27 fev. 1911

_____, São Luís, 17 abr. 1911

_____, São Luís, 3 maio 1911

_____, São Luís, 17 abr.1919.

Diário Oficial do Estado, São Luís, 27 jan. 1907.

_____, São Luís, 5 jan.1910.

_____, São Luís, 19 mar. 1912.

_____, São Luís, 1 out. 1917.

_____, São Luís, 15 out. 1917.

_____, São Luís, 2 set. 1918.

_____, São Luís, 25 abr. 1919.

_____, São Luís, 4 out. 1922

Echo da Juventude, São Luís, 26 mar. 1865.

Mensageiro da Fé, São Luís, 15 maio 1908.

Mensageiro Diocesano, São Luís, 15 maio 1908.

O Ateniense, São Luís, 2 maio 1914.

_____, São Luís, 12 jan. 1915.

_____, São Luís, 26 set. 1915.

_____, São Luís, 19 dez. 1915.

O Canhôto, São Luís, 26 fev. 1913.

_____, São Luís, 22 fev. 1914.

O Condor, São Luís, 1 mar. 1908.

O Coroatá, Coroatá, 9 mar. 1920.

_____, Coroatá, 6 maio 1920.

_____, Coroatá, 19 ago. 1920.

O Domingo, São Luís, 28 jul. 1910.

O Imparcial, São Luís, 9 jan. 1915.

O Pensador, São Luís, 10 mar. 1881.

_____, São Luís, 20 out. 1880.

_____, São Luís, 10 dez. 1881.

_____, São Luís, 10 dez. 1880.

O Porvir, São Luís, (s.d.) fev. 1902.

O Postal, São Luís, 26 ago. 1917.

_____, São Luís, 26 jun. 1918.

_____, São Luís, 18 ago. 1918.

_____, São Luís, 17 set. 1918.

_____, São Luís, 23 mar. 1919.

_____, São Luís, 21 dez. 1919.

O Rebate, São Luís, 31 jan. 1913.

O Rosariense, Rosário, 1 fev. 1903.

_____, Rosário, 11 fev. 1903.

_____, Rosário, 11 maio 1903.

_____, Rosário, 11 jul. 1903.

_____, Rosário, 10 set. 1903

_____, Rosário, 11 fev. 1904.

O Sabiá, Caxias, 28 nov. 1915.

O Sertão, Coroatá, 18 jul. 1928.

O Tocantins, Carolina, 10 fev. 1915.

_____, Carolina, 10 fev. 1915.

_____, Carolina, 13 mar. 1925.

O Trabalho, Flores (Timon), 28 mar. 1906.

Paladium, São Luís, 14 out. 1910

REVISTA

A Fita, São Luís, 25 dez. 1919

OUTROS DOCUMENTOS

1 Documentos da Secretaria do Interior (manuscritos da seção de avulsos do APEM)

- Mapas de matrícula e freqüências de alunos da capital e do interior de 1917.
- Correspondências de escolas de diversos interiores de 1915 a 1925.
- Nomeações e exonerações de 1914 a 1925
- Relatório do Inspetor da Instrução Pública José Sivestre Fernandes de 1924.
- Ofícios de diversas escolas da capital e dos municípios de 1917 a 1923
- Ofícios de professores de diferentes escolas de 1915 a 1925
- Petições de professores de 1914 a 1925

2 Documentos da Escola Normal (manuscritos da sessão de avulsos do APEM)

- Ofícios da Escola Normal do Maranhão ao Governador do Estado do Maranhão de 1900 a 1914

- Portarias da Escola Normal ao Governador do Estado do Maranhão de 1900 a 1914
- Correspondência da Escola Normal com o Governador do Estado 1900 a 1914
- Relações de nomes de alunos da Diretoria da Escola Normal 1900 a 1914
- Despachos do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado – 1911 (não foi possível identificar o processo)
- Relatórios do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado – 1908 e 1912

3 Livro de lançamentos dos compromissos dos funcionários do Estado do Maranhão 1914 a 1920 (manuscrito da sessão de códigos do APEM)

4 Mensagens de Governadores

Maranhão Governador do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso legislativo do Maranhão na 3.^a sessão da 8.^a legislatura em 5 de março de 1912 pelo Exm.^o Dr. Luíz A. Domingues da Silva, Governador do Estado. São Luíz: Imprensa Official, 1912.

Maranhão Governador do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 2.^a sessão da 8.^a legislatura em 5 de fevereiro de 1914 pelo Exm.^o Sr. Luíz A. Dmingues da Silva, Governador do Estado. São Luíz: Imprensa Official, 1914.

Maranhão Governo do Estado. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1.^a sessão da 9.^a legislatura em 5 de fevereiro de 1916 pelo Exm.^o Dr. Herculano Nina Parga, Governador do Estado. São Luís: Imprensa Official, 1916.

5 Relatórios da Instrução Pública

-Maranhão. Instrução Pública em Maranhão por José Francisco da Silva Inspector da Instrucção Pública. Maranhão: Typ. Ramos d`Almeida & C... Succes. 1912.

_____.Relatório apresentado ao exm. Snr. Cel. Antonio Bricio de Araújo governador do Estado pelo Secretário do Interior Dr. Demosthenes Macedo, anno de 1917. Maranhão: Imprensa Official, 1918.

6 Coleções de Leis e Decretos

Collecção das Leis e Decretos e Decisões do Estado do Maranhão de 1903. Maranhão: Typ. Frias, 1904.

Estado do Maranhão. Collecção das Leis, Pareceres do Congresso, Decretos e Decisões do Governo do Estado de 1905 do Maranhão. Maranhão: Imprensa Official do Maranhão, 1906.

Collecção das Leis, Pareceres do Congresso do Estado de 1914. Maranhão: Imprensa Oficial, 1914.

Collecção das Leis e Decretos do Maranhão do anno de 1918. Maranhão: Imprensa Oficial, 1918.

Collecção das Leis e Decretos do Estado do Maranhão do anno de 1917. Maranhão: Imprensa Oficial, 1918

7 Entrevistas

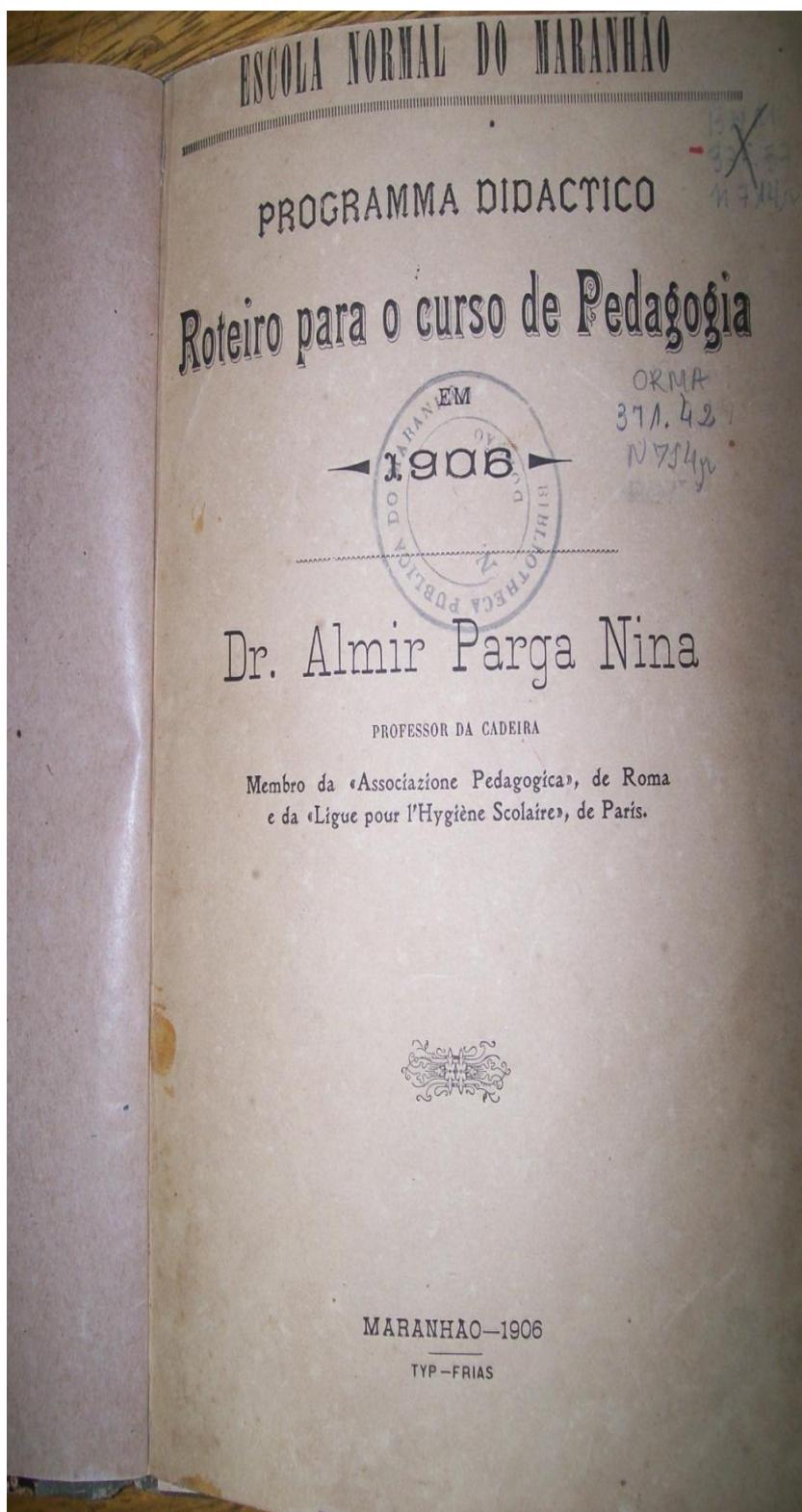
Pérola - 4.12. 2007 e 5.12.2007

Esmeralda – 23.2.2008 e 24.2.2008

Ônix – 27.2.2008

ANEXO

Anexo 1. Programa Didático: roteiro para o Curso de Pedagogia



DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES
relativas ao Curso de Pedagogia

Reg. anexo ao Decreto n.º 55, de 27
de Junho de 1905.

Art. 2.º A Escola Normal preencherá os seus fins por meio de:

- a) um curso de *instrução geral*, que consolidará e ampliará, completan-do-a, a *instrução elementar*, verificada pelo exame de admissão;
- b) um curso de *instrução technical*, que instruirá e adextrará nos metho-dos e processos de cultura physica, mental e moral da mocidade;
- c) uma *Escola Modelo* de applicação, que lhe será annexa, onde, pela observação e pelo exercicio, os futuros professores se iniciem na pratica do magisterio, a que se encaminham;
- d) um *Curso anexo á Escola Modelo*, com caracter complementar do ensino de algumas de suas disciplinas.

§ Unico. Logo que o Governo julgue praticavel, organizará um instituto pre-escolar, destinado a preparar as creanças menores de sete annos, que se destinarem á Escola Modelo.

Art. 8.º Haverá tambem na Escola Normal um Museu Pedagogico, onde os alumnos possam encontrar, para facilitar-lhes o estudo dos methodos e processos de ensino, livros, documentos, planos, desenhos, colleções, mobilia e material escolar em constante exposição.

Art. 9.º Haverá tambem uma bibliotheca, que servirá de sala de leitura, franqueada a professores e alumnos.

Art. 10. Logo que seja possivel, a Escola manterá a publicação de uma revista pedagogica, que será destinada á publicação:—de todos os actos officiaes relativos á *instrução publica* do Estado; das conferencias e lições dos cursos da Escola Normal, Gymnasio e demais estabelecimentos de ensino; das memorias de Pedagogia, especialmente pratica, de auctores nacionaes e estrangeiros; de juizos criticos sobre os methodos de ensino; de todas as informações, emfim, de reconhecida utilidade para a educação.

§ Unico. A revista será permutada com as publicações analogas dos Estados e do estrangeiro.

NOTA—A *critica* de que trata a letra *b* do art. 4.º do Titulo 1.º do Regulamento, deve ser entendida na bôa acceção da palavra, quer no sentido geral, quer no sentido pedagogico, e nos exercicios a ella referentes a cadeira permittirá inteira liberdade aos alumnos-mestres, para habitua-los á franqueza e á sinceridade nas suas opiniões, aconselhando-lhes, porém, sempre o acatamento e o respeito á pessoa dos Mestres da Escola de Applicaçào, os quaes, por seu turno, não deverão ver na critica dos alumnos-mestres attentado á sua competencia profissional, mas apenas o exercicio do livre exame e a pratica necessaria para firmar no espirito d'estes os conhecimentos que adquiriram no Curso theorico de Pedagogia.

3.º Anno de Pedagogia (4.º anno da Escola)

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS MESTRES: Escolas Normaes e Seminarios ou Institutos Pedagogicos.

Laboratorios de Pedagogia Experimental.

TIROCINIO, seu conceito. Erro dos que suppõem que os exercicios de tirocinio se reduzem simplesmente a exercicios de Methodica.

As ESCOLAS DE TIROCINIO OU DE APPLICATION são para as Escolas Normaes o que as Clinicas hospitalares são para as Escolas de Medicina.

EXAME ANAMNESTICO DAS CRIANÇAS.

EXAME ANTHROPOLOGICO DAS CRIANÇAS: anthropometria

Technica do exame da estatura.

Technica do exame da cabeça: cephaloscopia, cephalometria, prosoposcopia, prosopometria.

Technica do exame do tronco: thorax e abdomen.

Technica do exame dos membros.

Technica do exame da pelle e seus appendices.

EXAME PSYCHOLOGICO DAS CRIANÇAS. Psychoscopia.

EXERCICIOS DE OBSERVAÇÃO E CRITICA sobre--edificio escolar

“ “ “ “ —sala de aula

“ “ “ “ —material escolar

“ “ “ “ —material didactico

EXERCICIOS DE HYGIENE. Pratica de cuidados de asseio e desinfecção das diversas partes do edificio da Escola.

ESTUDO DOS PROGRAMMAS. Pratica de organização de roteiros, e de «diarios de classe».

Pratica e critica sobre a FORMA da lição.

Pratica de ORGANISAÇÃO DE HORARIO

ESTUDO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR: Exercicios correlativos principalmente sobre inscrições de matricula.

Pratica de ESCRIPTURAÇÃO escolar.

Pratica de CORRESPONDENCIA OFFICIAL.

Exercicios de critica de GOVERNO DE ESCOLA: pratica de Governo escolar.

Exercicios de CRITICA sobre OS DEFEITOS GERAES DO ENSINO.

Pratica DE ENSINO de cada disciplina da escola.

Paralysis infantil.—*Epilepsia*; estado mental dos epilepticos; crianças epilepticas na escola.

Paludismo, especialmente nas escolas ruraes. O hematozoario de Laveran, sua vehiculação pelos mosquitos.

Molestias infecciosas agudas—Micro-organismos, vias de propagação—Variola, sarampão, escarlatina, diptheria, parotidite, coqueluche, dysenteria etc.

Molestias da pelle e do couro cabelludo: sarna, tinhas etc.

Ophthalmias.

Frequencia das *otites e otorrheas* (escorrimento pelos ouvidos) nas creanças; sua influencia na audição.

Cansaço cerebral—*surmenage* escolar.

HYGIENE ESCOLAR—Prophylaxia das molestias propriamente escolares.

Prophylaxia da tuberculose, da malaria, das molestias infecciosas em geral.

Desinfecção—desinfectantes, aparelhos de desinfecção.

Agua potavel—filtração, ebullicão—cuidados hygienicos das vasilhas—aparelhos especiaes.

Inspecção sanitaria das escolas.

Lições complementares: Puericultura—*Propaganda contra a tuberculose e o alcoolismo.*

METHODOLOGIA.

Methodos e processos de ensino

Modos de ensino

Formas de ensino.—A lição.

A gymnastica e o seu methodo de ensino.

O trabalho manual « « « «

O desenho « « « «

O canto « « « «

A leitura e a escripta « « « «

Lingua materna (linguagem) « « « «

A geographia « « « «

Mathematicas « « « «

A historia « « « «

Methodologia do ensino objectivo

Methodologia do ensino moral e civico.

A coordenação das materias de ensino na escola.

Leis do processo didactico.

Meios auxiliares do ensino—Litteratura escolar.

E
E
E
ES
ES
Pr
Pr
Est
Pr
Pr
Exe
Exe

2.º Anno de Pedagogia (3.º anno da Escola).

- A ESCOLA:** suas diversas especies.
 Institutos pre-escolares—Instituições meta-escolares.
- ORGANISAÇÃO MATERIAL DA ESCOLA:**
O edificio escolar: ubicação, orientação, divisão, etc.
A sala de aula: forma, cubagem, ventilação, iluminação, pavimento, paredes etc.
Vestiario, refeitório, depositos e vasilhas para agua potavel, lavatorios, dejectorios etc.
Material escolar, mobiliario: o banco-carteira. Mecanismo da estação sentada. Denominação das diversas partes do banco. Principaes medidas do banco.
Material didatico: quadro-negro, quadros e cartas muraes, collecções e aparelhos, livros, cadernos, tinta, lapis, pennas etc.
- ORGANISAÇÃO PEDAGOGICA:** programmas officiaes, programmas didacticos (roteiros), classes, horario, recreio, promoções, exames, ferias.
- GOVERNO DA ESCOLA:** suas diversas formas.
- A DISCIPLINA:** Penas e recompensas.
- PATHOLOGIA ESCOLAR:** molestias escolares propriamente ditas; molestias que a escola não determina, mas que meio escolar pode aggravar; molestias que a escola pode diffundir e propagar; molestias devidas á má organização pedagogica.
- Desvios e incurvações da columna vertebral:* Escolioses, cyphose, lordose.
- Myopia.*
- Tuberculose,* sua etiologia, concepção do tuberculo. Diversas formas de tuberculose infantil; tuberculose pulmonar; tuberculose ossea (mal de Pott); tuberculose meningéa, principalmente nos seus symptomas iniciaes; tuberculose das articulações; tuberculose do peritoneo; tuberculose ganglionar; tuberculose da pelle.
- Anemias—Rachitismo:* estigmas rachiticos.
- Hydrocephalia* em suas relações com o desenvolvimento das faculdades psychicas.

Programma Official

1.º ANNO DE PEDAGOGIA:—Noções preliminares de sociologia e anthropologia pedagogicas.
Historia da educação; os grandes educadores.

2.º ANNO DE PEDAGOGIA:—Methodologia dos diversos ramos do ensino.
Organisação material; organisação pedagogica; hygiene escolar.
Governo da escola. Ethica pedagogica.

3.º ANNO DE PEDAGOGIA:—Exercicios de tirocinio.

Art. 11. A Escola promoverá a reanulação de exposições de trabalhos escolares e tudo mais que possa contribuir para cada vez mais desenvolver o gosto pela instrução do Estado.

Art. 16. Para o estudo pratico de pedagogia, os alumnos do curso profissional farão exercicios na Escola Modelo.

§ Unico. Quando fôr conveniente, pela natureza do exercicio, a sua presença na Escola Modelo acompanhando os seus alumnos, o professor de pedagogia irá com elles a esse instituto, na hora destinada aos trabalhos de sua cadeira. Havendo necessidade de ser effectuada alguma alteração na ordem dos exercicios de qualquer das classes da mesma Escola, o referido professor communicar-o-ha previamente ao Director da Escola Normal, participando o dia em que pretende ir aquella Escola, afim de que o mesmo Director solicite do da Modelo as necessarias providencias.

Art. 17. No ultimo anno do curso profissional, os exercicios praticos de pedagogia serão systematisados, trabalhando os alumnos em dois dias da semana na Escola Modelo, durante todo o tempo dos exercicios escolares. Realisar-se-ha essa pratica profissional nas classes que forem indicadas em boletim pelo professor da cadeira, no dia da conferencia que se effectuara uma vez por semana na aula de pedagogia, o qual será remettido ao Director da Escola Normal para que delle dê sciencia ao da Escola Modelo.

§ 1.º Os exercicios que terão de ser feitos pelos alumnos obedecerão ao programma e roteiro organiado para esse ultimo anno do curso profissional, dedicado especialmente á pratica do ensino e demais exercicios de tirocinio, havendo menção no boletim, quando houver necessidade de serem realizados exercicios especiaes.

§ 2.º Como documento de sua frequencia e applicação, os alumnos, nos dias de exercicio, organisarão o *diario* dos seus trabalhos, que será rubricado pela professora ou professoras, em cuja aula tiverem funcionado e pelo Director da Escola Modelo e apresentado ao professor de pedagogia, no dia da conferencia. O dito professor dará conhecimento do recebimento d'elles ás vigilantes, para o fim determinado no § seguinte, em relação aos alumnos que não tiverem cumprido o seu dever.

§ 3.º A falta de entrega d'esses diarios importará em ser carregada nos alumnos que os não apresentarem, uma falta em cada aula que estiverem cursando, a menos que alleguem e afinal se verifique terem elles cumprido o seu dever na Escola Modelo e só não levarem os diarios rubricados por falta independente de sua vontade.

Art. 18. Dada a allegação de que tracta os §§ 2.º e 3.º do art. antecedente, o Director da Escola Normal entender-se-ha a respeito com o da Modelo, que tomará as medidas convenientes, afim de que o facto se não reproduza.

Art. 19. Nos dias em que os alumnos da Escola Normal estiverem em pratica de ensino na Escola Modelo, só poderão ter uma aula n'aquelle instituto e esta mesma pratica e em hora diversa da dos exercicios da Escola Modelo.

Art. 55. Fará parte do exame de pedagogia dos alumnos do 4.º anno da Escola Normal a regencia de aulas da Escola Modelo, devendo por isso o referido exame ser effectuado antes do dia do encerramento do curso d'essa Escola e em hora em que ella estiver funcionando.

Anéxo 2. Texto de Marieta Fortuna “O Enigma” - Jornal “O Atheniense” 7 de maio de 1916 p.2.

“O ENIGMA”

A família Melodia era a mais rica e mais inteligente que existia na cidade.

Compunha-se do velho e experiente Rafael, da D. Engracia, sua preciosa consorte, e do Germano, pequerrucho forte e nutrido, enleve terno dos velhos, no alvorecer risonho dos seis anos.

O Rafael vendo que seu filho já estava na idade de entrar para um colejio, chamou D. Engracia e contou-lhe seu dezejo, dizendo-lhe que quando mais cedo cuidassem do cultivo do pimpolho tanto melhor se revelaria o seu promissor talento. A velha, muito satisfeita, concordou, e disse que, no dia seguinte, iria procurar o melhor professor da cidade, pois era justo que o seu queridinho aprendesse com o melhor mestre. E assim lá se foi o Germano para os bancos disciplinares.

Passados quatro anos o menino já sabia ler com clareza, tornando-se, pela sua inteligencia o melhor aluno do colejio, tendo apenas o defeito de ser um tanto preguiçozo.

Um dia o professor passou-lhe um exercício que constava em procurar a significação das palavras, mediante a respectiva analyse, prevenindo-lhe que para isso deveria munir-se de um dicionário.

Germano que era muito preguiçozo não quiz ter o trabalho de folhear dicionário, limitou-se somente a perguntar a sua mãe os significados dos termos que não conhecia. Entre estes estava a palavra Enigma.

_”Mãe, que quer dizer a palavra Enigma”

_D. Engracia depois de coçar a cabeça mais de dez vezes, como que para despertar a sapiência boloreta, disse gravemente: Eu vou explicar-te: “Enigma e um advérbio de tempo, que quer dizer pessoa nascida índia. Si não quizeres dizer Enigma, podes chamar indígena ou indica, que vem ser tudo a mesma coiza...”

_O Germano terminou o tema muito satisfeito de se haver livrado da cacetada do dicionário.

_ Para que o trabalho de procurar livros quando sua mãe era autoridade na matéria...

_ Chegando à aula apresentou o trabalho ao professor.

_ Este ao lê-lo não pôde sufocar a gargalhada e chamou o Germano para explicações.

_ “Menino, em que dicionário achou você a significação de Enigma.

O pequeno, depois de uma longa e penosa pausa, respondeu “gaguejando”: Eu não vi pelo dicionário, quem me disse foi uma pessoa que sabe mais que ele”.

_ O professor redobrou a gargalhada_ “Quem foi a tal pessoa tão ilustre...”

_ Germano, mais rubro que um tomate, disse: “Foi minha mãe...”

_ Pois diga a sua mãe, que eu faço questão que ela seja minha “adjunta...”